



**PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E
ENVOLVIMENTO POLÍTICO DOS MILITARES
DURANTE A I REPÚBLICA PORTUGUESA**

Maria de Lurdes Fonseca

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*



**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS**



Tese de Doutoramento em Sociologia subordinada ao tema,
**“PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E ENVOLVIMENTO POLÍTICO
DOS MILITARES DURANTE A I REPÚBLICA PORTUGUESA.”**



Autor: Maria de Lurdes Santos Antunes da Fonseca.
Orientador: Professor Catedrático Doutor João Bettencourt da Câmara.



Tese defendida a 05-03-2008, no ISCSP-UTL,
para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Candidata aprovada por unanimidade, com a mais alta classificação por unanimidade, e
nota de louvor, também por unanimidade.



JÚRI:

Presidente – Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais – Doutor João de Freitas Ferreira de Almeida, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Doutor João Abreu de Faria Bilhim, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Carlos Manuel da Silva Gonçalves, professor associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Doutor João Luís Bettencourt da Câmara, professor associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro Cardim, professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Para o Pedro.

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

*“Um exército profissional obedece à autoridade civil.
Um exército que não obedece não é profissional.”¹*

¹ Feaver, Peter (1996)

ÍNDICE.

AGRADECIMENTOS.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
PARTE A: PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E ENVOLVIMENTO POLÍTICO DOS MILITARES: ENUNCIANDO O PROBLEMA.	14
1. O CONCEITO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E A SUA OPERACIONALIZAÇÃO.....	15
1.1. <i>Tipificando a Profissão: Os Contributos Funcionalistas.</i>	15
1.2. <i>Processualizando a Profissão: Os Contributos Interaccionistas.</i>	23
1.3. <i>Explicando a Profissão: A Crítica e a Reabilitação do Profissionalismo.</i>	27
1.4. <i>Unificando a Profissão: Os Contributos Sistémicos e a Revisitação da Abordagem Tipológica.</i>	43
1.5. <i>Profissionalismo e Profissionalização.</i>	51
2. O CONCEITO DE PROFISSIONALIZAÇÃO MILITAR E A SUA OPERACIONALIZAÇÃO. ...	57
2.1. <i>Tipificando a Profissão Militar.</i>	57
2.2. <i>Processualizando e Explicando a Profissão Militar.</i>	72
2.3. <i>A Profissionalização Militar em Portugal.</i>	83
2.4. <i>Profissionalização Militar e Envolvimento Político.</i>	90
2.5. <i>Os Pressupostos do Estudo.</i>	100
PARTE B: PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E ENVOLVIMENTO POLÍTICO DOS MILITARES DURANTE A I REPÚBLICA PORTUGUESA. 102	
1. ESTRATÉGIA E TÁCTICA DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.	103
1.1. <i>A Estratégia</i>	103
1.2. <i>A Tática</i>	115
2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA.....	132
2.1. <i>Introdução</i>	132
2.2. <i>Descrição.</i>	136
2.3. <i>Evolução.</i>	151
2.4. <i>Caracterização.</i>	171
2.5. <i>Verificação.</i>	238
2.6. <i>Classificação.</i>	252
CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS.	266
BIBLIOGRAFIA.	275
ÍNDICE DE FIGURAS.....	296

AGRADECIMENTOS.

Passaram exactamente dez anos sobre a frequência da minha primeira Cadeira de Sociologia. Soube então instintivamente, desde início, que essa frequência mudaria a minha vida. De facto, definiu-me a vocação, despertou-me para a investigação e determinou a planificação de um percurso preparatório que culmina hoje na apresentação desta tese de doutoramento. O primeiro e mais sentido agradecimento que aqui desejo deixar é exactamente ao Professor que nessa cadeira de há dez anos atrás me “ofereceu” a Sociologia, e que nos dez anos seguintes se disponibilizou para me acompanhar na “revelação” do que isso implica, orientando o meu trabalho final de Licenciatura, a minha dissertação de Mestrado e a minha tese de Doutoramento. Ao Professor Doutor João Bettencourt da Câmara o meu muito obrigado pela simpatia, paciência, benevolência e dedicação com que acompanhou nestes últimos dez anos os meus labores, e nos últimos quatro esta tese de Doutoramento.

Um segundo agradecimento dirige-se aos funcionários dos Arquivos com quem partilhei de perto durante meses, e em alguns casos, anos, as dificuldades e alegrias do trabalho de colecção de dados. Um obrigado especial aos funcionários do Arquivo Histórico Parlamentar, do Arquivo Histórico Militar, do Arquivo Geral do Exército, do Arquivo Central da Marinha, do Arquivo do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa e do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Aos Professores Doutores Óscar Soares Barata, João Pereira Neto e António Pedro Ribeiro dos Santos o meu obrigado pelo exemplo e estímulo constantes.

Aos Professores Doutores João Bilhim, António de Sousa Lara e António Marques Bessa, respectivamente Presidentes do Conselho Directivo, Científico e Pedagógico do ISCSP, agradeço pelo apoio essencial ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao Professor Doutor José Cardim, que me iniciou nas temáticas do

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

ocupacionalismo e do profissionalismo, um especial agradecimento pelo ensino e pela amizade.

Ao Senhor Acácio de Almeida Santos agradeço o acesso aos processos de matrícula dos antigos alunos da Escola Colonial e todo o apoio administrativo.

Estou também grata ao Professor Doutor Pedro Dionísio pelo entusiasmo e interesse constantes pelos meus trabalhos, bem como pelo apoio logístico essencial ao desenvolvimento e conclusão desta tese. Aos Partners e Colegas do Instituto de *Marketing Research* agradeço por tudo o que implicou viverem comigo, quotidianamente, este longo caminho.

A todos os Colegas, Alunos e Funcionários do ISCSP, e aos meus Alunos e Colegas no ISCTE e na ESTAL agradeço por toda a ajuda, e por se disporem a muitas, longas e ricas discussões sobre as temáticas da Sociologia e do Profissionalismo Militares.

Ao Agostinho por estes quatro anos e por todos os outros; ao Pedro pelos últimos vinte meses. Por serem a minha inspiração, a minha motivação e a minha felicidade.

A todos os que não referi directamente.

Bem-hajam por tudo.

INTRODUÇÃO.

Uma leitura cuidada das acepções que o conceito de profissionalismo militar tem assumido na análise sociológica contemporânea, nomeadamente na realizada pela Sociologia Política e pela Sociologia Militar, é desapontante. O conceito tem servido para designar e justificar um pouco de tudo, tendo pois, na maioria dos casos, a verdadeira natureza de um não-conceito; um conceito que pretende designar tudo, logra necessariamente explicar ou muito pouco ou nada.

Os principais equívocos em que se tem incorrido no tratamento do conceito de profissionalismo militar são quatro: 1) tomar meros traços do profissionalismo pelo próprio conceito, 2) confundir profissionalismo com outros conceitos que partilham com ele apenas causas ou consequências comuns, 3) dinamizar o que é estático e estaticizar o que é dinâmico, isto é, confundir profissionalismo com profissionalização e 4) fazer equivaler profissão e ocupação militar, na sequência de se tomar um pequeno grupo pela totalidade da organização.

O profissionalismo visto como formalização e expansão do ensino superior militar; o profissionalismo entendido como a standardização de carreiras; o profissionalismo visto como especialização técnica do oficialato militar; ou ainda a identificação da profissão com a ocupação militar, exemplificam acepções que caem dentro do primeiro e quarto equívocos: tomar a parte pelo todo.

No segundo incluem-se por exemplo as utilizações do termo profissionalismo como sinónimo de *civilização* do corpo de oficiais das Forças Armadas (profissionalismo enquanto aumento do recrutamento de profissionais não militares), e como sinónimo de voluntarização do contingente militar (profissionalismo enquanto substituição das formas de recrutamento obrigatórias por voluntárias).

Já a imprópria distinção entre profissionalismo e profissionalização conduziu geralmente a que o conceito perdesse prioridade sobre o processo, negligenciando-se o avanço na definição dos seus limites. O conceito de profissionalismo perdeu consequentemente operacionalidade investigativa, dado que, sustentado meramente num raciocínio indutivo gerado a partir do estudo dinâmico de casos particulares, se traduziu

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

mais numa amálgama de traços e processos (recolhidos diligentemente sob o chapéu do profissionalismo militar), do que numa verdadeira racionalização de tipo teórico-prática – que exigiria um igualmente diligente espírito dedutivo.

Por fim, a incapacidade de se compreender que o conceito de profissionalismo, por definição, apenas se aplica ao oficialato militar, e que, também por definição, não se aplica a todo o oficialato militar, mas apenas a um grupo específico identificado com o tipo-ideal profissional, tem gerado equívocos de impacto teórico profundo.

Ora, o estudo do profissionalismo militar só pode constituir-se no estudo de um profissionalismo sectorial. Equiparam-se-lhe, apenas para nomear os mais investigados, o profissionalismo dos médicos, dos engenheiros, dos advogados, dos professores e dos assistentes sociais.

Não há registo de outra dificuldade tão expressiva em tornar unívoco o conceito de profissão, profissionalização e profissionalismo numa determinada área de trabalho profissional humano, como a que ocorre a propósito da profissão militar. Porquê? Vários factores o justificam; os teóricos, técnicos, organizacionais e ideológicos parecem-nos os mais relevantes.

Os factores teóricos estão associados à multiplicidade de proveniências e tradições que caracterizam os investigadores da profissionalização das Forças Armadas. Os Politólogos e os Historiadores ocuparam-se em particular deste estudo, negligenciando sistematicamente os desenvolvimentos da Sociologia das Profissões e reflectindo impropriamente o avanço que, para lá dos esforços funcionalistas fundadores, essa disciplina teórica alcançou.

É pois menos verdade do que seria desejável, sob o ponto de vista da evolução da Sociologia da Profissão Militar, que o estudo sociológico do profissionalismo militar tenha sido maioritariamente prosseguido por sociólogos. Tal facto prejudicou necessariamente a construção de uma teoria sociológica sistemática, no que a esta temática respeita.

Os factores técnicos relacionam-se com a dificuldade acrescida que os teóricos das Profissões têm tido em explicar, e adequadamente integrar em modelos teóricos mais vastos, as profissões baseadas organizacionalmente, isto é, as que se identificam com uma determinada organização/instituição social. Vários sociólogos-chave do

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

desenvolvimento da Sociologia das Profissões, como veremos, demitiram-se mesmo do estudo do profissionalismo militar e de outros semelhantes, ao considerar que os seus modelos apenas se aplicavam às chamadas profissões liberais.

Os factores organizacionais entravaram o desenvolvimento teórico do profissionalismo militar dada a complexidade de perfis ocupacionais que a Instituição Militar abarca. À falta de um conceito claro e completamente operacionalizado de profissionalismo, tornou-se natural tomar a organização pela profissão, bem como assumir os mais diversos cambiantes intermédios, o que facilitou a confusão terminológica e a dificuldade de comparação de estudos particulares.

Por fim, os factores ideológicos relacionam-se essencialmente com a convicção dos militares de que a sua profissão não é essencialmente como as outras (nem sequer uma profissão mas sim uma vocação), e que portanto não deve ser estudada com base nos mesmos pressupostos que a profissão dos engenheiros, por exemplo. O tradicional fechamento social da instituição sobre si própria, a sua organização de acordo com critérios muito particulares, e a enraizada distinção civil-militar, favoreceram-no.

E se o estudo do profissionalismo militar é limitado pelos obstáculos descritos, todos estes se ampliam no caso da investigação dos aspectos políticos do profissionalismo militar, nomeadamente no estudo das relações entre profissionalismo técnico e social e profissionalismo político.

Do estudo dessas relações, nomeadamente do seu estudo empírico, os sociólogos demitiram-se praticamente. Do lado da Sociologia das Profissões tal ocorreu essencialmente por falta de enquadramento comparativo; o Estado relaciona-se com as principais profissões liberais ao assumir os papéis de controlador, regulamentador e ocasionalmente, de empregador. Ora, no caso da profissão militar essas relações são bem mais profundas e significativas.

Ao monopolizar a gestão e aplicação da violência máxima, a ocupação militar exige um tratamento específico da questão política, dado ter a sua natureza, por corolário, a possibilidade de gerar não apenas poder, mas poder político. Ora, a qualidade política (ainda que por vezes meramente potencial) dos profissionais militares e o facto de o Estado ser o seu único empregador, concorrem desde logo para a urgência

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

de uma análise especialmente cuidada desses aspectos. Depois, acresce a necessidade de se olhar cuidadosamente para o tipo muito específico de relacionamento entre essas duas instâncias; de facto o Estado desenvolve uma relação *sui generis* com a organização militar ao reconhecer que o seu potencial político é uma faca de dois gumes: se subordinado e instrumentalizado viabiliza e é atributo do poder instituído; se incontrolado, dissocia-se dele e com ele concorre.

Do lado da Sociologia Militar e Política, a investigação do profissionalismo em sentido político foi também reduzidamente tentada (ainda que surjam daí os principais estudos que abordaram o problema), pois a questão política assumiu maior relevância que a profissional. Em consequência, o profissionalismo foi referido de forma passageira e axilar no âmbito do estudo do envolvimento político militar², e muito raramente (quase nunca, na verdade) sucedeu o inverso.

Ao tornar-se um problema periférico do desenvolvimento do estudo do Envolvimento Político Militar e do estudo do Profissionalismo Militar (que aqui se resumiu essencialmente aos aspectos técnicos e sociais do profissionalismo), a análise da profissionalização política interessou pouco os teóricos de ambos os ramos.

Do nosso estudo passado acerca do processo de profissionalização militar em Portugal³, concluímos, como recordaremos adiante, que em termos técnicos e sociais, a profissionalização militar do Exército Português se concluiu entre o início e meados da I República Portuguesa. Ora, a expectativa teórica de que a profissionalização política se seguisse (o afastamento dos militares da política deveria, de acordo com as teorizações clássicas do relacionamento civil-militar decorrer necessariamente da profissionalização técnica e social), não colheu, parece, apoio na realidade portuguesa dado que, desde logo, não apenas a República foi pontuada por Governos e Presidências Militares, como, na sua saída, se iniciou uma Ditadura Militar.

² Ao longo deste estudo distinguiremos, no âmbito do envolvimento político militar em geral, dois conceitos essenciais: o de *intervenção* e o de *participação* política militar. A intervenção, que também chamaremos ocasionalmente ingerência, reporta-se ao envolvimento dos militares, de forma armada e exclusivamente na política interna, nos processos de determinação do regime político e do poder em funções. Incluem-se envoltimentos subsidiários, bem como regimes políticos militares. Já a participação refere-se ao assumir de funções políticas de acordo com as regras dos regimes vigentes. Inclui a participação nos Parlamentos e Governos, bem como o exercício de outros cargos políticos, nomeadamente os de alcance nacional, contemporâneos do exercício de funções militares. Ainda que com limites e consequências muito diversas, ambos os conceitos atingem a neutralidade política da profissão.

³ Vide Fonseca, Maria de Lurdes Santos Antunes da; “O Alto Oficialato do Exército Português oriundo da Academia Militar – Origem Social e Mérito Académico como preditores dos percursos de carreira (1910-1974); Dissertação de Mestrado em Sociologia; ISCSP/UTL; Lisboa; 2002 (texto policopiado); 893 pp.

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Ora, se profissionalismo militar implica necessariamente profissionalização política e se profissionalização política deve ser definida como sinónimo de afastamento progressivo dos militares do processo político, deveríamos esperar por esse total afastamento para podermos com propriedade chamar profissionalizado ao Exército português? E se tivermos que o fazer, que apoio empírico terá a asserção de que o profissionalismo técnico e social implica natural e necessariamente como efeito o profissionalismo político?

Estas questões, que têm sido tratadas como secundárias na teorização do profissionalismo militar e que, desta perspectiva, nunca foram abordadas no âmbito do estudo sociológico da profissionalização militar do Exército português⁴, são essenciais na possibilidade de se definir de forma satisfatória profissionalismo e profissionalização militar. E, não obstante se ter geralmente concretizado a profissionalização militar em três ordens de processos de mudança: técnicos, sociais e políticos, pouco se tem olhado para o terceiro termo da equação, tanto em termos empíricos como teóricos, quer internacionalmente, quer no que ao caso português respeita. Ao invés, tem-se aceitado como suficiente a evidência do profissionalismo técnico e social para se conceder a carta da profissionalização, como se, de facto, o profissionalismo político não existisse e/ou, fosse irrelevante.

Na discussão sobre profissionalização militar e sobre o que chamaremos profissionalização política militar (análise dos impactos da profissionalização técnica e social sobre a qualidade política militar), há três ordens de questões que devem ser discutidas, e não dadas como adquiridas, como tem acontecido geralmente na sequência da aceitação pouco crítica do modelo clássico e mesmo das suas modificações: 1) é possível dissociar a ocupação militar da sua qualidade política?; 2) existe uma relação de causa-efeito entre o profissionalismo técnico e social e o profissionalismo político militar?; 3) serão todas as formas de envolvimento político militar incompatíveis com o profissionalismo da ocupação?

⁴ A única autora que tratou estas temáticas tendo como objecto o caso português, no período histórico que nos interessa, ainda que o tenha feito em enquadramento teórico distinto, com objectivos diversos e sem preocupações teorizadoras sobre este ponto particular merece contudo referência: Carrilho, Maria; Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX – para uma explicação sociológica do papel dos militares; IN/CM; Lisboa; 1985.

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

O presente trabalho pretende responder teoricamente a estas questões, alicerçado num esforço empírico de fundo: propomos um modelo de abordagem ao estudo da profissionalização política militar, que testaremos no caso português no período em que seria teoricamente previsível que esse processo se iniciasse.

Com esta investigação procuramos consequentemente estudar as relações entre profissionalismo e envolvimento político militar durante a I República Portuguesa, colocando o nosso enquadramento teórico, não na Sociologia Política ou mesmo na Sociologia Militar como tem sido entendida e desenvolvida, mas na Sociologia das Profissões e do Ocupacionalismo, a qual, na sequência do exposto, parece oferecer uma forma alternativa de problematização destas temáticas, que poderá constituir a chave para a recuperação teórica da questão e para o avanço na sua explicação.

Para dar cabal seguimento aos nossos objectivos, o presente trabalho está organizado em duas partes essenciais: a primeira dedica-se ao enquadramento teórico do problema e a segunda procede à apresentação e discussão dos resultados da investigação empírica, guiada e fundamentada pela anterior.

Por um lado, a primeira parte revê os principais contributos teóricos em torno de uma Sociologia das Profissões, procurando operacionalizar os conceitos de profissionalismo e profissionalização. Depois, define e analisa a profissão militar de acordo com esses pressupostos, introduzindo a discussão sobre as relações entre profissionalização militar e profissionalização política da profissão militar.

A segunda parte avança na discussão da problemática, dando origem a um modelo de abordagem orientador da pesquisa empírica do caso português. Estabelece depois os pressupostos, a estratégia e a tática de investigação que foram seguidos no seu desenvolvimento, culminando na descrição e discussão dos resultados, bem como na proposta teórica de uma explicação do problema.

Procurámos ater-nos disciplinadamente ao necessário. Dessa forma, esperamos ser mais capazes de tratar objectivamente o problema e de contribuir construtivamente para o desenvolvimento da investigação sociológica em torno destas matérias.

**PARTE A: PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E ENVOLVIMENTO
POLÍTICO DOS MILITARES: ENUNCIANDO O PROBLEMA.**

1. O Conceito de Profissionalização e a sua Operacionalização.

1.1. Tipificando a Profissão: Os Contributos Funcionalistas.

Com alguma surpresa e ocasionais manifestações de júbilo ou consternação, tem-se constatado que o profissionalismo gerou lata unanimidade entre os pais fundadores da Sociologia, sendo o tema das profissões recorrente e natural nas suas construções teóricas⁵.

De braço dado com a advocacia do superior valor da racionalidade científica aplicada ao progresso técnico, e da elevação dos industriais, da indústria e da técnica a uma das principais forças dinamizadoras da nova sociedade, andou o corolário da valorização social dos técnicos (que personificam os mesmos processos), e da consideração instrumental do profissionalismo na teorização da sociedade.

Saint-Simon, por exemplo, viu os trabalhadores de todas as profissões produtivas e os especialistas das várias disciplinas técnicas como as reais forças da sociedade, isto é, como os verdadeiros motores do seu funcionamento. O jovem Comte reviu-lhe o argumento, colocando-os no centro da organização temporal da sociedade.

Já Le Play distinguia o factor profissional (a par do económico e do comunitário) como um dos três mais relevantes na análise da estrutura familiar, considerando que a ordenação e racionalização que o Homem faz do seu ambiente depende intimamente da profissão que exerce.

Tönnies definiu profissão como uma agregação de ordem espiritual e intelectual fundada sobre um trabalho, um ofício e crenças comuns, enquanto Simmel encarou a multiplicação das ocupações como uma marca essencial da sociedade urbana, potenciadora do aumento da liberdade humana e da interdependência cooperativa dos indivíduos na sociedade. Para Herbert Spencer a elaboração e desenvolvimento da profissão seria a característica estruturante de uma sociedade civilizada.

Marx e Engels atribuíam significado profundo e estruturante de toda a sua teoria à actividade profissional exercida pelos indivíduos, que viam como o elemento

⁵ Entre outros, Dubar, Claude; *La Socialisation: Construction des Identités Sociales et Professionnelles*; Armand Collin; Paris; 1992

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

contextualizador por excelência da estruturação das relações sociais de produção; pano de fundo da contínua luta entre classes cuja dinâmica constituía para eles o motor da história.

Durkheim viu os agrupamentos profissionais como órgãos fundamentais da sociedade, intermediadores da relação indivíduo-Estado, e promotores da harmonia social, que, embora autónomos, derivariam a sua identidade da conexão funcional que estabeleceriam com os restantes órgãos sociais. Max Weber, por seu turno, consideraria o processo de profissionalização (*Verberuflichtung*) como um dos processos sociais essenciais da modernização, isto é, da passagem de uma socialização de cariz essencialmente comunitário a outra de cariz mais societário, onde o estatuto social passaria a depender das tarefas realizadas pelo indivíduo e do seu grau de competência profissional e especialização.

A complexidade crescente da divisão social do trabalho, a conseqüente multiplicação das ocupações e a exponencial importância do profissionalismo na sociedade foi vista conseqüentemente por estes pais da Sociologia como 1) um processo normal (conseqüência natural do progresso social); 2) um processo desejável (com impacto positivo no funcionamento da sociedade e na felicidade dos seus membros) e, 3) manifestação palpável da aplicação do desenvolvimento científico à melhoria da vida social quotidiana.

Os primórdios da individualização das profissões face às ocupações (a totalidade dos ofícios, mesteres e actividades laborais estruturados que podem ser exercidos pelos indivíduos no âmbito de uma sociedade) e o início da sua elaboração teórica sistemática remontam contudo aos primeiros esforços funcionalistas de teorização da divisão social do trabalho. Dois principais objectivos os animaram: definir os limites do conceito de profissão e demonstrar serem as profissões formas superiores de organização social.

Flexner, Carr-Saunders, Wilson, Parsons, Goode e Merton personificam os principais contributos teóricos para uma sociologia funcionalista das profissões.

Abraham Flexner (1915), num pequeno artigo onde se debruçava sobre o exercício da medicina, do direito, da engenharia e das artes, foi o primeiro a enumerar os atributos distintivos das profissões, que segundo ele seriam seis: o estar baseada na

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

actividade intelectual, o exigir a posse de grande conhecimento decorrente de demorada aprendizagem, o possuir fins definidos de cariz prático, o deter técnicas passíveis de transmissão, o possuir de um modo de organização próprio, e o assumir uma motivação essencial: trabalhar em prol do bem-estar da sociedade⁶. Clarificou pois assim em que difere uma profissão de uma ocupação em geral, começando a delimitar teoricamente o conceito.

Carr-Saunders e Wilson (1933) apresentaram uma definição de profissão que ainda hoje é amplamente citada: “*dizemos que uma profissão emerge quando um número específico de pessoas começa a praticar uma técnica definida, fundada sobre uma formação específica*”⁷, esclarecendo que esse processo de emergência daria pelo nome de profissionalização, e destacando pela primeira vez o papel central que a formação específica prolongada teria na distinção entre uma ocupação e uma profissão.

As profissões, acreditavam, encontravam-se entre os elementos mais estáveis da sociedade, herdando, preservando e transmitindo tradição. Possuíam cinco características essenciais: teoria sistemática, autoridade, sancionamento comunitário, código ético e cultura própria⁸.

A profissionalização era concebida a partir do pressuposto de que todos os grupos ocupacionais estariam encarreirados num processo de progressiva consolidação das características do profissionalismo, que se identificaria com o caminho para o progresso social⁹, e cujo grau de desenvolvimento poderia ser medido através da análise da sua evolução em: especialização de serviços, formação/ estabilização de clientela e criação de associações profissionais exclusivas.

A análise de Talcott Parsons centra-se na explicação do que considera ser o sistema social que corporiza a prática profissional: a relação profissional-cliente. Salienta ser esse relacionamento marcado por uma reciprocidade assimétrica que se

⁶ Flexner, Abraham; “Is Social Work a Profession?”; Comunicação apresentada à *National Conference on Charities and Correction*; 1915; s.e.; s.d; s.l.

⁷ Carr-Saunders, A. M.; Wilson, P.M.; *The Professions*; Oxford University Press; Oxford; 1933; pp. 284-287

⁸ *Idem, ibidem*

⁹ Goode, funcionalista cujo contributo assinalaremos adiante, considera no entanto que a tendência é para a profissionalização, mas não para a equiparação de estatutos ocupacionais. Para este autor, as ocupações mais ou menos recentemente profissionalizadas, tenderão a ser vistas sempre de modo qualitativamente inferior face ao que considera ser as quatro grandes profissões ligadas a serviços pessoais: o lei, a medicina, o ministério e o ensino universitário (*in* Bennett, Jr; William; Hokenstad, Jr; Merl C.; “Full-Time People Workers and Conceptions of the “Professional”” *in* Halmos, Paul (ed.) *The Sociological Review Monograph 20: Professionalisation and Social Change*; University of Keele, Keele; 1973; p. 29)

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

consustancia nos binómios conhecimento vs. ignorância e autoridade vs. confiança¹⁰. Tal relação (que obtém da análise da profissão médica) sustentar-se-ia em três dimensões, articulados de normas sociais e valores culturais que definiriam o papel específico do profissional:

- 1) saber teórico-prático consubstanciado numa formação académica longa e socialmente sancionada, e suas aplicações;
- 2) especialização funcional, isto é, legitimidade exclusiva sobre o exercício de uma determinada actividade e,
- 3) orientação altruísta exercida mediante a norma da neutralidade afectiva e do interesse empático face ao cliente¹¹.

Seria sobre o saber teórico-prático que a relação profissional-cliente se objectivaria, sob a especialização funcional que se geraria poder social, e portanto desequilíbrio na relação profissional-clientela e sob a orientação altruísta que se garantiria o máximo retorno social e se refrearia a tentação para o abuso de prerrogativas.

A profissão para Parsons, concretizar-se-ia assim na intersecção, vista como socialmente benéfica, da eficácia económica e da legitimidade social residindo a sua superioridade na orientação por motivações de índole altruísta¹². O Estado chamaria a si a regulação do exercício das actividades profissionais, dada a sua profunda relevância funcional, assegurando a contínua prestação dos serviços, o incremento constante da sua qualidade, o cumprimento dos requisitos de acesso e a observância estrita das regras de exercício. Não seria contudo, segundo Parsons o sancionamento legal mas sim o profissional: o auto e hetero-controlo “*suportado pela ideologia e mística do profissionalismo*”¹³, o que asseguraria maior eficácia no controlo social do profissional.

Goode, seguindo a linha parsoniana, apercebe-se da profissão como uma “comunidade dentro de uma comunidade” que se funda na partilha de uma identidade, valores, estatuto, linguagens e representações comuns, e que chama a si a responsabilidade essencial do estabelecimento dos requisitos de acesso e permanência dos seus membros. Para ele, “*a sociedade concede às profissões autonomia em troca da*

¹⁰ Rodrigues, Maria de Lurdes; *Sociologia das Profissões*; Celta Editora; Oeiras; 1997; p. 9

¹¹ Dubar, Claude; *op. cit.*; pp. 138,139

¹² Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 8

¹³ *Idem, ibidem*, p. 9

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

*capacidade de controlo; recompensas e prestígio em troca de competência; monopólio através de licenças em troca das melhores prestações ou serviços*¹⁴, justificando-se tal troca na crença generalizada de que a ciência, corporizada nos conhecimentos teórico-práticos do profissional detém a resposta ao problema da satisfação de algumas necessidades sociais fulcrais como sejam a saúde, a justiça, as liberdades ou a educação¹⁵. A sociedade dispor-se-ia a conceder autonomia, exclusividade, estatuto e contrapartidas económicas aos profissionais, isto é, poder, desde que os profissionais se comprometessem no esforço de constante elevação do seu nível de conhecimento teórico e proficiência prática¹⁶, isto é, na melhoria constante da quantidade e qualidade dos serviços especializados prestados à comunidade.

A operacionalização do conceito de profissão far-se-ia para Goode através da distinção, na composição de um tipo-ideal profissional, de traços centrais e derivados da profissão. O conhecimento técnico (que estaria na base da prática profissional) e a existência de um código ético-valorativo, seriam os traços centrais. Já o controlo sobre a prática educacional, a socialização profissional alargada, o controlo estrito das licenças que permitiriam exercer a actividade, os altos rendimentos, o poder e o prestígio elevados, a ausência de mecanismos de controlo externo ao grupo profissional, e a conferência através da prática da actividade de um estatuto para toda a vida, agrupar-se-iam nos traços derivados¹⁷.

A ideia da profissionalização como história natural decorrente da industrialização da sociedade é também enfatizada por Goode quando afirma que “*uma sociedade em industrialização é uma sociedade em profissionalização*”(destaque no original)¹⁸

O principal contributo de Robert Merton para a então emergente Sociologia das Profissões, decorre da distinção que elabora entre funções manifestas e funções latentes dos grupos profissionais; as primeiras ligadas à realização altruisticamente orientada de

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 10

¹⁵ Dubar, Claude; *op. cit.*; p. 141

¹⁶ Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 11

¹⁷ *Idem, ibidem*

¹⁸ Goode, W.J.; “Encroachment, Charlatanism, and the Emerging Profession: Psychology, Sociology and Medicine” in *American Sociological Review*; XXV; 1960; pp. 902-913

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

um ideal de serviço, e as segundas relacionadas com a reprodução do grupo profissional¹⁹.

A noção que constroi de *altruísmo institucionalizado*, permite-lhe, por outro lado, tentar imprimir um sentido mais explicativo à relação profissional-cliente que aquele que Parsons delineou, na medida em que assume a estrutura profissional (nomeadamente o balanço benefícios/ punições derivado do controlo social endógeno) como tendente a desenvolver no profissional comportamentos orientados para os outros e por eles justificados.

Para Merton, a profissão ganharia corpo e realizar-se-ia na prossecução contínua de três actividades essenciais: *saber, fazer, ajudar*. As primeiras consubstanciar-se-iam na detenção e actualização constante de conhecimentos científicos de índole teórico-prática; a última, na verdadeira distinção das profissões face às restantes ocupações: o *altruísmo*, definido como a predisposição para realizar sempre para além do expressamente solicitado.²⁰

Merton mostra-se consciente das limitações do paradigma funcionalista ao sublinhar a necessidade de distinguir claramente entre função e disfunção do profissionalismo²¹. Identificava nomeadamente dois processos pelos quais, segundo ele, a profissão se poderia descaracterizar, transformando-se numa organização hermética, acrítica e arrogante, que instrumentalizaria o ideal de serviço no sentido de justificar um fechamento social classista e segregacionista.

A “burocratização das carreiras”, primeiro mecanismo disfuncional identificado pelo autor, descreve os efeitos perversos de se dar prioridade ao diploma sobre a qualidade dos serviços profissionais prestados. A consolidação de um sistema em que o acesso a uma carreira normalizada dependeria imediata e exclusivamente da conclusão de um determinado ciclo de estudos, conduziria a que em vez de se distinguir os “verdadeiros” dos “falsos” profissionais a partir do modo como desempenham as suas funções, nomeadamente à luz do ideal de serviço que lhes estaria subjacente, se passasse a basear essa distinção no calibre do diploma (universitário ou de via profissional)²².

¹⁹ Dubar, Claude; *op. cit.*; p. 155

²⁰ Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 14

²¹ MacDonald, Keith M.; *The Sociology of the Professions*; Sage Publications; Londres; 1995; p. 3

²² Dubar, Claude; *op. cit.*; p. 156

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Um segundo mecanismo, a “multiplicação dos regulamentos” descreve o risco da crescente burocratização interna da profissão (concretizada no aumento das normas estatutárias, na complexização da hierarquização interna dos profissionais e na multiplicação de preceitos e práticas de controlo social), desviar a atenção dos profissionais do seu verdadeiro *ethos* exterior (a orientação para a qualidade crescente dos serviços prestados à comunidade) para os seus processos interiores (o envolvimento na estrutura e funcionamento da organização profissional)²³.

Das posições destes autores destacam-se alguns argumentos transversais à análise funcionalista do profissionalismo:

- O valor do profissional sustenta-se no valor superior e nas capacidades virtualmente ilimitadas do progresso, da ciência e da técnica;
- A principal distinção entre uma ocupação e uma profissão é a formação especializada consubstanciada no domínio exclusivo sobre uma ciência aplicada;
- Para além da formação, o altruísmo, concretizado num ideal de serviço, é a característica que melhor define um profissional;
- O caminho para a total profissionalização das ocupações é natural, necessário e inevitável dado ser consequência lógica do progresso social, científico e técnico, aplicado à área das actividades económicas humanas;
- Todas as ocupações estão a caminho da total realização do modelo profissional, distinguindo-se apenas pelo seu grau de avanço ou atraso relativo;
- O poder profissional importa um risco de abuso da posição dominante dos profissionais sobre os seus clientes. Mecanismos de controlo social são portanto essenciais, sendo os internos à profissão os que reúnem maior potencial de sucesso;
- O modelo profissional representa uma *win-win-win situation*: ganham os profissionais (em meios de subsistência, prestígio e poder), ganham os clientes (em acesso aos serviços e em regulação da forma e qualidade da sua prestação), ganha a sociedade (que beneficia globalmente dos serviços

²³ *Idem, ibidem*, p. 157

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

prestados e goza conseqüentemente de equilíbrio e funcionalidade ao cumprirem-se fins como a saúde, a justiça, a segurança, etc.).

M. Maurice, num esforço de síntese, reviu os principais traços caracterizadores de profissão listados pelos autores funcionalistas que se dedicaram à abordagem tipológica. Concluiu que as características mais referidas são duas: a formação intelectual e o ideal de serviço, ambas decorrentes da especialização do saber²⁴. Chapoulie, que desenvolveu uma análise semelhante, considera existir um largo consenso em torno de um tipo-ideal profissional funcionalista, concretizado pela reunião de traços essenciais e propriedades derivadas da profissão²⁵.

Seriam traços essenciais do tipo-ideal profissional:

- a existência de uma competência específica fundada sobre saberes de cariz científico e técnico;
- a existência de um código de ética necessariamente aceite e colocado em prática pelos membros da comunidade profissional cuja principal função é regular o exercício da actividade.

Os traços derivados seriam cinco:

- uma formação longa ministrada em escolas especializadas;
- um controlo ético e técnico próximo exercido por pares tidos para tal como competentes;
- a legitimação legal dos modos de controlo social;
- uma efectiva comunidade de membros fundada em identidades e interesses específicos comuns;
- a classificação dos profissionais através do prestígio e poder decorrentes da actividade pelo menos num estrato alto da classe média²⁶.

A definição precisa que Chapoulie faz do tipo-ideal profissional funcionalista, e que se caracteriza por um relevante potencial operativo, aponta para a necessidade de se reservar a utilização do termo profissão para categorias cuja licença de prática depende

²⁴ Maurice, M.; "Propos sur la sociologie des professions" in *Sociologie du Travail*; nº 72; 1992; pp. 213-225

²⁵ Chapoulie, J.M.; "Sur l' analyse sociologique des groupes professionnels" in *Revue Française de Sociologie*; 1973; pp. 86-114

²⁶ *Idem, ibidem*

de formação superior e cuja organização permite manter e consolidar um monopólio de exercício da actividade²⁷.

1.2. Processualizando a Profissão: Os Contributos Interaccionistas.

A análise funcionalista das profissões e do profissionalismo foi orientada desde os seus primórdios mais para a tipificação das profissões, isto é, para o privilégio de uma abordagem de traços e para a consequente delimitação do território profissional no âmbito do ocupacional, do que para a explicação de processos. Tal orientação deve interpretar-se como natural e previsível, dado estarmos perante os primeiros esforços de individualização de uma nova disciplina teórica, e portanto perante a necessidade premente, desde logo, de lhe concretizar com a maior precisão possível o objecto.

Orientaram-se pois para comparar sistematicamente a realidade das ocupações com os tipos-ideais profissionais que construíram, por forma a classificá-las consoante o seu posicionamento no processo de profissionalização, em profissões, quasi-profissões e não profissões, aconselhando os modos para o mais rápido progresso ocupacional nessa via desenvolvimentista, dado ser para eles esse sentido evolutivo, sob todos os aspectos desejável. Ao fazê-lo, autores como Everett C. Hughes, que inaugura uma análise interaccionista simbólica das profissões, apontam ter sido negligenciado pelo funcionalismo a dinâmica dos processos e a comparação sistemática do ideal com o real das práticas profissionais.

Não obstante as análises funcionalistas não terem alcançado o grau de complexidade de análises subsequentes do profissionalismo (que se reconhecem contudo, profundamente, suas tributárias), não é contudo correcto descartar a análise funcionalista como estática e ingénua. A análise de Parsons, para referirmos apenas a mais marcante, centra-se detalhadamente nos processos de desenvolvimento do profissionalismo e antecipa já as suas possíveis disfunções, que Merton detalhará, ao tratar as necessidades e formas do controlo social das profissões.

Não deixa contudo de ser verdade que o funcionalismo se apresenta pouco crítico dos conceitos de profissão e das formas da prática profissional, nomeadamente no que toca à distorção do ideal de serviço e no que respeita à distinção entre

²⁷ Dubar, Claude; *op. cit.*; pp. 139, 140

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

simbolismo e realidade profissional. Tal limitação decorre contudo naturalmente dos seus pressupostos teóricos acerca da natureza e funcionamento das sociedades, não atacando conseqüentemente a coerência global do modelo.

Recolocando o esforço compreensivo das ocupações em geral e das profissões em particular por meio da reabilitação operativa do conceito de divisão social do trabalho, Hughes começa por recusar ser a profissão uma categoria objectiva. Crê ele, ao invés, que o conceito de profissão é subjectivo, meramente um modelo social e individual desejável perante o qual os indivíduos se colocam e perante o qual a sociedade categoriza os agrupamentos ocupacionais em termos de *status* detido e suas decorrências.

A distinção das ocupações em profissões, quasi-profissões e não profissões constitui-se pois num exercício espúrio; o profissionalismo não existe senão como *aparatus* social. Concretiza: “Comecei o meu estudo com a ideia de dar resposta a esta questão familiar “São estes homens profissionais?” Era uma falsa questão pois o conceito “profissão” na nossa sociedade não é tanto um conceito descritivo, como é um conceito de valor e prestígio.”²⁸

Dado ser o trabalho que os indivíduos desempenham elemento primordial pelo qual a sociedade os julga e categoriza, assim como elemento fundamental do julgamento que fazem de si próprios ²⁹, a capacidade de os praticantes de determinado ofício fazerem elevar o prestígio da sua ocupação, condiciona intimamente as prerrogativas sociais que poderão recolher grupal e individualmente.

Os movimentos de profissionalização não seriam pois mais do que a tentativa de uma ocupação fazer coincidir a sua realidade social com um modelo que espelha simbolicamente uma concepção desejada de *self*. Tal movimento, ainda que mais ou menos relançado pelas ambições dos indivíduos e dos grupos, corresponderia no entanto, concordava Hughes com os funcionalistas, a uma história natural: seria previsível num processo mais ou menos lento que as ocupações tendessem a adquirir sucessivamente um número crescente de atributos do modelo profissional, pelo afastamento do amadorismo característico dos períodos mais recentes e incipientes da prática de determinado conjunto de funções. A animação desse movimento não se

²⁸ Hughes, Everett C.; “Work and Self” in Hughes, Everett C.; *The Sociological Eye: selected papers on work, self & the study of society*; Aldine-Atherton; Chicago; 1971; p. 339

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 338

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

condicionaria contudo a uma orientação predominante altruísta, mas a uma egoísta, apontada para o incremento do prestígio social e para a decorrente recolha de benefícios sociais múltiplos.

A perspectiva interaccionista acredita que as profissões não diferem no essencial das ocupações, pelo que a Sociologia do Trabalho e o conceito de divisão social do trabalho seriam suficientes para dar conta da sua explicação; uma Sociologia das Profissões e o tratamento do conceito de profissão como constructo teórico seria redundante. As profissões seriam, de facto, apenas ocupações que lograram adquirir e garantir a posse de títulos honoríficos. Para Hughes, no que poderíamos chamar o grande palco da Sociologia do Trabalho, as grandes organizações constituiriam o “*grande espectáculo*” enquanto as profissões protagonizariam o “*espectáculo de prestígio*”³⁰. Os próprios nomes pelos quais a ocupação seria designada, não seriam mais que uma etiqueta, “*uma combinação de etiqueta de preço e cartão de visita*”³¹.

Considerando que o conceito de divisão social do trabalho era tido mais como uma norma, um ideal,³² do que como critério operativo directo³³, Hughes propõe uma visão sistemática orientada a um primeiro nível para as interacções individuais no seio da ocupação e a um segundo para as interacções da profissão com a sociedade como um todo³⁴.

Dedica-se pois a explicar o modo como a sociedade atribui diferentes valorizações a determinadas ocupações, e a forma como essas ocupações são distribuídas aos membros de uma sociedade. Para o fazer distingue os conceitos de licença e mandato, basilares, para ele, na explicação da divisão moral do trabalho.

A licença consistiria na autorização legal do desempenho de certas actividades garantida por prerrogativas de exclusividade; o mandato, concretizar-se-ia na definição social dos limites da ocupação, isto é, na determinação do modo adequado do seu

³⁰ Desmarez, Pierre; *La Sociologie Industrielle aux États-Unis*; Armand Colin; Paris; 1986; p. 161

³¹ *Idem, ibidem*

³² *Idem, ibidem*, pp. 161,162

³³ Cristaliza bem Desmarez a presente questão afirmando: “*Para os sociólogos industriais americanos, a questão da divisão do trabalho, não foi colocada: ela é um pressuposto, um « dado » sobre que os especialistas não têm de se preocupar*” (Desmarez, Pierre; *op. cit.*; p. 165)

³⁴ *Idem, ibidem*, pp. 165,166

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

exercício, na delimitação das suas fronteiras, e no estabelecimento da obrigatoriedade do seu desempenho em benefício social³⁵.

A especificidade do modelo profissional face ao quadro das restantes ocupações derivaria para Hughes, não de traços particulares caracterizadores, como defendiam e procuravam concretizar os funcionalistas, mas do modo específico de exercício da actividade, nomeadamente, a existência de licença e mandato sobre saberes secretos e sagrados, a existência de instituições específicas destinadas a assegurar o mandato intermediárias entre o Estado e os indivíduos, a existência de fileiras de hierarquização no interior da profissão³⁶, e a colocação em acção de mecanismos de socialização profissional alargados^{37 38}.

Hughes discorda da redução que Parsons faz do universo em que se joga o profissionalismo ao que este chama o sistema social profissional-cliente. Para Hughes cada profissão realiza-se numa “matriz social” onde se jogam interacções de muitos grupos distintos: clientes, colegas, a profissão como um todo, praticantes de ocupações conexas, pessoas relacionadas com a clientela, o Estado e mesmo diversos elementos do público. “A própria palavra “profissão””, refere, “*implica uma certa solidariedade social e moral, uma forte dependência de um colega acerca da opinião e julgamento dos outros*”³⁹. Desprezar a importância dos grupos sociais envolvidos na relação profissional que não o profissional e o cliente retiraria ao estudo dinâmico o seu fundamento, crê Hughes, na medida em que a história da generalidade das profissões se encontra intimamente relacionada com os desenvolvimentos ocorridos no interior das instituições profissionais assim como com os conflitos latentes e manifestos que agitam o relacionamento inter-agrupamentos ocupacionais, isto é, com processos que ultrapassam a relação de serviço em si⁴⁰.

Bucher e Strauss colocam a ênfase da sua abordagem na conflituosidade inerente à diversidade de interesses no âmbito do grupo e entre grupos profissionais, negando a

³⁵ Hughes, Everett C.; *op. cit.*; pp. 78,79

³⁶ Sobre esta questão veja-se em particular Hughes, Everett Cherrington; “Professions in Transition” in Hughes, Everett Cherrington; *Men and their Work*; Greenwood Press, Publishers; Westport; 1981 (1ª ed. 1958); p.135

³⁷ Sobre o processo de socialização profissional segundo Hughes, nomeadamente as fases pelas quais se dá a interiorização da filosofia profissional de ser, ver, fazer, *vide* Dubar, Claude; *op. cit.*; pp.145-149

³⁸ Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; pp. 15,16

³⁹ Hughes, Everett C.; “What Other?” in Hughes, Everett C. (1971); *op. cit.*; p. 352

⁴⁰ Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 16

homogeneidade fundamental que caracterizava para os funcionalistas o agrupamento em torno de uma mesma ocupação⁴¹. Longe de constituírem blocos homogêneos as profissões caracterizar-se-iam antes pelas rupturas que a diversidade de instituições formativas, diversidade de clientelas, diversidade de posicionamento na carreira e diversidade de funções desempenhadas, fariam emergir, sendo que, mais que duma comunidade se pode falar de secções que no seio da profissão se oporiam corporizando interesses, filosofias e modos de estar diversificados e recorrentemente conflitantes⁴².

Os próprios processos de profissionalização deixariam de ser percebidos como referentes apenas à profissão como um todo, mas reflectiriam antes, também, movimentações e confrontações entre segmentos específicos do agrupamento profissional, intentados no sentido de garantir e solidificar posições institucionais intra-profissionais específicas⁴³.

Face ao paradigma funcionalista, o interaccionismo insurge-se pois: com a visão pacificada e harmónica do profissionalismo – substitui a pacificação pelo conflito e pela concorrência; com a qualidade altruísta dos profissionais – substitui altruísmo por egoísmo; com a centralidade da formação teórica e técnica na definição do profissional – substitui competência por prestígio, isto é, objectividade por subjectividade.

1.3. Explicando a Profissão: A Crítica e a Reabilitação do Profissionalismo.

O período final da década de 60 e os inícios da seguinte foram caracterizados por um acentuado, e nalguns casos feroz, movimento crítico dos Profissionais, da Sociologia das Profissões e dos seus Sociólogos. Halmos sistematizou em 1973 as principais críticas formuladas aos profissionais em três grupos:

- 1) críticas ao sistema de monopólio em que os profissionais exerceriam as suas funções e que lhes garantiria uma situação de privilégio e poder excessivos⁴⁴;

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 19

⁴² *Idem, ibidem*

⁴³ *Idem, ibidem*

⁴⁴ Como colocou enfaticamente Illich: “ Ao estabelecer este tipo de monopólio que lhes permite impedi-lo de fazer compras noutra local e de fazer a sua própria bebida, eles parecem corresponder, à primeira vista, à definição do dicionário de *gangsters*. (...) Hoje, os médicos e os assistentes sociais – como antigamente

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- 2) críticas à sua hipocrisia por se empenharem mais na defesa das suas regalias que na preocupação com os seus clientes, recusando nomeadamente serviços a quem não os pudesse pagar;
- 3) críticas ao sistema profissional enquanto sistema injusto e concorrente para a reprodução do *status quo* numa organização social exploradora das classes mais desfavorecidas⁴⁵.

Colocou-se também em causa, como refere Gyarmati, se de facto a actividade profissional, como postulavam os funcionalistas, seria essencial no âmbito da divisão funcional e moral do trabalho. Propôs-se então que, não só não era, como constituía uma barreira ao acesso da generalidade dos indivíduos aos serviços especializados de que tinham necessidade⁴⁶. Como dizia Illich: “*tornámo-nos uma clientela virtualmente passiva: dependente, enganada, assediada, economicamente privada, física e mentalmente afectada, pelos próprios agentes cuja raison d’être é ajudar*”⁴⁷. Quatro ilusões socialmente escravizantes teriam facilitado essa subordinação:

- 1) a ideia de que as pessoas nascem para ser consumidores e que podem realizar todos os seus objectivos através da aquisição de bens e serviços;
- 2) a ideia de que o progresso tecnológico se concretizaria necessariamente numa evolução para instrumentos mais complexos e esotéricos que naturalmente implicariam maior dominação profissional;
- 3) a ideia de que as ferramentas eficientes para o uso do homem comum têm de ser previamente certificadas pelos profissionais, e;
- 4) a ideia de que o próprio crescimento (económico, social, educacional etc.) deverá ser sancionado, acompanhado e prescrito pelos profissionais⁴⁸.

Os Sociólogos das Profissões foram também visados, acusados de trabalhar no sentido da legitimação da ordem social vigente, logo, comprometidos com o próprio sistema e carecendo de imparcialidade. Afirmam Montague e Miller que Talcott-

apenas os padres e juristas – ganharam poder legal para criar a necessidade que só eles podem satisfazer” (Illich, Ivan; “Disabling Professions” in Illich, Ivan; Zola, Irving Kenneth Zola; McKnight, John; Caplan, Jonathan; Shaiken, Harley; *Disabling Professions*; Marion Boyars; Nova Iorque; 1977; p.15)

⁴⁵ Halmos, Paul; *op. cit.*; p. 6

⁴⁶ *Idem, ibidem*

⁴⁷ Illich, Ivan; *op.cit.*; p.9

⁴⁸ *Idem, ibidem*, pp. 27-37

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Parsons teria feito do profissionalismo a fonte da legitimação da elite⁴⁹, tomando como características objectivas, meros fragmentos de uma ideologia que, com as suas considerações apoiou e defendeu, ajudando a legitimar e perpetuar o *status quo*⁵⁰.

Gyarmati afirma que a ideologia das profissões estaria assente em dois pressupostos essenciais: que as tarefas que as profissões realizam são essenciais à sociedade e que só os profissionais as podem realizar, pressupostos que, sustentando todo o modelo funcionalista não teriam sido testados, nem empiricamente, nem quanto à sua lógica interna⁵¹.

No que respeita à Sociologia das Profissões, foi criticada a sua pretensão de encontrar proposições e teorias relevantes em simultâneo para uma enfermeira e um engenheiro, um contabilista ou um médico, sem atender às suas especificidades⁵².

Os modelos teóricos funcionalistas e interaccionistas foram ainda censurados pela sua putativa a-historicidade. As abordagens clássicas derivariam a sua imprecisão do facto de não considerarem factores explicativos como a evolução histórica, quer das próprias ocupações quer das instituições que lhes estão de uma forma ou de outra relacionadas, como é o caso do Estado, das universidades ou das associações profissionais, assumindo antes que os processos de profissionalização se dão em termos temporais de forma unilinear e homogénea e, em termos espaciais, de forma uniformemente universal⁵³. Como diz Johnson, visando a análise funcionalista, “*a abordagem dos “traços” à teorização da profissionalização, apesar de tentar sugerir um processo e uma cronologia, é a-histórica na medida em que ignora variações nas condições históricas sob as quais variantes de formas institucionalizadas de actividades ocupacionais se desenvolvem. A teoria dos “traços” raramente inclui qualquer tratamento sistemático das condições sob que a profissionalização se desenvolveu*”⁵⁴.

A ideia de classificar as ocupações ao longo de um contínuo definido pelos atributos listados para a profissão, recolhe igualmente críticas. Como operacionalizar

⁴⁹ Montague Jr., Joel B.; Miller, Ronald F.; “The New Professionalism in Sociology” in Halmos, Paul (ed.) *The Sociological Review Monograph 20: Professionalisation and Social Change*; University of Keele, Keele; 1973; p.142

⁵⁰ Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 40

⁵¹ Gyarmati, Gabriel K.; “The doctrine of the profession – basis of a power structure” in *International Social Science Journal*; n.º XXVII; 1975 citado por Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 41

⁵² Halmos, Paul; *op. cit.*; pp. 5-10

⁵³ Gyarmati, Gabriel K.; *op. cit.*; p. 29

⁵⁴ Johnson, Terence J.; *Professions and Power*; 7ª ed.; Macmillan; Londres; 1993 (ed. orig. 1972); p. 30

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

dimensões atribuídas ao conceito de profissão e centrais no modelo funcionalista como as de autonomia e dependência ou conhecimento prático e teórico, complexo ou esotérico? Colocar determinada ocupação num contínuo emerge necessariamente como indissociável da operacionalização das dimensões que a classificação pressupõe⁵⁵, e nunca, os teóricos funcionalistas trabalharam nesse sentido.

No respeitante aos remédios encontrados pelos sociólogos críticos das abordagens clássicas das profissões, Halmos, sistematiza-os em dois tipos:

- 1) Propostas de “desprofissionalização” das profissões quer frontalmente quer desmembrando os monopólios, através da constituição de grupos paralelos com as mesmas funções;
- 2) Propostas de controlo das profissões pelos clientes, tornando o grupo profissional responsável e penalizável perante organizações que reuniram a sua clientela.⁵⁶

Os anos de 70 e 80, não obstante o movimento crítico, foram especialmente profícuos na teorização do profissionalismo. Por um lado, discutiu-se o futuro das profissões em torno das chamadas Teses de Tendência Profissional. Por outro, através da Teoria do Poder das Profissões elabora-se mais profundamente no sentido da definição do profissionalismo, olha-se para o funcionamento interno dos agrupamentos profissionais e visita-se a sua história, descrevendo e sistematizando o modo como adquiriram, sustentaram e perderam estatutos sociais privilegiados.

As Teorias de Estratificação do Mercado de Trabalho contribuíram por seu lado decisivamente para explicar o lugar das profissões entre as ocupações, integrando-as de forma mais satisfatória e pacificada na Sociologia do Trabalho, como teria Hughes apreciado.

Com as Teses de Tendência ganha-se pois face aos contributos clássicos em Prospecção e Macrossociologia. Com as Teses do Poder Profissional evolui-se em Conceptualização e recupera-se em Microsociologia e Historicidade. Com as Teorias

⁵⁵ É neste sentido que se considerou, que a dimensão conhecimento nas suas várias acepções aqui relevantes, foi tratada pelo paradigma funcionalista como uma constante, uma caixa negra que não recebeu qualquer atenção especial, ainda que identificada por muitas abordagens como dimensão central e/ou fundamental do profissionalismo.

⁵⁶ Halmos, Paul (1973); *op. cit.*; p. 7

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

da Estratificação do Mercado de Trabalho progride-se também em Conceptualização ganhando-se Alcance Explicativo.

Teses de Tendência Profissional.

Os debates de tendência são animados em torno dos conceitos de profissionalização, proletarização e desprofissionalização. Caracterizam-se pelo pioneirismo em aprofundar os sentidos evolutivos possíveis dos agrupamentos profissionais enquanto estruturas sociais (dependentes das evoluções macrossociais que a sociedade sofre) e do papel social das profissões.

Pode falar-se em dois tipos de teses: teses de dominação e teses de declínio do poder profissional.

As primeiras seguem o programa funcionalista prevendo que as profissões vão consolidar estatutos crescentemente privilegiados e que, dada a crescente importância social do saber científico, assumirão um papel fundamental na sociedade do futuro.

As segundas propõem ou a proletarização ou a desprofissionalização do profissional. Por proletarização entender-se-ia a mecanização e burocratização da actividade; por desprofissionalização os efeitos niveladores da crescente generalização do acesso ao saber pelo homem comum. Ambos estes processos minariam as bases do poder profissional concorrendo para a perda de importância relativa ou mesmo para o desaparecimento do profissionalismo.

No que respeita às teses de dominação, as teorias do pós-industrialismo assumem especial lugar. Destacaremos os contributos de Galbraith, Touraine e Bell.

Galbraith vinha afirmando já desde 1958 a importância da informação para o que chamou o novo Estado industrial; a importância do capital enquanto meio de produção estaria radicalmente a decair face à ascensão da informação tornada principal factor de produção⁵⁷. O progresso económico surgiria como consequência na nova sociedade, mais tributário da capacidade de inovação, do empenho total e criativo e da facilidade de resposta à mudança, que da quantidade de trabalho e capital inseridos na

⁵⁷ Galbraith, J.K.; *O Novo Estado Industrial*; Publicações Dom Quixote; Lisboa; 1973; p. 84 citado por Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 62

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

produção⁵⁸. Os indivíduos com elevada formação seriam os mais capazes de assumir esses novos desafios, potenciando-se a sua necessidade e relevância.

Para Alain Touraine (1974) a destruição das formas tradicionais de trabalho na sociedade pós-industrial conduziria a uma mobilização dos trabalhadores (e dos profissionais em particular) para a defesa do seu estatuto pessoal e profissional, para a obtenção de garantias de carreira e para profissionalização⁵⁹. Assistir-se-ia assim à substituição das sociedades industriais, baseadas no capitalismo industrial por sociedades tecnocráticas, pós-industriais ou programadas, consoante a ênfase da análise fosse no poder, no contraste face ao tipo anterior ou no modo de organização da produção⁶⁰. Nesta nova sociedade, a criação do conhecimento e a distribuição de informação determinariam largamente o modo de organização económica⁶¹ ⁶² constituindo o seu monopólio o principal recurso da nova classe dominante: os tecnocratas que “*não são técnicos, mas dirigentes, quer pertençam à administração do Estado, quer a grandes empresas intimamente ligadas, mesmo pela sua importância, aos meios de decisão política*”⁶³.

O que define os tecnocratas não é já a detenção de propriedade (que caracterizava os capitalistas – antiga classe dominante) mas essencialmente um elevado nível de educação, sendo o controlo de entrada na nova classe feito por meio do controlo dos diplomas⁶⁴.

Daniel Bell considerou que o conhecimento constituiu desde sempre recurso necessário ao funcionamento da sociedade, mas que a sociedade pós-industrial encerrou a novidade de o colocar no centro do processo produtivo e da organização social. Como Touraine tinha já afirmado, o principal recurso estratégico da nova sociedade é a informação⁶⁵. Tais afirmações recolheriam apoio empírico na terciarização da economia, no aumento das profissões técnicas e científicas (baseadas em formação

⁵⁸ Galbraith, J.K.; *The Affluent Society*; Nova Iorque; Hachette; 1958 citado por Touraine, Alain; *A Sociedade Post-Industrial*; Moraes Editora; Lisboa; 1970 (1ª ed. 1969); p. 71

⁵⁹ Touraine, Alain; *Pela Sociologia*; Publicações Dom Quixote; Lisboa; 1982 (1ª ed. 1974); p. 125

⁶⁰ Touraine, Alain; *A Sociedade Post-Industrial*; Moraes Editora; Lisboa; 1970 (1ª ed. 1969); p. 7

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 35

⁶² Afirma mesmo Touraine que “*o tratamento da informação desempenha o mesmo papel central que o tratamento dos recursos naturais desempenhou nos começos da industrialização*” (*Idem, ibidem*, p. 71).

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 58

⁶⁴ *Idem, ibidem*, pp. 60, 61

⁶⁵ Naisbitt, John; *Macrotendências: dez novas orientações que transformam as nossas vidas*; 3ª ed.; Editorial Presença; Lisboa (ed. orig. 1982); p. 31

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

universitária) e na alteração estrutural das relações entre ciência e tecnologia que constituiriam o fundamento dos principais desenvolvimentos que a indústria moderna estaria a sofrer⁶⁶.

A sociedade pós-industrial de Bell assenta em quatro características essenciais: 1) passagem de uma economia essencialmente produtora de bens, para uma assente na produção de serviços; 2) predominância dos profissionais na estrutura da população activa; 3) conhecimento teórico como o principal enformador e motor de desenvolvimento da sociedade moderna; e 4) tomada de decisão baseada numa nova racionalidade humana assente na “tecnologia intelectual”⁶⁷.

Nesta nova sociedade, os homens de ciência encontrariam destaque e os profissionais constituiriam a imagem da nova sociedade orientada pelas normas do profissionalismo e pelo primado do conhecimento científico⁶⁸.

Os principais teóricos da proletarização são três, Oppenheimer, Braverman e Boreham, todos tributários do contributo marxista. Concretizemos apenas o contributo de Oppenheimer, por retractar suficientemente, neste aspecto, o argumento essencial das restantes abordagens.

Os teóricos da proletarização defendem que a tendência do profissionalismo seria no sentido da integração dos profissionais em organizações nas quais se limitariam a uma função cada vez mais especializada e heteronomamente determinada, não obstante a natureza da sua tarefa ser crescentemente assente em vasta formação científica e técnica.

O dever do papel dos profissionais seria então essencialmente o de substituir o operariado industrial na constituição do proletariado organizacional. Como esclarece Oppenheimer, “*a minha tese é que um tipo de trabalhador proletário de colarinho branco está a substituir o tipo de trabalhador profissional autónomo no estrato superior do emprego técnico-profissional*”⁶⁹. Concretiza o seu argumento definindo o ideal-tipo de profissional proletarizado (contraposto ao tipo-ideal do profissional “clássico”) cujo trabalho, para ele, deverá caracterizar-se por:

⁶⁶ Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 64

⁶⁷ *Idem, ibidem*

⁶⁸ *Idem, ibidem*, pp. 64-65

⁶⁹ Oppenheimer, Martin; “The Proletarianization of the Professional” in Halmos, Paul (ed.); *op. cit.*; p. 213

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- 1) Extensa divisão do trabalho, com a incumbência para o profissional da realização de apenas uma tarefa;
- 2) Determinação do ritmo e do local de trabalho assim como a natureza do produto final por uma autoridade burocrática superior;
- 3) Constituição do salário na principal fonte de rendimento do trabalhador;
- 4) Prossecução da negociação colectiva com vista à melhoria das condições de trabalho.⁷⁰

A fragmentação e rotinização do trabalho, a par da conseqüente desqualificação progressiva do profissional conduziria à sua alienação, fruto dos esforços do capital para maximizar o controle sobre os novos proletários⁷¹. O nascimento de uma consciência de classe com potencial reivindicativo⁷² constituiria a única forma de contrariar o processo.

Marie Haug foi a principal proponente das teses de desprofissionalização. Considerava ser necessário encarar a hipótese de que, sob as forças que actuam no sentido de produzir a sociedade do futuro, se esteja a gerar um cenário no qual a concepção de profissão e de profissional se torna obsoleta, tornando-se a tendência dominante a desprofissionalização, ou seja “[a] perda para as ocupações profissionais das suas qualidades distintivas, particularmente o seu monopólio sobre o conhecimento, a crença pública no seu ethos de serviço, e a concretização das suas expectativas de autonomia e autoridade laboral sobre o cliente”⁷³.

O armazenamento informático do conhecimento assim como a “automação” das principais técnicas profissionais, mesmo do relacionamento profissional-cliente e do controle pelos pares⁷⁴ conduziria à assunção, em última instância do profissional como mero operador.

O acesso ao conhecimento passaria então a ser restrito não a quem estivesse academicamente bem colocado, mas a quem conhecesse os mecanismos de acesso

⁷⁰ *Idem, ibidem*

⁷¹ vide Braverman, Harry; *Labor and Monopoly Capital*; Monthly Review Press; Nova Iorque; 1974

⁷² Oppenheimer, Martin; *op. cit.*; p. 213

⁷³ Haug, Marie R.; “Deprofessionalization: An Alternate Hypothesis for the Future” in Halmos, Paul (ed.) *op.cit.*; pp. 196, 197

⁷⁴ A autora refere-se especialmente aos desenvolvimentos que se observam na medicina, com a invenção de máquinas capazes de diagnosticar, receitar, estabelecer a relação com o doente ou efectuar o controlo social (ou electrónico) dos profissionais a partir da introdução sistemática de dados à medida que o trabalho é efectuado (*Idem, ibidem*, p. 201).

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

informático, na medida em que é sobre essa base que ele estará predominantemente armazenado. Como afirma Haug, “o acesso ao conhecimento armazenado não depende do saber mas de saber como aceder a ele” (destaque no original)⁷⁵.

A acessibilidade aos “armazéns intelectuais”, como a autora lhes chama, teria já começado a desfazer o monopólio dos profissionais sobre o saber, continuando indubitavelmente tal tarefa no futuro⁷⁶. O serviço ao cliente seria substituído pelo *self-service* e a autonomia pela crescente necessidade de sujeição ao controlo do cliente. Como conclui Haug, tal conduziria a um curioso paradoxo: o desenvolvimento tecnológico geraria a sua desmistificação, minando a sua própria supremacia⁷⁷.

Teses do Poder Profissional.

No que respeita às teorias do poder das profissões, os seus principais defensores são três: Johnson, Freidson e Larson.

Jonhson considera que a grande fraqueza explicativa dos paradigmas clássicos se situava, desde logo, na confusão sobre o que realmente constituiria objecto de estudo de uma sociologia das profissões: não a definição que as profissões dão ou querem dar de si, mas os meios pelos quais uma determinada ocupação é controlada⁷⁸. Esclarece Johnson que, para ele, “uma profissão não é (...) uma ocupação, mas os meios de controlar uma ocupação”⁷⁹.

Considera que a emergência de qualificações ocupacionais especializadas conduziria a dois tipos de relações: *relações de dependência social e económica* dos serviços de outros, à medida que a especialização permitia e conduzia à redução da polivalência do conhecimento e da técnica, e *relações de distância social* derivadas da especialização da produção e do que chama a desespecialização do consumo⁸⁰. Como afirma, conciliando as duas tendências relacionais, “à medida que a especialização cria relacionamentos sistemáticos de interdependência, introduz também potencialidades de autonomia”⁸¹.

⁷⁵ *Idem, ibidem*

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 202

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 209

⁷⁸ Johnson, Terence; *op. cit.*; p. 38

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 45

⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 41

⁸¹ *Idem, ibidem*

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

As relações de distanciamento social que constituiriam como se viu, derivação directa da especialização do trabalho fariam emergir um ambiente de *incerteza* nas trocas entre produtores e consumidores, que concorreriam para a criação de uma conflitualidade latente derivada do receio da *exploração*⁸². Seriam as relações de poder no âmbito do sistema produtor-consumidor que determinariam em última instância a expensas de quem a incerteza faria incidir os seus efeitos⁸³.

Ora, nem o grau de incerteza na relação seria homogéneo para cada ocupação, nem os recursos de poder de que cada ocupação disporia seriam em geral suficientes para impor a todos os consumidores a vontade da produção (excepção feita, sublinha Johnson para o moderno exército profissional, onde os recursos tecnológicos e organizacionais se apresentariam em geral suficientes para o atingir de tal supremacia), emergindo a hierarquização das ocupações em sociedade⁸⁴. As profissões seriam apenas ocupações que lograram reunir uma considerável quantidade de recursos de poder, pelo meio dos quais puderam impor a sua vontade ao nível da relação produtor-consumidor, constituindo um fenómeno peculiar dentro de um sistema genérico baseado no poder detido e capacidade de imposição consequente.

O grau de incerteza⁸⁵ das ocupações explicaria por seu turno o atingir ou não da auto-regulação da actividade. Assim, áreas particularmente delicadas da identidade grupal e do *self* do cliente, envolveriam relacionamentos sociais particularmente incertos e tensos. A distância social decorrente conduziria a maior autonomia, em paralelo com o aumento do perigo de exploração e da necessidade de controlo social. As principais profissões decorreriam deste tipo de relacionamento social⁸⁶.

Johnson advogava ainda que os recursos de poder de determinada ocupação, que explicariam todo o seu sistema, seriam à partida determinados pelo peso da contribuição da actividade profissional para a sustentabilidade do modo de produção capitalista. Os diferentes graus de proximidade da ocupação à elite seriam consequentemente essenciais na explicação do privilégio social de determinadas ocupações⁸⁷.

⁸² *Idem, ibidem*, pp. 41, 43, 44

⁸³ *Idem, ibidem*, p. 41

⁸⁴ *Idem, ibidem*, pp. 41,42

⁸⁵ Sublinha Rodrigues (*op. cit.*, p. 49) que esta incerteza não se apresenta como meramente cognitiva, integrando uma componente de mistificação que as ocupações deliberadamente introduzem com vista a aumentar a distância social e a autonomia e controlo decorrentes.

⁸⁶ Johnson, Terence; *op. cit.*; pp. 43, 44

⁸⁷ Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 50

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Eliot Friedson, aluno de Hughes, desenvolveu dos anos 60 à presente década extenso trabalho analítico sobre a questão do profissionalismo. A análise de Friedson no que concerne à institucionalização do poder profissional assenta em três conceitos essenciais: autonomia técnica, *gatekeeping* e *expertise*^{88 89}.

A *expertise*, baseada na formação prolongada e na posse de conhecimentos especializados, legitimaria a autonomia no exercício da actividade pelo profissional⁹⁰, e a manipulação ou mesmo monopolização de importantes recursos informacionais que implicaria, permitiria perpetuar a sua posição de destaque e prestígio sociais.

Já o *gatekeeping*, ou o controlo do acesso ao exercício da profissão permitiria simultaneamente a escolha dos futuros membros e o dimensionamento do grupo ocupacional com vista a maximizar os rendimentos dos profissionais por via do controlo monopolístico sobre a oferta dos serviços⁹¹. O *gatekeeping* assume genericamente para Friedson a forma de credencialismo, mecanismo que funciona no sentido da construção de um cartel ocupacional⁹².

Dois tipos de acreditação profissional podem ser distinguidos segundo o autor: uma acreditação ocupacional, através da qual licenças (no sentido que lhe dá Hughes) são atribuídas a indivíduos, permitindo-lhes exercer a profissão (tal é comumente feito através da entrega de diplomas ou certificados na sequência da frequência com sucesso de um plano formativo reconhecido pela comunidade profissional e legalmente sancionado). Um segundo tipo de acreditação é já institucional, constituindo-se no reconhecimento de instituições competentes para organizar a produção de determinado tipo de serviços, ou para formar profissionais para o seu exercício. Tal acreditação é

⁸⁸ Usamos os termos *gatekeeping* e *expertise* na sua língua original na medida em que, parece-nos, tal facilita a compreensão do modelo, no primeiro conceito à falta de adequado termo para a tradução, no segundo pelo seu já generalizado uso na língua portuguesa com conotação ligeiramente diferente das traduções possíveis.

⁸⁹ Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 51

⁹⁰ A autonomia técnica deveria derivar da confiança do cliente no profissional, na linha do argumento de que só ele possui a *expertise* necessária para desempenhar a tarefa, na tradição do “*credat emptor*” proposto por Hughes. A autoridade profissional assume no entanto para Friedson um carácter impuro, na medida em que reúne elementos de autoridade derivados da competência técnica e outros da autoridade legal ou burocrática (Friedson, Eliot; “The Impurity of Professional Authority” in Becker, Howard S.; Geer, Blanche; Riesman, David; Weiss, Robert (ed.) *Institutions and the Person: essays presented to Everett C. Hughes*; Aldine Publishing Company; Chicago; 1968; pp. 25-34).

⁹¹ Friedson, Eliot; *Professional Powers: a Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*; The University of Chicago Press; Chicago; 1986; p. 63

⁹² *Idem, ibidem*

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

especialmente sancionada pelos poderes públicos sendo contudo é também influente a comunidade profissional⁹³.

A profissionalização para Friedson constitui, na linha do quadro traçado, o processo pelo qual determinada ocupação reivindica com sucesso o monopólio da realização de determinada actividade assim como o poder para determinar o modo da sua realização⁹⁴ exercendo ao mesmo tempo controlo próximo sobre a formação e a atribuição de licenças⁹⁵.

Os principais suportes institucionais do poder das profissões seriam as instituições de credenciação, as instituições competentes para a atribuição de licenças, e as instituições de formação que permitiriam a existência de um corpo de conhecimentos consistente e comum à comunidade profissional. Tais instituições lançariam as bases para os mercados de trabalho protegidos que constituem o palco sobre o qual os profissionais se movem e que lhes confere segurança ocupacional.

A análise de Magali Sarfatti Larson não se afasta muito na generalidade do quadro proposto por Friedson. Esta vai no entanto mais longe no argumento, ultrapassando o conceito de *gatekeeping* para propor o de “projecto de mobilidade social colectiva” que envolveria a construção de um monopólio da comunidade profissional sobre a actividade exercida.

Ao contrário de Friedson, Larson intenta no seu esforço compreensivo uma conjugação das abordagens marxistas e weberianas da estratificação social e do papel dos especialistas na própria construção ideológica do Estado, e seus efeitos na forma de organização social.

O conceito de *expertise* enquanto modo de comercialização do saber em mercados monopolísticos é usado para explicar a reprodução da sociedade de classes⁹⁶, encarando-se o estudo das profissões como necessariamente enquadrado na problemática mais vasta que constitui o papel dos intelectuais numa sociedade classista⁹⁷.

⁹³ *Idem, ibidem*, p. 64

⁹⁴ O poder de determinação do modo de realização da actividade comporta uma dimensão ideológica segundo Friedson, na medida em que concretiza um conjunto de crenças “imperialistas” sobre a melhor forma de resolução dos problemas. (Rodrigues, Maria de Lurdes; *op. cit.*; p. 52)

⁹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 50, 51

⁹⁶ Larson, Magali Sarfatti; *The Rise of Professionalism: a sociological analysis*; University of California Press; Berkeley; 1977; *passim*

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. xv

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

O início da constituição de mercados profissionais, processo situado pela autora no início do século XIX, teria inaugurado uma forma intrinsecamente nova de “desigualdade estrutural” oposta aos tradicionais modos feudais e capitalistas, ambos assentes na propriedade. A sua essência e legitimidade derivaria da consolidação de um corpo de saberes científicos e práticos; de uma *expertise* socialmente reconhecida baseada em sistemas de educação e acreditação⁹⁸. O processo de profissionalização exprimir-se-ia portanto na tentativa de traduzir uma ordem de “*recursos escassos – de conhecimentos e competências especiais – noutra – de recompensas sociais e económicas*”⁹⁹, processo comprometido com um esforço de mobilidade social ascendente. Tal processo – projecto de mobilidade social colectiva – assentaria na estandardização do conhecimento e na construção de mercados fechados¹⁰⁰.

A acomodação da comunidade profissional em situação de monopólio dependeria da despersonalização e conseqüente objectivação de um corpo de conhecimentos que constituiria um paradigma (no sentido kuhniano) destinado a ser por um lado, aceite pelos profissionais futuros, e por outro, a ser imposto à sociedade. O primeiro objectivo dependeria da mediação das instituições de ensino, nomeadamente das universidades (a arena empírica na qual a ligação entre produção de conhecimentos e sua aplicação num mercado de serviços se objectiva¹⁰¹) e o segundo do poder coercivo que o grupo que protagoniza o projecto de mobilidade conseguiria mobilizar a seu favor.

Os protagonistas do projecto de mobilidade atacariam num primeiro momento os privilégios do(s) grupo(s) que tradicionalmente monopolizara(m) a actividade em causa, nomeadamente fazendo ressaltar a “imoralidade” da sua exclusividade. Num segundo momento estruturariam sobre as ruínas do tradicional modo de organização, mercados monopolísticos largamente assentes em mais amplas bases de controlo social, por modo a fazer frente aos movimentos de ataque que eles mesmos no passado protagonizaram^{102 103}.

⁹⁸ *Idem, ibidem.*, p. xvii

⁹⁹ *Idem, ibidem*

¹⁰⁰ *Idem, ibidem.*, p. 40

¹⁰¹ *Idem, ibidem;* pp. 50, 51

¹⁰² Larson decalca esta visão da evolução que descreve da profissão médica e de advocacia na Europa desde o século XIX (*Idem, ibidem, passim*).

¹⁰³ *Idem, ibidem.*, p. 51

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Seria a aparência de neutralidade (dada pela reivindicação para o corpo de conhecimentos de um carácter científico) e de um princípio de meritocracia (controlada) na base da selecção dos profissionais que legitimaria a posição privilegiada das profissões na sociedade e constituiria a melhor protecção do profissional face à pressão da clientela¹⁰⁴.

Sistematiza ainda Larson que o controlo sobre o mercado será tanto maior quanto

- 1) menos tangível for o serviço a ser prestado;
- 2) menos competitivo for o mercado geral da actividade em causa;
- 3) mais extensa e menos organizada for a clientela;
- 4) mais estandardizada for a base cognitiva;
- 5) maior for o controle sobre a “produção de produtores”;
- 6) maior for a independência do mercado em causa face a outros, e;
- 7) quanto maior for a afinidade da ideologia profissional com a ideologia dominante¹⁰⁵.

Teses da Estratificação do Mercado de Trabalho.

Oposta à teoria neo-clássica que caracteriza o mercado de trabalho como um espaço natural de encontro da oferta e da procura de trabalho, fluido nas suas evoluções, justo nas suas alocações e em última instância assegurador do maior nível de bem-estar social, a teoria do duplo mercado de trabalho (também chamada de teoria da estratificação do mercado de trabalho) distingue dois sectores económicos radicalmente diferentes nas suas formas de funcionamento e de utilização da mão-de-obra.

Fundada nos seus princípios basilares nas obras de Berger e Piore e de Piore e Doeringer¹⁰⁶, a mesma teoria distingue um mercado interno e um mercado externo de

¹⁰⁴ A análise de Larson sobre o papel do cliente na constituição de monopólios profissionais deriva, no âmbito de *The Rise of Professionalism* directamente da de Friedson que cita (*Idem, ibidem*, p. 48). Defende que, nas palavras de Friedson, a autoridade de uma profissão se encontra no auge “quando o número dos seus membros é reduzido em relação à procura, e quando a clientela está desorganizada” (Friedson (1968); *op. cit.*; p.29).

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*; pp. 47, 48

¹⁰⁶ Berger, S.; Piore, M; *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*; Cambridge University Press; Cambridge; 1980 e Doeringer, P.B.; Piore, M.; *Internal Labour Markets and Manpower Analysis*; 2nd ed.; Nova Iorque Shape; Nova Iorque; 1985

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

trabalho. O primeiro repousa sobre um conjunto de regras e procedimentos administrativos que regulamentam a distribuição dos empregos e salários. A progressão está aí associada ao diploma e à experiência profissional, as carreiras (de tarefas, títulos e salários) estão claramente regulamentadas e cada posto implica direitos sobre benefícios sociais associados à posição alcançada. O papel das organizações sindicais e da protecção legal torna-se relevante na agência de estabilizar e garantir a estabilidade das ocupações e a inviolabilidade dos direitos adquiridos.

Ao contrário, um segundo sector, que directamente se opõe ao primeiro, caracterizar-se-ia pela falta de estabilidade de emprego, uma vez que estaria aberto à livre concorrência e apresentaria pouco ou nenhum entrave à circulação dos agentes económicos. A precariedade seria acompanhada pela reduzida regulamentação, pela modéstia dos rendimentos e pela ausência de benefícios sociais.

Teríamos pois o mercado de trabalho submetido a uma divisão essencial: um mercado fechado de privilégio que se identificaria com o mercado profissional, e um mercado aberto concorrencial caracterizado pela precariedade, pela instabilidade e pela subordinação.

A definição das condições de acesso aos mercados internos que é subsequentemente intentada, lança nova luz sobre a sua natureza destes mercados e contornos da sua exclusividade. Estes mercados caracterizar-se-iam quanto à forma de acesso por apenas permitirem a entrada aos que possuem a qualificação e diploma adequados, por definirem usualmente a necessidade de acesso à carreira por via do seu posto mais baixo e por se sustentarem sobre o princípio da legitimação legal e do benefício especial estatal negociado numa base de troca de serviços.

O mercado fechado assentaria pois sobre o diploma, a formação escolar e a carreira profissional; o mercado aberto seria acedido meramente como prémio de trajectórias descontínuas (trabalho/ formação complementar/ desemprego) longas e sinuosas.

Ora, uma ideia semelhante visitou Dubar, ao afirmar que, *“toda a socialização profissional é também selecção e logo, virtualmente exclusão”*¹⁰⁷. Seguiu-o Paradaise

¹⁰⁷ Dubar, Claude; *op. cit.*; p.187

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

ao optar por definir profissionalização como o processo tendente à produção de mercados fechados de trabalho¹⁰⁸.

A qualificação e o seu acesso passariam pois a constituir o palco em que se jogaria a definição do profissionalismo e a justificação do acesso às prerrogativas sociais de que gozam as profissões. Assumiu-se contudo um conceito de qualificação especialmente lato, capaz de operacionalizar mesmo a própria profissionalização. Segundo Reynaud:

- 1) A qualificação constitui-se numa regulação organizacional e técnica conjunta, isto é, não depende apenas de considerações técnicas, mas também das interacções do mercado, isto é, das orientações geradas pela relação entre empregadores, “empregados da qualificação” e poderes públicos;
- 2) A qualificação produz um mercado interno de trabalho organizado e estável, oferecendo empregos, oferecendo oportunidades de estabilidade económica e social e oferecendo vias de promoção. Implica conseqüentemente uma estruturação interna de postos, o controle efectivo do Estado sobre os diplomas e mecanismos de controlo da atribuição das autorizações de acesso ao mercado de trabalho;
- 3) A qualificação encontra-se ligada a um tipo de organização da produção, isto é, a um estado concreto e identificado da divisão do trabalho de uma sociedade, sendo pois indissociável, e de facto, incompreensível, fora da consideração global da forma de organização e económica e divisão social do trabalho, momentaneamente vigente numa sociedade;
- 4) A qualificação sustém-se sobre um sistema de regulação e negociação produto do sistema de relações profissionais, sendo por via da mesma regulação que emerge como sujeito ou agente colectivo¹⁰⁹.

A qualificação apresentar-se-ia pois simultaneamente como o momento anterior da profissão e a sua base de diferenciação face a outras categorias de trabalhadores. Seria depois, o recurso possível de se individualizar na justificação da concessão aos profissionais de estatutos sociais elevados em sociedades tecnocráticas.

¹⁰⁸ Paradeise, C.; “Les professions comme marchés du travail fermés” in *Sociologie et sociétés*; n°2; 1988; p.12

¹⁰⁹ Reynaud, J.-D.; “Qualification et marché du travail” in *Sociologie du Travail*; n°1; 1987; pp. 100-109

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

A qualificação seria ainda a base de um sistema de trabalho e de relações sociais originais capaz de suster, pela agregação de identidades e interesses comuns e pela participação em regalias ou prejuízos inerentes a uma mesma condição, a emergência de actores colectivos capazes de protagonizar projectos de mobilidade social grupais e de, nesse âmbito, travar guerras jurisdicionais destinadas por um lado a assegurar a manutenção de benefícios já alcançados e legitimados, e por outro, destinados a trazer para o mercado de uma qualificação novas prerrogativas e regalias que, à custa de outros agrupamentos provados mais fracos na defesa dos seus benefícios, providenciam mais emprego, mais retornos aos praticantes de uma qualificação e mais prestígio à profissão.

E, como já tinha afirmado Larson, é no campo do prestígio que se ganha geralmente a luta travada pela ascensão social colectiva. E, lembraria Hughes, tal seria tão mais assim quanto a intangibilidade do serviço determinasse ser muitas vezes o próprio prestígio a fonte da legitimação da prática da qualificação e não, asserções acerca da utilidade social real de tal prática.

Os anos 80 trazem pois para a Sociologia das Profissões novas linhas de investigação, que marcam hoje, decisivamente o debate em torno dos conceitos de profissionalismo e profissionalização. Destaca-se em particular: a elevação do poder social das profissões a elemento essencial da definição de profissionalismo; a consideração do profissionalismo no seu contexto social, económico e histórico, tornando-o dependente de processos sociais mais vastos que o condicionam, possibilitam e delineiam; a colocação das profissões em complexos ambientes relacionais; as profissões deixam de ser consideradas como explicáveis por si e passam a ser analisadas como elementos de sistemas complexos; a colocação das profissões em ambientes conflituais, dado o seu poder se realizar sobre a exclusão, a subordinação e a frustração de outros grupos, cria-se tensão e competição; e o reconhecimento e operacionalização da necessidade de perspectivar a evolução macrossocial das sociedades na determinação das tendências evolutivas do profissionalismo.

1.4. Unificando a Profissão: Os Contributos Sistémicos e a Revisitação da

Abordagem Tipológica.

Procurando integrar os diversos contributos teóricos dos anos 80, Abbott e Friedson destacam-se na proposição, o primeiro de um modelo dinâmico de racionalização do profissionalismo e da profissionalização¹¹⁰, e o segundo na definição de um tipo-ideal novo, que deveria reorientar a análise do profissionalismo e revalidar o modelo profissional para uma sociedade crescentemente neo-clássica, na forma como apercebe o mercado de trabalho, e que, segundo ele, se teria tornado excessivamente crítica do profissionalismo, sem perceber o que estaria a hipotecar¹¹¹.

Andrew Abbott coloca o fenómeno da profissão num sistema que em última análise o determina e explica, fazendo uso de factores políticos, culturais e históricos bem como das dinâmicas internas à divisão social do trabalho profissional e não profissional. Amplia assim significativamente a compreensão do fenómeno à medida que habilita a sistematização de uma teoria geral do trabalho na sociedade.

A proposta conceptual sistémica de Abbott compõe-se de dois níveis essenciais. Um, procura compreender o modo como a divisão do trabalho *expert* se solidifica numa sociedade, e sobre que factores evolui, propondo a noção de sistema das profissões como forma de concretizar as dinâmicas inerentes à sua esquematização. Um segundo procura integrar tal sistema no contexto societal mais vasto, nomeadamente visando compreender as forças que do exterior sobre ele actuam.

Para Abbott, a teorização anterior da profissão e dos processos de profissionalização teria conduzido à multiplicação em termos essencialmente independentes (quer em termos metodológicos quer teóricos) de estudos de caso, o que, agravado pela impossibilidade de comparação, teria feito perder de vista um fenómeno essencial: o da competição interprofissional. A história das profissões não seria a história que os teóricos da profissionalização contam (e que tomam as ocupações individualmente no seu caminho por uma sucessão de passos pré-determinada) mas sim a história das disputas jurisdicionais¹¹². Seria o conceito de jurisdição que,

¹¹⁰ Abbott, Andrew; *The System of Professions – an Essay on the Division of Expert Labor*; University of Chicago Press; Chicago; 1988

¹¹¹ Friedson, Eliot; *Professionalism – the third logic*; Polity Press; Cambridge; 2001

¹¹² Abbott, Andrew; *op. cit.*; p. 2

consubstanciando a ligação do profissional ao seu trabalho, reestabeleceria teoricamente a interdependência das várias profissões¹¹³.

Cada profissão, para Abbott, estaria ligada por laços jurisdicionais a tarefas que concretizariam uma resposta *expert* a um problema humano, tarefas essas que desde logo seriam culturalmente e historicamente determinadas. As disputas pela realização dessas tarefas, a consolidação de jurisdições (ligações a determinada tarefa por um agrupamento profissional), o seu abandono por um grupo face a uma tarefa ou conjunto de tarefas mais atractivas ou a sua recuperação por outro, delineariam as dinâmicas fundamentais do sistema das profissões. A modificação da relevância quer cultural quer histórica de tais tarefas poderiam por seu turno conduzir ao desaparecimento ou à consolidação de novas jurisdições.

A jurisdição poderia para Abbott incidir sobre dois tipos de problemas: objectivos, sustentados por imperativos naturais ou tecnológicos, e subjectivos, decorrentes de imperativos culturais. O conteúdo da tarefa, esse, poderia genericamente ocupar-se da actividade de diagnóstico (definição e nomeação do problema), tratamento (estabelecimento dos meios para a sua resolução) e inferência (operação mental que as medeia)¹¹⁴. As profissões poderiam incidir sobre um destes últimos aspectos da prática profissional, ou englobar duas ou as três actividades.

Da ligação da maioria das profissões ao sistema académico e a um grupo especializado no seu seio dependeria o sucesso no suster e reclamar de jurisdições tradicionais ou novas. Quanto maior o prestígio social do grupo, maior a probabilidade de sucesso. Para o autor, contudo, tal corpo teórico preencheria funções bem mais simbólicas que práticas¹¹⁵. Como esclarece Abbott, “*o conhecimento académico legitima o trabalho profissional ao clarificar as suas fundações e aí reconduzi-los a valores culturais major (...) [as] sociedades têm pouco tempo para especialistas que não detêm legitimidade cultural, independentemente das suas taxas de sucesso*”¹¹⁶. Nesta linha, não seria surpreendente para o autor que muitos dos “assaltos jurisdicionais” se dirigissem à academia.

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 20

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 35-52

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 54

¹¹⁶ *Idem, ibidem*

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

As principais tarefas do sistema académico de conhecimento de uma profissão seriam três: a legitimação, a pesquisa e a instrução, definindo cada uma delas a vulnerabilidade da jurisdição profissional a ataques do exterior. A disputa de jurisdições travar-se-ia em três palcos essenciais: o sistema legal, a opinião pública e o local de trabalho¹¹⁷. Como sublinha Abbott, só uma profissão com absoluto monopólio pode dar-se ao luxo de ignorar a arena da competição¹¹⁸.

O reclamar de uma nova jurisdição para uma profissão seria tão mais eficaz:

- 1) Quanto mais e melhor organizada estiver a profissão (embora profissões menos organizadas tenham em geral maior mobilidade entre jurisdições);
- 2) Quando existe uma única associação profissional, e portanto com maior probabilidade se transmitem mensagens unívocas para a opinião pública e para as outras profissões;
- 3) Quanto mais clara for a ligação dessa nova área ao corpo teórico academicamente sediado e legitimado¹¹⁹.

Os estabelecimentos (*settlements*) – arranjos jurisdicionários temporários –, seriam tão mais estáveis quanto maior fosse a presença destes elementos favoráveis.

A exclusividade das jurisdições seria o princípio basilar de um sistema das profissões. Sistema dado que profissão implicaria interdependência, interdependência por meio da competição interprofissional pela detenção de jurisdições atractivas.

Para Abbott, considerar o mundo profissional como sistema altera radicalmente a concepção tradicional do desenvolvimento das profissões. Nega desde logo a concepção clássica de profissionalização que postula que as profissões se desenvolvem independentemente – a profissionalização passa a ser um processo relacional. Depois, centra a questão da profissão no trabalho realizado e não meramente na estrutura.

Considerar as profissões no vácuo, influenciadas individualmente ou como grupo corporativo sujeito a influências privativas, é também substituído, diz Abbott por uma teoria complexa que não só engloba a generalidade das ocupações enquanto partes constitutivas (independente do estatuto ou conteúdo) da divisão social do trabalho, como inclui variáveis anteriormente negligenciadas. Segundo ele este modelo permitiria ainda, compreender os voláteis equilíbrios do mundo profissional por meio da contínua

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 57-69

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 47

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 82-85

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

evolução de tarefas (quer em termos objectivos quer subjectivos) e a propagação das suas consequências¹²⁰.

O sistema que Abbott cria, sustentado na concorrência jurisdicional, evoluiria quer sob influência de factores internos quer externos. No âmbito dos primeiros avultariam as variações da eficácia profissional e a evolução do conhecimento académico de base, podendo desenvolvimentos nestas duas esferas resultar em impactos positivos ou negativos sobre o assegurar de jurisdição ou o “atacar” de novas. Entre os últimos destaca-se a criação ou supressão de tarefas por meio da evolução cultural e política das sociedades, assim como a emergência de novos modelos organizacionais, alteração das audiências receptoras das pretensões das profissões e redistribuição de poderes detidos pelas mesmas¹²¹ por meio do diferencial valorativo da função desempenhada para a nova ordem societal¹²².

Salienta ainda factores externos como o desenvolvimento da tecnologia e da organização de larga escala privada e pública, a par com o aumento de volume e complexidade do conhecimento, aparecimento de novos canais para a sua legitimação e desenvolvimento da universidade, como importantes desenvolvimentos que, mais do que conduzir necessariamente à profissionalização, conduziriam as ocupações a desenvolvimentos tão diversos como a consolidação, a recolocação em termos de tarefas desempenhadas ou o seu simples desaparecimento, não fazendo sentido falar agregadamente de tendências pois a evolução das ocupações em geral e das profissões em particular seria multidireccional.

Reconhecendo os contributos de Andrew Abbott e de Magali Sarfatti Larson como dois dos mais influentes das últimas décadas, e indicando ter sobre os seus trabalhos baseado extensamente a sua obra¹²³, Friedson reconhece-se em 2001 preocupado com os ataques que tem presenciado, e que julga crescentes, às profissões e ao profissionalismo.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 90, 91

¹²¹ Isto porque, como propõe Abbott, existe uma diferenciação interna das profissões quer no âmbito do seu modo de desenvolvimento da actividade, quer na organização das carreiras quer ainda ao nível dos públicos alvo ao mesmo tempo que, posições destacadas no sistema por meio do exercício da dominância face a outras ocupações, ou por exemplo por alianças à elite, facilitam a retenção de jurisdições mesmo quando o sistema tende para propiciar o contrário (*Idem, ibidem*, pp. 136).

¹²² *Idem, ibidem*, pp. 91-98

¹²³ Friedson, Eliot (2001); *op.cit.*; p.5

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Esses ataques, afirma, ocorrem devido à dificuldade que a sociedade (e as próprias profissões) têm tido em especificar a natureza do profissionalismo, e portanto em justificar os monopólios e privilégios a que ele tem estado associado.

Responder aos críticos implica portanto, segundo Friedson, que se comparem três tipos-ideais de referência na condução moderna da actividade económica: o mercado livre, a burocracia legal-racional e o profissionalismo¹²⁴.

O desmembramento dos monopólios profissionais seria proposto como efeito da dificuldade em distinguir mercado livre e profissionalismo; a burocratização do profissional, isto é, a sua integração em grandes burocracias organizadas racionalmente, propor-se-ia como resultado da confusão entre o modelo burocrático legal-racional e o profissional.

Interessou pois a Friedson, como preâmbulo da discussão da evolução futura do profissionalismo, defini-lo enquanto uma terceira lógica, que não é nem de mercado livre nem da burocracia.

O tipo-ideal que Friedson propõe¹²⁵ apresenta-se abaixo. Inclui cinco características essenciais do profissionalismo, que claramente se inspiram em todo o espectro da teorização que o precedeu. São elas:

- 1) A detenção de uma competência especializada teórico-prática integrada na economia reconhecida oficialmente, e detentora de um status privilegiado na força de trabalho;
- 2) A detenção de uma jurisdição exclusiva numa divisão do trabalho particular criada e controlada por negociação ocupacional;
- 3) A detenção de uma posição protegida tanto nos mercados de trabalho externo como interno baseada em credenciais de qualificação criadas pela ocupação;
- 4) A detenção de um programa formal de formação superior destinado a produzir credenciais qualificantes, desenvolvido fora do mercado de trabalho e controlado pela ocupação;

¹²⁴ *Idem, ibidem*

¹²⁵ *Idem, ibidem*, p. 127

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

- 5) A detenção de uma ideologia que valoriza fazer um bom trabalho, mais do que adquirir ganhos económicos e se compromete com a qualidade mais que com a racionalidade económica do trabalho.

O número 1 encontra seguimento especial nas teses interaccionistas e de segmentação do mercado de trabalho. O número 2 segue claramente a proposição de Abbott. O número 3 acompanha as teses do poder das profissões, fazendo ressoar em particular o trabalho de Larson. O número 4 vai na mesma linha parecendo contudo inspirar-se também nas teses da segmentação. Por fim, o número 5 é claramente funcionalista, fazendo recordar a dicotomia altruísmo profissional/ egoísmo económico.

Ao recuperar a análise tipológica e ao unificar de certa forma os contributos anteriores, interessa comparar o tipo-ideal profissional funcionalista, sistematizado por Chapoulie (analisado anteriormente) com o tipo-ideal eclético de Friedson:

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

Tipo-Ideal Profissional Funcionalista	Tipo-Ideal Profissional - Friedson (2001)
<ul style="list-style-type: none"> • competência específica fundada sobre saberes de cariz científico e técnico; • classificação de prestígio e poder social dos profissionais pelo menos num estrato alto da classe média. 	<ul style="list-style-type: none"> • competência especializada teórico-prática integrada na economia reconhecida oficialmente, e detentora de um status privilegiado na força de trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> • legitimação legal dos modos de controlo social. 	<ul style="list-style-type: none"> • jurisdição exclusiva numa divisão do trabalho particular criada e controlada por negociação ocupacional.
	<ul style="list-style-type: none"> • posição protegida tanto nos mercados de trabalho externo como interno baseada em credenciais de qualificação criadas pela ocupação;
<ul style="list-style-type: none"> • formação longa ministrada em escolas especializadas; 	<ul style="list-style-type: none"> • programa formal de formação superior destinado a produzir credenciais qualificantes, desenvolvido fora do mercado de trabalho e controlado pela ocupação;
<ul style="list-style-type: none"> • código de ética necessariamente aceite e colocado em prática pelos membros da comunidade profissional cuja principal função é regular o exercício da actividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • ideologia que valoriza fazer um bom trabalho, mais do que adquirir ganhos económicos e se compromete com a qualidade mais que com a racionalidade económica do trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> • efectiva comunidade de membros fundada em identidades e interesses específicos comuns; • controlo ético e técnico próximo exercido por pares tidos para tal como competentes. 	

Figura 1: Comparação dos Tipos-Ideais Profissionais propostos pelo Funcionalismo e por Eliot Friedson.

Apesar dos alcances teóricos das asserções que os modelos fazem serem consideravelmente distintos, ao reportarem-se a tradições muito díspares, verifica-se que há três principais diferenças entre os dois, a primeira das quais sendo o facto de o funcionalismo não ter considerado a natureza e os impactos do poder social profissional.

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Depois, ao considerar a legitimação do exercício de uma determinada actividade, não considerou, como já tinha lhe criticado o interaccionismo, e como todos os principais teóricos subsequentes acolhem, que essa legitimação ocorra num contexto mais complexo que a mera relação Profissão-Estado. Faltou-lhe pois considerar, pelo menos de forma mais sistemática, pois muitos dos seus argumentos já o antecipavam, que há outras instâncias de facilitação e legitimação relevantes, como as outras ocupações, as academias ou a sociedade no seu todo.

Por fim, não obstante à consideração da comunidade profissional e do auto-controlo ético e técnico do profissionalismo como parte da definição de profissão, não se opusesse com certeza Friedson, estes aspectos não são por si considerados, parecendo ser relegados para um nível secundário ou derivado.

A fusão dos dois tipos-ideais, especialmente fácil e consequentemente reveladora da capacidade que paulatinamente a Sociologia das Profissões alcançou de integrar harmonicamente as suas diversas escolas teóricas, permite que se alcance uma definição muito satisfatória de profissionalismo, que pode, com utilidade, ser usada também na análise do profissionalismo militar.

1.5. Profissionalismo e Profissionalização.

Podemos pois definir profissionalismo, aliando os contributos tipológicos do funcionalismo e de Friedson da seguinte forma:

O Profissionalismo caracteriza-se cumulativamente por:

- 1) Detenção de uma competência especializada teórico-prática integrada na economia reconhecida oficialmente, e detentora de um status privilegiado na força de trabalho e na sociedade;
- 2) Detenção de uma jurisdição exclusiva numa divisão do trabalho particular, criada e controlada por negociação ocupacional e sancionamento legal;
- 3) Detenção de um programa formal de formação superior desenvolvido fora do mercado de trabalho e controlado pela ocupação, destinado a produzir credenciais qualificantes, que asseguram uma posição protegida tanto no mercado de trabalho externo como interno;

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- 4) Partilha de uma ideologia formalizada num código de ética, que valoriza fazer um bom trabalho, mais do que adquirir ganhos económicos e se compromete com a qualidade mais que com a racionalidade económica do trabalho.
- 5) Concretização da profissão numa distinta e efectiva comunidade de membros fundada em identidades e interesses específicos comuns, que controlam ética e tecnicamente o exercício da profissão.

Assumindo esta definição de profissionalismo como boa, falta-nos pois encontrar uma igualmente pacificada e útil definição de profissionalização. Ora, ao longo da nossa abordagem, evidenciámos para os autores e tradições focados, qual o conceito de profissionalização que acolheram, e verificámos ser ele tão distinto quanto distintas foram as propostas de conceptualização da própria profissão¹²⁶.

A questão emerge com mais premência quanto, não seja exacto dizer-se que a profissionalização foi definida tão-somente como o caminho de uma actividade económica do modelo ocupacional não profissional para o profissional, quer seja entendida como “história natural” na acepção de Goode, por exemplo, quer como agenda ocupacional, no sentido que entre outros, Larson lhe dá.

De facto, a utilização do termo profissionalização tem sido feita com outras significações, estas aliás igualmente úteis para o prosseguimento do nosso estudo, e que merecem ser sistematizadas.

Em síntese, o conceito tem sido utilizado quer para descrever situações relativas aos indivíduos, quer para analisar ocupações isoladas, quer ainda para referir a estrutura ocupacional no seu conjunto.

Basicamente, ao nível individual o conceito recobriria um sentido estritamente ligado ao conceito de socialização profissional. A profissionalização dos indivíduos corresponderia ao processo de interiorização de valores, atitudes e comportamentos aceites como próprios da ocupação em causa e de identificação com a mesma. Nesta acepção, como sintetiza (em sentido lato) Abrahamsson, profissionalização seria, “o processo pelo qual os indivíduos estariam a ser transformados, de um estado de relativa falta de consciência dos problemas práticos e teóricos da área de que a

¹²⁶ Sobre a variedade de acepções de profissionalização e seus impactos vide Wilensky, Harold; “The Professionalisation of everyone?” in *American Journal of Sociology*; nº70; 1964

***Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.***

*profissão se ocupa, para um estado de aguda consciência acerca desses problemas*¹²⁷. Sublinha ainda que tal processo é contínuo e inicia-se ainda antes do início da formação específica para a profissão e da integração nas funções, na medida em que constitui uma atitude essencialmente mental ou cognitiva¹²⁸.

Ao nível da ocupação tida isoladamente, o conceito designaria os processos “emancipatórios” pelos quais uma ocupação procuraria adquirir o estatuto de profissão, por exemplo no sentido que deste processo faz Larson, mas também nos perspectivados pelos interaccionistas, por Abbott e pelos restantes teóricos do poder das profissões.

Por fim, uma perspectiva mais estruturante, encararia o conceito de profissionalização como significando a extensão do paradigma das profissões a um crescente número de ocupações, seja por um processo tido como natural e unilinear no quadro das tendências gerais de evolução da sociedade seja por razões conjunturais específicas, como sendo o impacto de grandes desenvolvimentos políticos, económicos e/ou tecnológicos¹²⁹. Referiria igualmente a este nível, a terciarização da economia, enquanto reestruturação na qual as ocupações de colarinho branco aumentariam face às restantes ocupações¹³⁰.

Designaremos as três acepções anteriores por perspectiva individual da profissionalização (nível micro), perspectiva ocupacional ou emancipatória da profissionalização (nível meso) e perspectiva estrutural da profissionalização (nível macro).

Nível de análise	Perspectiva	Conceito de Profissionalização
Nível microsociológico	Individual	Profissionalização como processo de interiorização individual do <i>ethos</i> profissional e acreditação individual profissional.
Nível mesosociológico	Ocupacional ou emancipatória	Profissionalização como processo de mudança ocupacional no sentido do reunir progressivo de traços relevantes à aproximação do ideal profissional.
Nível macrosociológico	Estrutural	Profissionalização como processo de extensão do paradigma das profissões a um crescente número de ocupações na sequência de mutações estruturantes de tipo políticos,

¹²⁷ Abrahamsson, Bengt; *Military Professionalization and Political Power*; Sage Publications; Londres; 1972; p. 16

¹²⁸ *Idem, ibidem*

¹²⁹ *Idem, ibidem*

¹³⁰ Johnson, Terence; *op. cit.*; p. 21

		económicos e/ou tecnológicos.
--	--	-------------------------------

Figura 2: Sistematização das três acepções de profissionalização acolhidas.

Abbott é o único teórico das profissões de entre os abordados que considera o conceito de profissionalização sem interesse operativo, pelo que merece mais cuidado tratamento. De facto, recusa o estabelecimento quer de etapas para a consolidação do estatuto de profissão quer da ideia, de que as ocupações tenderiam uniformemente para o último pólo de um contínuo desprofissionalização-profissionalização.¹³¹ Para ele, como vimos, as forças externas e internas que agiriam sobre o sistema das profissões estariam em mutação constante e condicionariam a evolução das profissões em sentido multidireccional.

Ora no fundo, o que Abbott critica não é o conceito de profissionalização em si, mas apenas uma das suas acepções, nomeadamente a macro, na forma como foi interpretada quer pelos teóricos funcionalistas e interaccionistas, quer por vários dos proponentes da tese de tendência da profissionalização. Ao não crer que haja uma tendência unilinear no sentido da profissionalização (como tantos outros), não deixa de construir uma teoria que não é mais que uma racionalização da profissionalização em termos mesossociológicos e que não deixa aliás de ser perfeitamente compatível com a profissionalização se entendida em sentido micro. A história dos *settlements* jurisdicionais não é mais que a história da forma como as ocupações passam a profissões e gerem a sua manutenção nesse lugar privilegiado da divisão social do trabalho.

Acolhendo uma perspectiva eclética, avançamos nove pressupostos que processualizam os conceitos que assumimos de profissionalismo e profissionalização e clarificam aquilo que consideramos ser as suas principais consequências teóricas:

- 1) Em primeira instância, a profissão depende da existência de uma necessidade a ser satisfeita ligada a uma qualificação destinada a essa satisfação, reconhecida socialmente, protegida legalmente, visada potencialmente por outras qualificações e exercida cada vez mais ao serviço de um empregador, nomeadamente colectivo organizacional.

¹³¹ Abbott, Andrew; *op. cit.*; p. 84

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

- 2) Estabelecido o reconhecimento social e a regulamentação/ protecção legal, a profissão tende a estruturar-se internamente de forma cada vez mais fina assegurando sucessivamente o controlo sobre a formação dos praticantes, sobre a conduta dos mesmos e sobre a intocabilidade por parte de grupos exteriores à qualificação da sua ascendência sobre a necessidade servida, da sua exclusividade na sua satisfação e do acesso aos benefícios sociais, legais e organizacionais decorrentes.
- 3) Com a estabilização da qualificação e das condições do seu exercício, a protecção ciosa dos benefícios e a procura do seu crescente engrandecimento, conduz a profissão a manter uma acção sistemática (acentuada em alturas de crise) sobre os restantes actores do processo – Clientes, Empregadores, Estado, Outras Ocupações, Sociedade.
- 4) A profissão negoceia constantemente com a sociedade a manutenção do seu mandato e o incremento do prestígio social que esta está disposta a conceder àquela. A profissão aspira em última instância a fazer evoluir os seus praticantes como um todo em termos da estratificação social da sociedade onde se insere. Tal será tão mais fácil quanto a qualificação se destaque na sociedade considerada como um dos mais relevantes factores de hierarquização social.
- 5) A profissão negoceia constantemente com o Estado a manutenção da sua protecção legal, a concessão de privilégios que sustentem a sua exclusividade sobre a satisfação da necessidade, e por aí a regulamentação e instalação de mercados fechados de trabalho.
- 6) A profissão negoceia constantemente e de forma organizada com o empregador (que pode ser o próprio Estado) a manutenção das oportunidades de emprego, a manutenção de benefícios laborais e o assegurar de um tratamento de excepção para os profissionais face às restantes categorias ocupacionais.
- 7) A profissão negoceia constantemente com outras profissões a exclusividade da satisfação da necessidade, rivalizando constantemente com elas pela satisfação de outras necessidades (já atribuídas ou ainda por atribuir a uma qualificação), a precedência na escala de prestígio da sociedade, as maiores garantias estatais de protecção e o acesso a postos de trabalho mais atractivos para os seus

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

praticantes.

- 8) Designámos por crise no processo de profissionalização a situação na qual, seja a sociedade, seja o Estado, seja o empregador, recuam ou se recusam na concessão de contrapartidas ou outras profissões logram atacar com sucesso o vínculo jurisdicional ou se superiorizam nos benefícios conseguidos.
- 9) Podemos distinguir processo de profissionalização de projecto de mobilidade colectiva num sentido: o primeiro constitui-se na prossecução contínua normal da manutenção de regalias e seu fortalecimento e aumento; o segundo numa acção extraordinária, pontual, visando um objectivo concreto, composta por uma série de etapas e, com sucesso, traduzindo-se num salto significativo de qualidade no que ao processo de profissionalização diz respeito. Este segundo processo é particularmente intentado em fases críticas do desenvolvimento da profissão como sejam: o estabelecimento do vínculo jurisdicional, o superar de uma crise ou o aproveitar de um contexto social particularmente favorável ao avanço da profissão.

2. O Conceito de Profissionalização Militar e a sua Operacionalização.

2.1. Tipificando a Profissão Militar.

Em 1941 Harold Lasswell definiu a profissão militar como a actividade de gestão da violência¹³², definição essa ainda hoje genericamente aceite pelos teóricos que se dedicam ao estudo da profissão militar.

Alguns autores têm procurado contudo complementá-la, como fez Morris Janowitz, destacando a componente organizacional da profissão, ao afirmar que “*em termos gerais, o soldado profissional pode ser definido como uma pessoa que fez do estabelecimento militar o locus da sua carreira*”¹³³, ou como Bengt Abrahamsson, ao destacar as componentes técnica e social, afirmando ser a profissão militar o grupo de especialistas técnica e organizacionalmente treinados na gestão da violência, unidos pelos laços da educação, prática corporativa e ética profissional comuns¹³⁴.

É apenas após a II Guerra Mundial, e sob o signo duplo da Sociologia e da Politologia, que o estudo da profissão das armas encontra tratamento teórico específico. Samuel Huntington publica o seu *The Soldier and the State* em 1957 e identifica logo nas primeiras linhas da obra, o que considera ser a principal tese do livro: a convicção de que “*o corpo de oficiais moderno é um corpo profissionalizado e o oficial do exército moderno um profissional*”¹³⁵. Huntington justifica a sua conclusão de que o oficialato militar constitui uma classe profissional, reportando-se a três características essenciais que o definiriam: competência (*expertise*), responsabilidade e espírito corporativo.

A *expertise* particular da profissão militar assentaria para ele na actividade de gestão da violência, actividade essa que considera ser competência distinta desta ocupação, bem como comum às diversas especializações que podem ser encontradas no

¹³² Lasswell, Harold D.; “The Garrison State” in *American Journal of Sociology*; nº46; 1941; pp. 455-468

¹³³ Janowitz, Morris; *The Professional Soldier: a social and political portrait*; Free Press; Nova Iorque; 1964 (ed. original: 1960); p. 54

¹³⁴ Abrahamsson, Bengt; *op.cit.*

¹³⁵ Huntington, Samuel P.; *The Soldier and the State : The Theory and Politics of Civil-Military Relations*; The Belknap Press of Harvard University Press; Cambridge; 1998 (1ª ed. 1957); p. 7

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

estabelecimento militar¹³⁶. Vê depois a competência do oficial como uma “*extraordinariamente complexa competência intelectual*”¹³⁷ que vai para além do ofício (que apercebe como primordialmente mecânico) e da arte (baseada num talento pessoal e não-transferível), sublinhando que “*a competência peculiar do oficial é a gestão da violência e não a prática da violência em si própria*”¹³⁸, reportando-se pois ao pólo intelectual da guerra e não ao mecânico. Essa, como tem sido referido abundantemente, é competência do soldado e não do oficial¹³⁹.

Huntington sintetiza a função da força militar na prossecução do combate armado e os deveres do oficial militar em três segmentos: o organizar, equipar e treinar da força armada; o planeamento das suas actividades; e o dirigir a sua acção dentro e fora do campo de batalha.

A competência específica do oficial militar concretizar-se-ia assim, em síntese, na gestão de uma organização humana cuja função primordial seria aplicar ou fazer uso de violência sob decisão de instâncias que prosseguem fins políticos¹⁴⁰. A profissão dividir-se-ia em especialidades, sendo o especialista militar um perito na aplicação de violência em contextos ou sob condições particulares, da mesma forma que os advogados ou os médicos se especializariam em saberes e técnicas particulares¹⁴¹.

No respeitante à responsabilidade, segunda característica de profissional que o autor aponta, existiria uma responsabilidade específica do oficialato. A sociedade insistiria em que a competência particular do profissional militar apenas fosse utilizada com fins socialmente sancionados, na medida em que, a utilização ilegítima de tal capacidade faria, mais que outras, colocar em causa a funcionalidade e estabilidade sociais. A sociedade beneficiaria pois do emprego da competência de gestão de violência pelo aumento da sua segurança, dando em troca ao profissional bens

¹³⁶ *Idem, ibidem*, p. 11

¹³⁷ *Idem, ibidem*, p. 13

¹³⁸ *Idem, ibidem*

¹³⁹ Sobre as diferenças entre o profissionalismo do oficialato profissional e o mecanicismo da prática da guerra, veja-se com especial interesse Keegan, John; *O Rosto da Batalha*; Fragmentos; Lisboa; 1987 (1ªed. 1976); pp. 241-242

¹⁴⁰ Define as responsabilidades do profissional militar para com o Estado (seu cliente) nas seguintes funções: representativa, consultiva e executiva. A primeira ligar-se-ia à constante actualização de informação acerca dos equilíbrios militares, representando dessa forma as condicionantes da segurança militar no âmbito da maquinaria estatal. A segunda estaria relacionada com a realização de análises e propostas de acção quando solicitado (âmbito da aplicação directa da *expertise* própria). A função executiva relacionaria-se com a aplicação de decisões políticas envolvendo recurso ao sistema militar. (Huntington, Samuel P.; *op. cit.*; p. 72)

¹⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 12

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

económicos e sociais, mas chamaria a si o controlo do seu emprego, acautelando dessa forma utilizações ilegítimas.

Para Huntington, a especificidade da profissão militar estaria no facto de, relativamente à sua acção, o Estado não apenas regular e sancionar o exercício da actividade profissional, mas monopolizar a profissão, ou seja, monopolizar o exercício da sua *expertise* própria¹⁴²: “*enquanto que todas as profissões são até certo ponto reguladas pelo Estado, a profissão militar é monopolizada pelo Estado*”¹⁴³.

Por fim, o espírito corporativo da profissão militar seria não apenas notório, como especialmente marcante face ao que caracterizaria a generalidade das profissões. Assente em educação e treino comuns realizados em instituições específicas e em geral exclusivas, o sentido de corpo¹⁴⁴ seria especialmente vincado, concretizando-se no afastamento físico e psicossocial face à restante sociedade, afastamento esse simbolizado pelo uso de uniformes e insígnias¹⁴⁵.

Em *The Professional Soldier* Janowitz especifica um pouco melhor os perfis de militar profissional, identificando três: o de gestor militar, o de líder heróico e o de técnico militar, perfis estes que teriam de ser eficientemente equilibrados nos oficialatos, sob pena de se comprometer a eficácia da actividade bélica¹⁴⁶. A distinção fundamental seria entre os dois primeiros. Esclarece o autor: “*o gestor militar reflecte as dimensões científicas e pragmáticas de fazer a guerra; é o profissional com ligações efectivas à sociedade civil. O líder heróico é a perpetuação do tipo guerreiro, personifica o espírito marcial e o tema do valor pessoal*”¹⁴⁷.

Dado o perfil de líder heróico poder ser útil em contextos particulares, nomeadamente em tempo de guerra, tenderia a persistir em exércitos profissionalizados, não obstante constituísse uma sobrevivência da época não profissional: apenas os perfis de gestor e técnico se subordinariam aos princípios do profissionalismo. Janowitz não

¹⁴² *Idem, ibidem*, pp. 14,15

¹⁴³ *Idem, ibidem*

¹⁴⁴ O tão falado *esprit de corps*, para alguns a característica distintiva da profissão militar (vide por exemplo Martins (1979)), será aqui chamado indiferentemente espírito de corpo, sentido de corpo ou corporativismo, querendo significar-se a consciência e o sentido de identificação (ou identificações) ligados à consciência de se ser e se fazer parte de um grupo. Sobre este conceito vide Park, Robert E.; Burgess, Ernest W.; *Introduction to the Science of Sociology – including the original index to basic sociological concepts*; The University of Chicago Press; 3rd edition; Chicago; 1969(ed. original:1921); pp. 202-209

¹⁴⁵ Huntington, Samuel P.; *op. cit.*; p. 16

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 21

¹⁴⁷ Janowitz (1960); *op. cit.*; pp.20-36

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

faz decorrer da sobrevivência de um perfil não profissional o não profissionalismo militar. Antes, deixa pressuposto que, o perfil de herói seria normal, também em exércitos profissionais¹⁴⁸.

Janowitz distribuiu os militares de perfil profissional em três níveis de competências básicas: o apoio técnico, o oficialato de *staff* e o comando, sendo o primeiro um especialista, o segundo um coordenador e o terceiro, um “generalista” envolvido no processo de tomada de decisão¹⁴⁹. O exercício de qualquer uma destas funções exigiria treino científico e técnico longo e apurado, incompatível com amadorismos.

Segundo o tipo-ideal profissional que acolhemos, o profissionalismo caracteriza-se por cinco traços. Discutiremos em seguida cada um, no que ao profissionalismo militar respeita, por forma a especificá-los:

1- Detenção de uma competência especializada teórico-prática integrada na economia reconhecida oficialmente, e detentora de um status privilegiado na força de trabalho e na sociedade.

A competência específica do militar profissional constitui-se genericamente na gestão do esforço de guerra, em épocas de conflito armado (gerir violência), orientando-se em tempo de paz para a preparação para esse fim por meio quer da formação, quer da manutenção de forças humanas e materiais operacionais. Este objectivo específico é prosseguido com recurso ao princípio da especialização funcional que encontraria a sua mais notória consequência na divisão dos Estabelecimentos Militares em ramos, consoante o meio físico privilegiado de desempenho das funções guerreiras: Terra, Ar e Mar.

Halliday, num esforço de classificação das profissões no que toca à base teórica de que derivariam a sua legitimidade afirma terem, tanto a profissão académica como a militar, uma “fundação epistemológica sincrética”, ou seja, uma base firmada na confluência de um suporte científico com um normativo, à excepção das restantes profissões geralmente bem acomodadas num destes dois pólos¹⁵⁰. Seria a esta combinação que, segundo o autor, deveriam ser reconduzidas as dificuldades de

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, pp. 68, 69

¹⁵⁰ Citado por MacDonald, Keith M.; *op. cit.*; pp. 168, 169

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

teorização recorrentes, no que toca à individualização da componente técnico-científica militar, que lhe suportaria o estatuto profissional. Seria essa dificuldade por exemplo, que justificaria posições como a que Larson avançou ao considerar a sua teorização incapaz de dar conta do profissionalismo militar: a ideia de que, mais que assente numa *expertise* particular, a profissão seria meramente baseada no exercício do controlo sobre os meios legítimos de coerção^{151 152}.

Assume-se hoje, pacificamente, que a *expertise* militar se baseia na Estratégia, Tática, Logística e respectivas sub-categorias¹⁵³, disciplinas academicamente sediadas e desenvolvidas. A evolução destes campos do saber decorreria tanto da investigação científica pura, no sentido de essencialmente teórica, como dos contributos que a aplicação prática pelos profissionais militares faria evidenciar, exactamente no mesmo sentido dialéctico que caracterizaria as profissões liberais¹⁵⁴.

A integração da profissão militar na economia reconhecida oficialmente é auto-demonstrativa, tanto neste caso como genericamente no das restantes profissões tradicionais. Ainda assim, note-se que ela é óbvia desde logo devido à profissão se apresentar totalmente integrada no Estado e a ele subordinada. Dado a ocupação se concretizar na guarda e gestão dos meios que permitem gerar violência em larga escala, e dado o potencial político que tal encerra, ela é ainda uma das mais rigorosamente subordinadas ao Estado, e logo, uma das legalmente mais bem descritas e regulamentadas.

Mais que meramente controlar e sancionar, o Estado coloca pois, no que à profissão militar diz respeito, especial cuidado na delimitação de quem pode e não pode aceder à gestão e aplicação dos meios de coerção legítimos, isto é, ao exercício da sua *expertise*, à medida que mantém combate cerrado aos que pretendam ilegitimamente concorrer com esse monopólio. A profissão militar, obviamente, enquanto profissão, beneficia dessa segurança e estabilidade, no que respeita à robustez e estabilidade do seu laço jurisdicional.

¹⁵¹ Larson, Magali Sarfatti (1977); *op. cit.*; p. 254 (nota nº25)

¹⁵² Larson viria no entanto, mais tarde a afirmar que o modelo dos corpos de oficiais das monarquias absolutas consubstanciaria um dos legados mais significativos do Antigo Regime para a organização da *expertise* (Larson, Magali Sarfatti (1990), *op. cit.*; p. 27).

¹⁵³ Abrahamsson, Bengt; *op. cit.*; p. 60

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

A questão da detenção de um prestígio elevado no mercado de trabalho e na sociedade, que o primeiro traço do tipo-ideal profissional pressupõe, é um problema especialmente complexo no caso da profissão militar, dado ser o estatuto social deste profissional bem mais passível de flutuações conjunturais que o da generalidade das outras profissões.

Vários estudos sobre o prestígio ocupacional dos militares em vários países e épocas têm destacado a relevante variação do valor social concedido ao militar profissional, face à grande estabilidade na concessão de graus de prestígio médios altos e altos às restantes profissões tradicionais tais como a de médico, de engenheiro ou de professor universitário¹⁵⁵. O facto da profissão militar se encontrar umbilicalmente associada à violência e à guerra, bem como, não excepcionalmente, à coerção política doméstica, contribui desde logo para esse estado de coisas.

Depois, a demarcação da sociedade em determinados contextos sociais, económicos, políticos e geoestratégicos, dos valores cultivados pelos militares (ou dos que lhes são imputados pela opinião pública) como o belicismo, a agressividade e a auto-segregação, contribuem também para a flutuação do prestígio do militar profissional.

Ao existirem pela e para a guerra, é de facto à guerra que se reconduzem as considerações que condicionam mais de perto o seu prestígio: quando em armas, a nação tende a valorizá-los (desde que a causa por que lutam seja vista como justa), quando em paz, a erosão do seu estatuto tende a acelerar-se, tanto quanto cada vez menos se perspective a necessidade da sua aplicação. Após a II Guerra Mundial, por exemplo, notou-se a progressiva desvalorização do estatuto social do militar profissional no Ocidente¹⁵⁶, facto a que a pacificação social desta zona do mundo, não foi decerto estranha.

O que ficou dito não deve contudo obscurecer o facto de os níveis mais altos do oficialato militar serem quase universalmente destacados por deterem elevado prestígio

¹⁵⁵ Vide por exemplo Inkeles, Alex; Rossi, Peter H.; "National Comparisons of Occupational Prestige" in *American Journal of Sociology*; vol. 61; 1956; pp. 329-39 reproduzido em Lipset, Seymour Martin; Smelser, Neil (eds.); *Sociology: the progress of a decade*; Prentice-Hall; Englewood Cliffs; 1964; pp. 506-516 ou Neale, R.S.; *Class and Ideology in the Nineteenth Century*; Routledge & Kegan Paul; Londres; 1972 citado por MacDonald, Keith M.; *op. cit.*; p. 59. Cf. Janowitz, Morris (1960); *op. cit.*; pp. 225-231.

¹⁵⁶ Vide por exemplo Huntington (1957), Janowitz (1960) ou Shaw (1991).

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

social (embora tenham perdido lugar desde a II Guerra Mundial face a carreiras comparáveis), sendo identificados quase universalmente com a classe alta, o que já não pode ser afirmado pacificamente para as suas categorias mais baixas¹⁵⁷, o que muito provavelmente se liga com a regra da escassez relativa.

2- Detenção de uma jurisdição exclusiva numa divisão do trabalho particular, criada e controlada por negociação ocupacional e sancionamento legal.

A profissão militar é a profissão monopolizadora da sua jurisdição por excelência, o que deriva da sua muito particular posição face ao poder político e da cuidadosa regulamentação a que este subordina a instituição militar.

Na tentativa de “domesticar” o potencial poder político dos militares e assegurar que a utilização dos meios de coerção é adequadamente subordinada ao interesse geral, são os órgãos de soberania que definem, em sociedades democráticas, a forma como a jurisdição pode e deve ser exercida, assumindo-se como tutela máxima da instituição militar, ainda que lhe permita a manutenção dos seus chefes próprios. A profissão perde pois em autonomia relativa (nomeadamente em comparação à gozada pelas profissões liberais) mas ganha em estabilidade jurisdicional e laboral.

O ascendente do Poder sobre a profissão é mesmo de tal ordem que foi proposto ser o próprio processo de profissionalização militar consequência, não de processos internos ao grupo profissional ou de evoluções macrosociológicas que afectariam globalmente as ocupações, mas antes de uma acção deliberada do Estado no sentido do incremento da eficácia do controlo civil sobre a ocupação¹⁵⁸.

A profissão militar não pode nem necessita consequentemente de negociar a sua posição jurisdicional, de entrar em competição directa com outros agrupamentos sociais, pois é o próprio Estado que a monopoliza e regula, insistindo no carácter específico da sua actividade.

Apenas no que respeita a funções adicionais à sua *expertise* central, poderá a profissão ter necessidade de entrar na “arena jurisdicional”. É o que acontece tipicamente nos casos em que se somam aos fins de segurança externa os da segurança interna. É certo que as forças de policiamento têm progressivamente vindo a ser

¹⁵⁷ Inkeles, Alex; Rossi, Peter H.; *op. cit.*

¹⁵⁸ Van Doorn, Jacques; “The officer corps: A fusion of profession and organization” in *European Journal of Sociology*; nº6; 1965; pp. 262-282

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

desmilitarizadas¹⁵⁹; mas também é certo que em forças armadas profissionalizadas, a teoria clássica das relações civil-militares, indica ser o afastamento dos militares da actividade política uma tendência, o que teria como corolário a desaprovação ética do envolvimento político dos militares e a definição da profissão como orientada apenas para assegurar a defesa da Nação contra inimigos externos.

3- Detenção de um programa formal de formação superior desenvolvido fora do mercado de trabalho e controlado pela ocupação, destinado a produzir credenciais qualificantes, que asseguram uma posição protegida tanto no mercado de trabalho externo como interno.

Os militares profissionais adquirem as suas licenças de exercício da actividade em escolas privativas da Instituição Militar, exclusivamente dedicadas, na maioria dos casos, a formar oficiais: as Academias Militares. Estas possuem currículos formalizados que implicam desde logo o exercício da actividade intelectual e mecânica. Depois, impõem-se especialmente sobre o quotidiano do indivíduo ao exigirem recorrentemente a pertença à organização militar como condição prévia de recrutamento (assentar de praça), o internato, e o relacionamento praticamente universal, dentro da Academia, com membros da mesma organização, nomeadamente com os profissionais militares, que compõem na grande maioria dos casos o corpo docente.

Há pois um sentido especial de socialização profissional nas Escolas Superiores Militares, dado, como afirmou Janowitz, a educação na Academia visar, mais que formar tecnicamente o oficial, transformá-lo em membro de uma “fraternidade”¹⁶⁰. O oficial seria ao longo de toda a sua carreira identificado com uma classe, com um conjunto restrito de colegas que o acompanhariam ao longo de toda a sua vida profissional (“os diplomados de Harvard, Princeton, Yale ficam dispersos, mas as vidas dos graduados da Academia continuamente se cruzam e recruzam”¹⁶¹), pesando decisivamente a passagem na Academia sobre todos os aspectos futuros da vida profissional.

¹⁵⁹ A este propósito veja-se com especial interesse Ribeiro dos Santos, António Pedro; *O Estado e a Ordem Pública – As Instituições Militares Portuguesas*; ISCSPP; Lisboa; 1999

¹⁶⁰ Janowitz, Morris (1960); *op. cit.*; p. 127

¹⁶¹ *Idem, ibidem*

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Berger e Luckman consideraram que o processo de socialização militar, é, de forma particularmente expressiva, uma forma de “alternação”, isto é, um tipo de socialização secundária especialmente eficaz, caracterizado pela “mudança de mundos”¹⁶². Dornbush, por seu turno, situou a academia militar como exemplo extremo do que designa por “instituição assimiladora” (*assimilating institution*) na medida em que esta “*isola os cadetes do mundo de fora, ajuda-os a identificar-se com um novo papel, e assim muda a sua auto-concepção*”¹⁶³.

Deste tipo de socialização, a profissão militar retiraria a forte identificação dos profissionais com a profissão e um especial sucesso na construção de uma comunidade profissional coesa. Nesse aspecto, encontrar-se-ia particularmente bem posicionada face às restantes realidades profissionais.

Para Abrahamson, em comparação com outras profissões, a militar beneficiaria ao nível do processo de doutrinação dos seus membros do facto de as Academias Militares serem “instituições totais” isto é, instituições que agem sistematicamente sobre todos os aspectos da vida dos seus membros. Com o fim colocado na formação de uma “mente militar”, conceito tradicional elaborado por Huntington e Wright Mills¹⁶⁴¹⁶⁵, e traduzido por Abrahamsson em “nacionalismo”, “crenças negativistas sobre a natureza humana”, “alarmismo”, “conservadorismo político” e “autoritarismo”¹⁶⁶, o processo de socialização profissional militar agiria no sentido da homogeneização dos indivíduos visados na prossecução de garantias de funcionalidade e operacionalidade organizacional, visando consolidar um corpo teórico, uma formação ética e um espírito corporativo.

Segundo o mesmo autor quatro factores contribuiriam para o sucesso na homogeneização dos cadetes: a candidatura de jovens com interesse ou vocação

¹⁶² Berger, Peter; Luckman, Thomas; *A Construção Social da Realidade*; Vozes; Petrópolis; 1978; p. 209 citado por Castro, Celso; *op. cit.*; pp. 32, 33

¹⁶³ Dornbush, Sanford M.; “The military academy as an assimilating institution” in *Social Forces*; XXXIII; May’ 1955 citado por Castro, Celso; *op. cit.*; p. 32

¹⁶⁴ Huntington, Samuel P. (1957); *op. cit.* e Mills, C. Wright; *The Power Elite*; Oxford University Press, Oxford; 2000

¹⁶⁵ Afirma Mills sobre a especificidade da socialização profissional dos militares: “*o mundo militar domina decisivamente os seus habitantes pois selecciona cuidadosamente os seus recrutas, e quebra os seus valores anteriormente adquiridos; isola-os da sociedade civil e standardiza as suas carreiras ao longo das suas vidas. Nessa carreira, a rotação de atribuições, torna as competências e as sensibilidades semelhantes. E, no mundo militar, uma posição elevada não é apenas um emprego ou mesmo o climax de uma carreira; é claramente uma forma total de vida que se desenvolve sob um sistema de disciplina total*” (*Idem, ibidem*, p. 194)

¹⁶⁶ Abrahamsson, Bengt; *op. cit.*; pp. 59, 78

específica para abraçar a profissão militar, a acção dos mecanismos de selecção de candidatos de acordo com os requisitos fixados para o acesso, a contínua selecção ao longo do processo formativo das atitudes correctas (aceites e premiadas) e incorrectas (não aceites e punidas), e os efeitos selectivos relativos à hierarquização de sucesso no processo de socialização e treino profissional.

A profissão militar é também das que mais sucesso teve no fechamento do seu mercado de trabalho e na garantia socio-profissional aos seus membros. Desde logo, as suas Escolas, ao tenderem a ser únicas, não concorrem com estruturas diferentes pelo domínio da profissão e pelo acesso aos melhores empregos. Depois, a licenciatura militar abre entrada imediata na carreira, sem consideração de disponibilidade de vagas ou de ausência de mérito comparativo. A carreira nos quadros de oficialato permanente é também ciosamente mantida exclusiva aos licenciados das Escolas Militares, reservando-se quadros alternativos (sem as regalias e estatuto do verdadeiro e único quadro profissional) para civis e para militares, que, ainda que oficiais, ao não serem licenciados, não corporizam um perfil profissional.

4- Partilha de uma ideologia formalizada num código de ética, que valoriza fazer um bom trabalho, mais do que adquirir ganhos económicos e se compromete com a qualidade mais que com a racionalidade económica do trabalho.

O oficial quer ser reconhecido pelo seu patriotismo, serviço público e competência, acreditando possuir virtudes que transcendem o individualismo do espírito capitalista¹⁶⁷, personificando a “reserva nacional” dos valores morais tradicionais da comunidade¹⁶⁸. Está disposto no limite a sacrificar a sua vida pela comunidade, mas no entanto, os ditames da sua ética profissional pedem que sacrifique parte considerável da sua autonomia individual e social e da sua cidadania política e económica. O ideal de

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp. 225, 229

¹⁶⁸ No limite, Hitler, no seu *Mein Kampf* advogou as Forças Armadas como “reserva nacional de valores morais” de forma digna de nota, perante o que seguidamente se passou no III Reich. Afirmou (referindo-se ao pós-primeira guerra mundial): “como um dos factores mais eficientes da nação contra essa incipiente mas sempre crescente decomposição da nossa nacionalidade deve ser apontado o exército. (...) O exército deu uma lição de absoluta noção de responsabilidade em uma época em que essa qualidade se tornava cada vez mais rara. (...) O exército incentivou a coragem pessoal em um momento em que a covardia ameaçava contaminar o país inteiro e a capacidade de sacrifício, em favor do bem colectivo (...). O exército pregava o idealismo e o sacrifício em favor da Pátria e de suas grandezas, enquanto, em outros sectores, a ambição e o materialismo tinham assentado acampamento” (Hitler, Adolf; *Minha Luta – Mein Kampf*; Editora Moraes; São Paulo; 1983; p. 181)

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

serviço da profissão militar demonstra desde logo que a sua orientação é especialmente altruísta e que, dado o contexto em que se exerce a profissão, as considerações da possível tendência de sobreposição do lucro à qualidade não fazem muito sentido.

A ética profissional militar sustém-se genericamente nas ideias de espírito de disciplina, hierarquia, subordinação e obediência¹⁶⁹. Preconiza-se o desenvolvimento da disciplina individual e a completa obediência à hierarquia, dado cultivar-se a crença de que só essas características levadas ao extremo, nomeadamente com a procura de uma dissolução da vontade individual no todo do corpo militar, poderão fazer salvar a operacionalidade no ambiente fisicamente duro e psicologicamente desgastante que constitui o campo de batalha.

A disponibilidade para com a instituição militar deverá ser também total. O militar deve dedicar-se ao serviço mais que meramente cumpri-lo. Tal devoção implica não só um tipo particular de atitude durante os períodos de exercício da actividade profissional, mas uma generalidade de deveres que extravasam esse domínio. O profissional militar deverá estar preparado para, do ponto de vista legal, aceitar limitações ao exercício de actividades tidas como incompatíveis com a profissão militar ou mesmo permitir que lhe sejam retirados direitos cívicos de que gozam a generalidade dos cidadãos. Do ponto de vista familiar, o militar deverá ter toda a disponibilidade de mobilidade pessoal e familiar, o que implica não só uma particular, real ou potencial, instabilidade do agregado, mas também uma grande volatilidade na relação estabelecida com as comunidades de acolhimento, o que favorece o fechamento da profissão sobre si própria e a endogamia¹⁷⁰. Afirmo Janowitz: “ *a profissão militar é mais que uma ocupação; é um completo estilo de vida. O oficial é membro de uma comunidade que reivindica, na sua existência diária, muito mais que o cumprimento dos seus deveres oficiais. De facto, qualquer profissão que exerça uma tarefa de “vida ou morte” tal como a medicina, o clero e a polícia, desenvolve essas reivindicações. A missão*

¹⁶⁹ Alves, José Lopes; *op. cit.*; p. 49

¹⁷⁰ Segal nota um crescente conflito entre as exigências da família e da organização castrense na vida do profissional militar, caracterizando ambas as instituições como instituições vorazes quanto ao tempo, empenho, lealdade e energia do indivíduo, elaborando sobre o conceito de Lewis Coser (*Greedy Institutions: Patterns of Undivided Commitment* – 1974) (vide Segal, Mady Wechsler; “The Military and the Family as Greedy Institutions” in Moskos, Charles C.; Wood, Frank R. (ed.); *op. cit.* ; pp. 79-97).

***Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.***

*mortífera da guerra requiere que o oficial esteja preparado com curto aviso prévio, para abandonar a sua rotina e as suas responsabilidades pessoais*¹⁷¹.

Tal quadro limitativo da liberdade cívica, social e pessoal do profissional militar surge na base da ideia da profissão militar como sacerdócio, na medida em que esta implicaria reflexos totais na vida do profissional, e o limite do serviço prestado à comunidade no sacrifício da própria vida. Esta ideia de aproximação da profissão religiosa à militar é comum. Por exemplo, um almirante norte-americano, dirigindo-se em carta ao seu filho, afirmava que *“a profissão naval é muito como o sacerdócio. Dedicar a tua vida a um propósito. Vestes o uniforme de uma profissão organizada. A tua vida é governada pelas regras estabelecidas pela profissão. Renuncias à busca da riqueza. Em larga medida entregas a tua cidadania; renuncias à política; e trabalhar para o maior bem da organização. Na análise final os teus objectivos são tão morais como o de qualquer sacerdote pois não buscas o teu próprio bem, mas o bem do teu país.*”¹⁷².

Outro dos atributos da profissão militar reside exactamente na questão ética: nenhuma outra profissão faz depender de forma tão relevante a progressão na carreira do desempenho do profissional em termos éticos, como a militar¹⁷³.

5- Concretização da profissão numa distinta e efectiva comunidade de membros fundada em identidades e interesses específicos comuns, que controlam ética e tecnicamente o exercício da profissão.

A construção de uma comunidade efectiva tanto social como profissional começa desde logo nas academias formativas onde o regime de internato geralmente adoptado contribui para uma mais profunda convivência quer entre estudantes (futuros pares) quer com os profissionais (importantes fornecedores de modelos de comportamento), exigindo, em princípio, a constante prática dos princípios éticos que se procuram inculcar.

A comunidade social formada em torno da profissão militar é geralmente caracterizada como conservadora e apegada aos usos e costumes tradicionais. Janowitz

¹⁷¹ Janowitz, Morris (1960); *op. cit.*; p. 175

¹⁷² Niblack, A.P.; “The Letters of a Retired Rear Admiral to His Son in the Navy, “Does it Pay to be a Naval Officer?””; s. e.; s. l.; 1913 citado por Janowitz, Morris (1960); *op. cit.*; p. 115

¹⁷³ Kourvetaris, George Andrew; “Professional Self-Images and Political Perspectives in the Greek Military” in *American Sociological Review*; vol. 36; Dezembro de 1971; p. 1043

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

afirma que “quando os líderes militares não estão a defender tradições, estão na maioria das vezes a procurar estabelecer tradições”¹⁷⁴. Sublinhando nenhuma outra profissão, à excepção talvez do diplomata profissional, ser tão apegada à cortesia e ao protocolo, Janowitz refere-se às regras de etiqueta e cerimónia que para ele preenchem a função de estabilização da profissão, solidificação da comunidade e avivamento contínuo da auto-concepção de superioridade da ocupação no âmbito da divisão social do trabalho¹⁷⁵.

A identificação do indivíduo e da sua posição como membro da comunidade profissional é dada pelo uso de uniformes e insígnias. Para Wilbert Moore, as organizações militares aderem a esta prática por dois motivos: devido à existência de uma rígida cadeia de comando, e devido à elevada rotatividade de membros da comunidade, preenchendo-se a necessidade de saber em todo o momento quem saudar¹⁷⁶. Por seu lado, Marques salienta serem essencialmente três as funções do uso de uniformes: o esbater da individualidade dos homens que integram as fileiras, a normalização de elementos diferenciadores não consonantes com a hierarquia formal e a construção e afirmação do espírito de corpo, ou seja, de uma identidade profissional¹⁷⁷. E acrescenta: “O uniforme tem um papel importante na obtenção da coesão e da operacionalidade, assim como na demarcação face ao resto da sociedade, às outras instituições do Estado e, inclusive, face aos exércitos estrangeiros”¹⁷⁸.

Também a publicação de revistas, jornais ou a organização de seminários por e para militares, espaços que versam sobre temas ligados directa ou indirectamente à vida, teoria ou prática profissional do militar, contribuem para solidificar o espírito de grupo.

Ao nível da instituição militar o controlo ético e técnico próximo exercido por pares tidos para tal como competentes, é operacionalizado quotidianamente por meio do princípio da hierarquia e seus corolários. Há que distinguir contudo dois tipos de hierarquia que, de acordo com as suas especificidades prosseguem essa função, e que podem ou não sobrepôr-se totalmente.

¹⁷⁴ Janowitz, Morris (1960); *op. cit.*; p. 25

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, pp. 196, 197

¹⁷⁶ Moore, Wilbert E.; *The Professions: roles and rules*; Russel Sage Foundation; Nova Iorque; 1970; p. 222

¹⁷⁷ Marques, Fernando Pereira; *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*; Edições Cosmos/IDN; Lisboa; 1999; pp. 105, 106

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 106

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Uma primeira, constitui-se numa pirâmide de postos ou patentes assente em especialmente na antiguidade do desempenho da profissão, e que constitui o principal meio de expressão da Instituição Militar. Uma segunda é de cariz funcional e decorre dos cargos técnicos exercidos¹⁷⁹. Ainda que os ditames da ética militar aconselhem a correspondência exacta entre os dois tipos hierárquicos, não é meramente ocasional encontrar discrepâncias, na medida em que a especialização técnica não depende directamente da antiguidade e aliás, em muitas áreas mais recentes é mais facilmente adquirida por jovens.

O controlo social do profissional e o assegurar da perfeita integração na organização e na profissão derivam ainda, segundo Celso Castro, da identificação simbólica dada pela pertença a uma Arma específica¹⁸⁰. Clarifica afirmando que “os espíritos das Armas *compõem um sistema classificatório que estabelece uma homologia entre as características pessoais exigidas pelas diferentes “missões” (isto é, tarefas) de cada Arma numa situação de combate –as “atividades-fim” (sic)– e os diferentes padrões de conduta e personalidade mantidos na situação de não-combate, no cotidiano*”¹⁸¹. Considera no que toca ao simbolismo relacionado com as Armas, estarmos perante uma espécie de “totemismo” caracterizado pela partilha de regras comportamentais e uma panóplia de símbolos próprios que em última instância é possível ligar a um espírito quase esotérico¹⁸².

Em síntese, a análise da profissão militar a partir do tipo-ideal de profissionalismo adoptado, leva-nos a concluir que:

- 1) Há uma competência de tipo teórico-prática exclusiva da profissão militar, mesmo monopolizada por ela com elevadíssimo grau de estabilidade, e que detém na generalidade das sociedades um elevado prestígio social se bem que exposto a flutuações muito relevantes. Essa competência caracteriza-se na gestão e aplicação da violência, assente no controlo monopolístico dos meios legítimos de coerção;
- 2) A ocupação militar é das que melhor delimita e garante a sua jurisdição, não por ter alcançado especial sucesso no processo de competência jurisdicional,

¹⁷⁹ Alves, José Lopes; *op. cit.*; p. 51

¹⁸⁰ Castro, Celso; *O Espírito Militar – Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*; Jorge Zahar Editores; Rio de Janeiro; 1990; p. 56 (destaques no original)

¹⁸¹ *Idem, ibidem*

¹⁸² Vide *Idem, ibidem*, pp. 57-63

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

mas essencialmente porque o Poder e a sociedade beneficiam desse monopólio, e nele insistem. O poder em funções assegura-se, como forma de viabilizar o seu exercício, tanto do monopólio da profissão militar sobre a aplicação da *expertise* de gestão e utilização da violência, por recurso aos meios legítimos de coerção armados, como do exercício desse monopólio de forma totalmente a ele subordinada. A profissão é pois *sui generis* ao exercer a sua actividade em benefício de um único cliente que reserva ascendente sobre a determinação dos seus fins, objectivos e meios, tornando-a pois uma profissão não “livre” na forma que as profissões liberais o são, mas caracterizada por uma estabilidade jurisdicional e uma protecção legal também sem paralelo.

- 3) As Academias Militares, instituições de ensino superior, são quem concede as licenças para o exercício da profissão, na sequência do completar de um plano de estudos teórico-prático formalizado e longo. A profissão militar possui também uma posição especialmente bem protegida no mercado de trabalho. É das poucas cuja formação dá entrada imediata na carreira, sem qualquer consideração adicional, e das que dá mais importância à antiguidade como critério de encareiramento, traduzindo-se efectivamente ainda, na maioria dos casos, e apenas no que respeita ao exercício profissional da ocupação, numa profissão para a vida.
- 4) A orientação altruísta da ética militar coloca o limite da dedicação à comunidade no sacrifício da própria vida, impondo depois quotidianamente sacrifícios múltiplos que transcendem as horas de trabalho, impondo-se de forma total ao homem feito profissional. A racionalidade egoísta e o privilégio do lucro são pois essencialmente arredadas da própria natureza da actividade, que não oferece bens e/ou serviços no mercado em troca de benefícios económicos. A observância dos ditames éticos é especialmente relevante ao determinar, com um grau de importância muito particular, a qualidade do desempenho do profissional e a sua elegibilidade para a promoção.
- 5) Por fim, a profissão militar sustém-se sobre uma comunidade profissional

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

particularmente coesa, sendo o controlo social exercido pelos pares, operacionalizado em primeira instância por via da hierarquia formal de postos. Essa hierarquia caracterizar-se-ia por uma especial imobilidade histórica, ao derivar ainda substancialmente de formas de autoridade feudais, dado assegurarem elas, de forma especialmente eficaz, um apertado controlo sobre os comportamentos individuais.

2.2. Processualizando e Explicando a Profissão Militar.

A evolução ocidental do modo de conduzir a guerra e a sucessão, desde a Idade Média, das classes que a protagonizaram, pode ser descrita destacando-se três fases.

Até ao século XVII, a força militar é não profissional caracterizando-se pelas figuras do mercenário ou do oficial aristocrata amador. O século XVIII caracteriza-se por uma condução mais estável da guerra, dirigida por aristocratas e combatida por soldados recrutados, quer pelo sistema da conscrição quer pelo do voluntariado de média/longa duração. Pode designar-se esta fase por fase pré-profissional.

É o século XIX que vê o nascimento do exército profissional, nomeadamente como consequência das guerras napoleónicas e dos contributos do militarismo prussiano. Essa evolução tem sido referida como intimamente ligada à *levée en masse* ou emergência do soldado-cidadão, dado exigirem esses novos contingentes, um quadro estabilizado de enquadramento, formação e direcção dos soldados que, apenas temporariamente disponíveis, se renovavam a prazos curtos¹⁸³.

O oficial aristocrata amador vê a sua ocupação como um *hobby*, subordinando a sua acção aos ditames da honra e não da eficácia técnica, enquanto que o mercenário assume-se como um negociador, buscando vantagens económicas. Nenhum se compatibiliza pois com o profissionalismo militar¹⁸⁴.

A fase pré-profissional.

O mercenarismo baseava-se no espírito empreendedor. O oficial mercenário atraía homens para o seu serviço, oferecendo aos poderes políticos os seus préstimos em

¹⁸³ Seguimos genericamente o esquema de Huntington, Samuel; *op. cit.*; pp. 19-58

¹⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 20

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

troca de contrapartidas pecuniárias ou patrimoniais¹⁸⁵. Gaetano Mosca sublinhou a dualidade económica dos países fornecedores e “utilizadores” de mercenários¹⁸⁶. Aponta que tradicionalmente eram os indivíduos provenientes de países assentes na produção agrícola, habituados à vida ao ar livre e predominantemente ricos em população em detrimento de capital, que forneciam indivíduos para o sistema de mercenarismo. Eram, por outro lado, os países que derivavam a sua riqueza do comércio e indústria os mais relutantes a abandonar a actividade económica e os menos predispostos à actividade em espaço aberto, o que os tornava especialmente inclinados para contratar mercenários para travar as suas lutas¹⁸⁷.

Os exércitos de mercenários possuíam várias limitações. Constituíam uma conjugação de unidades heterogéneas, multinacionais, muitas vezes possuindo armamento muito diverso e por vezes impossíveis de disciplinar e dirigir eficazmente¹⁸⁸. O sucesso das campanhas era medido pelos combatentes à luz dos ganhos retirados e o sentido de lealdade quer ao comando quer a um senhor era praticamente inexistente. Como avisou Maquiavel, “*se um homem pensa assentar a segurança do seu Estado em forças mercenárias, jamais se encontrará seguro, pois elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas e desleais. (...) elas não têm outro amor nem outra razão que as prenda ao campo de batalha que não sejam os soldos, o que não chega para que queiram morrer por ti*”¹⁸⁹.

¹⁸⁵ Os suíços, à semelhança do que já tinham feito os gregos souberam retirar proveitos importantes da sua dedicação ao mercenarismo. O’Connell sublinha que *pas d’argent, pas de Suisses*, tornou-se na época uma espécie de lema da nação. (O’Connell, Robert L.; *História da Guerra – armas e homens: uma história da guerra, do armamento e da agressão*; Editorial Teorema; Lisboa; 1995; p. 124). A Guarda Suíça do Vaticano com os seus uniformes desenhados por Miguel Ângelo constitui ainda sobrevivência desses tempos.

¹⁸⁶ Mosca, Gaetano; *The Ruling Class (Elementi di Scienza Politica)*; Greenwood Press, Publishers; Westport; 1980; pp. 225,226

¹⁸⁷ Vide *Idem, ibidem*, bem como Smith, Adam; “Das despesas com a Defesa” in *Inquérito sobre a Natureza e as causas da Riqueza das Nações*; vol. II; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1983; pp. 289-295

¹⁸⁸ Mosca sublinha a multinacionalidade dos mercenários como elemento fundamental no seu afastamento do poder. Acredita que “*the mixing of different social elements and different nationalities prevented the armies of the sixteenth and the first half of the seventeenth century from becoming masters of the countries they served*” (Mosca, Gaetano; *op. cit.*; p. 231). Mais tarde, com o desenvolvimento dos corpos de oficiais aristocráticos do século XVIII, o controlo civil da profissão era dado pelos laços familiares e sociais próximos entre governantes políticos e o oficialato militar (*Idem, ibidem*, p. 233, cf. Smith, Adam; *op. cit.*; pp. 310, 311).

¹⁸⁹ Maquiavel; *A Arte da Guerra, A Vida de Castruccio Castracani, Belfagor, o Arquidiabo, O Príncipe*; Editora Universidade de Brasília; São Paulo; 1982; pp. 66, 67

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Durante a primeira metade do século XVII, o êxito das campanhas de Gustavus Adolphus e Oliver Cromwell na Guerra dos Trinta Anos com os seus exércitos disciplinados e homogêneos¹⁹⁰, bem como a crescente consolidação do poder dos monarcas nacionais que sentem cada vez mais a necessidade de possuir meios de assegurar o seu governo, conduziu à substituição dos exércitos de mercenários por composições permanentes, subordinadas ao serviço dos reis¹⁹¹. Aos poucos, implantou-se um sistema no qual o comando era confiado a *gentlemen* que diferiam em nascimento, temperamento e ascendência dos seus soldados¹⁹².

Durante o fim do século XVII e pelo século XVIII adentro, o oficialato era na Europa de origem aristocrata, variando o recrutamento dos guerreiros entre a conscrição e o voluntariado consoante as possibilidades de pagamento de soldos.

A última metade do século XVII viveu essencialmente da conscrição, significando tal sistema desde logo que o soldado já não era buscado predominantemente nas classes criminosas e aventureiras, mas entre camponeses e trabalhadores que, não desejando dedicar-se predominantemente à actividade militar, prestavam um serviço temporalmente limitado a favor do monarca, após o qual retornavam aos seus ofícios. Esse sistema predispõe o oficial aristocrata para se transformar progressivamente numa espécie de “nobreza burocratizada” que combina o senso de ordem, a consciência do serviço público e o espírito de cavalaria com os valores de honra tradicionais da nobreza¹⁹³.

O corpo de oficiais aristocrata do século XVIII acabou por se concretizar numa estrutura mais orientada para servir os interesses da aristocracia que para potenciar o desempenho eficiente da função militar¹⁹⁴. A ocupação militar proporcionava aos nobres, nomeadamente aos filhos segundos, um bastante aceitável modo de vida, afastado da competição da classe média e livre de exigências educacionais¹⁹⁵. Caracterizava-se por ter a admissão e a progressão subordinada ao nascimento e à riqueza, sendo comum a compra e herança de patentes que conduzia a que, não poucas

¹⁹⁰ O’Connell, Robert L.; História da Guerra – armas e homens: uma história da guerra, do armamento e da agressão; Editorial Teorema; Lisboa; 1995; pp. 174-178

¹⁹¹ Huntington, Samuel; *op. cit.*; p. 21

¹⁹² Mosca, Gaetano; *op. cit.*; p. 230

¹⁹³ *Idem, ibidem*, p. 232

¹⁹⁴ Huntington, Samuel; *op. cit.*; p. 28

¹⁹⁵ Abrahamsson, Bengt; *op. cit.*; p. 21

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

vezes, oficiais de catorze ou quinze anos fossem colocados no comando de regimentos. Para Huntington, a vocação militar estava sujeita a uma espécie de prostituição, sendo o oficialato subordinado aos valores de luxo, coragem e individualismo e vez dos valores profissionais da *expertise*, disciplina e responsabilidade¹⁹⁶.

A ocupação militar não funcionou até ao século XIX subordinada a critérios profissionais, mas essencialmente a políticos e sociais. Tal sucedeu desde logo porque não havia suficiente noção de ciência militar como campo de conhecimento, e muito menos como campo de conhecimento individualizável e susceptível de prática, para que se providenciasse uma base de sustentação para o profissionalismo. Por outro lado, a teoria do génio que postulava que o sucesso na direcção da guerra não se adquiria por formação mas derivava de dons inatos, replicando a ideia aristocrática de que alguns homens nascem para comandar e outros para obedecer, implicava a desvalorização do ensino e formação militares, retardando o advento da formação institucionalizada¹⁹⁷.

No que respeita especificamente aos contingentes e ao modo de fazer a guerra, Anatole Rapoport no seu prefácio à principal obra de Clausewitz, evidencia o contraste entre a arte da guerra antes e depois de Napoleão, isto é, antes e depois do recrutamento de contingente baseado na “*levée en masse*” ou “nação em armas”¹⁹⁸. Afirma: “A “*arte da guerra*”, tal como se concebia no século dezoito, era em grande parte uma arte de manobra. Nela se incluíam elementos importantes de estética e protocolo. Um exército era julgado tanto pela sua aparência no campo de batalha como pela sua perícia e bravura (...) A única virtude militar exigida ao homem nas fileiras era a obediência. Na realidade, pouco mais se lhe podia exigir, visto não ter qualquer parte no resultado da batalha. (...) Esta concepção da guerra foi posta em causa na última década do século. Nas guerras da Revolução Francesa e nas guerras Napoleónicas, os exércitos iam para o campo de batalha e manobravam tal como o faziam no século dezoito. Mas o significado dessas acções mudou. (...) O Exército Revolucionário Francês era composto não de profissionais [aqui usado no sentido de mercenário] nem de recrutas que não

¹⁹⁶ Huntington, Samuel; *op. cit.*; pp. 26,28

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 30

¹⁹⁸ Rapoport, Anatole; “Prefácio” in Clausewitz, Carl von; *Da Guerra*; Editora Universidade de Brasília; São Paulo; 1979; pp. 7-70

***Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.***

*tinham qualquer ideia ou compreensão da guerra, mas de “patriotas” – um conceito novo na política europeia”*¹⁹⁹.

A emergência do profissionalismo.

Afirmou Huntington que se fosse necessário indicar uma data precisa para o nascimento da profissão militar no Ocidente, ela teria de ser 6 de Agosto de 1808, dia em que o governo prussiano publicou um novo decreto relativo ao recrutamento e progressão de oficiais²⁰⁰. Aí lia-se: *“O único título para a comissão de um oficial será, em tempo de paz, educação e conhecimento profissional; em tempo de guerra, valor distinto e percepção. De toda a nação, conseqüentemente,, todos os indivíduos que possuem essas qualidades são elegíveis para os mais altos postos militares. Toda a preferência de classe anteriormente existente no estabelecimento militar é abolida, e cada homem, independentemente das suas origens, tem iguais deveres e iguais direitos”*²⁰¹.

Foram de facto os prussianos quem dirigiu o caminho no que toca à profissionalização militar²⁰². Foram desde logo os primeiros a abolir distinções de classe no acesso aos corpos oficiais e a estabelecer critérios de progressão baseados no mérito e nas qualificações detidas. Foram também a primeira nação a apostar fortemente no estabelecimento e valorização social das instituições formativas militares e a organizar órgãos de staff. Forneceram ainda por meio de um seu nacional, Karl von Clausewitz, alguns dos mais importantes contributos para a teorização em torno da nova profissão e da nova forma de guerra “patriótica”²⁰³.

O destaque da Prússia neste processo deve ser justificado por dois factores: em primeiro lugar, pelas derrotas que as Forças Armadas prussianas sofreram em 1806 face a Napoleão e a humilhação face à Dinamarca em 1848. Ambos estes pós-guerras podem

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 14

²⁰⁰ Huntington, Samuel; *op. cit.*; p. 30

²⁰¹ “Reglement über die Besetzung der Stellen der Portepée-Fähnriche, und über die Wahl zum Officer bei der Infanterie, Kavallerie und Artillerie, 6 August 1808” *publicado em Prussian General Staff; Die Reorganisation der Preussischen Armee nach dem Tilsiter Frieden*; Berlin; 1857 citado por *Idem, ibidem*, pp. 30,31

²⁰² Sobre as origens do militarismo prussiano vide Ribeiro dos Santos, António Pedro; “A Pedagogia Castrense no Sistema de Poder” *in* Vários; *Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira*; vol. II; ISCSP/UTL; Lisboa; 1995; pp. 560-563

²⁰³ Rapoport, Anatole; “Prefácio” *in* Clausewitz, Carl von; *Da Guerra*; Editora Universidade de Brasília; São Paulo; 1979; p. 16

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

ser identificados com duas vagas de profissionalização, uma primeira implicando o estabelecimento de escolas militares básicas e a “democratização” do acesso aos corpos de oficiais, e uma segunda ligada à organização de estados-maiores, instituições formativas superiores e reavaliação dos critérios de progressão na carreira. Procurava-se assim dotar o exército prussiano de maior eficiência e eficácia, procurando assegurar que essas humilhações nacionais não se repetiriam.

Um segundo factor que justifica o avanço prussiano, prende-se com a profunda implantação na Prússia das condições mais gerais do profissionalismo, que fez com que fosse natural que a reorganização seguisse os mais modernos valores políticos e sociais, as novas orientações da racionalização económica e organizacional, e incorporasse também, os avanços tecnológicos mais marcantes.

Essas condições sociais gerais do profissionalismo, que determinaram o processo de profissionalização em sentido macrossociológico são essencialmente cinco:

- 1) a sedimentação dos ideais democráticos (factor ideológico-político);
- 2) a emergência do estado-nação e o reconhecimento de uma única e central fonte de autoridade sobre os Exércitos (factor político-social);
- 3) a aplicação do princípio da especialização funcional e da divisão do trabalho (factor técnico-organizacional);
- 4) a sedimentação do recrutamento universal da “nação em armas”²⁰⁴ (factor técnico-organizacional)
- 5) o desenvolvimento tecnológico de novas formas de armamento, comunicação e transporte produzidas em larga escala pela nova indústria (factor tecnológico-produtivo).

A ideologia democrática forneceu desde logo as bases para a substituição do ideal aristocrático pelo ideal representativo, indicando quer a via do critério do mérito sobre o da ascendência, quer a ideia ainda hoje tão cara de que as Forças Armadas deveriam ser representativas da nação, isto é, deveriam recrutar entre todas as classes sociais na proporção próxima da sua verificação na sociedade, enunciação que justifica a ênfase colocada pelos reformadores prussianos na incorporação da classe média²⁰⁵.

²⁰⁴ Rapoport, Anatole; *op.cit.*; pp. 32-37

²⁰⁵ Townshend, Charles; “Militarism and Modern Society” in *The Wilson Quarterly*; vol.17; 1993; p. 74

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

O aparecimento do Estado-Nação permitiu a centralização dos recursos destinados a sustentar economicamente um corpo de oficiais dedicado exclusivamente à guerra, ao mesmo tempo que a crescente rivalidade entre Estados assegurou para a ocupação o reconhecimento da utilidade social (e política) de se possuir uma força permanente dedicada à segurança militar da nação²⁰⁶.

Para George Clark a relação que deve ser apercebida entre aparecimento do Estado-Nação e o de Exércitos Permanente é biunívoca: “*Assim como foi preciso o Estado moderno para se criar o exército permanente, assim também o exército criou o Estado moderno, pois a influência das duas causas foi recíproca*”²⁰⁷. Maria Carrilho aponta como esta relação confere especificidade à profissão militar face às restantes já que, “*[o] facto de terem as forças armadas o Estado como único “cliente”, implica uma situação original, em relação às outras profissões, pois que é o próprio “cliente” a promover ou impor o processo de profissionalização, em vista da função da instituição militar como suporte do próprio Estado*”²⁰⁸.

O processo de centralização do poder do Estado enfraqueceu gradualmente os centros de poder locais, desenvolvendo lealdades e sentidos de pertença que ultrapassaram a aldeia, ou a região, contrastando com o espírito dominante na Idade Média segundo o qual “*os homens tinham consciência de si próprios como homens de uma igreja, de uma guilda, membros desta ou daquela família ou província, mas nunca como uma nação, muito menos como um povo*”²⁰⁹. A intensificação de contactos com o mundo exterior e a extensão da educação a par com os desenvolvimentos do comércio, da imprensa, das vias e meios de comunicação e da urbanização, permitiram fazer contrapor ao “nós”, cada vez mais um “eles” exterior à nação, com o estabelecimento das bases para a assunção do exército nacional.

Ao nível do corpo de oficiais, este enfraquecimento do poder local face ao central permitiu a unificação das lealdades do oficialato, processo consequente ao reconhecimento de uma única fonte de autoridade sobre o estabelecimento militar, e

²⁰⁶ Huntington, Samuel P.; *op. cit.*; p. 32

²⁰⁷ Clark, George; *Seventeenth Century*; Oxford-Galaxy; Nova Iorque; 1965; pp. 98-102 citado por Marques, Fernando Pereira; *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*; Edições Cosmos/IDN; Lisboa; 1999; p. 13

²⁰⁸ Carrilho, Maria; “O Processo de Profissionalização Militar no Exército Português (I)” in *Nação e Defesa*; nº21; 1982; pp. 129-146; p. 137

²⁰⁹ Nisbet, Robert C.; *The Sociological Tradition*; Basic Books; Nova Iorque; 1966; p. 121 citado por Abrahamsson, Bengt; *op. cit.*; p. 24

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

que abriu o caminho no sentido da progressiva despolitização do corpo de oficiais, sobrepondo-se tendencialmente ideais profissionais a valores e considerações políticas²¹⁰.

A exigência de militares gestores aumentou à medida que a burocracia militar se expandiu em tamanho e complexidade, tornando essencial o planeamento cuidadoso das operações e da coordenação de várias unidades e funções, processos facilitados pela aplicação de novas formas de comunicação e transporte como o telégrafo eléctrico e os transportes movidos a vapor²¹¹. De facto, crê-se que teria sido impossível um corpo de oficiais não profissionalizado agir eficazmente em tais novos contextos.

Também o crescimento da população nos séculos XVIII e XIX, os primórdios da industrialização, os desenvolvimentos da tecnologia e a emergência do urbanismo deixaram as suas marcas na sociedade, nomeadamente contribuindo para a crescente divisão do trabalho e especialização funcional, tendências que se repercutiram na organização dos exércitos. Também a guerra se complexizou, tendo a tecnologia evoluído em termos de armamento, transportes e comunicações. Os Exércitos e Armadas tornaram-se organizações complexas, com um número crescente de indivíduos divididos por centenas de especialidades, pelo que, se fez apelo constante ao desenvolvimento de competências gestionárias. As funções do profissional militar concretizaram-se e especializaram-se, tornando-se distintas das de político e de polícia, com as quais se tinham ligado no passado²¹².

A emergência da guerra nacional na esteira da Revolução Francesa e do princípio do recrutamento universal traduzido no exército de cidadãos, não é coincidente com o impulso para a profissionalização militar por mero acaso²¹³. A Prússia, o primeiro país a profissionalizar o seu corpo de oficiais, foi também o primeiro a instaurar a conscrição universal permanente²¹⁴. De facto, a emergência da guerra dos povos face à tradicional guerra dos governos implicou desde logo o crescimento rápido do número de soldados a serem enquadrados, formados e dirigidos, uma vez que a

²¹⁰ Huntington, Samuel P.; *op. cit.*; p. 35

²¹¹ Abrahamsson, Bengt; *op. cit.*; p. 23

²¹² *Idem, ibidem*, p. 32

²¹³ Para uma análise de índole histórica a respeito da emergência da guerra nacional ou patriótica na esteira dos ideais liberais, vide Hobsbawm, Eric; *A Questão do Nacionalismo – nações e nacionalismo desde 1780*; Terramar; Lisboa; 1998; pp. 77-125

²¹⁴ Huntington, Samuel P.; *op. cit.*; p. 37

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

passagem pelas fileiras era apenas por curtos ou médios períodos de tempo²¹⁵. Havia necessidade de alguém que os enquadrasse, ensinasse e dirigisse continuamente. O desenvolvimento e standardização dos programas de formação dirigidos a conscritos conduzem também ao nascimento do perfil de oficial-educador, que vai contribuir mais tarde, já no século XX, para o incremento do prestígio social dos profissionais militares.

Por fim, a necessidade de armar grandes exércitos, e portanto a real possibilidade da massificação do recrutamento só foi concretizável após a Revolução Industrial por meio da consolidação de uma indústria de armamento também essa destinada a produzir em massa²¹⁶.

E se, antes do século XIX, a guerra tinha sido essencialmente uma empreitada dispendiosa, travada por exércitos pequenos, a conjugação da conscrição geral e da produção industrial massiva de armamento reduz-lhe substancialmente os custos²¹⁷. Ao nível dos estratos combatentes, a relutância em conduzir a guerra de modo a fazer grandes baixas era justificada pelo longo treino e experiência dos voluntários e dificuldades de mobilização que faziam perigar reorganização dos exércitos, em caso de aniquilação²¹⁸. A *levée en masse* desvaloriza contudo o custo do soldado que passa a poder ser facilmente substituído e que recebe apenas uma formação standard, básica e curta, na crença de que, o que lhe faltaria em experiência e formação poderia ser compensado em entusiasmo patriótico.

Em síntese, o processo de profissionalização militar implicou, no que toca ao acesso à profissão, a eliminação dos requisitos aristocráticos de entrada, a exigência de um treino profissional básico e, mais tarde, a exigência de formação geral mínima anterior à profissional não ministrada por estabelecimentos militares, mas por Escolas Superiores autónomas face ao estabelecimento militar²¹⁹.

Ao nível do desenvolvimento da carreira, os critérios de base para a promoção passaram a privilegiar a senioridade a par com a selecção por mérito, tendo-se estabelecido linhas de progressão profissional formais e tendo-se standardizado os requisitos (nomeadamente educacionais) para a ocupação de postos.

²¹⁵ Fiévet, Gil; *Da Estratégia Militar à Estratégia Empresarial*; Editorial Inquérito; Mem-Martins; 1993; p. 108

²¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 26,27

²¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 22 bem como Ribeiro dos Santos, António Pedro (1999); *op. cit.*; p. 564

²¹⁸ Rapoport, Anatole; *op. cit.*; p. 13

²¹⁹ Huntington, Samuel P.; *op. cit.*; pp. 39-44

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

A nível formativo, as academias e restantes escolas adquiriram importância crescente e centralidade constante, não apenas pelo papel fundamental de socialização profissional que consolidaram, como pela legitimidade na revelação de princípios científicos e técnicos a incorporar no corpo de conhecimentos específico da profissão²²⁰. A instituição de estados-maiores permitiu a separação entre funções de linha e staff (distinção esta aliás que tem na organização militar os seus primórdios) contribuindo ainda para clarificar e estabilizar as relações com a autoridade política.

A profissionalização militar identificou-se pois com 1) a crescente necessidade de especialistas técnicos, 2) a crescente necessidade de gestores especializados e 3) a crescente necessidade de integração funcional entre esforços militares e civis.

Deu-se pois corpo ao aparecimento de perfis de militar profissionalizado, nomeadamente os de militar técnico, militar gestor, militar burocrata e militar educador. O perfil de militar político foi incrementado pelo último factor, ainda que a consolidação das lealdades do corpo de oficiais e a crescente tecnicidade das funções, tenha agido em sentido inverso.

Sistematizámos e operacionalizámos o que processo de profissionalização militar, com inspiração em tópicos vários em Carrilho²²¹, bem como na discussão teórica já realizada. Propomos consequentemente que:

A profissionalização militar concretiza-se numa profissionalização técnica, social e política. Os seus traços essenciais são:

Profissionalização técnica:

- (Educação) A formação técnica superior especializada é cada vez mais a forma standardizada de aceder à ocupação;
- (Funções) As funções desempenhadas exigem crescentemente *expertise* técnica, organizacional e gestonária;

²²⁰ Abrahamsson sublinha que este incremento da importância da educação militar na sequência do desenvolvimento de um corpo individualizável de saber apenas se poderia ter dado após a Revolução Industrial e o recrutamento em massa, uma vez que “antes dessa época, tanto os sectores militares como os civis, necessitavam de especialistas apenas até um certo ponto (...) não havia necessidade de especialistas organizacionais no exército até as forças se tornarem muito grandes e terem de ser subdivididas em pequenas unidades” (Abrahamsson, Bengt; *op. cit.*; p. 32).

²²¹ Carrilho, Maria (1985); *op. cit.*

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

- (Perfis) Os perfis de militar aristocrata, herói e político perdem lugar face aos de técnico, gestor, burocrata e educador.

Profissionalização social:

- (Recrutamento) A presença aristocrática no corpo de oficiais regride e as classes baixas e médias aumentam progressivamente a sua representatividade nos recrutamentos para as Escolas Militares;
- (Padrões de carreira) Os percursos em termos de carreira profissional são gradualmente institucionalizados e legalmente uniformizados, passando o acesso ao oficialato a depender em regra da detenção de diploma especializado;
- (Padrões de carreira) Os critérios do mérito e da antiguidade sobrepõem-se cada vez mais aos critérios classistas, passando a ser possível a todos os profissionais o acesso no espaço de uma vida activa média a todos os postos do oficialato, desde que o seu valor técnico o permita;
- (Situação material) O nível retributivo do oficialato permite progressivamente um nível de vida pelo menos médio-alto sem recurso a outros rendimentos, equivalendo ou ultrapassando as carreiras comparáveis do funcionalismo público, nomeadamente a da alta magistratura;
- (Identidade e auto-imagem ocupacional) As identificações predominantes dos indivíduos deixam de ser com a arma e o serviço para se deslocarem para o ramo ou a profissão; passam a entender-se como cientistas, técnicos e profissionais.

Profissionalização política:

- (Ideologia ocupacional) A situação de subordinação face ao Estado é crescentemente aceite e valorizada, tornando cada vez mais não ético o envolvimento no processo político;
- (*Ethos* e ideologia) O desenvolvimento do Estado-Nação faz contrapor os militares profissionais cada vez mais a inimigos externos,

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

eliminando tendencialmente o combate a inimigos regionais e a aplicação força sobre os cidadãos.

- (Envolvimento político) O desempenho de cargos políticos é crescentemente residual, tendendo a desaparecer.

2.3. A Profissionalização Militar em Portugal.

A Profissionalização do Exército português integrou-se perfeitamente no quadro evolutivo traçado na secção anterior. O início do aparecimento das tendências sociais, técnicas, organizacionais e políticas que constroem o caminho para a profissionalização situa-se no século XVIII, ainda que os passos definitivos dessa consolidação apenas ocorram no início do século XX²²².

Em 1911 podemos concluir estar terminado o processo de consolidação do profissionalismo em sentido técnico (ver Figura 3), bem como, grosso modo o processo de profissionalização social (ver Figura 4), ainda que, neste último caso, haja ainda alguns passos a dar no sentido de fortalecer o fechamento do alto oficialato aos não profissionais.

É pois, a I República que vê pela primeira vez um Exército profissionalizando, ainda que apenas nas suas dimensões técnicas e sociais.

De facto, foi impossível nesse período concluir pela profissionalização em sentido político da ocupação militar, apresentando mesmo o perfil de militar político, um ressurgimento face a épocas anteriores.

Ora, sem a concretização completa do modelo da profissionalização militar, parece pois não podermos concluir pela profissionalização do Exército português no momento em que os traços técnicos e sociais se revelam.

Este é o problema central que abordaremos. Por agora basta-nos atestar a profissionalização técnica e social e calendarizá-la.

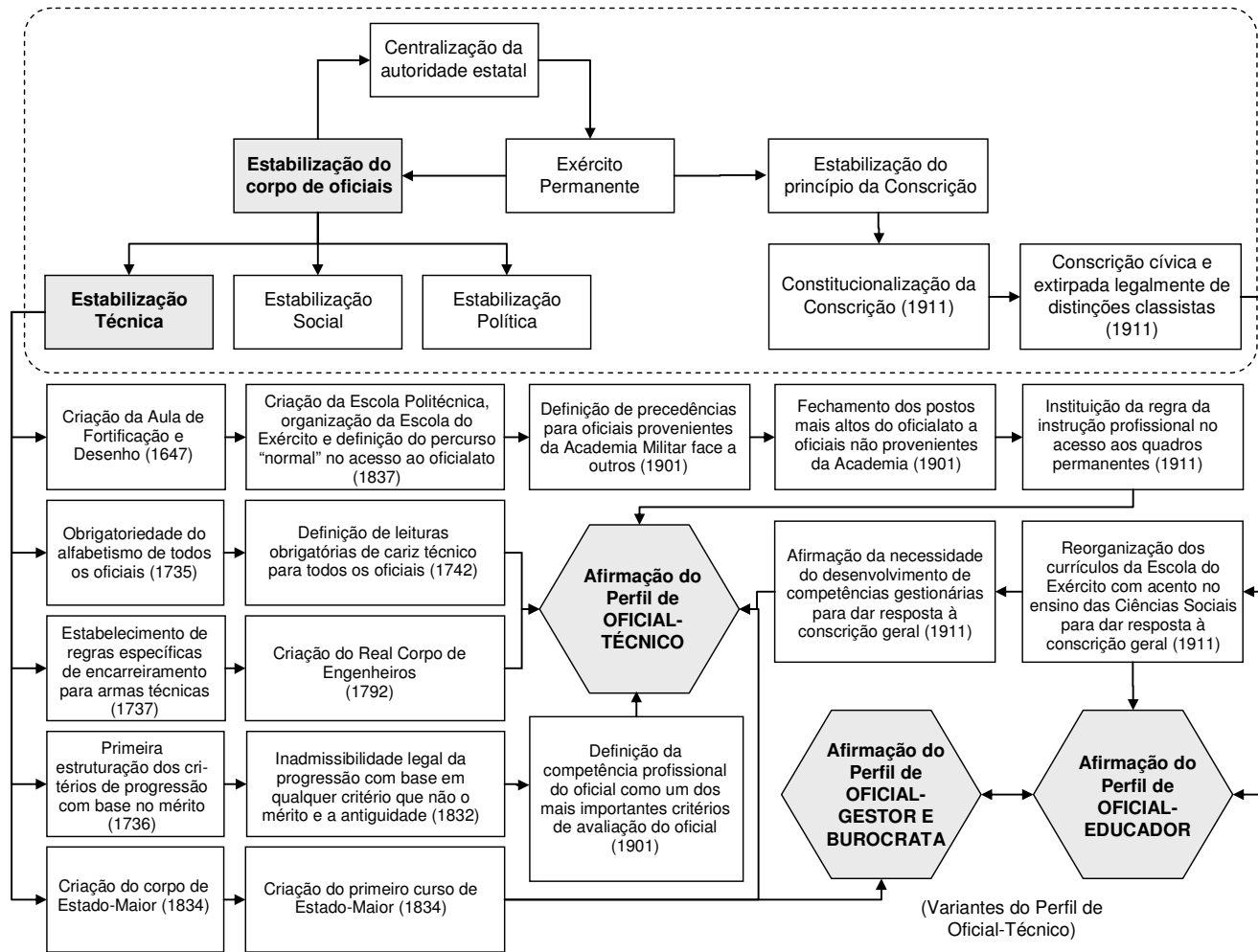
Para abordamos adiante de forma satisfatória as relações entre profissionalismo técnico e social e profissionalismo político, explicando a evolução do caso português, e procurando estabelecer a partir de quando se pode, neste contexto nacional, falar de um

²²² Para o detalhe deste processo veja-se Marques, Fernando Pereira; *Exército e Sociedade em Portugal: no declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo*; Publicações Alfa; Lisboa; 1989

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Exército profissionalizado, falta-nos ainda discutir teoricamente as relações entre profissionalismo e envolvimento político militar. É o que faremos em seguida.

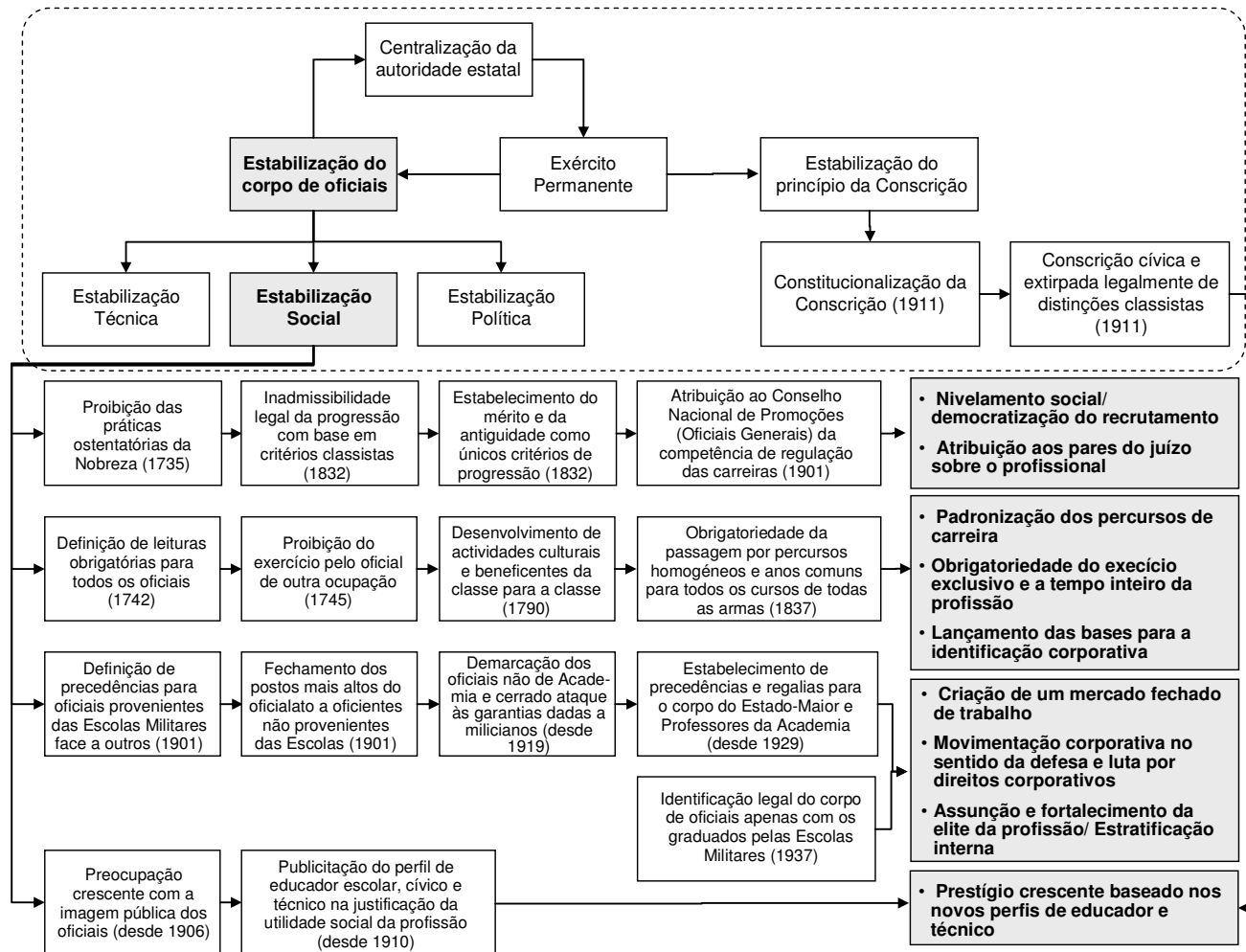
Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.



*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

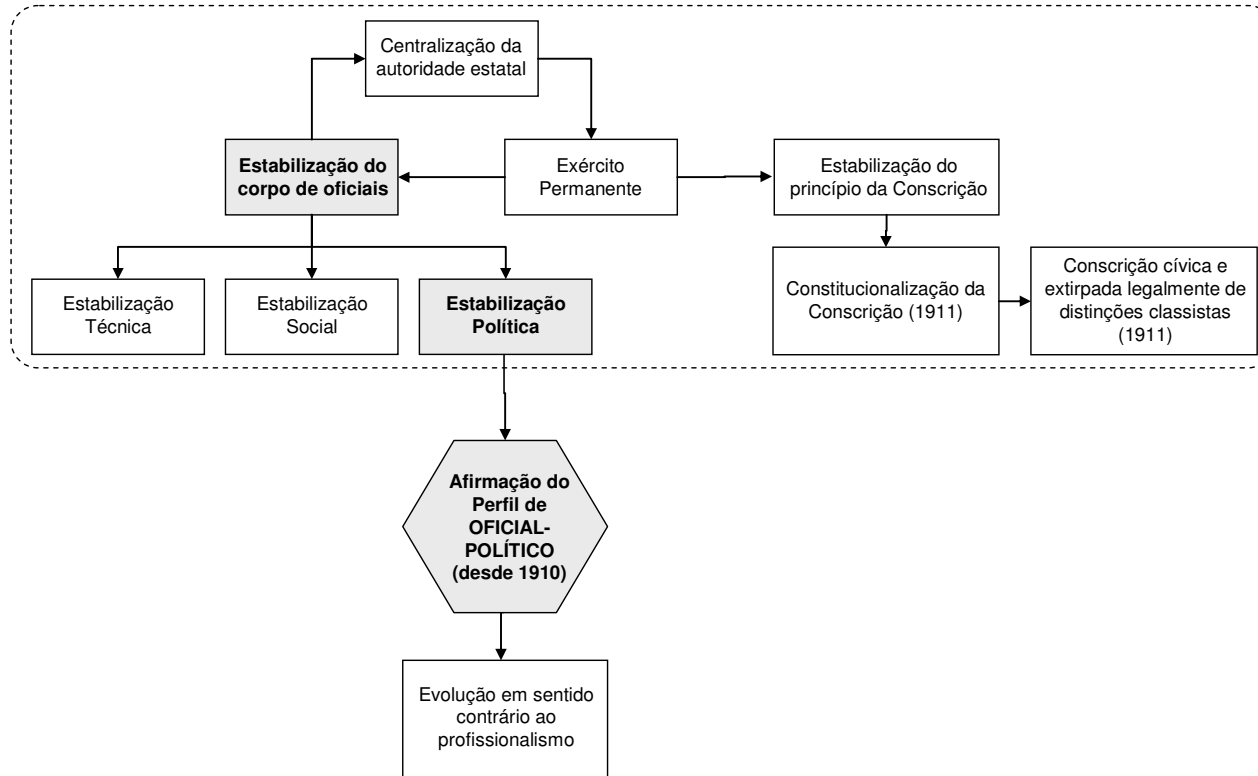
Figura 3: Quadro-síntese do processo de Profissionalização Técnica do Exército Português.

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.



Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

Figura 4: Quadro-síntese do processo de Profissionalização Social do Exército Português.



*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Figura 5: Quadro-síntese do sentido de evolução do Profissionalismo Político do Exército Português.

2.4. Profissionalização Militar e Envolvimento Político.

Os estudos realizados em Sociologia Militar têm sido classificados como podendo integrar-se num ou mais de cinco vectores essenciais de análise: o estudo da organização militar, o estudo do sistema militar, o estudo das relações civil-militares, o estudo da génese e evolução da guerra e dos conflitos armados e o estudo da profissão militar²²³.

O Estudo das Relações Civil-Militares reportou-se essencialmente ao estudo do envolvimento político das Forças Armadas, nomeadamente à influência armada sobre o processo político. No âmbito da prossecução do estudo sociológico das relações civil-militares, o conceito de militarismo, que particularmente tem interessado os sociólogos estudiosos de temáticas militares, foi usado em três acepções essenciais: militarismo enquanto dominância política militar, militarismo enquanto engrandecimento militar motivado por políticas externas agressivas expansionistas, e militarismo como influência política militar ilegítima, conseguida por via coerciva, junto de governos legitimamente empossados^{224 225}. Analisaremos apenas a primeira acepção, por ser aquela que se discute em relação com o processo de profissionalização militar.

Sistematizando as principais áreas de interesse em torno do conceito de militarismo enquanto dominância política e recorrendo de novo a Lang, quatro temáticas-chave devem ser apontadas: o controlo civil sobre a Instituição Militar, a intervenção das Forças Armadas no processo político, o estudo dos golpes de estado e insurreições militares e a investigação em torno de regimes militares. São os dois primeiros os que para os nossos propósitos relevam, e será a eles que nos vamos ater. Ora, interessa desde já esclarecer como se encontram intimamente ligados: o controlo civil sobre a Instituição Militar destina-se exactamente a assegurar que não ocorra, no limite, qualquer tipo de intervenção militar sobre o processo político.

A qualidade política da ocupação militar é central na identificação dos traços caracterizadores da profissão, dado constituir-se a *expertise* técnica militar na gestão e aplicação de meios geradores e sustentadores do poder político. Larson, como referimos considerou que não haveria verdadeiramente uma *expertise* técnica militar dado a

²²³ Segundo a elaboração de Lang, Kurt; *op. cit.*

²²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 105-107

²²⁵ Sobre militarismo ver com especial interesse Vagts, Alfred; *A History of Militarism: Civilian and Military*; Free Press, Nova Iorque 1937 (1st ed.: 1959)

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

profissão derivar a sua autoridade essencialmente do controlo sobre os meios de coerção, o que implica dar importância muito relevante à qualidade política da ocupação. Johnson, afirmou por seu lado que o poder dos militares deriva da proximidade à elite e da importância que os seus conhecimentos detêm para ela²²⁶. Daria assim, uma qualidade mais técnica ao exercício da profissão, mas indicaria também a importância de se analisar a profissão militar por referência às relações que mantém com a elite política.

Alguns autores chegaram ao ponto de identificar o estudo sociológico da profissão militar com o estudo da sua identidade política *tout court*. Feld, por exemplo, afirma: “A sociologia da profissão militar é, no essencial, o estudo de uma elite. Trata-se, sobretudo, de uma elite política, que funciona como tal devido aos papéis que desempenha no seio da comunidade das nações e no seio da sua própria estrutura social”²²⁷.

No que respeita ao controlo civil da profissão militar, isto é, ao assegurar que a aplicação da sua *expertise* se faz estritamente de acordo com o sancionamento social, a proposição de Parsons segundo a qual os pressupostos do profissionalismo agiriam como mais eficazes que a acção legal no controlo social do profissional, é proposta como válida para a profissão militar. Dado tender a ética e a ideologia profissionais a ser crescentemente contrárias ao envolvimento político dos militares, à medida que regridem os perfis não profissionais de militar e avançam os profissionais, à medida que se consolidam as lealdades em torno do Estado-Nação, e à medida que os militares se ocupam em questões científicas, técnicas e organizacionais, ficando sem tempo para as políticas, o avanço da profissionalização naturalmente os afastaria desse curso de acção, conseguindo mesmo, a prazo, a completa separação entre as esferas política e militar.

Sistematiza Janowitz, reportando-se ao caso norte-americano que, de acordo com os ditames da honra profissional militar, “o soldado profissional está “acima da política” em questões internas. (...) Na política doméstica, generais e almirantes não aderem a partidos políticos ou demonstram abertamente filiação política.

²²⁶ Johnson (1980); *op. cit.*

²²⁷ Feld, M. D.; “Professionalism, Nationalism and the Alienation of the Military” in Van Doorn, Jacques (ed.); *Armed Forces and Society*; Mouton; Paris; 1968; p. 55 citado por Marques, Fernando Pereira; *op. cit.*; p. 103

***Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.***

Adicionalmente, dado que os militares são funcionários públicos, a instituição militar continuamente assegura aos líderes eleitos a neutralidade política dos militares^{228 229}.

Para Huntington, seguindo Parsons, o fulcro do controlo “civil” da instituição militar deveria, para se assegurar eficácia, suste-se sobre profissionalismo militar. Assevera que “*o exército profissional que luta bem porque é o seu trabalho lutar bem é muito mais digno de confiança que o exército político que só luta bem quando sustido por um propósito mais alto*”²³⁰. Feaver sintetiza a cadeia causal teórica em que se sustém o argumento de Huntington do seguinte modo: a autonomia conduziria à profissionalização, que levaria à neutralidade política e à subordinação voluntária, que asseguraria o eficaz controlo social²³¹. Em síntese: “*um exército profissional obedece à autoridade civil. Um exército que não obedece não é profissional*”²³².

Janowitz chega a sugerir que o processo de profissionalização faria perigar o controlo civil da profissão militar, mas recua no seu argumento para concluir que a questão do controlo político está intimamente ligada à questão de saber o porquê de os oficiais lutarem, concluindo de seguida que, na força armada profissionalizada estes lutam devido ao seu código de honra, devido à ética profissional que subjaz à aplicação da sua competência²³³.

Para Huntington os controlos civis sobre o profissional militar deveriam ser de dois tipos: objectivos (por via legislativa e administrativa) e subjectivos (via definição de normas e valores profissionais)²³⁴. Ainda que os controlos sociais objectivos tendessem a uma maior ineficácia, o potencial subversivo da aplicação da *expertise* militar fora dos fins socialmente sancionados, conduziria à necessidade absoluta de os não negligenciar, mesmo perante um quadro de forte influência e enraizamento do modelo profissional.

²²⁸ Janowitz, Morris (1960); *op. cit.*; p. 233

²²⁹ Justifica Mills esta posição de neutralidade política da seguinte forma: “*Inside their often trim bureaucracy, where everything seems under neat control, army officers have felt that “politics” is a dirty, uncertain, and ungentlemanly kind of game; and in terms of their status code, they have often felt that politicians were unqualified creatures inhabiting an uncertain world*” (Mills, C. Wright; *op. cit.*; p. 174).

²³⁰ Huntington, Samuel P.; *op. cit.*; p. 74

²³¹ Vide Feaver, Peter D.; “The Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control” in *Armed Forces & Society*; vol.23, n.º2; 1996; p.60

²³² *Idem, ibidem*

²³³ Janowitz, Morris (1960); *op. cit.*; p. 440

²³⁴ Huntington, Samuel P. (1957); *op. cit.*; pp. 80-85

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Muitos autores recusam-se no entanto a crer na possível neutralidade militar, conseguida sob a égide do profissionalismo ou de qualquer outra via de controlo social, destacando que por definição as Forças Armadas são instrumentos políticos e os oficiais são homens políticos. C. W. Mills²³⁵ por exemplo classificou o “senhor da guerra” como um dos principais perfis de político e relatou a tendência para o incremento da sua importância ao nível da elite governante. Cortright e Watts, crêem com muitos outros ser irreal pensar numa instituição e num corpo profissional despolitizado dado a politização ser indissociável da actividade militar²³⁶.

Finer foi quem melhor tratou esta questão. Parte da pergunta: “Será natural questionar porque é que os militares intervêm na política, ou antes, porque é que se abstêm de o fazer?”. Nas suas palavras: *“assume-se geralmente, como crença irreflectida, que é de alguma forma “natural” que as forças armadas obedeçam ao poder civil. Consequentemente, situações que mostrem que o controlo civil se quebrou são vistas, quando muito, como incidentes isolados, após os quais as coisas voltarão ao “normal”. Mas não se aduz nenhuma razão para afirmar que o controlo civil sobre as forças armadas é, de facto, “natural”. Será? Em vez de perguntar porque é que os militares se envolvem na política, deveríamos certamente perguntar porque é que fariam alguma vez o contrário. À primeira vista as vantagens políticas que as Forças Armadas possuem sobre outros grupos civis são esmagadoras. Possuem organização vastamente superior. E possuem armas”* (destaque no original)²³⁷.

Para Finer duas razões inviabilizariam que se concluísse pela qualidade meramente transitória e residual do papel político dos militares:

- 1) O facto de existir uma qualidade específica de países, a que chama de “autocracias empíricas e oligarquias”, caracterizados por uma intervenção militar sistemática no processo político²³⁸;
- 2) A identificação empírica persistente das Forças Armadas como força política independente/ fenómeno político individualizável, e a necessidade

²³⁵ Vide em particular Mills, C. Wright; *op. cit.*; pp. 171-197

²³⁶ Cortright, David; Watts, Max; *op. cit.*; p. 99

²³⁷ Finer, S.E.; *The Man on Horseback – The Role of the Military in Politics*; Pall Mall Press; Londres; 1962; p. 5

²³⁸ *Idem, ibidem*, p. 4

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

de se classificar o regime militar como um tipo distinto de regime político²³⁹.

Não faria pois sentido descartar teoricamente o estudo do envolvimento político dos militares como, segundo Finer, teria sido feito até esse momento mediante a presunção de que o controlo civil da ocupação militar poderia assegurar a sua neutralidade política e de que esse envolvimento seria uma disfunção transitória da normal subordinação do militar ao civil. Dever-se-ia pois caminhar ao invés no sentido de identificar os factores que propiciam e entram essa intervenção, objectivar os processos pelos quais ela se realiza, e especificar a qualidade dos regimes a que dá corpo.

Com particular interesse para o nosso estudo surge a classificação que Finer apresenta de forças e fraquezas políticas militares, bem como a identificação dos principais motivos, predisposições e oportunidades que podem favorecer o seu envolvimento político.

As Forças Armadas teriam vantagens políticas essenciais sobre as organizações civis: uma organização claramente superior, um status simbólico altamente emocionalizado e o monopólio das armas²⁴⁰.

Ao serem coesos, disciplinados e hierárquicos, ao subordinarem-se obedientemente a um comando centralizado que dirige redes logísticas e de comunicação em constante aperfeiçoamento, e ao caracterizarem-se por um espírito de corpo particularmente forte, os exércitos modernos apresentar-se-iam como mais bem organizados para acções de alcance nacional que qualquer outro grupo social²⁴¹. Os valores da coragem, da disciplina, do auto-sacrifício e do patriotismo, contribuiriam depois para facilitar o favor popular, o aumento do seu prestígio, e a facilidade de se verem reconhecidos como alternativa desejável a outros poderes políticos²⁴². Consequentemente, para Finer *“As Forças Armadas são então não apenas a mais altamente organizada organização do Estado. São uma corporação estabelecida que goza de um intenso sentimento de solidariedade e, em muitos casos, favor social*

²³⁹ *Idem, ibidem*

²⁴⁰ *Idem, ibidem*; p.6

²⁴¹ Sobre a questão organizacional ver Abrahamsson, Bengt; *op. cit.*

²⁴² *Idem, ibidem*; p.12

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

considerável. Esta corporação formidável é mais letal e fortemente armada que qualquer outra organização estatal, gozando de facto de um quase monopólio de todas as armas eficientes”²⁴³.

As fraquezas políticas das Forças Armadas seriam duas: inépcia para administrar comunidades complexas (dado a sua experiência se resumir à própria instituição militar, uma das mais primárias formas de agregação)²⁴⁴ e falta de legitimidade política para assumir o poder (para além de social e moralmente reprovável, a mera sustentação do poder político na ameaça do uso da força e no seu efectivo uso, incapaz de gerar autoridade, minaria as bases da sua própria estabilidade)²⁴⁵.

O quadro abaixo resume as principais razões que, segundo Finer, propiciariam e inibiriam o envolvimento político dos militares:

Factores Propiciadores	Factores Inibidores
1. Ideologia suportando os militares como “Salvadores da Pátria” e último garante das liberdades civis. 2. Motivo do “Interesse Nacional”. 3. Motivo do “Interesse Sectorial”. a) interesse de classe; b) interesse regional; c) interesse corporativo; d) interesse individual.	1. Profissionalismo e suas consequências. 2. Princípio da supremacia civil. 3. Outros factores (como sedições políticas no oficialato militar, receio de guerras civis que impliquem que camaradas se oponham e o receio de que o poder político possa punir os intervenientes ou a instituição militar)

Figura 6: Factores Propiciadores e Inibidores da Intervenção Política Militar segundo Finer.²⁴⁶

Segundo Finer, o profissionalismo militar é o mais importante factor inibidor da predisposição dos militares para intervir na política. Crê contudo o autor, ao contrário do que Huntington propôs, que o profissionalismo não é eficaz por si.

Revedo a proposta teórica de Huntington, Finer reconhece a necessidade, ao descrever-se o profissionalismo militar na forma em que aquele o fez, de se concluir que a melhor forma de controlo civil é a ideologia e prática profissional. As Forças Armadas

²⁴³ *Idem, ibidem*

²⁴⁴ Sobre esta inabilidade militar, nomeadamente a limitação das suas capacidades oratórias veja-se Vagts, Alfred; *op.cit.*; pp. 299-303

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 14-22

²⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 23-60

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

crescentemente profissionalizadas tornar-se-iam um grupo cada vez mais auto-centrado e ocupado no seu desenvolvimento técnico (que exigiria dedicação completa) e na organização interna da sua própria profissão. A crescente especialização científica e a inculcação do valor da supremacia civil através do ideário profissional faria emergir uma cada vez maior falta de identificação do profissional com o político. Consequentemente, recuaria o militar político, avançaria o militar técnico.

O problema segundo Finer, é que a questão do processo que leva ao envolvimento político dos militares profissionais, não é jamais verdadeiramente tratada. O argumento torna-se pois “essencialista”: *“Se os soldados forem observados a agir de forma inconsistente com o “profissionalismo” e a “mente militar”, então pior para os soldados; não são completamente “profissionais”, não são verdadeiramente “militares””*²⁴⁷.

Acrescenta pois que, de facto, o profissionalismo conduz à predisposição para o afastamento dos militares da política mas apenas se outro factor estiver em presença: a crença no princípio da supremacia civil. Não estando, o profissionalismo poderia mesmo predispor à incompatibilização do estabelecimento militar com o poder político, aumentando a probabilidade da intervenção política militar. Isto poderia ocorrer de três formas essenciais:

- 1) a auto-percepção dos militares como funcionários públicos poderia conduzi-los a conceberem-se como servidores do Estado, em vez de servidores do poder vigente;
- 2) a crescente especialização técnica poderia conduzir a que os militares profissionais se passassem a aperceber como os únicos competentes na definição de aspectos como o tamanho, a organização e a forma de recrutamento e equipamento das tropas;
- 3) a definição da actividade profissional militar como orientada para a defesa contra inimigos externos, poderia levar à resistência contra a utilização das forças armadas como forma de coerção contra oponentes políticos internos²⁴⁸.

²⁴⁷ *Idem, ibidem*, p.25

²⁴⁸ *Idem, ibidem*, p.25-27

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

O profissionalismo militar por si não predisporia pois, de facto, para nada, no que respeita à intervenção e participação política militares. Apenas o profissionalismo aliado à posição dominante sobre o acolhimento do princípio da supremacia civil, poderia ser fonte de predisposições. Quando isolado, haveria tanta probabilidade de haver como de não haver intervencionismo político²⁴⁹.

Em defesa de Huntington é necessário contudo fazer algumas constatações. Em primeiro lugar é de considerar que o princípio da supremacia civil faz parte do ideário profissional de Huntington e dos princípios acolhidos no seu conceito de “mente militar”. O seu profissionalismo é pois mais lato que o de Finer, tornando mesmo os pressupostos da relação de causa-efeito entre crescente profissionalismo e crescente retirada dos militares da política extensíveis a ambos os autores.

Depois, note-se que aquilo a que Finer chama argumento “essencialista”, concretiza-se nas decorrências lógicas da definição objectiva do que é e não compatível com o modelo teórico do profissionalismo militar, ou seja, a operacionalização do conceito nas suas acepções políticas. Embora seja um argumento pouco central à sua exposição, dados os seus distintos fins explicativos, trata-se de uma indicação extremamente útil para o estudo empírico da profissionalização militar, estudo esse que depende de abordagens teóricas com valor operativo. Se Finer o faz em relação ao estudo da previsão e explicação da intervenção militar, não o faz sobre o conceito de profissionalismo, que, aliás, não interessa especificamente ao seu estudo. Se o fizesse, Finer concluiria provavelmente que a profissionalização política dos militares, enquanto afastamento dos militares profissionais na política, deve ser repensada, aceitando-se nomeadamente que o profissionalismo é compatível com o perfil de militar político. Quer num sentido quer noutro, um referencial que possa ser usado no estudo empírico do profissionalismo é sempre necessário.

Havendo um motivo, faltaria predisposição e oportunidade para que ocorresse uma intervenção. Para Finer a oportunidade de intervenção política depende: a) de um aumento da dependência civil face à esfera militar, b) de circunstâncias críticas na política doméstica como um vácuo de poder, uma situação de crise aberta, ou uma crise latente e c) um aumento da popularidade dos militares²⁵⁰. A predisposição seria

²⁴⁹ *Idem, ibidem*

²⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 72-85

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

essencialmente função da auto-percepção detida pelas Forças Armadas. Essa auto-percepção teria duas faces: auto-imagem (quando boa, ainda que sem correspondência fora do estabelecimento militar, haveria predisposição) e consciência colectiva da superioridade dos seus meios de intervenção política (quando ocorresse, haveria disposição).

Características	Profissional Clássico	Profissional Pretoriano	Profissional Revolucionário
Perícia (Expertise)	Conhecimento específico baseado em padrões objectivos de competência profissional; Alta	Conhecimento profissional não observado de forma muito rigorosa	Conhecimento profissional orientado para valores político-sociais
Cliente	Estado	Qualquer destes: Nação Grupo étnico Tribo Exército Estado	Partido
Corporativismo (tipo de autoridade)	Hierárquica, coesa/orgânica, colectiva, subordinada, automática, manipulativa; Estreita	Hierárquica, não coesa, colectiva, subordinação em regressão; Estreita	Antes e durante a revolução: igualitária, permeável, manipulativa; Alargada
Conscrição	Restritiva; universal apenas durante a guerra	Restritiva	Universal
Ideologia	Conservadora	Tradicional, materialista, anti-socialista, pretoriana	Revolucionária; partidária
Disposição para intervir	Baixa	Permanente/ continuada	Alta antes e durante revoluções; baixa após as revoluções

Figura 7: Tipos e Orientações de Militar Profissional segundo Perlmutter.²⁵¹

Amos Perlmutter centra-se no estudo dos diversos perfis de militar profissional, deixando implícito conviver a intervenção militar com o profissionalismo²⁵². Define os

²⁵¹ *Idem, ibidem*; p. 16

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

perfis de militar profissional clássico, militar profissional pretoriano e militar profissional revolucionário.

O primeiro comportar-se-ia de acordo com a tese de Huntington, colocando o seu perfil técnico em grande destaque e afastando-se naturalmente da disposição para intervir politicamente. O segundo usa a profissão militar como base política e, não obstante ter um perfil genérico congruente com o profissionalismo, não se demite da vontade e predisposição para completar o perfil técnico com o político. Se o profissional clássico orientaria a sua actividade profissional pelo valor máximo do estrito tecnicismo, e portanto para um misto de orientação pessoal e social, o profissional pretoriano orientar-se-ia mais por valores individuais que sociais, cumprindo o seu papel técnico (com menos zelo do que poderia e os valores do profissionalismo aconselhariam) mas disponibilizando-se para a instrumentalização da sua influência militar e dos seus conhecimentos técnicos em proveito próprio, directo ou mediato. Os profissionais revolucionários seriam socialmente orientados. Motivar-se-iam maioritariamente por valores altruístas e por ideologias “justas”, sendo a sua qualidade técnica e a ética profissional subordinadas a esses princípios.

O seu modelo acomoda-se naturalmente à aceitação de um militar profissional político, na medida em que faz depender do contexto social do envolvimento político de militares técnica e socialmente profissionalizados, em vez de avançar o profissionalismo como avassaladora força, que invalidaria o efeito de qualquer circunstância social que convidasse os militares à participação e à intervenção políticas.

²⁵² Perlmutter, Amos; *The Military and Politics in Modern Times, On Professionals, Praetorians and Revolutionary Soldiers*; Yale University Press; Londres; 1977

2.5. Os Pressupostos do Estudo.

Tendo analisado os conceitos de profissionalismo e profissionalização militar, a forma como se tem teorizado o relacionamento entre profissionalismo militar e envolvimento dos militares profissionais no processo político, interessa, antes de entrarmos na componente mais empírica da nossa investigação, sistematizar os pressupostos essenciais de que essa investigação partiu. São eles:

- 1) A ocupação militar é uma profissão embora nem todo o militar seja profissional. De facto, existem largas franjas do tecido humano que compõe a organização militar, que não se identifica com o tipo-ideal profissional assumido. Excluem-se: as classes subordinadas ao oficialato (soldados e sargentos), os oficiais não licenciados pelas Academias Militares e os oficiais de serviços, que, apesar de poderem ser profissionais, o são em campos que não o militar (como os Médicos ou Farmacêuticos Militares);
- 2) A mais crucial distinção entre oficiais profissionais e não profissionais dentro da Instituição Militar não é pois a posse de um diploma superior ou a qualidade técnica da sua tarefa, mas a passagem com sucesso pela Academia Militar. Ela forma-o desde logo não apenas técnica, mas social e ideologicamente como membro de uma profissão e não meramente de uma ocupação. E forma-o tecnicamente no domínio específico da profissão e não noutra que possa ter cabimento na Instituição Militar. Para fins empíricos, e dado ser este um estudo histórico que invalida a aplicação de técnicas de investigação que não as documentais, distinguiremos oficiais profissionais e não profissionais por essa via, dado estar dela dependente a generalidade dos restantes traços do profissionalismo. Oficiais de Academia e Oficiais Não de Academia distinguirão pois Profissionais e não Profissionais, dentro do oficialato;
- 3) A profissionalização militar implica uma evolução da Instituição Militar em sentido técnico, social e político, e não apenas em sentido técnico ou técnico e social. Verifica-se contudo ocorrer por regra a consolidação inicial

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

dos traços técnicos ou técnicos e sociais, e só depois dos políticos, que surgem como efeito. O aspecto político não deixa contudo de ser parte essencial da definição de profissionalismo militar, pelo que é necessário que seja endereçado na tentativa de se compreender os processos de profissionalização;

- 4) Distinguímos no envolvimento político de militares profissionais e não profissionais os conceitos de participação (envolvimento legítimo normal) e de intervenção militar (envolvimento ilegítimo extraordinário). Ao implicarem ambos os aspectos envolvimento no processo político, rompimento da putativa neutralidade militar, ambos devem ser endereçados na análise da actividade política posterior à profissionalização técnica e social.

**PARTE B: PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO E ENVOLVIMENTO
POLÍTICO DOS MILITARES DURANTE A I REPÚBLICA PORTUGUESA.**

1. Estratégia e Tática da Investigação Empírica.

1.1. A Estratégia

Introdução.

A Profissionalização dos Exércitos tem, sob o ponto de vista da variável política, sido vista como implicando, como condição estrutural fundamental, o afastamento dos militares da política e, mesmo, a sua progressiva esterilização ideológica.

A estabilização do novo contrato técnico, social e político da ocupação militar com a sociedade moderna decorrente do processo de profissionalização, far-se-ia de forma inevitável e sistemática. Haveria uma relação de naturalidade e necessidade na consolidação dos diferentes traços do profissionalismo, traços que se pressuporiam mutuamente. Um Exército profissionalizado em termos técnicos não poderia contrariar os efeitos da profissionalização social e política, sua consequência inevitável, e a profissionalização política seria incontornável como efeito da profissionalização técnica e social.

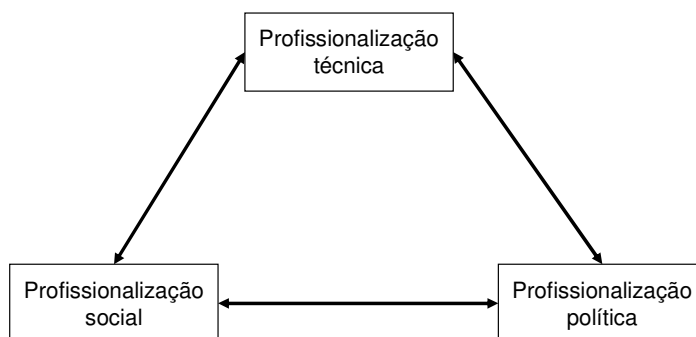


Figura 8: Modelo Clássico de Profissionalização Militar.

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

O modelo clássico partia pois naturalmente dos seguintes pressupostos:

- O profissionalismo militar é incompatível com o envolvimento político dos militares;
- Os avanços do profissionalismo em termos técnicos e sociais conduzirão naturalmente ao afastar progressivo dos militares profissionais da política;
- O grau de envolvimento político de um Exército é essencialmente função do seu grau de profissionalismo.

O elemento político levantou contudo problemas relevantes na confirmação empírica do modelo clássico da profissionalização militar. Nas democracias ocidentais o perfil de militar político tendeu a resistir durante largos períodos de tempo aos avanços do perfil de militar técnico, o que levou a que se questionasse a relação de causa-efeito entre a profissionalização técnica e social e a profissionalização política e, nalguns casos, se reinterpretasse o modelo da profissionalização passando a vê-lo como bom apenas para as dimensões técnicas e sociais da ocupação.

Sugeriu-se então que seriam antes variáveis militares, sociais, sociopolíticas, ideológicas e psicossociológicas tais como o rácio de participação militar, o aumento do oficialato médio e superior, o nível de armamento, o prestígio gozado pela ocupação, o posicionamento geoestratégico da nação, a instabilidade política doméstica, a crença no princípio da supremacia civil ou a auto-imagem do profissional, os melhores preditores da intervenção e participação dos militares profissionais na vida política. O grau de profissionalismo militar perderia assim o seu lugar de termo fundamental na equação que explicaria a variação do envolvimento dos militares no processo político.

A revisão do modelo clássico da profissionalização na sequência do envolvimento algo recorrente de forças armadas profissionalizadas na política, permitiu não obstante que se aceitasse que os avanços da profissionalização técnica e social da ocupação militar, apoiados pela ética profissional, constrangeriam a qualidade política dos oficiais no sentido da sua subordinação e contenção, favorecendo o afastamento dos militares profissionais da política. Acrescentou contudo que, quando em presença, outros factores momentaneamente mais poderosos e favorecedores da tendência inversa, poderiam fazer desequilibrar essa linha evolutiva durante o período em que fossem mais

influentes que o profissionalismo.

Caminhou-se pois no sentido de um modelo mais complexo semelhante ao seguinte:

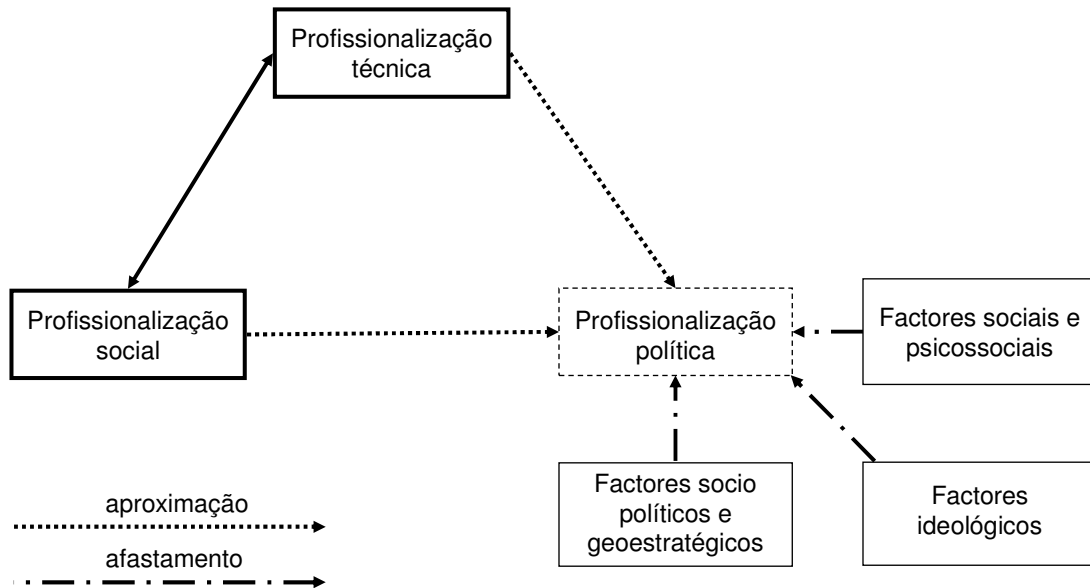


Figura 9: Modelo de Profissionalização Militar Modificado.

Este modelo, que chamámos clássico modificado sustentar-se-ia nos seguintes pressupostos:

- O profissionalismo militar não é necessariamente incompatível com o envolvimento político dos militares;
- Os avanços do profissionalismo em termos técnicos e sociais tendem a propiciar o afastamento progressivo dos militares profissionais da política mas não o asseguram, dado poderem existir factores contraditórios, contextualmente mais poderosos, que invalidem a tendência;
- O grau de envolvimento político de um Exército é função do seu grau de profissionalismo mas também de factores ideológicos, políticos, geoestratégicos e sociais. É o jogo momentâneo desses factores o melhor preditor do intervencionismo e participação política militar.

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Na discussão da compatibilização do modelo profissional com a acção política dos militares, emergem três questões teóricas essenciais, que se jogam profundamente na transição de um modelo de profissionalização militar clássico para um modelo clássico modificado:

- 1) É possível dissociar a actividade militar da sua qualidade política?
- 2) Existe uma relação natural e necessária de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo e o afastamento dos militares da política?
- 3) Haverá formas de envolvimento político militar congruentes com o profissionalismo?

Quanto à forma de se tratar a especificidade política dos militares, a questão é saber-se se não será irrealista procurar extirpar a ocupação militar, sob a égide do profissionalismo, de um aspecto seu constitutivo e de que seria indissociável. Ora, por definição, o monopólio dos meios legítimos de coerção que define a actividade militar gera poder ao constituir-se no último garante do exercício do poder político, bem como, numa forma poderosa de assegurar a sua aquisição e manutenção. Parece pois, que mesmo que se lograsse “adormecer” ou “domesticar” o uso da competência política do militar por via do ideário profissional e do progressivo enraizamento do seu código de ética, erradicá-lo seria uma impossibilidade, dado encontrar-se a possibilidade de gerar poder político no âmago do próprio objecto da ocupação.

Aceitar-se essa impossibilidade permitiria conviver com vários tipos de efeitos teóricos: efeitos ligeiros, efeitos radicais e efeitos de compromisso. Os efeitos ligeiros causariam pouco impacto no modelo clássico da profissionalização militar, dado concretizarem-se na aceitação da incapacidade de erradicação da qualidade política dos militares, mas na crença da sua possível “domesticação” absoluta pelos pressupostos do profissionalismo e pelo controlo social exercido pela comunidade profissional.

Os efeitos radicais encontrar-se-iam no extremo oposto implicando fazer sem mais eliminar a incompatibilidade da acção política militar com a profissionalização, passando a aceitar poder conviver com o modelo profissional qualquer tipo de acção política. Na definição de profissionalismo militar passariam pois apenas a jogar-se

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

factores técnicos e sociais.

Os efeitos de compromisso implicariam que, incapaz de eliminar a qualidade política da ocupação militar e de a controlar completamente, a profissionalização a modificasse, fazendo subordinar crescentemente a acção política militar às práticas e valores sociais do profissionalismo.

Quanto à existência de uma relação de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo e o afastamento dos militares da política, é lógico pensar-se que se tal relação existe, o desenvolvimento dos aspectos técnicos e sociais do profissionalismo teria de estar positivamente correlacionado com o enraizamento dos aspectos políticos. Pode-se pois, estatisticamente resolver a questão com alguma facilidade, fazendo contrapor o desenvolvimento longitudinal da consolidação técnica e social do profissionalismo à diminuição progressiva do número de militares que assumiram cargos políticos.

Sobre a possibilidade de, no âmbito do modelo clássico, se questionar se todo o envolvimento político militar é incompatível com a profissionalização, interessa analisar se, por exemplo, um militar que conduza uma carreira parlamentar exclusivamente em defesa de interesses corporativos da ocupação, ou um ministro que desenvolva as suas funções totalmente orientadas para a aplicação da sua *expertise* técnica, deverá ou não ser tido como profissional, não obstante assumir cargos políticos. Note-se que não se trata aqui de questionar se o envolvimento na política implicaria não profissionalismo quando estivéssemos em presença de todos os restantes traços consolidados, problema relacionado com a primeira questão colocada. Trata-se antes de saber como se entende a participação política como extensão do exercício de funções militares profissionais ao invés de exercício do seu potencial político.

Esta questão conduz à necessidade de se distinguir os diferentes perfis de militar político e de alocá-los a pontos diferentes do continuum do profissionalismo.

Pergunta de partida.

Como se deixou exposto, a entrada na I República Portuguesa marca a consolidação do profissionalismo militar do Exército português nas suas acepções

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

técnicas e sociais. Deveria pois iniciar-se aí, caso o modelo clássico fosse adequado para explicar o processo de profissionalização militar do Exército português, o recuo linear, constante e progressivo dos militares da política. Isso contudo não sucedeu.

Na tentativa perceber o que justifica a incapacidade aparente do modelo clássico dar conta da explicação da profissionalização política do Exército português, o trabalho procurou responder à seguinte pergunta de partida: “Porque foram os profissionais militares do Exército recrutados para a carreira política durante a I República portuguesa?”.

Esta pergunta desdobrou-se em três grupos de questões:

1) Descrição e Evolução:

- Quantos eram os militares, os militares do Exército e os militares profissionais do Exército que assumiram cargos políticos durante a I República Portuguesa?
- Como evoluíram os quantitativos de militares, de militares do Exército e de militares profissionais do Exército que assumiram cargos políticos?

2) Caracterização:

- Quem eram os militares profissionais políticos?
- Quem eram os militares profissionais políticos na *pool* dos militares profissionais (1º grupo de controlo)?
- Quem eram os militares profissionais políticos na *pool* dos políticos (2º grupo de controlo)?
- Quais os melhores preditores do recrutamento de militares profissionais para o exercício de cargos políticos?
- Quais os melhores preditores do sucesso de militares profissionais no exercício de cargos políticos?

3) Classificação:

- Como se classificam os militares quanto à sua forma de intervenção política?
- Como se caracterizam os militares com intervenções predominantemente técnicas e corporativistas?

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

- Como se compatibilizam os diferentes perfis de militar político com diferentes graus de profissionalismo militar?

Hipóteses.

A resposta à pergunta de partida é ainda orientada pela formulação de 9 hipóteses, hipóteses que fornecem a base para a classificação dos militares políticos profissionais. Quatro estão ligadas a justificações assentes nas especificidades ocupacionais do militar (Hipóteses 1, 2, 3 e 4), duas estão associadas ao seu carácter político (Hipóteses 5 e 6) e as restantes surgem associadas ao seu carácter social, ou seja, a fenómenos sociais que só incidentalmente o afectam como militar (Hipóteses 7 e 8 e 9). Segue-se a sua enunciação.

Hipótese 1: (Hipótese do Recrutamento do Especialista) O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente devido à necessidade da aplicação da sua *expertise* particular em cargos e com intervenções essencialmente ligadas à sua profissão.

Hipótese 2: (Hipótese do Recrutamento Normal) O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente devido ao facto de, sendo a ocupação predominantemente política, a carreira política se constituir numa continuação da carreira militar, nomeadamente nos seus postos mais prestigiosos.

Hipótese 3: (Hipótese do Recrutamento do Herói) O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente na medida em que tenha participado com sucesso em missões de combate de grande visibilidade e aceitação social.

Hipótese 4: (Hipótese do Recrutamento do Representante Corporativo) O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente para representar os interesses da sua classe profissional.

Hipótese 5: (Hipótese do Recrutamento Estratégico Vigilante) O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente porque há necessidade de valorizar e manter vigiado de perto quem controla directamente as Forças Armadas, por forma a assegurar a manutenção do próprio exercício do poder.

Hipótese 6: (Hipótese do Recrutamento Estratégico Instrumental) O Militar

Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente porque há necessidade de valorizar e assegurar coligações que sustentem influência sobre as Forças Armadas, com vista a garantir mobilização militar quando necessária, quer na conquista quer na manutenção do poder.

Hipótese 7: (Hipótese do Recrutamento Representativo) O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente porque constitui um grupo social relevante e vigora uma estratégia de recrutamento que visa a representação proporcional de todas as classes sociais.

Hipótese 8: (Hipótese do Recrutamento Elitista) O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente porque pertence (e na medida em que pertença) à elite da sua profissão e vigora uma estratégia de recrutamento que visa representar a diversidade das elites funcionais.

Hipótese 9: (Hipótese do Recrutamento nas Cliques) O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente porque possui relações familiares e outras de ordem pessoal (baseadas organizacionalmente ou não) com actuais detentores de cargos políticos.

Modelo de abordagem.

O modelo analítico que construímos e que serve de base à discussão dos resultados da investigação em torno da pergunta de partida, parte de cinco pressupostos:

- 1) Não existe uma relação de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais e os traços políticos do profissionalismo militar. Há um propiciar do afastamento dos militares da política efeito do profissionalismo, que pode ser contrariado por acontecimentos sociais marcantes, protagonizados por militares, que afectem consideravelmente o seu prestígio social, a dimensão do recrutamento para o oficialato e a estabilidade política interna. O reconhecimento social da necessidade de se combater inimigos externos, ou seja, a participação em conflitos armados contra um inimigo estrangeiro aparece como o mais potente influenciador do aumento do prestígio social dos militares e do rácio de participação, embora não seja o único, o que faz depender o contrariar da tendência de afastamento dos militares da política por efeito do

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

profissionalismo, da pacificação política interna e externa.

- 2) A conflitualidade externa induz ao aumento do prestígio social dos militares e ao aumento da dimensão do recrutamento de altos e médios oficiais, factores que agem como facilitadores do envolvimento político.
- 3) A intervenção política decorrente da instabilidade interna é propiciada pela boa ou muito boa auto-imagem dos oficiais e pelo fraco enraizamento do princípio da supremacia civil.
- 4) A ocupação militar gera poder ao monopolizar os meios de coerção que constituem o último garante do exercício do poder político. O processo de profissionalização contribui pois, não para fazer de forma necessária recuar correlativamente o número de militares profissionais que participam, mas para fazer substituir progressivamente o tipo mandatos e de intervenções de “não profissionais” para “profissionais”. O recuo previsível do número de militares profissionais políticos não segue necessariamente o mesmo ritmo da profissionalização técnica e social, nem o seu sentido.
- 5) Desde que subordinado ao perfil técnico e social profissional, a participação política militar (exercício legitimado por eleição ou nomeação) não invalida a conclusão por um Exército profissionalizado. Tal não ocorre no caso de da intervenção militar (intervenção não legitimada por eleição ou nomeação).

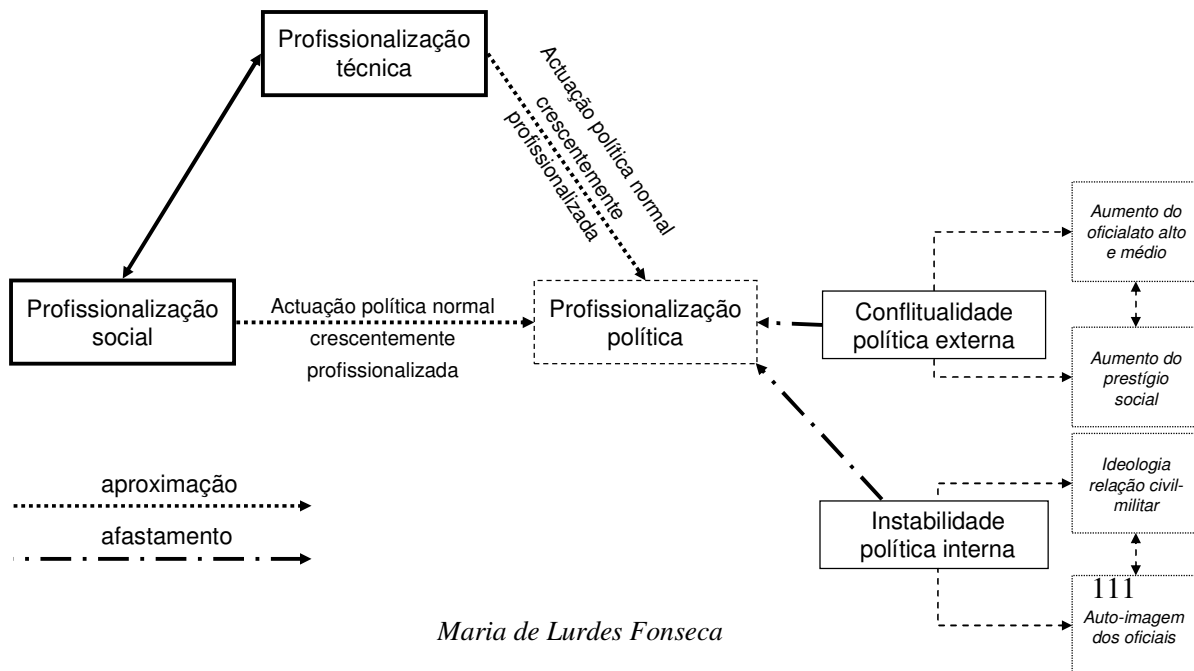


Figura 10: Modelo de Profissionalização Militar Proposto.

As hipóteses compatibilizam-se com o modelo de abordagem de acordo com o esquema seguinte:

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

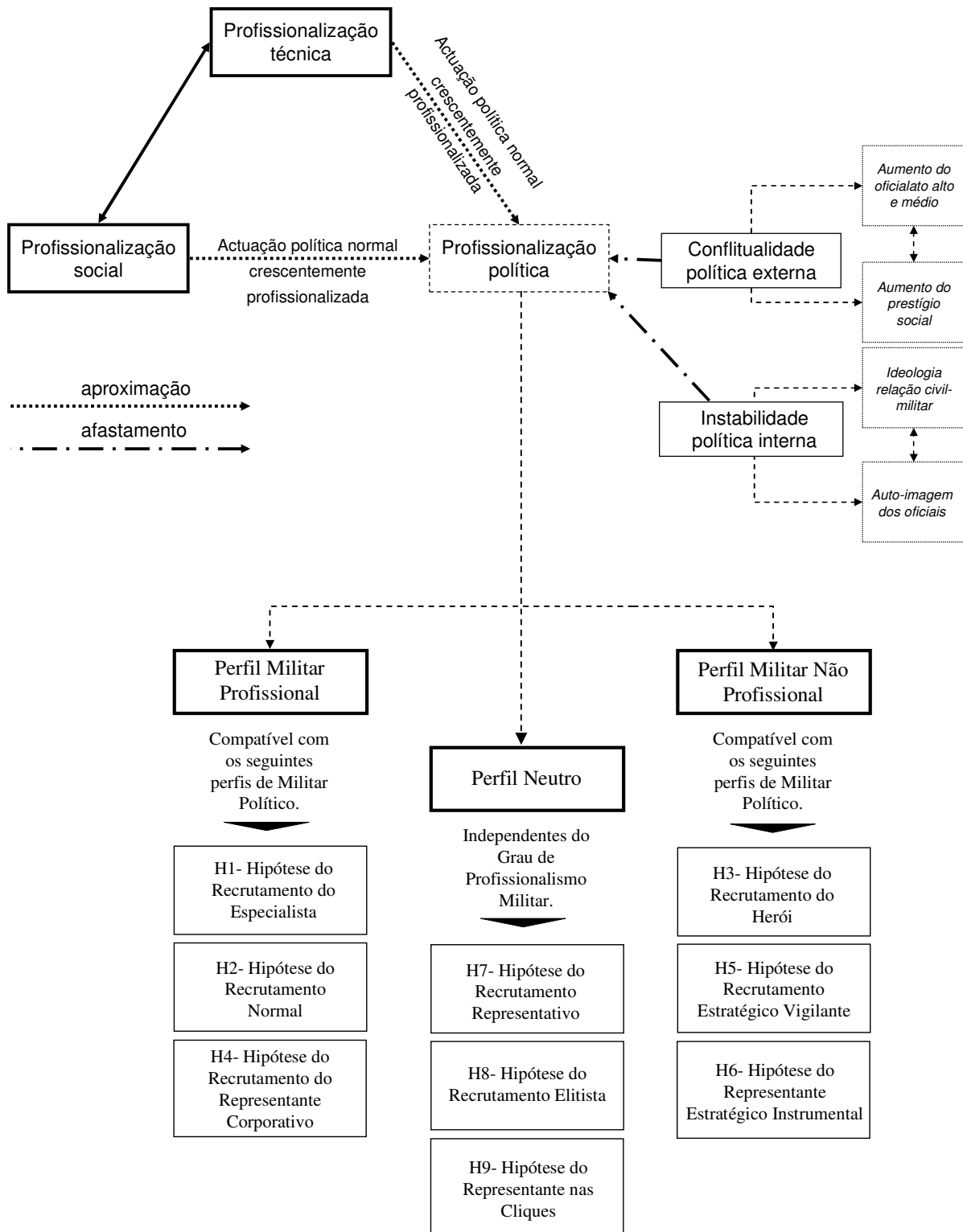


Figura 11: Modelo de Profissionalização Militar Proposto com Hipóteses.

O nosso modelo de abordagem assume pois dever a interpretação da evolução do profissionalismo militar analisado sob a óptica política, centrar-se em duas questões essenciais: como evoluem quantitativamente os militares profissionais políticos como resultado do equilíbrio momentâneo das variáveis que afectam essa participação – profissionalismo contra conflitualidade externa e instabilidade interna –, e qual a evolução dos perfis de militar profissional político congruentes e não congruentes com o profissionalismo militar.

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

1.2. A Tática

Estrutura das Bases de Dados e das Variáveis.

Investigar o recrutamento de Militares Profissionais do Exército para a Ocupação Política e para a sua Elite, durante a I República Portuguesa implica que se defina o universo de inquirição em torno de dois grupos distintos: 1) os Militares Profissionais e 2) os indivíduos que assumem Cargos Políticos.

No que respeita aos Militares Profissionais, e na sequência do que ficou dito acerca da sua identidade, definimo-los como todos os Oficiais do Exército que frequentaram a Escola Militar, a Escola de Guerra e/ou a Escola do Exército e concluíram pelo menos um dos seus Cursos Superiores durante a I República Portuguesa.

Esta base de dados registou 2262 entradas, considerando a totalidade dos casos existentes. Para lhe dar corpo foram listados todos os alunos matriculados nas Escolas Militares entre 1905 e 1925 sendo posteriormente excluídos os matriculados não graduados entre 1910 e 1926.

A base foi informada por via do levantamento dos dados disponível relativos às variáveis de tipo biográfico, social, escolar, profissional e político abaixo sistematizadas.

1) Variáveis Biográficas

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none">▪ Apelido▪ Nome completo▪ Género▪ Data de Nascimento▪ Naturalidade▪ Data da morte▪ Nome do pai▪ Nome da mãe▪ Filho de pai incógnito ou ilegítimo▪ Estado civil (à data da matrícula)	<ul style="list-style-type: none">▪ Existência de relações de parentesco dentro da lista▪ Descrição das relações de parentesco dentro da lista – tipo▪ Descrição das relações de parentesco dentro da lista – quantidade▪ Distrito de Naturalidade▪ Nível Administrativo (Proveniente de Cidade, Vila Ou Lugar)▪ Naturalidade Rural/Urba

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

2) Variáveis Sociais

2.1) Ocupação dos progenitores

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none">▪ Profissão do pai▪ Profissão da mãe▪ Pai Militar▪ Pai Oficial▪ Pai Oficial Profissional (proveniente das Escolas Militares)▪ Arma do Pai Militar Profissional▪ Pai Militar Profissional – Posto mais alto alcançado▪ Pai – Oficial activo e não activo à data da primeira matrícula do filho	<ul style="list-style-type: none">▪ Classe social do pai▪ Classe social da mãe▪ Proveniência do Pai Militar (Oficial das Escolas Militares, Pai Oficial não das Escolas Militares, Pai Sargento)▪ Auto-Recrutamento na Profissão▪ Auto-Recrutamento na Arma

2.2) Ascendência nobiliárquica

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none">▪ Existência de ascendência nobiliárquica▪ Descrição da ascendência nobiliárquica▪ Títulos nobiliárquicos detidos	<ul style="list-style-type: none">▪ Classificação e ordenação dos indivíduos com ascendência nobiliárquica por quantidade e qualidade da ascendência

3) Variáveis Escolares

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
------------------------	---------------------------------

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ano da Primeira Matrícula nas Escolas Militares ▪ Ano de Conclusão do Curso ▪ Curso(s) frequentado(s) ▪ Curso(s) pelos quais se graduou ▪ Idade à data da primeira matrícula ▪ Posto à data da primeira matrícula ▪ Escola(s) Preparatória(s) Secundária(s) frequentada(s) ▪ Escola(s) Preparatória(s) Superior(es) frequentada(s) ▪ Frequência do Colégio Militar ▪ Frequência de Universidades Estrangeiras ▪ Universidades Estrangeiras Frequentadas ▪ Média de Curso ▪ Número de Ordem na Classificação ▪ Alunos premiados por mérito ▪ Frequência do Curso de Estado-Maior ▪ Conclusão do Curso de Estado-Maior 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condição Militar e Civil à data da primeira matrícula ▪ Condição Militar Miliciano e Não Miliciano à data da primeira matrícula ▪ Ensino Superior Frequentado (Universitário, Politécnico, Técnico) ▪ Classificação dos casos por médias de curso categorizadas ▪ Alunos de Mérito por Classe
---	---

4) Variáveis Profissionais

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Data de incorporação ▪ Data de ascensão ao oficialato ▪ Data de promoção a cada posto ▪ Posto mais alto alcançado ▪ Falecimento no activo ▪ Alunos Professores das Escolas Militares 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de anos de carreira militar ▪ Ordenação por sucesso na carreira militar

5) Variáveis Políticas

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exercício de Cargos Executivos ▪ Tipo de Cargos Executivos assumidos ▪ Legislaturas participadas ▪ Pai – Exercício de Cargos Políticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de anos de carreira política ▪ Auto-recrutamento na Ocupação Política ▪ Ordenação por sucesso na carreira política

No que respeita aos Políticos, considerou-se a totalidade do exercício de cargos executivos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

(1911), na Câmara dos Deputados (1911-26), no Senado da República (1911-26) e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros).

As carreiras políticas destes indivíduos foram depois completadas considerando as Câmaras Monárquicas (Câmara de Pares do Reino e Câmara dos Senhores Deputados), as Câmaras do Estado Novo (Assembleia Nacional e Câmara Corporativa) e o exercício de Outros Cargos Políticos como os de Embaixador, Governador Civil, Governador de Colónias, Presidente de Câmara Municipal, Administrador de Concelho, Procurador à Junta Geral de Distrito, Vereador de Câmara Municipal, Chefe de Gabinete de Ministro e Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Note-se que este complemento permitiu apenas caracterizar pormenorizadamente a carreira dos Políticos que exerceram cargos de Governante, Deputado e/ou Senador durante a I República Portuguesa, não se considerando o exercício exclusivo destas funções como critério de selecção.

Esta segunda base (Base de Políticos), considerou também o universo de casos, tendo registado 980 entradas.

As variáveis que deram corpo à base listam-se em seguida:

1) Variáveis Biográficas

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
------------------------	---------------------------------

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apelido ▪ Nome completo ▪ Género ▪ Data de Nascimento ▪ Naturalidade ▪ Data da morte ▪ Local da morte ▪ Nome do pai ▪ Nome da mãe ▪ Filho de pai incógnito ou ilegítimo ▪ Estado civil (à data de um mandato específico) ▪ Estado civil (no fim da vida) ▪ Nome da(s) esposa(s) (se aplicável) ▪ Existência de descendência ▪ Descrição da descendência – número de filhos ▪ Descrição da descendência – sexo dos filhos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relações de parentesco dentro da base ▪ Descrição das relações de parentesco dentro da base – tipo ▪ Descrição das relações de parentesco dentro da base – quantidade ▪ Número de anos de vida ▪ Naturalidade por distrito ▪ Nível Administrativo (Proveniente de Cidade, Vila ou Lugar) ▪ Naturalidade Rural/Urba ▪ Ligações familiares dentro da lista derivadas de alianças matrimoniais
---	--

2) Variáveis Sociais

2.1) Ocupação dos progenitores

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Profissão do pai ▪ Profissão da mãe ▪ Pai com mandatos de deputado ▪ Pai com mandatos de senador ▪ Pai com mandatos de ministro ▪ Pai par do reino ▪ Pai outros cargos políticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Classe social do pai ▪ Classe social da mãe ▪ Pai – existência de carreira política ▪ Pai – quantificação dos mandatos ▪ Pai – qualificação dos mandatos ▪ Âmbito do auto-recrutamento na carreira ▪ Âmbito do auto-recrutamento no cargo ▪ Pais militares – âmbito do auto-recrutamento na profissão ▪ Pais militares – âmbito do auto-recrutamento na Arma ▪ Pais militares – posto mais alto alcançado ▪ Pais militares – posto à data do 1º mandato

2.2) Ascendência nobiliárquica

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de ascendência nobiliárquica ▪ Descrição da ascendência nobiliárquica ▪ Títulos nobiliárquicos ▪ Existência de ascendência nobiliárquica (esposa(s)) ▪ Descrição de ascendência nobiliárquica (esposa(s)) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Classificação e ordenação dos indivíduos com ascendência nobiliárquica por qualidade da ascendência (por via pessoal) ▪ Classificação e ordenação dos indivíduos com ascendência nobiliárquica por qualidade da ascendência (por via de associação matrimonial)

2.3) Profissão dos indivíduos

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Profissão ▪ Posto à data de mandatos (militares) ▪ Posto mais alto alcançado (militares) ▪ Cargos desempenhados na vida militar ▪ Cargos públicos de natureza essencialmente não política ▪ Condecorações recebidas ▪ Professores do Ensino Superior ▪ Professores do Ensino Superior (Escolas) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Classe social ▪ Posto à data do 1º mandato ▪ Desvio Posto à data do 1º mandato vs posto mais alto alcançado ▪ Classificação e hierarquização dos casos por grau de importância dos cargos militares ▪ Identificação e hierarquização subsequente dos cargos militares por grau de responsabilidade política ▪ Identificação dos combatentes na 1ª Guerra Mundial ▪ Nº de condecorações ▪ Classificação dos casos por cálculo de um índice conjugando nº de condecorações e sua importância relativa ▪ Rácio de condecorações nacionais vs internacionais ▪ Professores do ensino superior militar ▪ Professores do ensino superior não militar ▪ Professor no ensino superior em escolas que habilitam para o exercício da sua profissão (quando aplicável) ▪ Professor do ensino superior por grau na carreira ▪ Professor do ensino superior como carreira principal ▪ Professor do ensino superior como carreira secundária ▪ Professor do ensino superior por grau na carreira

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

3) Variáveis Escolares

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none">▪ Escola básica por que se formou▪ Escola superior por que se formou▪ Conclusão do Curso de Estado-Maior (Militares)▪ Ano de conclusão do Curso de Estado-Maior▪ Área de estudos▪ Grau alcançado	<ul style="list-style-type: none">▪ Classificação e hierarquização dos casos por grau de importância das escolas superiores▪ Classificação das áreas e hierarquização subsequente dos casos▪ Desvio entre Ano de conclusão do curso de Estado-Maior e o Ano de Acesso ao Oficialato General (militares)▪ Desvio entre Ano de conclusão do curso de Estado-Maior e o Ano de primeiro mandato político (militares)

4) Variáveis Políticas

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
------------------------	---------------------------------

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mandatos de deputado por legislatura ▪ Mandatos de senador por legislatura ▪ Mandatos de ministro por legislatura ▪ Mandatos de presidente da República por legislatura ▪ Mandatos de procurador à câmara corporativa por legislatura ▪ Pares do Reino ▪ Cargos desempenhados na vida pública de índole política ▪ Partidos em que se foi filiado ▪ Anos em que se teve filiação em partidos ▪ Cargos dirigentes em partidos políticos ▪ Partidos por que se foi eleito ▪ Independentes eleitos ▪ Filiação em outros grupos políticos ▪ Participação em momentos históricos ▪ Círculos por que se foi eleito ▪ Activismo estudantil ▪ Actividade conspirativa ▪ Prisões políticas ▪ Exílios políticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de mandatos políticos ▪ Nº de mandatos de deputado ▪ Nº de mandatos de senador ▪ Nº de mandatos de ministro ▪ Nº de mandatos de presidente da República ▪ Cargo mais alto assumido ▪ Duração absoluta da actividade política (soma da duração dos mandatos) ▪ Sobrevivência política entre regimes (número de regimes políticos cobertos pela carreira – Monarquia, República, Ditadura, Estado Novo) ▪ Duração efectiva da carreira política (diferença entre o ano de primeiro mandato e o ano de fim do último mandato) ▪ Rácio duração absoluta da actividade política vs duração da vida (longevidade absoluta da carreira) ▪ Rácio duração efectiva da actividade política vs duração da vida (longevidade efectiva da carreira) ▪ Existência de cargos de Governador Civil ▪ Existência de Cargos de Presidente da Câmara ▪ Existência de Cargos de Governador de Colónias ▪ Nº de Cargos de Governador Civil ▪ Nº de Cargos de Presidente da Câmara ▪ Nº de Cargos de Governador de Colónias ▪ Duração de Cargos de Governador Civil ▪ Duração de Cargos de Presidente da Câmara ▪ Duração de Cargos de Governador de Colónias ▪ Distritos a que se referem os Cargos de Governador Civil ▪ Distritos a que se referem os Cargos de Presidente de Câmara ▪ Concelhos a que se referem os Cargos de Presidente de Câmara ▪ Colónias a que se referem os Cargos de Governador de Colónias ▪ Longevidade absoluta da carreira recalculada com a consideração de Cargos de Governador Civil, Governador de Colónias, Administrador de Concelho e Presidente de Câmara ▪ Longevidade efectiva da carreira recalculada com a consideração de
---	--

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

5) Outras Variáveis Político-Sociais

a) Variáveis Originais	b) Principais Variáveis Geradas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pertença à Maçonaria ▪ Ano de iniciação na Maçonaria ▪ Círculo em que foi iniciado na Maçonaria ▪ Cargos desempenhados na Maçonaria ▪ Pertença à Carbonária ▪ Ano de adesão à Carbonária ▪ Círculos de pertença à Carbonária ▪ Outras filiações sociopolíticas ▪ Outras filiações profissionais ▪ Outras filiações científicas ▪ Outras filiações clubísticas, associadas ao lazer etc. ▪ Actividade jornalística ▪ Actividade jornalística como ocupação principal ▪ Actividade jornalística como ocupação secundária ▪ Fundação de periódicos políticos ▪ Fundação de periódicos não políticos ▪ Colaborador de periódicos políticos ▪ Colaborador de periódicos não políticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desvio entre o ano de iniciação na Maçonaria e o primeiro mandato político ▪ Desvio entre o ano de adesão à Carbonária e o primeiro mandato político ▪ Distrito onde se situa o círculo de pertença à Maçonaria ▪ Distrito onde se situa o círculo de pertença à Carbonária ▪ Categorização da actividade jornalística por quantidade e relevância de jornais onde se colaborou (total) ▪ Categorização da actividade jornalística por quantidade e tipo de jornais onde se colaborou (jornais políticos) ▪ Categorização da actividade jornalística por quantidade e tipo de jornais onde se colaborou (jornais não políticos)

Após caracterização dos casos, procedeu-se à análise sistemática das intervenções políticas parlamentares dos militares profissionais que assumiram cargos

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

políticos, classificando-as consoante a sua orientação militar e a sua orientação corporativa militar.

Os casos considerados na Base dos Militares Profissionais foram ordenados consoante o sucesso relativo na Carreira Militar. Para tal, criou-se um Índice de Progressão na Carreira Militar que considerou a ordenação por posto mais alto alcançado e, dentro deste, o número de anos necessários para a progressão. Quanto mais alto o posto e, nesse âmbito, quanto menor o número de anos entre promoção a alferes e o maior posto alcançado, melhor a posição no Índice de Progressão.

Os Políticos foram também ordenados, desta vez consoante o sucesso relativo na Carreira Política. Para tal, criou-se um Índice de Progressão na Carreira Política que considerou o tipo de mandatos políticos exercidos e a sua duração. A ordenação é feita considerando o número de anos acumulados de exercício de cargos políticos (sendo os mandatos governativos são ponderados em dobro). Consideram-se as carreiras em toda a sua extensão, da Monarquia Constitucional ao fim do Estado Novo.

Da Base dos Militares Profissionais foi individualizado o Grupo da Elite Militar (237 casos). Da Base de Políticos foram individualizados cinco grupos adicionais: o grupo dos Militares (273 casos), o Grupo dos Militares do Exército (206 casos), o grupo dos Militares Profissionais Políticos do Exército (139 casos), o grupo da Elite dos Militares Políticos do Exército (15 casos) e o grupo da Elite Política (96 casos).

Estes grupos foram definidos da seguinte forma:

1- Base dos Militares Profissionais:

1.1. Elite Militar: Oficiais do Exército que frequentaram a Escola Militar, a Escola de Guerra e/ou a Escola do Exército, concluíram um dos seus Cursos Superiores durante a I República Portuguesa e posicionaram-se no primeiro decil do Índice de Progressão na Carreira Militar.

2- Base de Políticos:

2.1. Militares: Detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da República e Governo (Presidência da República, Chefes de

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

Governo e Ministros), que tiveram a ocupação militar como actividade profissional exclusiva ou principal durante os mandatos políticos exercidos, e durante um período mínimo de 10 anos.

2.2. Militares do Exército: Detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da República e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros), que tiveram a ocupação militar como actividade profissional exclusiva ou principal durante os mandatos políticos exercidos e durante um período mínimo de 10 anos, exercendo essa ocupação no Exército. (Incluem-se transições da Marinha para o Exército desde que os mandatos políticos exercidos ou a sua maioria, ocorram neste último ramo)

2.3. Militares Profissionais Políticos do Exército: Detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da República e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros), que tiveram a ocupação militar como actividade profissional exclusiva ou principal durante os mandatos políticos exercidos e durante um período mínimo de 10 anos no Exército, e se graduaram pela Escola Militar, a Escola de Guerra e/ou a Escola do Exército concluindo pelo menos um dos seus Cursos Superiores.

2.4. Elite dos Militares Políticos do Exército: Primeiro decil do índice de progressão na carreira política do grupo dos detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da República e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros), que tiveram a ocupação militar como actividade profissional exclusiva ou como principal durante os mandatos políticos exercidos e durante um período mínimo de 10 anos no Exército, e se graduaram pela Escola Militar, a Escola de Guerra e/ou a Escola do Exército concluindo pelo menos um dos seus Cursos Superiores.

2.5. Elite Política: Primeiro decil do índice de progressão na carreira política do grupo dos detentores de cargos políticos durante a I República, nomeadamente na Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado da

*Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

República e Governo (Presidência da República, Chefes de Governo e Ministros).

O seguinte esquema sistematiza a estrutura das bases de dados que corporizaram o desenvolvimento da investigação.

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

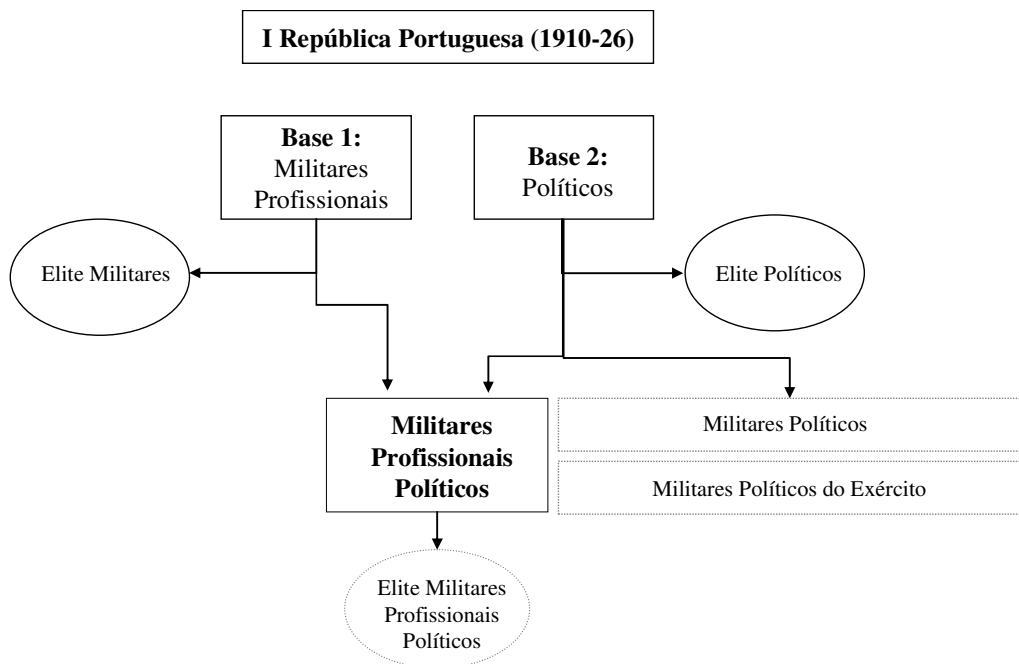


Gráfico 5: Estrutura das Bases de Dados e Consequente Esquema de Análise de Dados.

Teste de Hipóteses.

No que respeita à investigação em torno das hipóteses, foram seguidos os seguintes pressupostos:

- 1- **Hipótese 1: (Hipótese do Recrutamento do Especialista)** O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente devido à necessidade da aplicação da sua expertise particular em cargos e com intervenções essencialmente ligadas à sua profissão.

Confirmação perfeita: todos os militares políticos assumem exclusivamente cargos directamente ligados à sua expertise e em cargos generalistas, produzem intervenções exclusivamente ligadas às áreas onde possuem competência profissional específica.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que exerceram o cargo de Ministro da Guerra e/ou assumiram mandatos nas Câmaras executados com intervenções exclusivamente ou em grande maioria (igual ou maior que

Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.

80% do total de intervenções) produzidas sobre assuntos militares.

- 2- **Hipótese 2: (Hipótese do Recrutamento Normal)** O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente devido ao facto de, sendo a ocupação predominantemente política, a carreira política se constituir numa continuação da carreira militar, nomeadamente nos seus postos mais prestigiosos.

Confirmação perfeita: todos os militares políticos recrutados são oficiais gerais e vão ocupar cargos políticos de distinção (cargos ministeriais e superiores).

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que foram recrutados para exercerem cargos governamentais (ministro, chefe de estado, presidente) e que, aquando do seu primeiro mandato deste tipo eram oficiais gerais (coronel e superior).

- 3- **Hipótese 3: (Hipótese do Recrutamento do Herói)** O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente na medida em que tenha participado com sucesso em missões de combate de grande visibilidade e aceitação social.

Confirmação perfeita: todos os militares políticos recrutados após a entrada de Portugal na Guerra combateram na I Guerra Mundial recebendo condecoração subsequente. Para todos, esse foi o seu primeiro mandato executivo.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que tenham participado na I Guerra Mundial, tenham assumido cargos políticos executivos apenas após essa participação e tenham recebido condecoração correlativa à sua acção na Guerra.

- 4- **Hipótese 4: (Hipótese do Recrutamento do Representante Corporativo)** O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente para representar os interesses da sua classe profissional.

Confirmação perfeita: todos os militares políticos recrutados se definem como representantes da classe e têm a sua intervenção caracterizada pela defesa de direitos corporativos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que exerceram mandatos nas câmaras executados e cujas intervenções foram maioritariamente produzidas na defesa corporativa da classe militar.

- 5- **Hipótese 5: (Hipótese do Recrutamento Estratégico Vigilante)** O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente porque há necessidade de valorizar e manter vigiado de perto quem controla directamente as Forças Armadas, por forma a assegurar a manutenção do próprio exercício do poder.

Confirmação perfeita: os militares políticos recrutados são sensivelmente os mesmos por legislatura e são recrutados com base num padrão pouco definido entre os profissionais militares da elite com influência directa junto das classes inferiores.

Teste: O Desvio padrão do número de militares profissionais de cada legislatura da 1ª república é inferior a 10, realizando-se todos os recrutamentos na elite militar.

- 6- **Hipótese 6: (Hipótese do Recrutamento Estratégico Instrumental)** O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente porque há necessidade de valorizar e assegurar ligações que sustentem influência sobre as Forças Armadas, com vista a garantir mobilização militar quando necessária quer na conquista quer na manutenção do poder.

Confirmação perfeita: os militares políticos recrutados são-o exclusivamente entre profissionais militares com influência directa junto das classes inferiores e que têm histórico de intervenção política directa através de manobras militares no apoio à ascensão e derrube de forças políticas ou que são (ou foram no passado) propagandistas ou activistas de regimes e/ou partidos.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais, oficiais, com histórico de intervenção política directa através de manobras militares no apoio à ascensão e derrube de forças políticas ou que são (ou foram no passado) propagandistas ou activistas de regimes e/ou partidos.

- 7- **Hipótese 7: (Hipótese do Recrutamento Representativo)** O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

porque constitui um grupo social relevante e vigora uma estratégia de recrutamento que visa a representação proporcional de todos os grupos sociais.

Confirmação perfeita e Teste: a distribuição da população por classe social é semelhante à mesma distribuição entre a classe política.

- 8- **Hipótese 8: (Hipótese do Recrutamento Elitista)** O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente porque pertence (e na medida em que pertença) à elite da sua profissão e vigora uma estratégia de recrutamento que visa representar a diversidade das elites funcionais.

Confirmação perfeita e Teste: As elites funcionais e económicas mais importantes da sociedade estão representadas na classe política numa distribuição proporcional à sua verificação na sociedade.

- 9- **Hipótese 9: (Hipótese do Recrutamento nas Cliques)** O Militar Profissional é recrutado para assumir Cargos Políticos predominantemente porque possui relações familiares e outras de ordem pessoal (baseadas organizacionalmente ou não) com actuais detentores de cargos políticos.

Confirmação perfeita: Os recrutamentos de militares políticos podem sempre ser explicados através das árvores genealógicas e as árvores de filiação.

Teste: Confirmam a hipótese militares profissionais que partilham a execução de cargos políticos com familiares próximos (pais, avós, irmãos, primos, tios e sogros) ou sustentam outras relações pessoais identificadas com detentores desses cargos.

1.2.3. Perfis de Militar Profissional Político.

A compatibilização das hipóteses com perfis específicos de militar profissional político seguiu o quadro abaixo, corporizando a orientação deixada pelo nosso modelo de abordagem:

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Perfil	Dominante
H1- Hipótese do Recrutamento do Especialista	Técnico	Profissional
H2- Hipótese do Recrutamento Normal	Encarreado	Profissional
H3- Hipótese do Recrutamento do Herói	Herói	Não Profissional
H4- Hipótese do Recrutamento do Representante Corporativo	Corporativista	Profissional
H6- Hipótese do Recrutamento Estratégico Instrumental	Intervencionista/ Revolucionário	Não Profissional
H9- Hipótese do Recrutamento nas Cliques	Aparentado	Neutro

Figura 12: Perfis de Militar Político por Graus de Profissionalização.

As hipóteses 5, 7 e 8 verificam-se colectivamente sobre os quantitativos totais de militares e sua caracterização agregada, pelo que não são adequadas à caracterização individual dos casos em perfis, tendo pois tratamento diferenciado. Dividimos pois as hipóteses nestes dois grupos, consoante se centrem sobre perfis individuais (hipóteses 1, 2, 3, 4, 6 e 9) ou sobre padrões de recrutamento (hipóteses 5, 7 e 8).

2. Apresentação e Discussão dos Resultados de Pesquisa

2.1. Introdução.

A apresentação e a discussão dos resultados está organizada em cinco pontos essenciais: a Descrição, a Caracterização, a Evolução, a Verificação e a Classificação. Recorreu-se no tratamento dos dados predominantemente a técnicas de análise estatísticas. Os primeiros quatro tópicos recorrem essencialmente a técnicas estatísticas univariadas; o último a multivariadas, nomeadamente a uma análise de *clusters*.

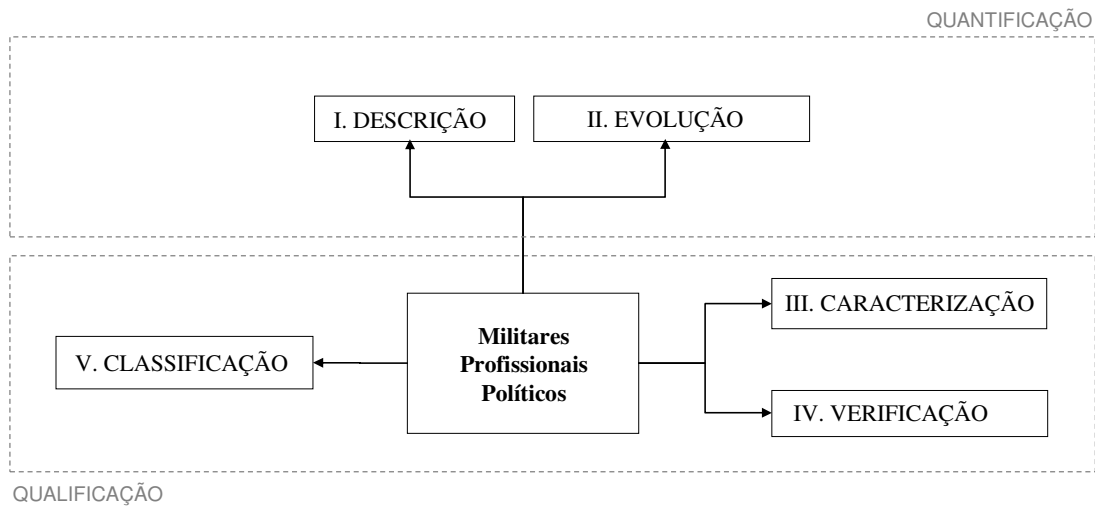


Figura 13: Estrutura da Apresentação dos Resultados.

A Descrição e a Evolução reportam-se ao tratamento dos aspectos mais quantitativos do problema, isto é, ao apurar da dimensão da participação de militares profissionais na política durante a I República Portuguesa.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

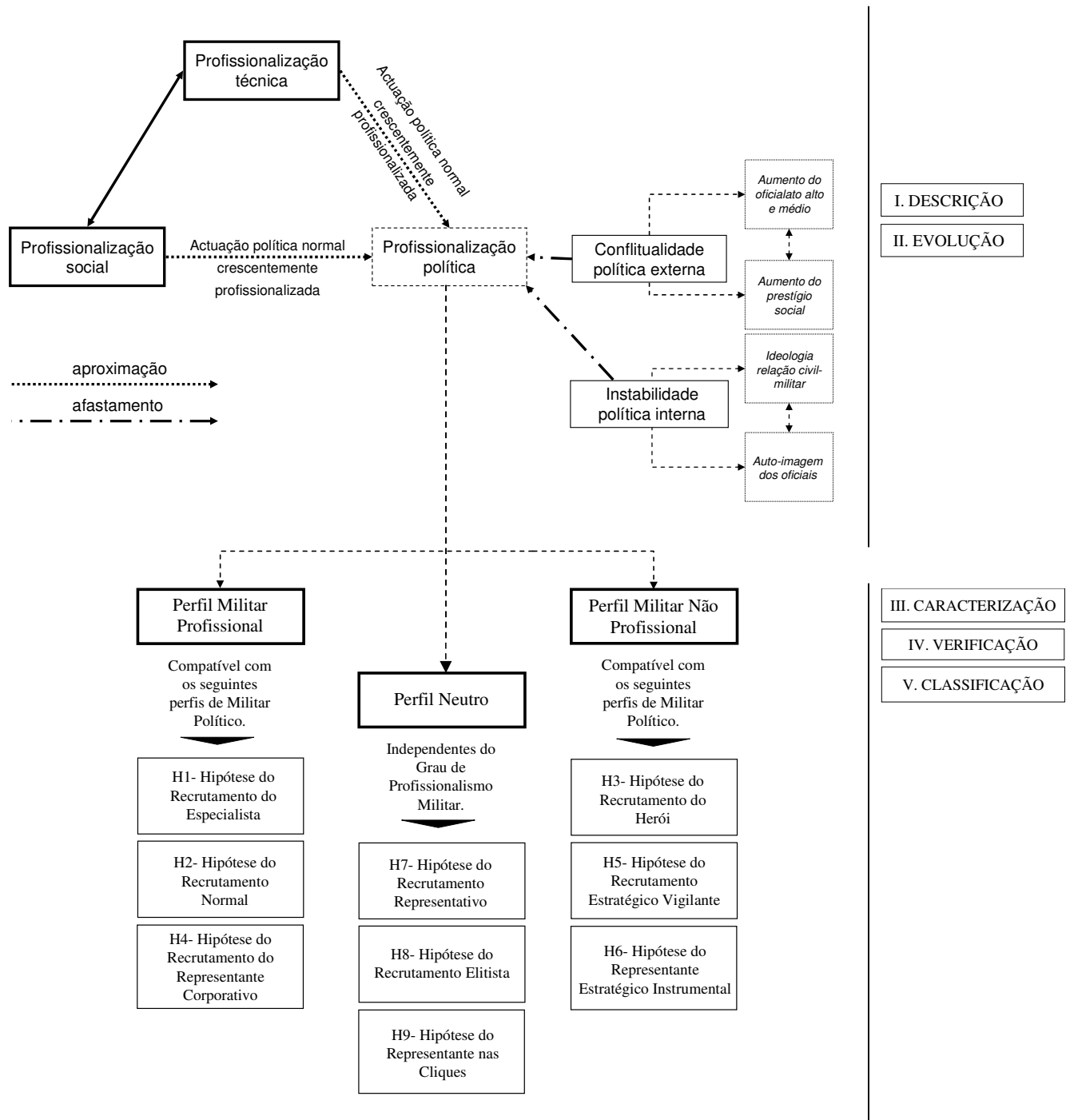


Figura 14: Estrutura de Apresentação dos Resultados por Modelo de Abordagem.

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

A Descrição dedica-se desde logo a identificar o número de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército que assumiram cargos políticos durante a I República Portuguesa.

Procurando especificar não apenas a sua dimensão, mas também o seu grau de influência política, a Descrição apura ainda qual a taxa de penetração dos militares políticos e dos militares profissionais políticos na elite política da I República.

A necessidade de se identificar sentidos evolutivos (essencial dado procurarmos explicar a profissionalização política, isto é, um processo), justifica que analisemos estes valores não apenas de forma agregada, mas também desagregada por legislatura política.

Tendo cedo concluído pela incapacidade de interpretar os números do envolvimento político profissional militar durante a I República sem os integrarmos num quadro mais vasto (por exemplo, uma retracção desses valores concomitante com o avanço linear da profissionalização técnica e social seria inconclusivo caso os anos posteriores mostrassem sentidos evolutivos contrários), o estudo da Evolução concretizou o nosso passo seguinte. Identificou-se nesse âmbito como variaram os números de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército que assumiram cargos políticos no período anterior à I República (da Monarquia Constitucional à Implantação da República) e seu posterior (da Ditadura Militar ao fim do Estado Novo). Cobriu-se assim o período de 1834 a 1974, isto é, 140 anos de actividade política distribuídos por cerca 60 legislaturas. Investigámos ainda brevemente a evolução de 1974 aos dias de hoje. Os resultados são apresentados em três fases: evolução da participação política militar nas Câmaras, evolução da participação política militar no governo e evolução agregada de ambas as participações políticas.

O extenso âmbito temporal assumido na Evolução justificou-se por dois motivos: pela necessidade de se comparar os efeitos de diversos tipos de regime político na dimensão do envolvimento político dos militares e dos militares profissionais, e pelo facto dos processos de profissionalização técnica e social se estenderem igualmente por um período de tempo alargado, que interessava acompanhar.

A Caracterização, a Verificação e a Classificação reportam-se ao tratamento dos aspectos mais qualitativos do problema, isto é, ao apurar das motivações, atitudes e padrões sociais na base da participação de militares profissionais na política durante a I República Portuguesa.

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

O estudo da Caracterização parte do pressuposto de que é impossível explicar porque foram os militares profissionais recrutados para o exercício de cargos políticos sem, antes de mais, identificar como diferem esses militares 1) dos militares que não foram recrutados para o exercício desses cargos, 2) dos militares não profissionais que foram recrutados para o exercício de cargos políticos e 3) dos políticos não militares. Concretiza-se pois na análise da forma como os militares profissionais políticos se apresentam durante a I República no que à caracterização socio-profissional e no que à carreira política e militar respeita, em comparação com três essenciais grupos de controlo.

Um conjunto alargado de indicadores é pois analisado de forma comparada no respeitante ao modo como se apresenta durante a I República Portuguesa para:

- 1) Militares Profissionais Políticos do Exército;
- 2) Militares Não Profissionais Políticos do Exército;
- 3) Elite dos Militares Profissionais Políticos do Exército;
- 4) Políticos;
- 5) Elite Política;
- 6) Militares Profissionais, e;
- 7) Elite dos Militares Profissionais.

Desta análise poderá concluir-se:

- quais os indicadores mais relevantes que fazem diferir os militares políticos profissionais dos não profissionais;
- quais as especificidades sócio-profissionais e políticas dos militares políticos face aos restantes políticos;
- quais as especificidades sócio-profissionais e militares dos militares políticos face aos restantes militares;
- quais os indicadores que melhor indiciam a probabilidade de se ascender à elite política;
- quais os indicadores que melhor indiciam a probabilidade de se ascender à elite dos militares políticos;
- quais os indicadores que melhor indiciam a probabilidade de se ascender à elite militar.

No que respeita aos indicadores socio-profissionais, são analisados essencialmente os seguintes: naturalidade, profissão do pai, classe social do pai, auto-recrutamento político, auto-recrutamento militar, longevidade política do pai político,

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

posto mais alto alcançado pelo pai profissional militar, ascendência nobiliárquica, escolas secundárias e superiores preparatórias frequentadas, cursos frequentados, profissão e classe social.

No que respeitante à carreira militar analisa-se: a idade à data da matrícula na Escola do Exército e congéneres, o posto detido nessa data, a média final de curso, o curso frequentado, o posto mais alto alcançado na carreira militar, a duração da carreira e o exercício de funções docentes nas Escolas Militares.

No que toca à carreira política são estudados os seguintes indicadores: idade à data do 1º mandato, posto nessa data, duração da carreira política, partidos políticos a que pertenceu, partidos políticos por que foi eleito, orientação política, outros cargos políticos assumidos que não no Governo, Câmara dos Deputados e Senado, actividade política estudantil, participação em momentos históricos, envolvimento com a organização local da República, distritos de eleição, pertença à Maçonaria, pertença à Carbonária e longevidade através de diferentes regimes políticos.

A Verificação dedica-se ao teste das hipóteses e à caracterização dos indivíduos que atestam as hipóteses formuladas.

Por fim, a Classificação concretiza-se na clusterização dos indivíduos consoante a sua posição face às hipóteses testadas, bem como na caracterização específica dos clusters gerados pela análise.

2.2. Descrição.

Peso dos Militares e dos Militares Profissionais na Classe Política.

Dos 980 indivíduos que assumiram cargos políticos executivos no Governo e nas duas Câmaras da I República Portuguesa durante a vigência deste regime (Câmara dos Deputados e Senado) 273 eram militares de carreira (27,9%). Uma análise por ramo revela a grande predominância dos recrutamentos realizados no Exército, face aos realizados na Armada – 75,5% contra 24,5%.

Dos 206 políticos militares provenientes do Exército, 139 (67,5% dos militares do Exército e 14,2% do total de políticos) eram militares profissionais, o que atesta desde já da maior probabilidade de um militar profissional ascender à classe política durante a I República que um não profissional, dado que quantitativamente, em média, durante este

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

período, os não profissionais foram ainda superiores aos profissionais no total do oficialato português.

	TOTAL	
	n	% nos Políticos
Políticos	980	100,0
Militares	273	27,9
Militares do Exército	206	21,0
Militares da Armada	67	6,8
Militares Profissionais do Exército	139	14,2
Militares Não Profissionais do Exército	67	6,8
% Militares/ Políticos	27,9%	
% Militares do Exército/ Políticos	21,0%	
% Militares Profissionais do Exército/ Políticos	14,2%	
% Militares do Exército/ Militares	75,5%	
% Militares Profissionais/ Militares do Exército	67,5%	

Figura 15: Quadro resumo da presença de militares na classe política da I República.

As legislaturas de 1911-15, 1915-18 e 1918-19 evoluem genericamente em sentido positivo no que respeita quer à percentagem de militares quer de militares do Exército no total da classe política da I República. Se exceptuarmos a legislatura de 1922-25 verificamos contudo que, a partir de 1919, os militares e os militares do Exército começam a regredir no peso que assumem no total de políticos das legislaturas.

A curva de evolução do número dos militares profissionais é semelhante à dos militares e dos militares do Exército, atestando a regularidade em torno da média das taxas de profissionalização entre os militares políticos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

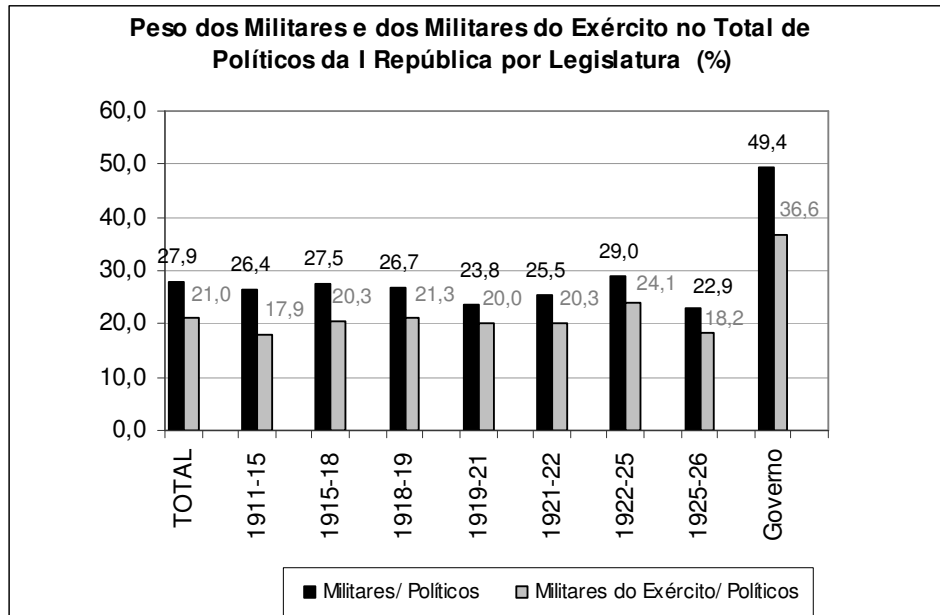


Figura 16: Peso dos Militares e Militares do Exército na Classe Política por Legislatura.

Dado contrariar a tendência geral, a legislatura de 1922-25 assume particular relevância. A investigação do porquê desse sentido evolutivo mostra desde logo não serem na larga maioria estes militares novas aquisições para a classe política, mas antes, retornos às Câmaras. Há duas razões essenciais para o tendencial acréscimo de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército nessa legislatura. A primeira e mais relevante razão prende-se com o facto de ser essa a legislatura que mais recruta militares que participaram na I Guerra Mundial, e que agora retornam. Depois, é também ela que acolhe o número mais elevado de políticos que participaram em Governos Militares no incremento deste tipo de Governos em 1918-21, e que agora estão também de volta às Câmaras.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

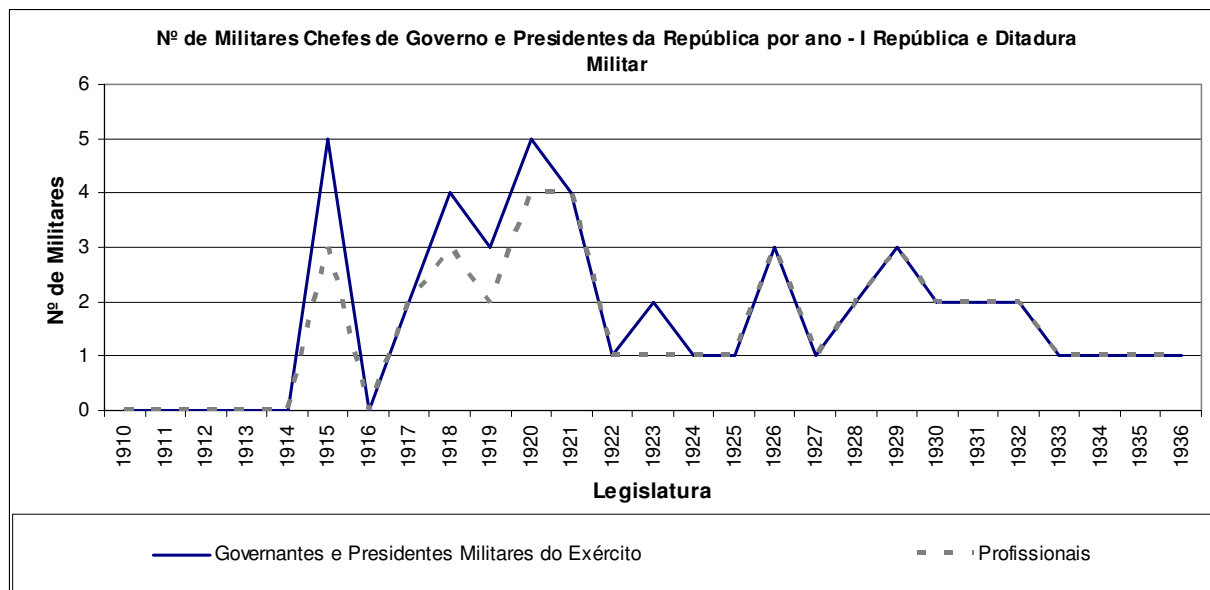


Figura 17: Evolução do Número de Militares que desempenharam cargos de Chefes de Governo e Presidentes da República por ano – I República a Ditadura Militar.

A participação na I Guerra Mundial marca pois decisivamente a evolução do número de militares e de militares profissionais no exercício de cargos políticos durante a I República: no que respeita aos últimos, os que particularmente nos interessam, ocorreu um aumento do seu número desde início da Guerra aumento esse que atinge o seu clímax nos anos finais do conflito, anos em que a participação de Portugal se incentivou, passando-se ao envolvimento directo. De 1916 a 1920 a revalorização social do oficialato em marcha decorrente do conflito armado²⁵³ conduz mesmo a um acréscimo muito considerável de Chefias de Governos e Presidências da República assumidos por militares, que se repercute em governos também mais participados por estes. Com o fim da Guerra a tendência passa a ser regressiva quer na direcção e composição dos Governos, que tendem a “civilizar-se”, quer na composição do Senado e da Câmara dos Deputados. Ainda como efeito da Guerra, a legislatura de 1922-25 traz um incremento de militares que, contudo, não se sustém. De facto, a esmagadora maioria dos militares e dos militares profissionais retornados da Guerra e dos Governos Militares e reinseridos nas

²⁵³ A este respeito vide Carrilho, Maria (1985); *op.cit.*; p. 266-267

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Câmaras, não voltará mais à carreira política nacional, nem na Ditadura Militar, nem no Estado Novo.

Tanto no que respeita às taxas de militares, como de militares do Exército e militares profissionais, tende a haver uma clara maior presença de militares no Governo (enquanto ministros, chefes de governo e chefe de Estado) do que nas Câmaras (enquanto deputados e senadores). Verifica-se também uma maior presença de militares provenientes da Armada no Governo que nas Câmaras (25,8% face a 22,0%), ainda que os provenientes do Exército sejam sempre claramente maioritários. O mesmo sucede com os militares profissionais (26,7% face a 13,5%).

Um recrutamento mais orientado para a valorização da expertise técnica (dado o pendor mais especialista que generalista dos cargos) e a existência de pastas específicas ligadas aos assuntos da Marinha e do Exército (Marinha e Guerra), faziam esperar esta distribuição.



Figura 18: Peso dos Militares Profissionais na Classe Política por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

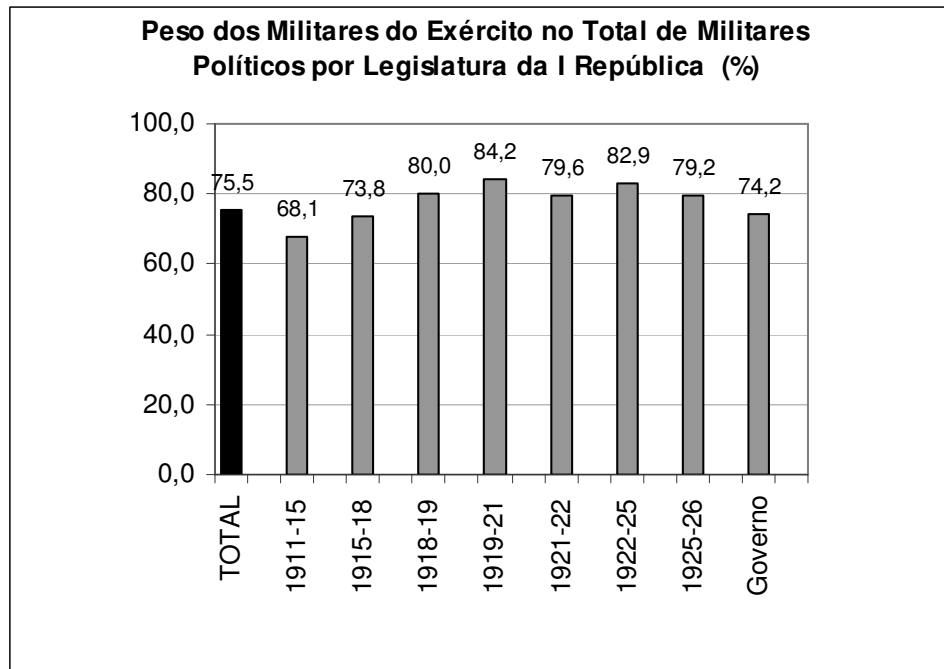


Figura 19: Peso dos Militares do Exército nos Militares Políticos por Legislatura.

A análise do peso dos militares do Exército no total de militares políticos evidencia uma ligeira tendência crescente dessa taxa durante a I República, concretizada por uma aceleração clara entre 1911 e 1918 e uma estabilização em torno dos 80% até ao fim do período histórico.

Mas, se é claro que a presença dos militares do Exército ganha posição face aos da Armada na I República, não é tão claro que haja ganhos na presença de profissionais face a não profissionais. De facto, aqueles ganham peso regular até à legislatura de 1918-19 entrando depois tendencialmente em regressão, ainda que a legislatura de 1922-25 volte a traduzir aumentos face às duas legislaturas imediatamente anteriores. Os avanços da profissionalização (que fariam afastar os profissionais da acção política mas não necessariamente os não profissionais) e a menor visibilidade e relevância dos militares no pós I Guerra Mundial poderão justificá-lo.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

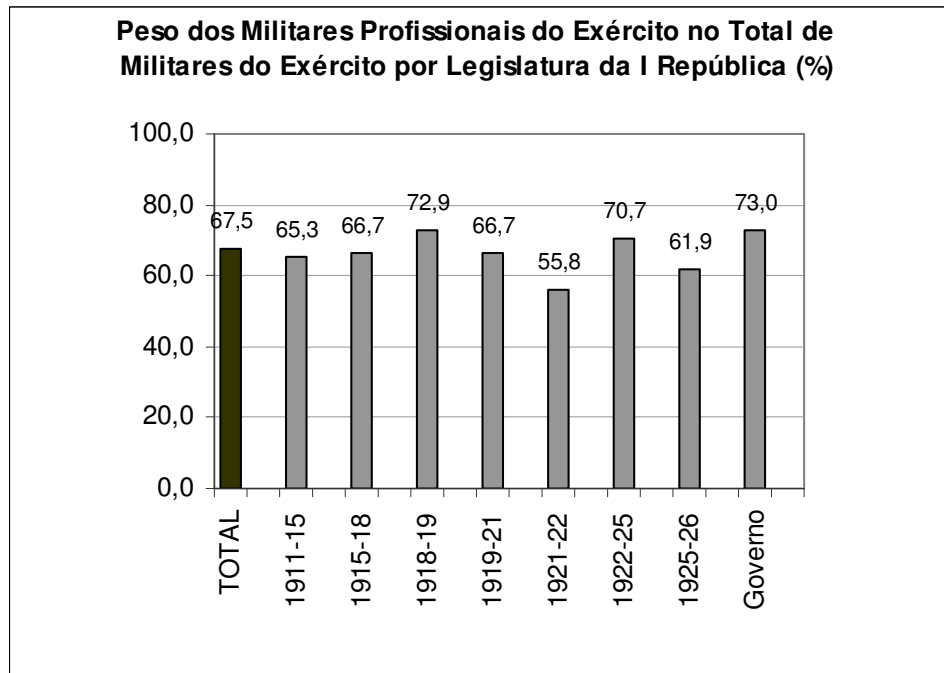


Figura 20: Peso dos Militares Profissionais Militares Políticos por Legislatura.

Durante a I República o Ministério da Guerra foi claramente dominado por militares (93,5%), militares do Exército (93,5%) e militares do Exército profissionais (87,1%). No Governo encontramos respectivamente 49,6% de militares, 36,5% de militares do Exército e 26,6% militares profissionais. O peso de militares nas Câmaras foi extremamente regular quando comparada a Câmara dos Deputados e o Senado.

A Pasta da Guerra concretizou-se no mandato com maior taxa de militares do Exército face aos da Armada (100,0%), seguindo-se a Câmara dos Deputados (76,7%). Com maior taxa de proveniências da Marinha aparece o Senado (69,6%), logo seguido pelo Governo (73,6%).

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

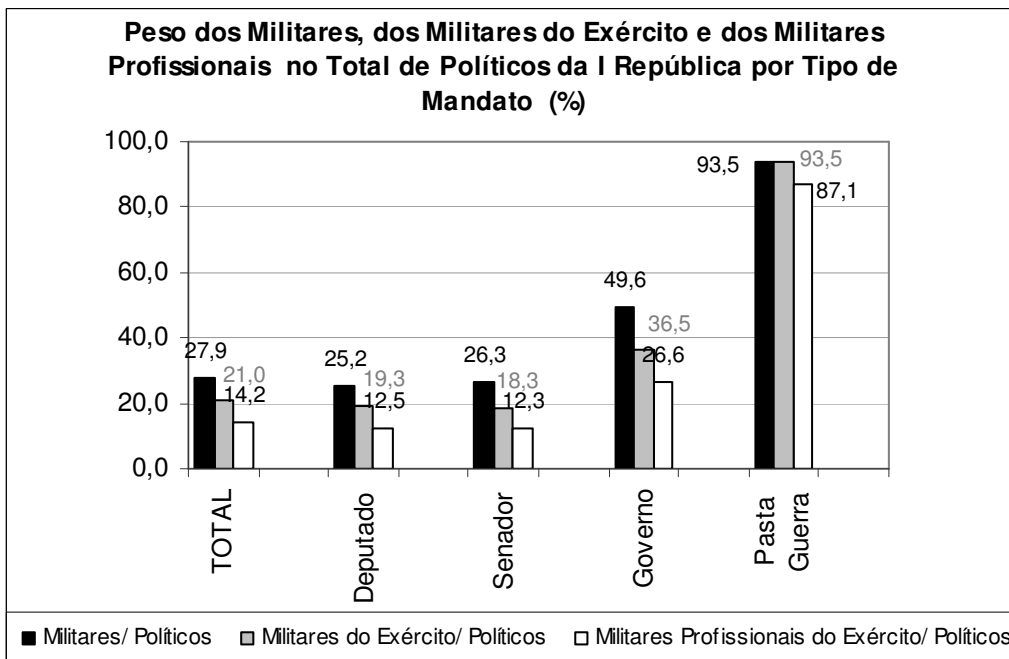


Figura 21: Peso dos Militares, Militares do Exército e Profissionais nos Políticos por Tipo de Mandato.

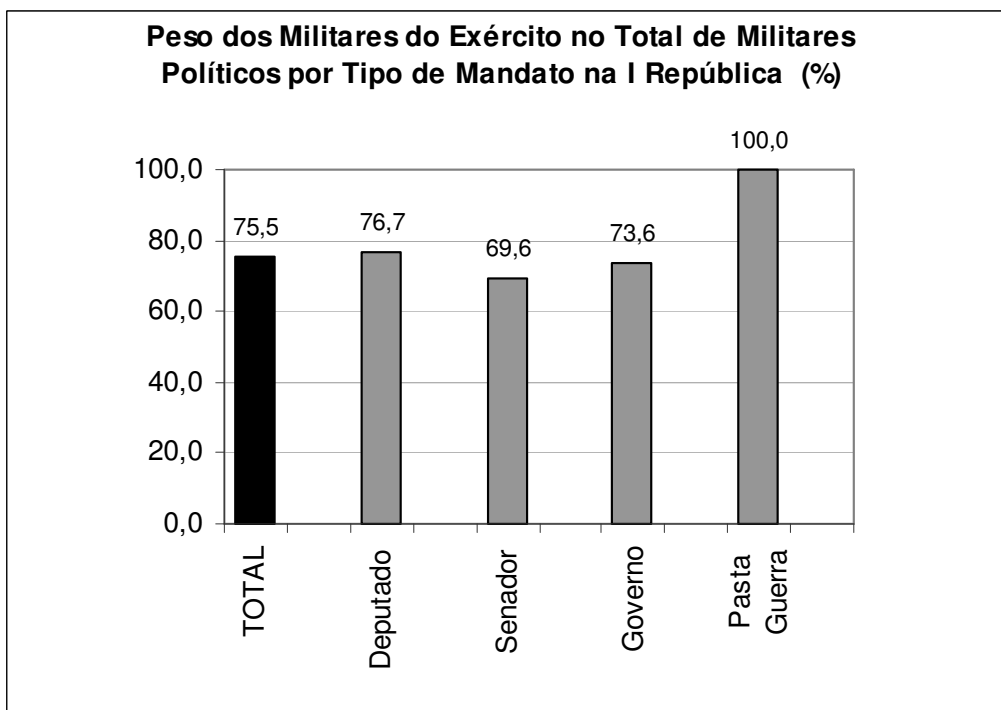


Figura 22: Peso dos Militares do Exército nos Militares Políticos por Tipo de Mandato.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

No que respeita ao peso dos profissionais entre os militares políticos, o panorama é diferente, sendo aqui, na sequência de dados já apresentados, o Governo que tem maior peso de profissionais (em especial a pasta da Guerra), seguindo-se só depois, e por esta ordem, o Senado e a Câmara dos Deputados.

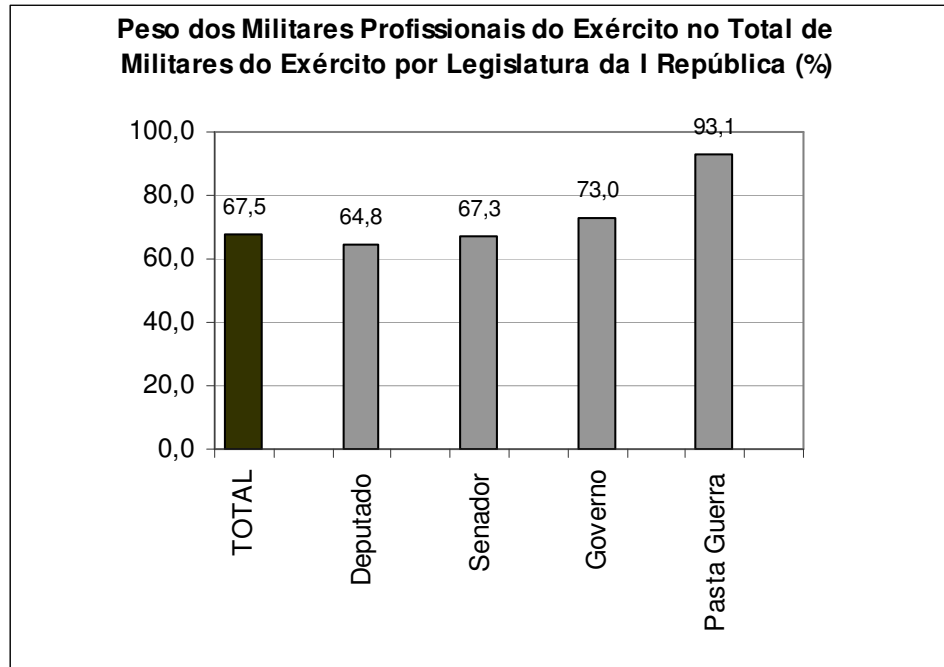


Figura 23: Peso dos Militares Profissionais nos Militares Políticos por Tipo de Mandato.

No que respeita ao peso dos militares e dos militares profissionais na classe política, é pois de reter que:

- 27,9% dos políticos da I República são militares de carreira e 14,2% militares profissionais;
- O número de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército é especialmente influenciado pela participação na I Guerra Mundial. Nota-se um sentido expansionista anterior ao fim da I Guerra Mundial, e um sentido retraccionista posterior;

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- O número de Chefias de Governo e Presidências da República Militares incrementa-se também nos anos da Guerra e nos imediatamente seguintes, regredindo subsequentemente;
- A legislatura de 1922-25 é *sui generis* dado contrariar o sentido retraccionista da presença militar posterior ao fim da I Grande Guerra. Esse aumento ocorre contudo na sequência da própria guerra, dado o incremento se concretizar em militares (especialmente profissionais) que retornam da Guerra e do exercício de cargos governativos nos Governos Militares contemporâneos e imediatamente posteriores ao conflito;
- O peso dos militares profissionais face aos militares não profissionais no total de militares do Exército evolui, a partir de 1919 em sentido tendencialmente regressivo;
- Os militares, os militares do Exército e os militares profissionais têm especial presença no Governo face às Câmaras, destacando-se fundamentalmente na pasta da Guerra, isto é, em cargos de político especialista e não de político generalista;
- A Pasta da Guerra assume-se como território do militar profissional, dado que 93,1% dos detentores deste cargo durante a I República são militares de Academia.

Peso dos Militares e dos Militares Profissionais na Elite Política.

49,0% da elite política foi composta por militares, 38,5% por militares do Exército e 27,1% por militares profissionais, o que atesta a maior penetração na elite dos oficiais do Exército face aos da Armada, e dos profissionais face aos não profissionais.

Dado que apenas 27,9% do total dos políticos do período foram militares, uma penetração de militares na elite de 49,0% mostra existir uma representação acima da média destes indivíduos na elite política. O mesmo sucede com os militares profissionais (14,2% face a 27,1%).

15,6% da elite dos militares profissionais do Exército fez também parte da elite política.

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

	TOTAL		
	n	% na Elite	% no Grupo
Militares	47	49,0	17,2
Militares do Exército	37	38,5	18,0
Militares da Armada	10	10,4	14,9
Militares Profissionais do Exército	26	27,1	18,7
Militares Não Profissionais do Exército	11	11,5	16,4
Elite Militares Profissionais do Exército	15	15,6	100,0
% Militares/ Elite	49,0%		
% Militares do Exército/ Elite	38,5%		
% Militares Profissionais do Exército/ Elite	27,1%		
% Militares do Exército parte da Elite Política/ Militares parte da Elite Política	78,7%		
% Militares Profissionais parte da Elite Política/ Militares do Exército parte da Elite Política	70,3%		

Figura 24: Quadro resumo da presença de militares na elite política da I República.

O decurso da I República saldou-se pelo aumento progressivo de militares, militares do Exército e (de forma apenas ligeira) militares profissionais do Exército na elite política, sendo contudo que, a partir de 1919-21 os profissionais tendem a regredir face aos não profissionais no contributo para essa presença, isto é, a tendência geral que identificámos quanto às contribuições de profissionais para o número de militares políticos do Exército, também ocorre no que respeita às entradas de profissionais e não profissionais na elite política.

O afastamento dos militares profissionais do Governo nesse período favorece esse fim, dado termos, como oportunamente referido, ponderado na composição do nosso ranking de carreira militar os cargos governativos em dobro face aos assumidos nas Câmaras.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

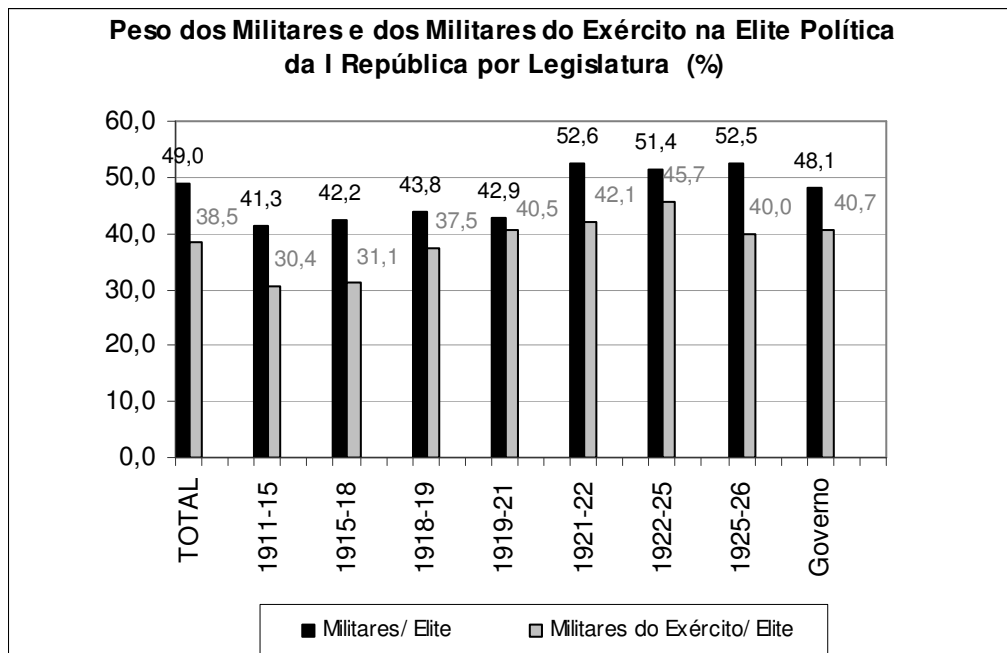


Figura 25: Peso dos Militares e dos Militares do Exército na Elite Política.

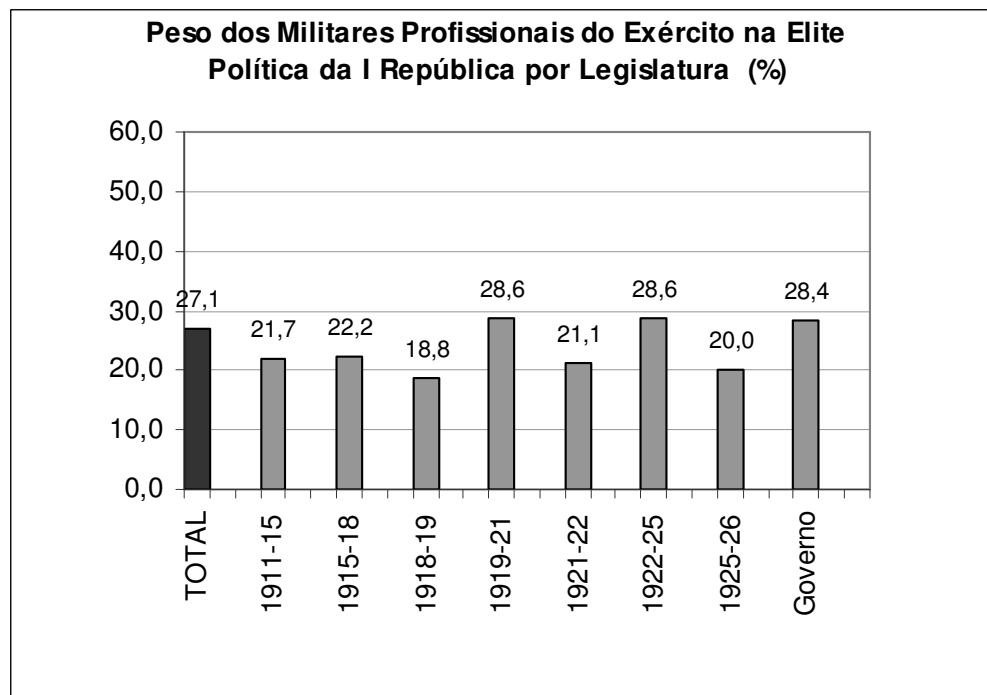


Figura 26: Peso dos Militares Profissionais na Elite Política.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Quanto à participação na elite por tipo de mandatos, é de destacar que, apesar de o peso dos militares no Governo ser maior que o seu peso nas Câmaras, a penetração dos militares do Governo e das Câmaras na elite política é semelhante.

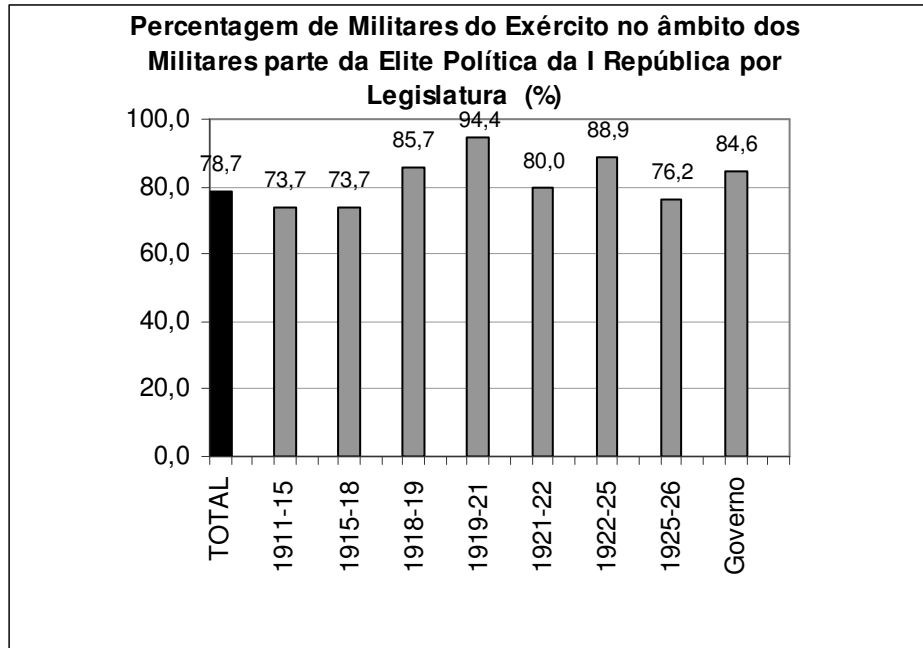


Figura 27: Peso dos Militares do Exército nos Militares parte da Elite Política.

O peso dos militares do Exército face aos da Armada na elite política aumenta até 1919-21, entrando depois em regressão. Os militares profissionais face aos não profissionais registam contudo uma queda pronunciada ainda em 1918-19, o que corresponde à partida dos militares políticos envolvidos na I Guerra Mundial, para o teatro de guerra, partida que levou mais profissionais que não profissionais.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.



Figura 28: Peso dos Militares Profissionais do Exército nos Militares parte da Elite Política

No que toca a analisar a penetração dos militares profissionais políticos da I República na elite militar, isto é, na elite da sua profissão, conclui-se que 32,9% desses militares profissionais pertenceram à elite militar, notando-se uma ligeira tendência decrescente nos recrutamentos de políticos entre profissionais militares de elite.

Dado que, seguindo o mesmo critério de determinação da elite militar usado para gerar esse número, a elite representaria 10,5% do total de profissionais militares, pode-se concluir pela maior facilidade de penetração dos militares profissionais parte da elite da sua profissão na elite política, face aos que provém de uma situação não privilegiada na carreira militar.

O facto de a tendência ser para cada vez mais a elite profissional se afastar do exercício de cargos políticos merece ser notado, dado corresponder a uma evolução compatível com o profissionalismo visto enquanto afastamento dos militares da política.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	1911-15	1915-17	1918-19	1919-21	1921-22	1922-25	1925-26	MÉDIA
Nº de Políticos Militares Profissionais do Exército	49	48	48	48	43	58	42	48
Nº de Militares de Elite*	17	19	11	17	15	21	13	16
Nº de Militares Não Elite	33	30	38	31	29	37	30	32
% Elite	33,7	38,5	21,9	35,4	33,7	36,2	29,8	32,9
% Não Elite	66,3	61,5	78,1	64,6	66,3	63,8	70,2	67,1

* Generais, Brigadeiros e Coronéis (Progressão de Alferes a Coronel em 35 anos ou menos)

Figura 29: Evolução do Peso de Militares Profissionais do Exército recrutados por Legislatura Política na Elite Militar.

No que respeita ao peso dos militares e dos militares profissionais na elite política, é de destacar que:

- 49,0% da elite dos políticos da I República são militares de carreira e 27,1% militares profissionais;
- O número de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército com presença na elite política evolui ao longo da I República em sentido positivo, isto é, registando incrementos regulares;
- A legislatura de 1919-21 marca contudo o início de uma tendência de regressão dos recrutamentos para a elite política de profissionais militares face a não profissionais militares;
- Quando comparados os contributos das Câmaras e do Governo para o recrutamento da elite política, não se encontram diferenças significativas;
- Os militares profissionais recrutados para a elite política provêm em 32,9% dos casos da sua elite profissional, demonstrando-se não apenas serem os militares recrutados desproporcionalmente face aos restantes políticos para a elite política, mas também ocorrer o seu recrutamento preferencial entre os militares provenientes da elite da sua profissão;
- A tendência de decréscimo da percentagem de militares profissionais políticos recrutados para a elite política face ao recrutamento de não profissionais é acompanhada pela tendência regressiva, desde 1918-19 dos recrutamentos de profissionais feitos na elite militar, face aos realizados fora dessa elite.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

2.3. Evolução.

Evolução da Participação Política nas Câmaras.

Durante as dez primeiras legislaturas da Monarquia Constitucional (1834 a 1856), o peso de militares no total de políticos tendeu a incrementar-se, ainda que de uma forma não regular. O mesmo sucedeu com os militares do Exército e com os militares profissionais que, longe da padronização de carreiras e obrigatoriedade de formação superior especializada, eram meramente residuais²⁵⁴.

	1834-36	1836	1836-38	1838-40	1840-42	1842-45	1845-47	1847-51	1851-52
Militares	50	33	52	66	61	57	49	62	40
Militares do Exército	44	31	46	62	57	48	43	54	39
Militares da Armada	6	2	6	4	4	9	6	8	1
Militares da Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Militares Profissionais									
Políticos	2	1	4	6	3	4	4	5	2
Total de Políticos da Legislatura	280	278	267	351	354	282	279	279	296
% Militares/ Políticos	17,9%	11,9%	19,5%	18,8%	17,2%	20,2%	17,6%	22,2%	13,5%
% Exército/ Políticos	15,7%	11,2%	17,2%	17,7%	16,1%	17,0%	15,4%	19,4%	13,2%
% Profissionais/ Políticos	0,7%	0,4%	1,5%	1,7%	0,8%	1,4%	1,4%	1,8%	0,7%

Figura 30: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1834-52).

A partir de 1852 e até 1870 nota-se uma tendência regressiva na percentagem de militares no total de políticos, que não invalida contudo que os militares profissionais ganhem continuamente peso face aos não profissionais – trata-se meramente do efeito do desenvolvimento da institucionalização das Escolas Militares e do conseqüente aumento da sua frequência. Dessa data a 1892 há uma ténue tendência expansiva que, se excepcionarmos as legislaturas de 1894-95 e de 1895-97, continua até 1901-04. Dessa data à implantação da República, o sentido dominante é regressivo.

²⁵⁴ Apesar de não se poder realmente falar de militares profissionais até à I República, altura em que, como vimos, se consolidam os traços técnicos e sociais do profissionalismo, mantivemos esta denominação para designar os militares de carreira que cursaram Escolas Militares (desde a constituição da Academia de Fortificação e Desenho). Tal decorre da clara continuidade entre estes militares e os formados mais tarde pela Escola do Exército e congéneres e do ganho teórico que implica verificar a evolução desses quantitativos desde épocas anteriores à profissionalização.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	1852-56	1856-58	1858-60	1860-61	1861-64	1864-65	1865-68	1868-69	1869-70
Militares	73	54	49	49	53	43	54	44	38
Militares do Exército	69	49	44	44	46	34	44	35	30
Militares da Armada	4	5	5	5	7	9	10	9	8
Militares da Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Militares Profissionais Políticos	11	7	6	10	9	10	14	11	8
Total de Políticos da Legislatura	293	299	299	316	314	314	274	274	244
% Militares/ Políticos	24,9%	18,1%	16,4%	15,5%	16,9%	13,7%	19,7%	16,1%	15,6%
% Exército/ Políticos	23,5%	16,4%	14,7%	13,9%	14,6%	10,8%	16,1%	12,8%	12,3%
% Profissionais/ Políticos	3,8%	2,3%	2,0%	3,2%	2,9%	3,2%	5,1%	4,0%	3,3%

Figura 31: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1852-70).

	1870	1870-71	1871-74	1874-78	1878-79	1879-81	1881-84	1884-87	1887-89
Militares	29	41	46	49	41	53	57	59	66
Militares do Exército	23	34	36	39	31	44	45	47	56
Militares da Armada	6	7	10	10	10	9	12	12	10
Militares da Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Militares Profissionais Políticos	6	10	11	11	11	18	21	22	27
Total de Políticos da Legislatura	255	253	239	237	286	265	286	320	312
% Militares/ Políticos	11,4%	16,2%	19,2%	20,7%	14,3%	20,0%	19,9%	18,4%	21,2%
% Exército/ Políticos	9,0%	13,4%	15,1%	16,5%	10,8%	16,6%	15,7%	14,7%	17,9%
% Profissionais/ Políticos	2,4%	4,0%	4,6%	4,6%	3,8%	6,8%	7,3%	6,9%	8,7%

Figura 32: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1870-89).

	1889-90	1890-92	1892-94	1894-95	1895-97	1897-99	1899-00	1900-01	1901-04
Militares	56	67	55	55	28	46	46	59	74
Militares do Exército	45	53	45	44	22	40	40	52	62
Militares da Armada	11	14	10	11	6	6	6	7	12
Militares da Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Militares Profissionais Políticos	23	27	23	23	13	22	22	33	36
Total de Políticos da Legislatura	304	304	275	304	234	228	276	276	296
% Militares/ Políticos	18,4%	22,0%	20,0%	18,1%	12,0%	20,2%	16,7%	21,4%	25,0%
% Exército/ Políticos	14,8%	17,4%	16,4%	14,5%	9,4%	17,5%	14,5%	18,8%	20,9%
% Profissionais/ Políticos	7,6%	8,9%	8,4%	7,6%	5,6%	9,6%	8,0%	12,0%	12,2%

Figura 33: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1889-1904).

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	1904-05	1905-06	1906	1906-08	1908-10	1910
Militares	59	62	53	58	69	41
Militares do Exército	49	52	46	48	54	35
Militares da Armada	10	10	7	10	15	6
Militares da Força Aérea	0	0	0	0	0	0
Militares Profissionais Políticos	27	23	30	26	33	23
Total de Políticos da Legislatura	296	296	296	296	303	288
% Militares/ Políticos	19,9%	20,9%	17,9%	19,6%	22,8%	14,2%
% Exército/ Políticos	16,6%	17,6%	15,5%	16,2%	17,8%	12,2%
% Profissionais/ Políticos	9,1%	7,8%	10,1%	8,8%	10,9%	8,0%

Figura 34: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1905-10).

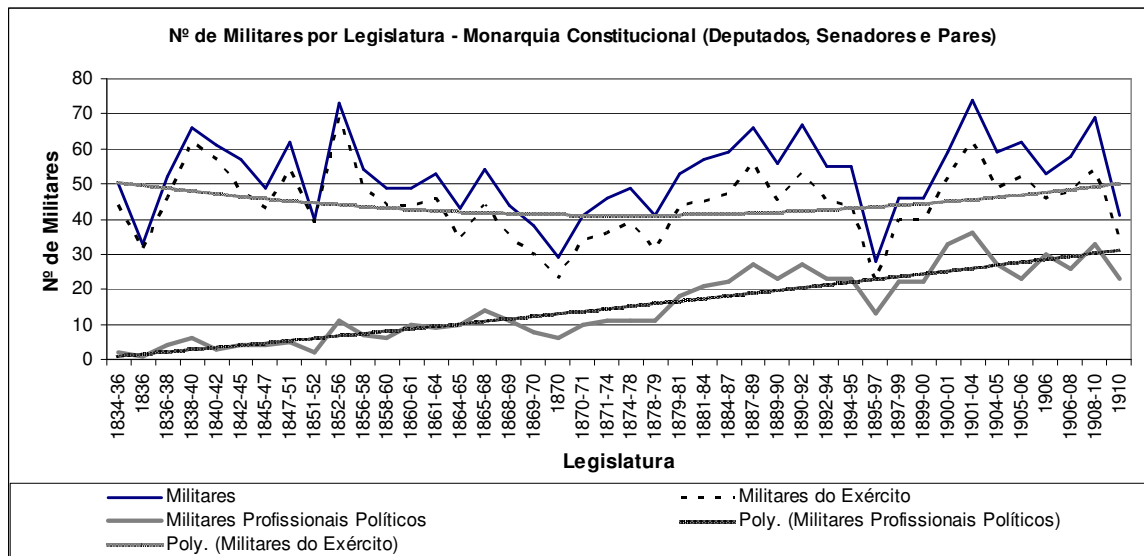


Figura 35: Evolução do Número de Militares por Legislatura – Monarquia.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

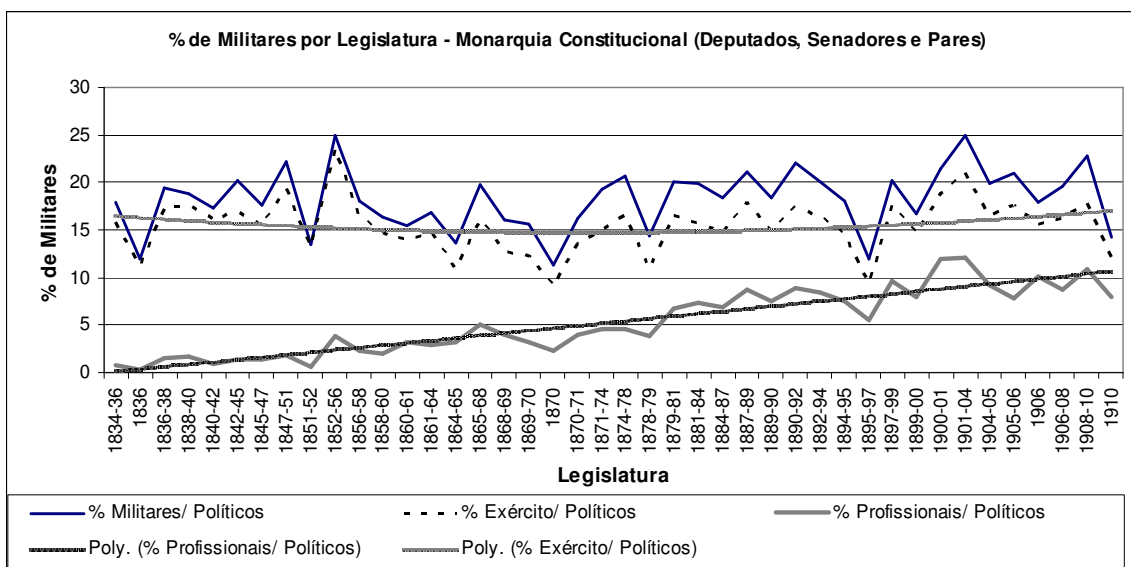


Figura 36: Evolução da Percentagem de Militares por Legislatura – Monarquia.

A análise global da evolução da participação de militares e militares do Exército nas Câmaras Monárquicas, nomeadamente a análise da sua tendência polinomial mostra que, salvo um ligeiro decréscimo dos anos centrais ao período, que começa a regredir de forma mais demarcada na legislatura de 1895-97, a tendência é de estabilidade. À medida que nos afastamos de uma mudança de regime político ela tende a decrescer (ainda que aqui muito ligeiramente), quando nos aproximamos, ela tende a aumentar.

Os militares profissionais estão em crescendo regular pelo já referido efeito de evolução da institucionalização do Ensino Militar que, em 1901 culmina, como vimos, no estabelecimento de precedências para oficiais formados por essas Escolas face aos restantes, e em 1911 no estabelecimento da regra do acesso ao oficialato apenas mediante conclusão da formação superior militar que ministram.

A colocação dos números da I República face aos da Monarquia Constitucional revela que, longe de um recuo, aquele período histórico corporizou um aumento da participação dos militares na política e do peso dos militares profissionais políticos face aos não profissionais, o que não deixa de continuar as tendências do fim da Monarquia.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	1911-15	1915-17	1918-19	1919-21	1921-22	1922-25	1925-26
Militares	72	65	60	57	54	70	53
Militares do Exército	49	48	48	48	43	58	42
Militares da Armada	23	17	12	9	11	12	11
Militares da Força Aérea	0	0	0	0	0	0	0
Militares Profissionais Políticos	32	32	35	32	24	41	26
Total de Políticos da Legislatura	274	236	225	240	212	241	231
% Militares/ Políticos	26,3%	27,5%	26,7%	23,8%	25,5%	29,0%	22,9%
% Exército/ Políticos	17,9%	20,3%	21,3%	20,0%	20,3%	24,1%	18,2%
% Profissionais/ Políticos	11,7%	13,6%	15,6%	13,3%	11,3%	17,0%	11,3%

Figura 37: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1911-26).

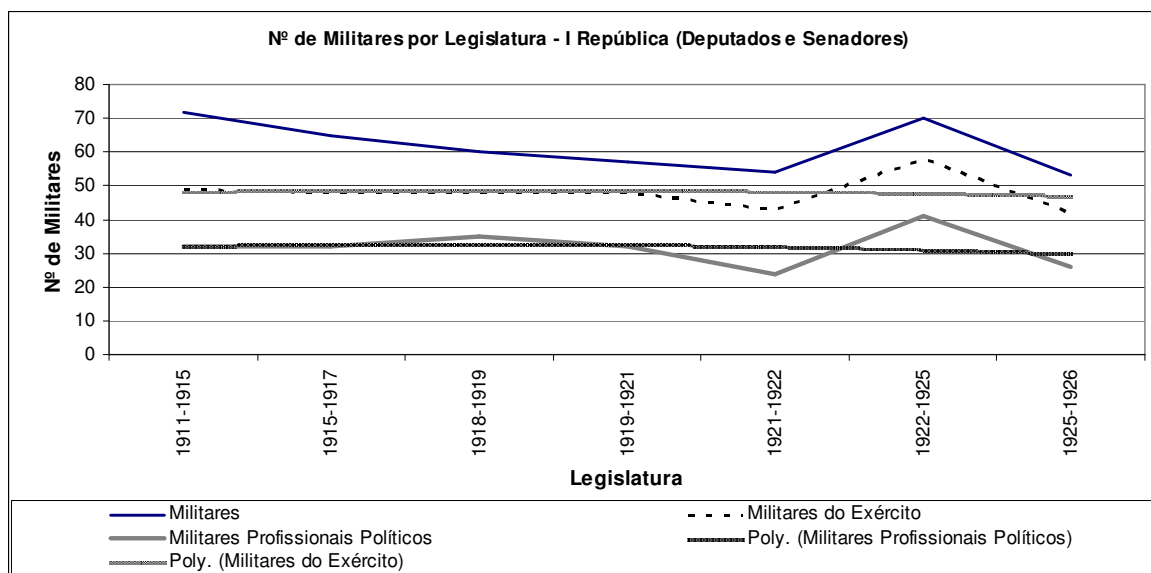


Figura 38: Evolução do Número de Militares por Legislatura – I República.

Apesar de ocorrerem os pequenos recuos em fins da I República já referidos e contrariados pela legislatura de 1922-25, apenas a partir do fim da República ocorre a queda sistemática do número de militares e de militares profissionais que assumem cargos políticos nas Câmaras.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

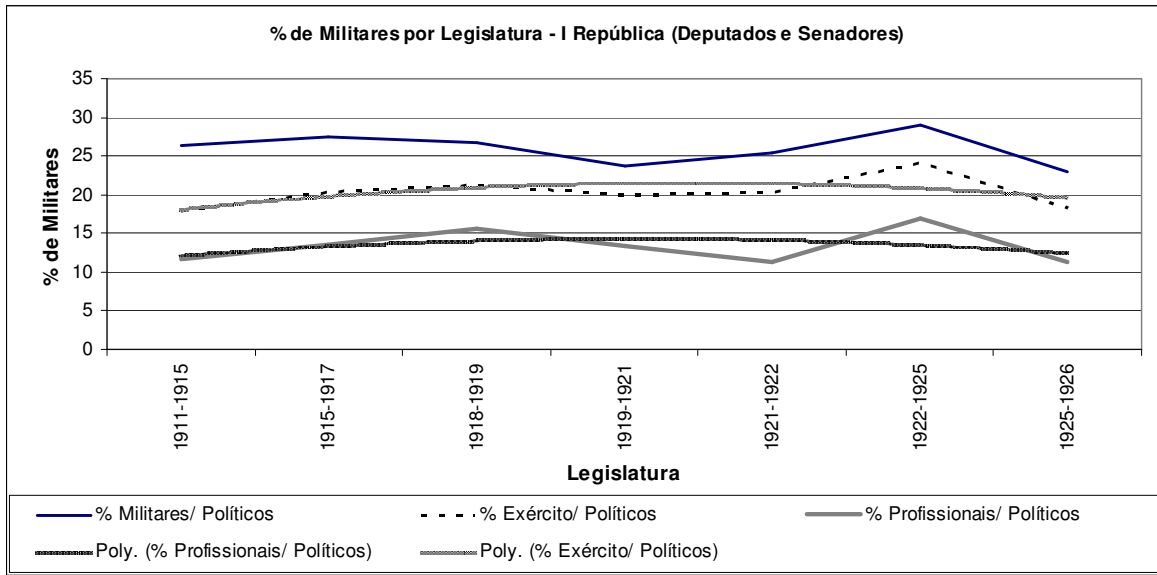


Figura 39: Evolução da Percentagem de Militares por Legislatura – I República.

	1935-38	1938-42	1942-45	1945-49	1949-53	1953-57	1957-61	1961-65	1965-69
Militares	34	33	24	29	38	30	30	26	20
Militares do Exército	29	27	19	23	28	22	17	14	11
Militares da Armada	5	6	5	6	10	6	12	8	8
Militares da Força Aérea	0	0	0	0	0	2	1	4	1
Militares Profissionais Políticos	19	16	13	19	20	16	16	12	9
Total de Políticos da Legislatura	199	207	206	255	254	277	359	353	351
% Militares/ Políticos	17,1%	15,9%	11,7%	11,4%	15,0%	10,8%	8,4%	7,4%	5,7%
% Exército/ Políticos	14,6%	13,0%	9,2%	9,0%	11,0%	7,9%	4,7%	4,0%	3,1%
% Profissionais/ Políticos	9,5%	7,7%	6,3%	7,5%	7,9%	5,8%	4,5%	3,4%	2,6%

Figura 40: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1935-69).

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	1969-73	1973-74
Militares	22	17
Militares do Exército	13	9
Militares da Armada	7	8
Militares da Força Aérea	2	1
Militares Profissionais Políticos	12	9
Total de Políticos da Legislatura	384	410
% Militares/ Políticos	5,7%	4,1%
% Exército/ Políticos	3,4%	2,2%
% Profissionais/ Políticos	3,1%	2,2%

Figura 41: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1969-74).

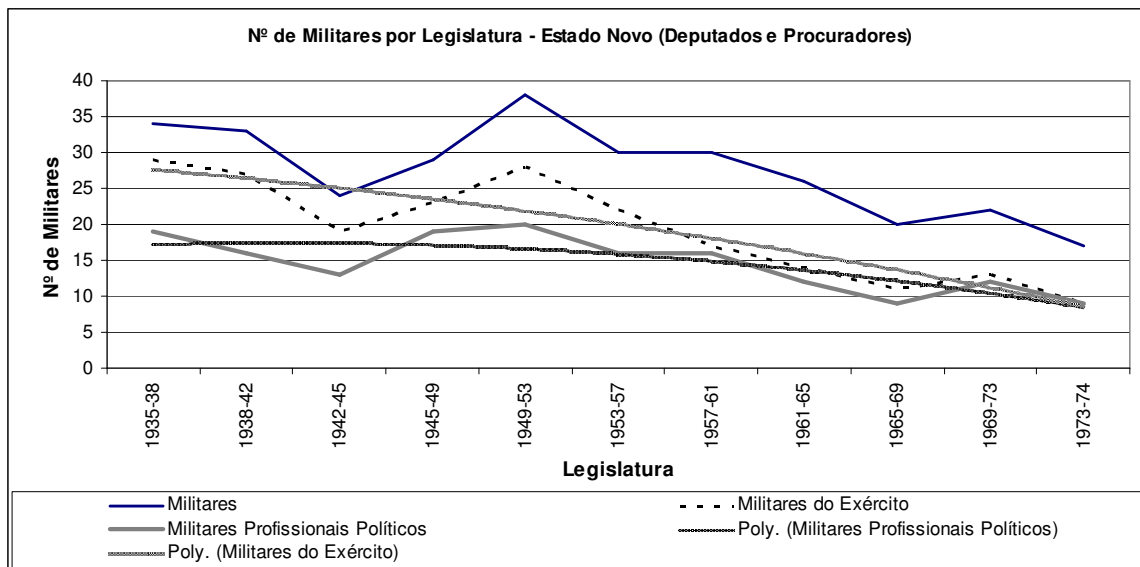


Figura 42: Evolução do Número de Militares por Legislatura – Estado Novo.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

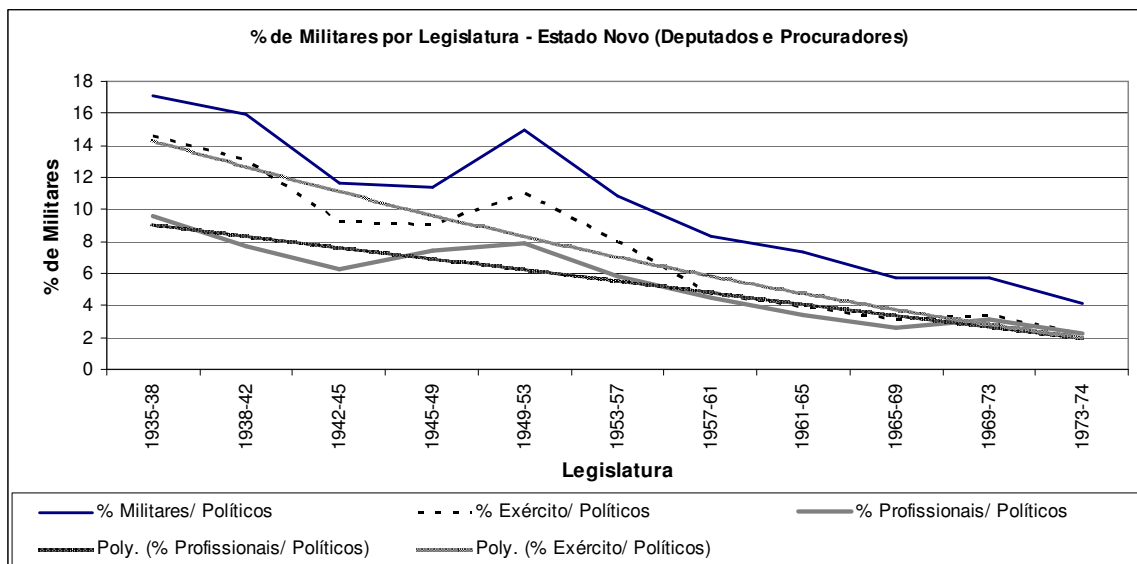


Figura 43: Evolução da Percentagem de Militares por Legislatura – Estado Novo.

O Estado Novo reserva a tendência clara de regressão do número de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército na classe política, que apenas é contrariada pelas legislaturas contemporâneas à II Guerra Mundial, não obstante a não participação portuguesa. Essa variação foi contudo menos acentuada no caso dos militares profissionais que resistiram pois melhor a esse efeito, ainda que globalmente se tenham afastado da política a um ritmo médio inferior ao da totalidade de militares do Exército.

Uma visão global da evolução do número de militares nas Câmaras durante todo o período estudado demonstra que a I República registou os valores mais altos de participação militar quer profissional quer não profissional.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

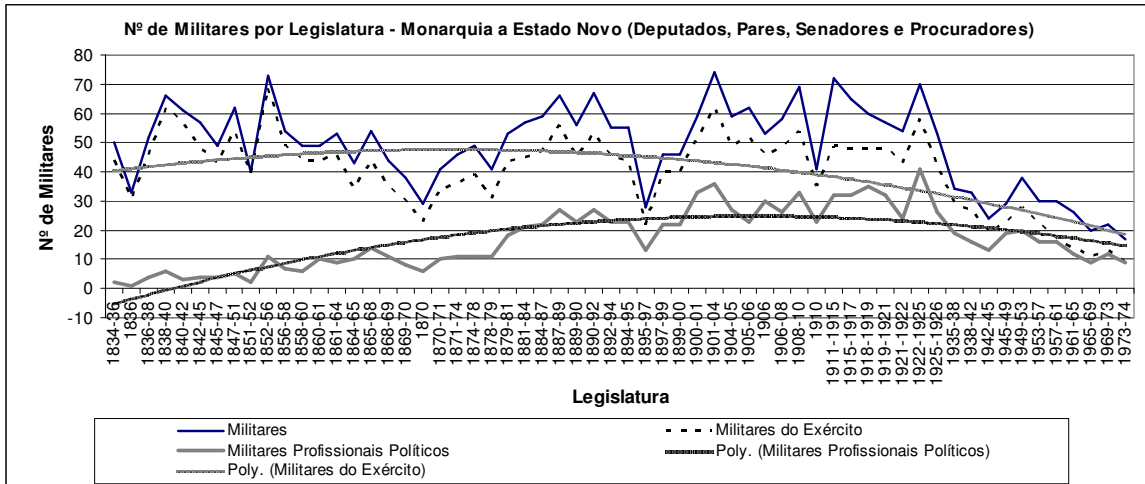


Figura 44: Evolução do Número de Militares por Legislatura – Monarquia Estado Novo.

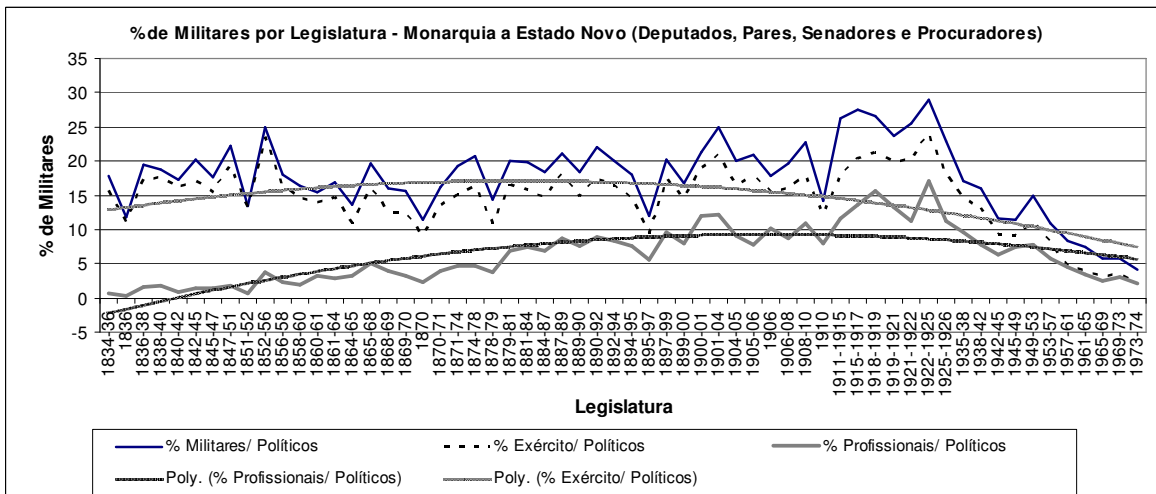


Figura 45: Evolução da Percentagem de Militares por Legislatura – Monarquia Estado Novo.

O acompanhamento da evolução das taxas de participação política de profissionais face a não profissionais evidencia não se notar neste tipo de análise um recuo mais pronunciado do afastamento dos militares profissionais da política do que o que ocorre a propósito dos militares não profissionais.

Evolução da Participação Política no Governo.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

A análise da evolução da participação de militares no governo evidencia mais uma vez que a I República se integra globalmente num quadro expansionista da participação política militar e militar profissional, e não num quadro regressivo. Este facto torna-se mais aparente ao considerar-se a Ditadura Militar (que não incluiu actividade política em Câmaras).

Enquanto que a Monarquia recrutou 37,9% de militares para os seus governos, a I República recrutou 49,4% e a Ditadura Militar 58,3%. Os 21,0% do Estado Novo demonstram que, grosso modo, apenas a partir deste período se imprimiu um sentido regressivo a esta participação.

	Monarquia	I República	Ditadura Militar	Estado Novo
Militares governantes	77	120	35	17
Militares Exército	62	89	26	15
Militares profissionais governantes	23	65	20	10
Total Governo	203	243	60	81
% Militares governantes/ Total Governo	37,9%	49,4%	58,3%	21,0%
% Militares governantes Exército/ Total Governo	30,5%	36,6%	43,3%	18,5%
% Militares profissionais governantes/ Total Governo	11,3%	26,7%	33,3%	12,3%
Nº médio de militares por ano	1,0	8,0	3,9	0,4
Nº médio de militares do Exército por ano	0,8	5,9	2,9	0,4
Nº médio de militares profissionais por ano	0,3	4,3	2,2	0,3
Nº médio de políticos por ano	2,7	16,2	6,7	2,0

Figura 46: Quadro Resumo da Evolução do Número de Militares no Governo – Monarquia a Estado Novo.

A I República ficou ainda marcada por, embora tendo durado apenas 15 anos, se constituir no período histórico que reuniu o maior número absoluto de militares e de militares profissionais, e naquele que mais militares e militares profissionais recrutou, em média, por ano, para o cumprimento de funções governativas.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

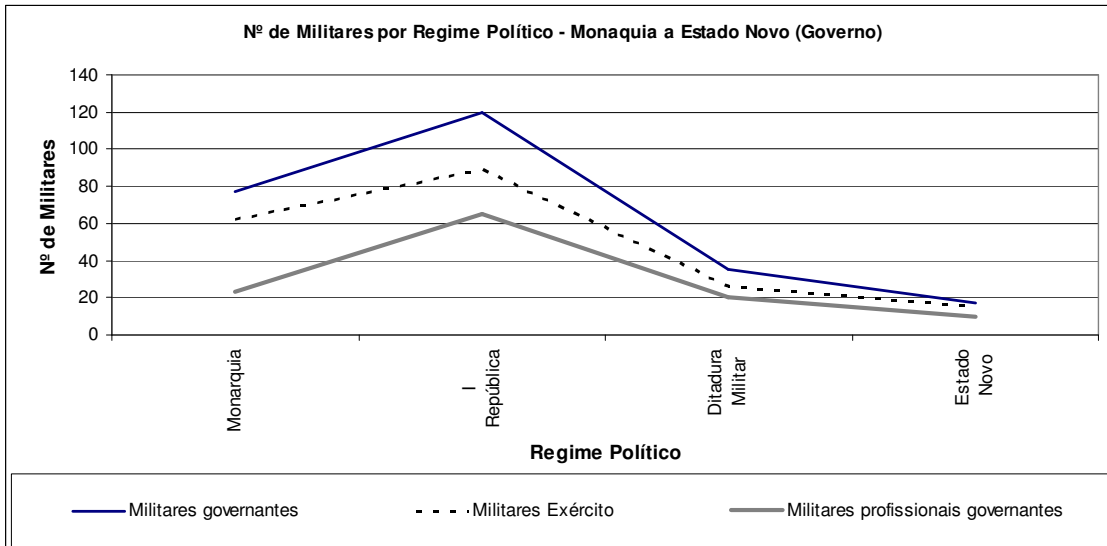


Figura 47: Evolução do Número de Militares no Governo – Monarquia a Estado Novo.

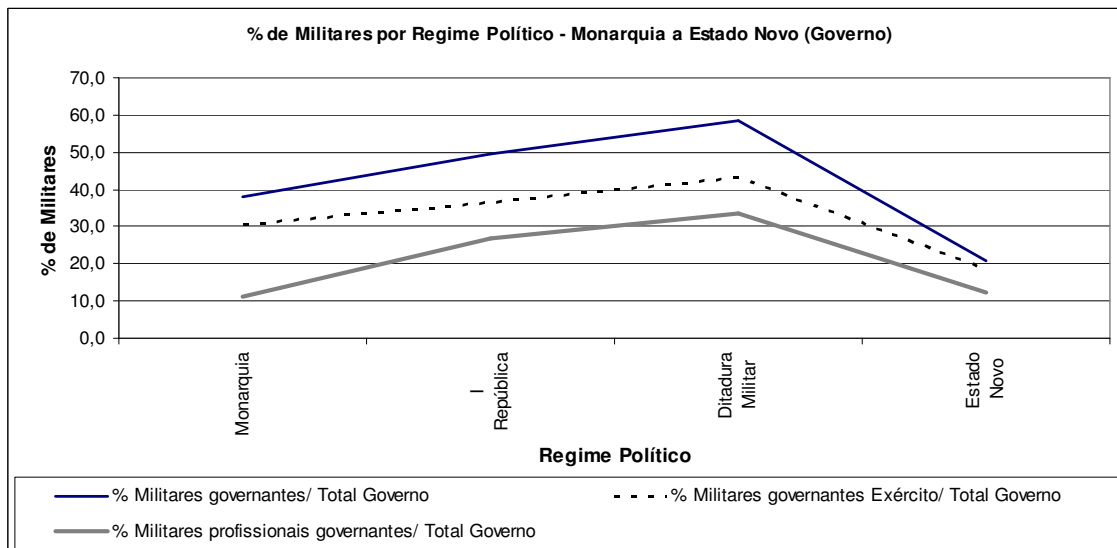


Figura 48: Evolução da Percentagem de Militares no Governo – Monarquia a Estado Novo.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

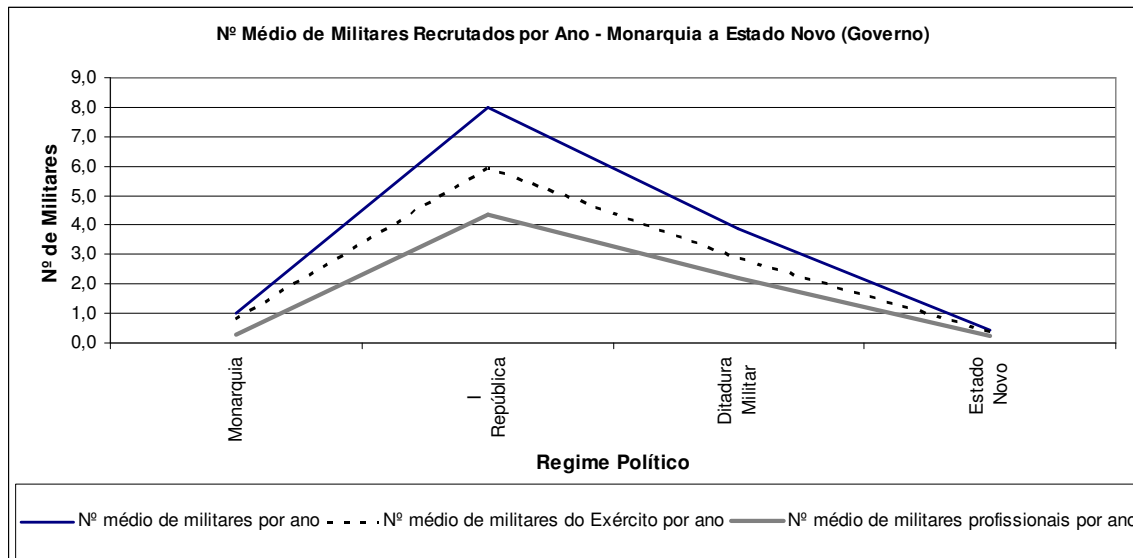


Figura 49: Evolução do Número Médio de Militares Recrutados para o Governo – Monarquia a Estado Novo.

Evolução Agregada da Participação Política no Governo e Câmaras.

A evolução agregada torna ainda mais notório o facto de a I República se alinhar no sentido do progressivo ganho de militares políticos, sentido que culmina na Ditadura Militar e que só com o Estado Novo regride.

A I República superioriza-me mesmo consideravelmente face a todos os restantes regimes, no que toca ao nº médio de militares, militares do Exército e militares profissionais do Exército que recrutou para o desempenho de cargos políticos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Monarquia	I República	Ditadura Militar	Estado Novo
Militares	2273	551	35	320
Militares Exército	1923	425	36	227
Militares profissionais	661	287	20	171
Total Governo	12221	1902	60	3336
% Militares governantes/ Total Governo	18,6%	29,0%	58,3%	9,6%
% Militares governantes Exército/ Total Governo	15,7%	22,3%	60,0%	6,8%
% Militares profissionais governantes/ Total Governo	5,4%	15,1%	33,3%	5,1%
Nº médio de militares por ano	29,9	36,7	3,9	8,0
Nº médio de militares do Exército por ano	25,3	28,3	4,0	5,7
Nº médio de militares profissionais por ano	8,7	19,1	2,2	4,3
Nº médio de políticos por ano	160,8	126,8	6,7	83,4

Figura 50: Quadro Resumo da Evolução do Número de Militares no Governo e Câmaras – Monarquia a Estado Novo.

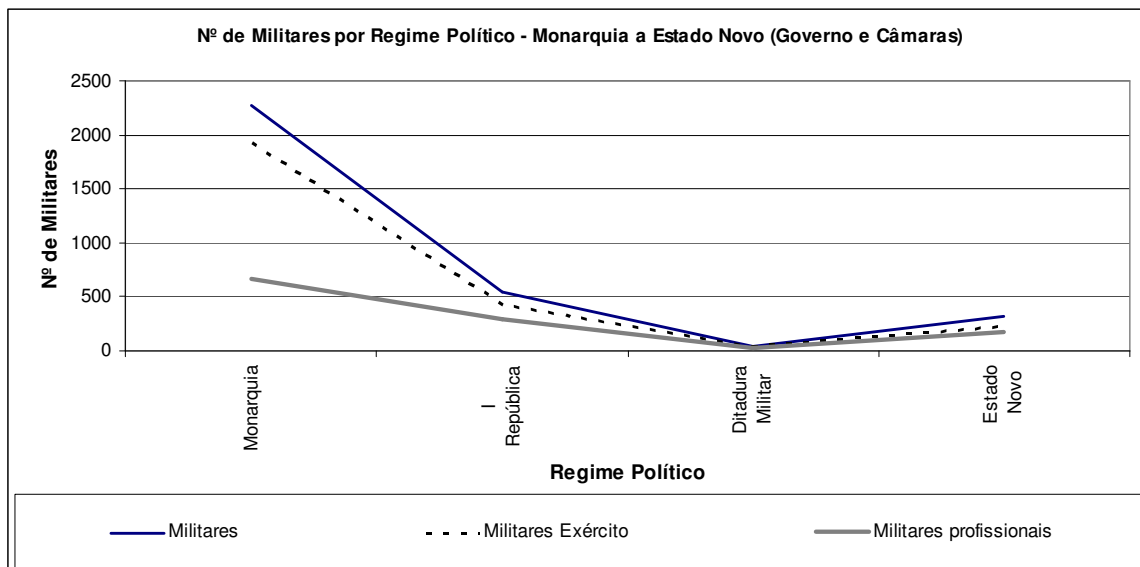


Figura 51: Evolução do Número de Militares no Governo e nas Câmaras – Monarquia a Estado Novo.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

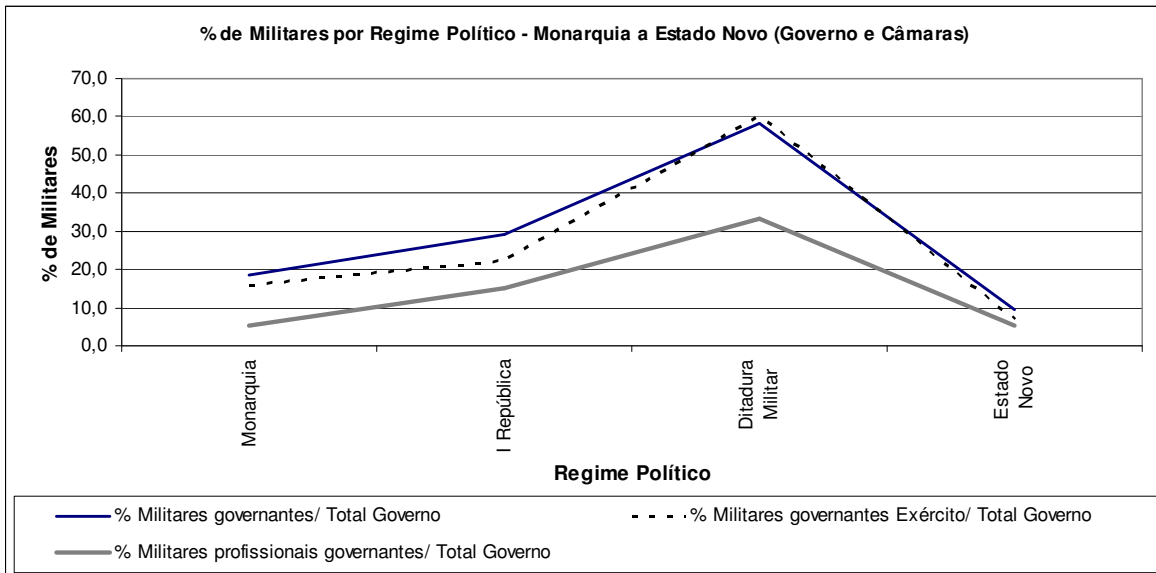


Figura 52: Evolução da Percentagem de Militares no Governo e nas Câmaras – Monarquia a Estado Novo.

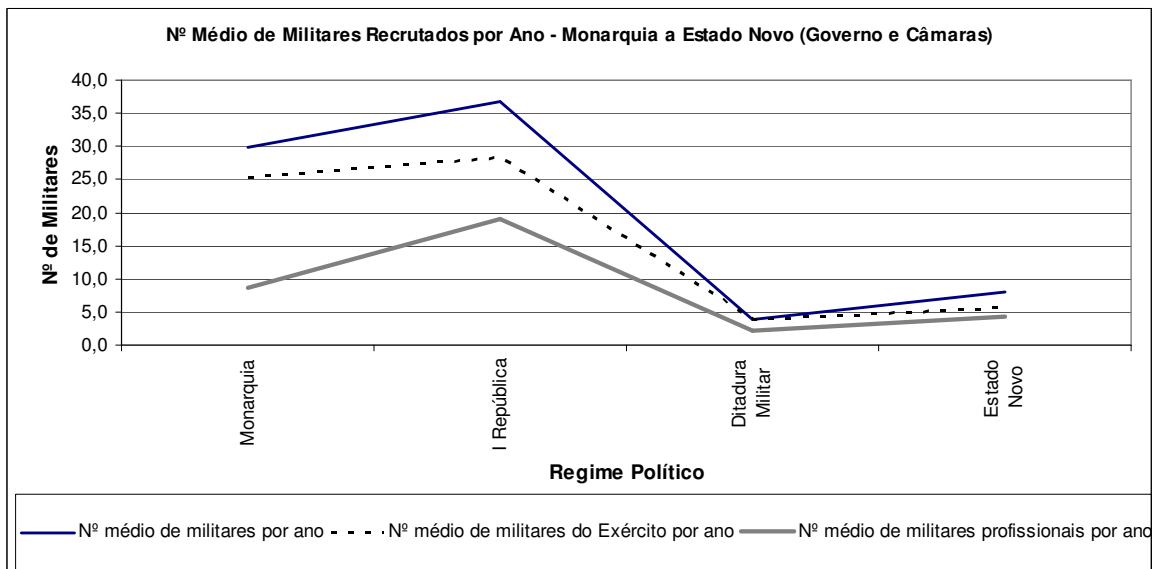


Figura 53: Evolução do Número Médio de Militares Recrutados para o Governo e Câmaras – Monarquia a Estado Novo.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

A queda regular do número de militares e de militares profissionais que esperaríamos ver, resultante da consolidação do profissionalismo, parece pois ocorrer, ainda que relativamente atrasada face à consolidação dos restantes traços do profissionalismo, e interrompida por fenómenos essencialmente decorrentes (imediate ou mediamente) das Guerras Mundiais.

Se olharmos com mais detalhe para a Ditadura Militar, nomeadamente para cada legislatura e para os dados percentuais, registamos que a tendência regressiva que se vai acentuar no Estado Novo, começou a formar-se já na Ditadura Militar, sendo o V e VI Governos os únicos a evoluir num sentido de incremento.

Se individualizarmos a progressão dos militares profissionais no Governo da Ditadura Militar e deduzirmos a linha de tendência tornar-se-á mais claro que o sentido evolutivo que se acentuou no Estado Novo, estava já a ocorrer na Ditadura Militar.

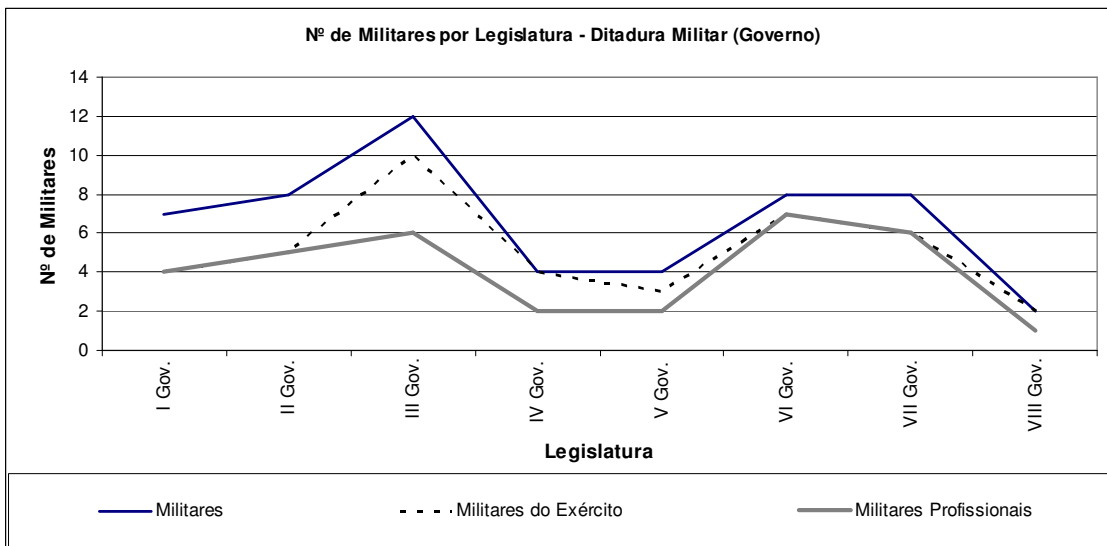


Figura 54: Evolução do Número de Militares Recrutados para o Governo na Ditadura Militar por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

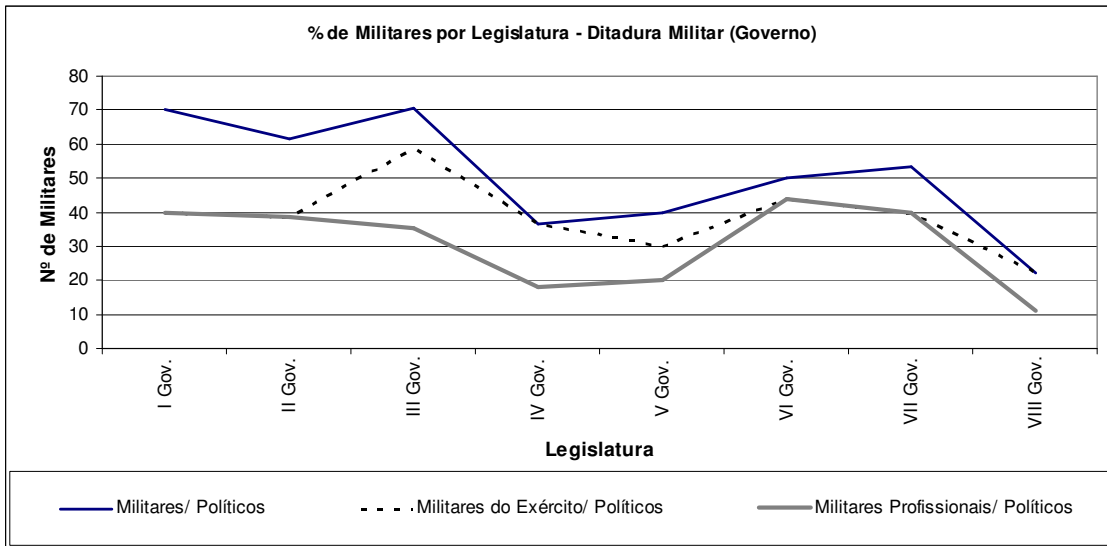


Figura 55: Evolução da Percentagem de Militares Recrutados para o Governo na Ditadura Militar por Legislatura.

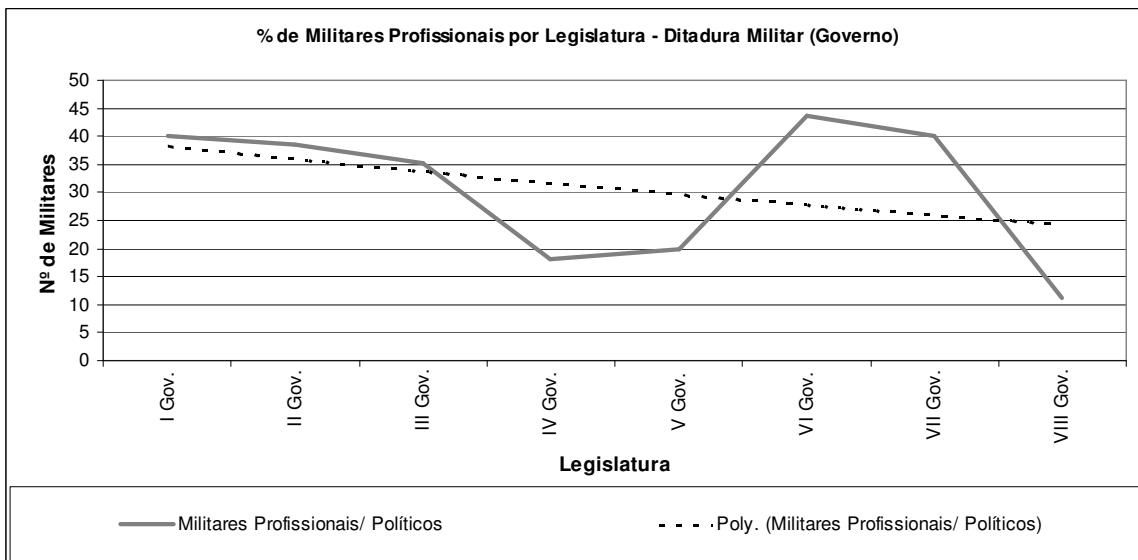


Figura 56: Evolução da Percentagem e da Tendência de Militares Profissionais Recrutados para o Governo na Ditadura Militar por Legislatura.

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Não havia aliás razão especial para da Ditadura Militar para o Estado Novo se registar uma mudança significativa de sentido evolutivo, dado este último regime decorrer daquele de forma natural e pacífica.

Faltar olhar, mesmo que brevemente para os efeitos do 25 de Abril de 1974 e da entrada na Democracia, tentando atestar da continuidade ou não da tendência de recuo do número de militares e militares profissionais no âmbito da classe política, que se acentuou no Estado Novo.

Estudos diversos têm analisado a proveniência profissional dos parlamentares e têm concluído pela irrelevância da proveniência militar nos recrutamentos para o Parlamento após o 25 de Abril (valores que se mantêm na ordem dos 0-1,5% de 1974 até hoje)²⁵⁵. Torna-se pois redundante uma análise mais detalhada a confirmar a tendência regressiva pós-Ditadura Militar nas Câmaras.

Já a participação no Governo exige mais detalhada verificação. A análise da evolução do número de militares, de militares do Exército e de militares profissionais do Exército recrutados para funções governativas após o 25 de Abril por legislatura, demonstra que a Revolução contribuiu para incrementar a percentagem de militares no Governo, nomeadamente no II e III Governos Provisórios, mas que, a partir desse momento, o número de militares no Governo entra em regressão, atingindo as médias do Estado Novo e retomando o decréscimo que tinha caracterizado o período anterior, sensivelmente a partir do V Governo Constitucional.

Assim como sucedeu com a I República e com a Ditadura Militar, após a mudança política, os militares tenderam a recuar em peso na classe política.

²⁵⁵ Ver por exemplo Freire, André R.L.N.S. (ed.); *Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*; STAPE/MAI; Lisboa; 2001

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

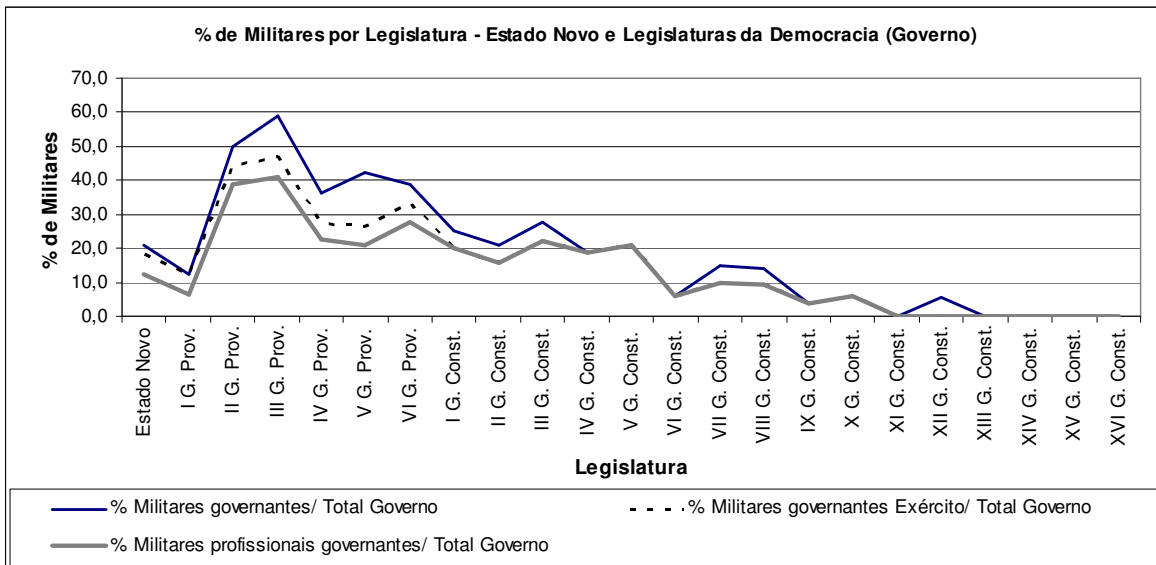


Figura 57: Evolução da Percentagem de Militares nas Legislaturas da Democracia comparadas com a Média do Estado Novo.

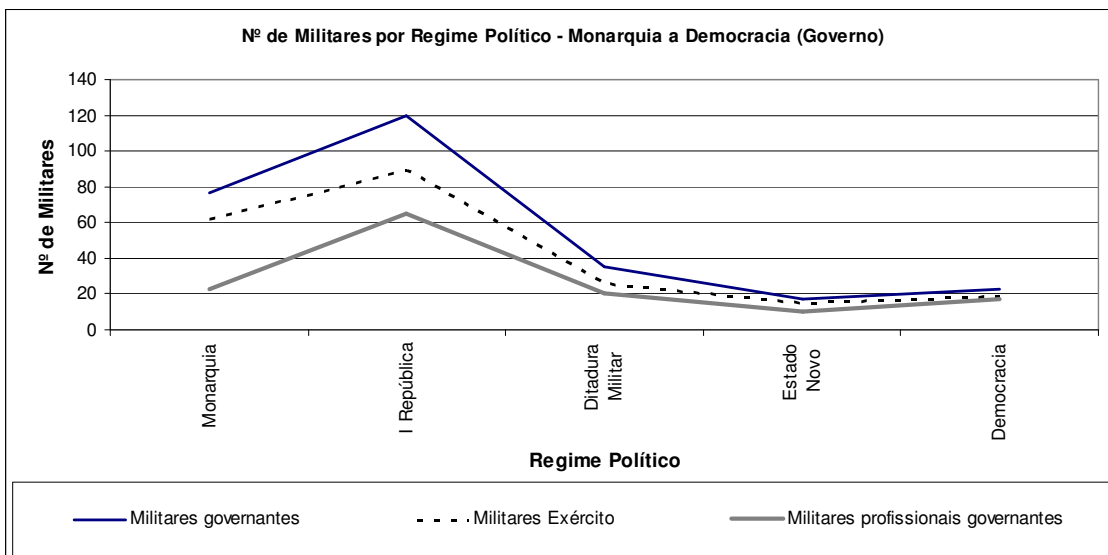


Figura 58: Evolução do Número de Militares no Governo por Regime – Monarquia a Democracia.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Analisando o número absoluto médio de militares e militares profissionais recrutados para o exercício de funções governativas da Monarquia à Democracia, verificamos que esse número regrediu regularmente da I República para o Estado Novo, experimentando um ligeiríssimo, quase desprezável, aumento do Estado Novo para a Democracia.

A análise percentual, mais indicada por ter em conta a dimensão total da classe governante dos períodos históricos (muito díspar na comparação directa dos regimes), mostra contudo que o peso de militares e militares profissionais se incrementou da Monarquia à Ditadura Militar, passando a regredir depois regularmente até aos dias de hoje. Mostra também que, nesta média global, os militares profissionais foram aumentando sistematicamente o seu contributo para os recrutamentos de militares do Exército durante todo o período.

Dado o tipo de análise, tem de se concluir que esse sentido tem mais a ver com a padronização das carreiras no acesso ao oficialato, nomeadamente à crescente verificação da regra da obrigatoriedade de passar pelas Escolas Militares, do que com a forma como evoluiu especificamente no período, a participação política de militares profissionais.

A análise combinada Governo-Câmaras chega a conclusões semelhantes.

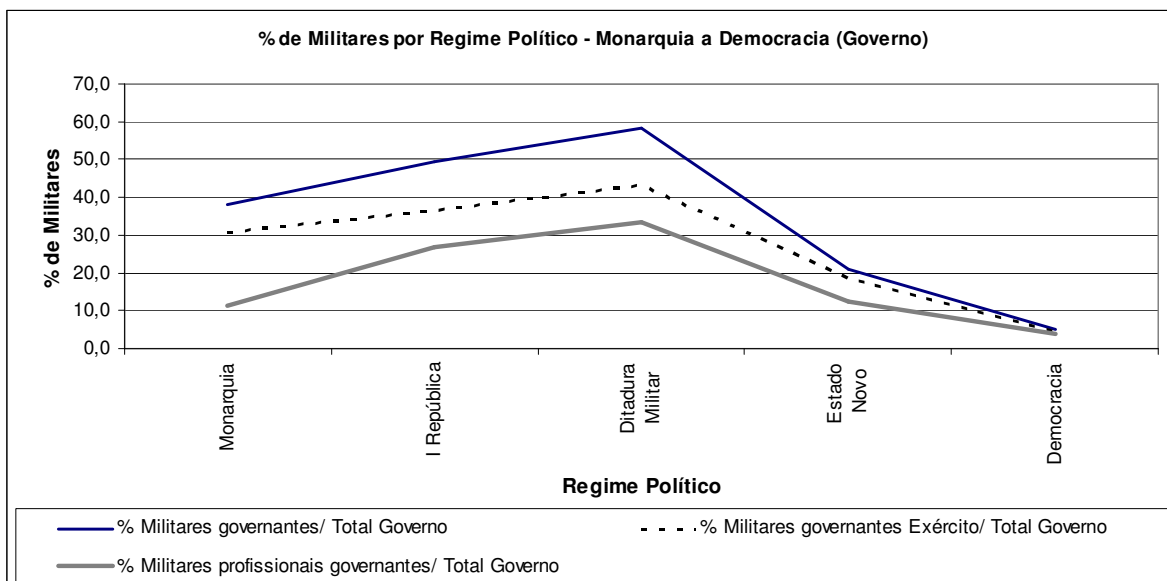


Figura 59: Evolução da Percentagem de Militares no Governo por Regime – Monarquia a Democracia.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

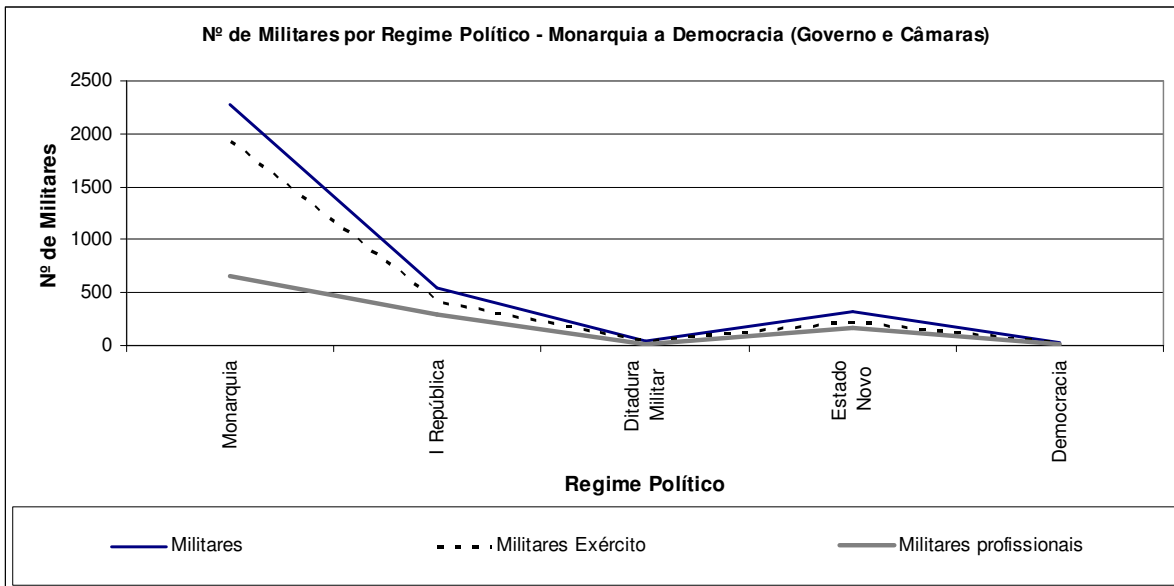


Figura 60: Evolução do Número de Militares no Governo e Câmaras por Regime – Monarquia a Democracia.

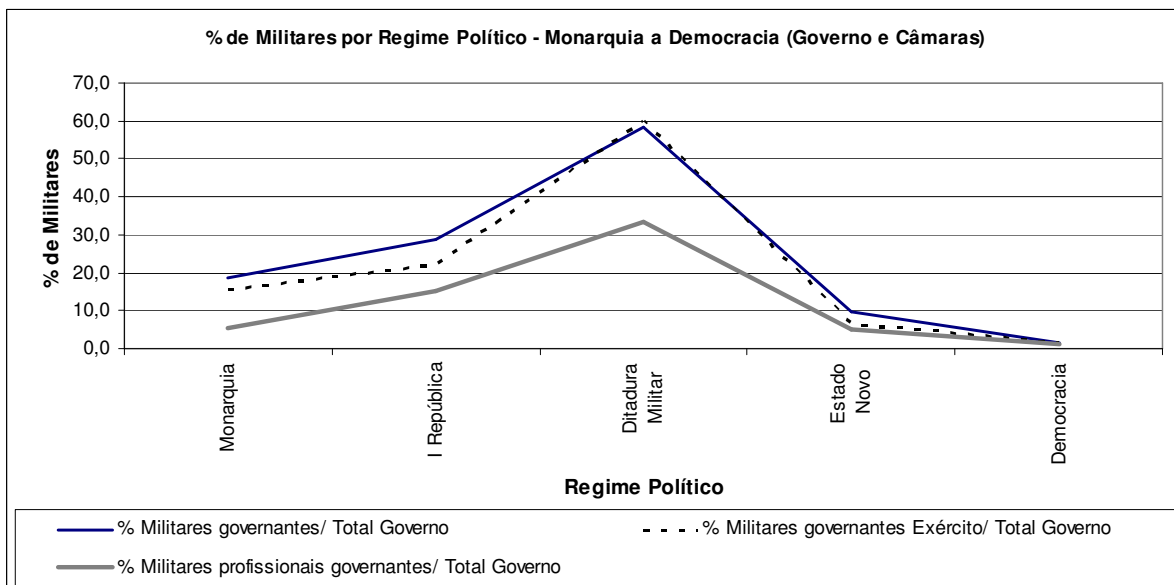


Figura 61: Evolução da Percentagem de Militares no Governo e Câmaras por Regime – Monarquia a Democracia.

No que respeita à evolução do peso dos militares e dos militares profissionais na classe política, é de destacar que:

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- No que respeita ao exercício de cargos políticos por militares nas Câmaras, a I República saldou-se por ser, no período estudado (1834-1974) caracterizada pelas mais elevadas taxas de recrutamento militar e de recrutamento de militares profissionais, só decaindo esse número significativamente a partir da entrada no Estado Novo;
- A consideração adicional do Governo (e portanto da Ditadura Militar, que aboliu as Câmaras) mostra que de facto, os acréscimos de participação política militar e profissional militar da I República se enquadram num crescendo de envolvimento militar com a coisa pública, que culmina, nos anos da Ditadura, com uma percentagem de 58,3% de políticos de ocupação militar;
- A regressão que se acentuará no Estado Novo começou contudo a ocorrer ainda nos últimos governos da Ditadura Militar. Globalmente, a tendência de evolução da participação política militar e militar profissional na Ditadura Militar é regressiva;
- Apesar de haver um incremento de militares e de militares profissionais governantes após o 25 de Abril, verifica-se que a partir dos IV/V Governo Constitucional, se retoma o caminho na retirada progressiva dos militares da política, que culmina presentemente na sua total erradicação.
- Todos os sentidos contrários à progressiva retirada dos militares e dos militares profissionais políticos que identificámos relacionam-se ou com a mudança não pacífica de regime político (Ditadura Militar e Estado Novo) ou com contemporaneidade das Guerras Mundiais (independentemente da participação).

2.4. Caracterização.

Caracterização Socio-Profissional dos Militares Profissionais.

No que respeita à naturalidade, os militares profissionais políticos caracterizaram-se por ser maioritariamente cidadãos (61,2%). Seguiram-se as proveniências de lugares (21,7%) e as de vilas (17,1%).

Os militares profissionais políticos foram mais cidadãos que os políticos (44,4%), que os militares profissionais (54,5%) e que os militares políticos não profissionais

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

(30,5%). A proveniência cidadina dos militares profissionais políticos face aos militares não profissionais políticos foi mesmo superior ao dobro (61,2% contra 30,5%).

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Cidade	79	61,2	10	66,7	18	30,5	363	42,7	40	44,4	1226	54,5	137	58,5
Vila	22	17,1	4	26,7	18	30,5	212	24,9	20	22,2	399	17,7	43	18,4
Lugar	28	21,7	1	6,7	23	39,0	275	32,4	30	33,3	624	27,7	54	23,1
Válidos	129	100,0	15	100,0	59	100,0	850	100,0	90	100,0	2249	100,0	234	100,0
Missings	10		0		8		130		6		13		3	

Figura 62: Caracterização por Nível Administrativo de Naturalidade.

A probabilidade dos militares profissionais políticos ascenderem à sua elite foi também directamente proporcional à grandeza do nível administrativo de naturalidade – quanto mais cidadãos maior a probabilidade dessa ascensão, quanto mais provenientes de lugares, menor essa possibilidade. Isto sucedeu igualmente no que toca ao recrutamento para as restantes elites consideradas: elite dos militares profissionais e elite política.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Açores	6	4,7	0	0,0	2	3,3	42	4,8	2	2,2	74	3,3	4	1,7
Angola	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0	20	0,9	4	1,7
Aveiro	5	3,9	0	0,0	2	3,3	46	5,3	5	5,4	49	2,2	1	0,4
Beja	3	2,3	1	6,7	2	3,3	30	3,5	2	2,2	62	2,7	3	1,3
Braga	3	2,3	0	0,0	1	1,7	34	3,9	3	3,3	83	3,7	12	5,1
Bragança	3	2,3	0	0,0	3	5,0	37	4,3	1	1,1	86	3,8	5	2,1
Brasil	1	0,8	0	0,0	0	0,0	7	0,8	2	2,2	3	0,1	1	0,4
Cabo Verde	1	0,8	0	0,0	0	0,0	7	0,8	1	1,1	12	0,5	2	0,8
Castelo Branco	2	1,6	1	6,7	1	1,7	25	2,9	4	4,3	79	3,5	6	2,5
Coimbra	3	2,3	0	0,0	3	5,0	44	5,1	3	3,3	96	4,2	8	3,4
EUA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Évora	4	3,1	2	13,3	2	3,3	29	3,3	4	4,3	56	2,5	6	2,5
Faro	10	7,8	2	13,3	2	3,3	37	4,3	4	4,3	114	5,0	14	5,9
Guarda	6	4,7	1	6,7	8	13,3	52	6,0	9	9,8	111	4,9	7	3,0
Guiana Inglesa	0	0,0	0	0,0	1	1,7	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Guiné	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,1	1	0,4
Índia	1	0,8	0	0,0	2	3,3	9	1,0	0	0,0	13	0,6	0	0,0
Itália	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Leiria	2	1,6	0	0,0	2	3,3	18	2,1	1	1,1	40	1,8	6	2,5
Lisboa	29	22,5	3	20,0	3	5,0	145	16,7	18	19,6	578	25,6	67	28,3
Macau	1	0,8	1	6,7	0	0,0	4	0,5	2	2,2	6	0,3	2	0,8
Madeira	6	4,7	1	6,7	4	6,7	27	3,1	3	3,3	64	2,8	1	0,4
Moçambique	1	0,8	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	11	0,5	1	0,4
Portalegre	5	3,9	0	0,0	1	1,7	22	2,5	2	2,2	61	2,7	12	5,1
Porto	15	11,6	1	6,7	6	10,0	99	11,4	10	10,9	211	9,3	20	8,4
Santarém	3	2,3	1	6,7	2	3,3	34	3,9	2	2,2	125	5,5	17	7,2
São Tomé	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,3	0	0,0	1	0,0	0	0,0
Suiça	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Timor	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	1	0,4
Viana do Castelo	6	4,7	1	6,7	1	1,7	27	3,1	3	3,3	54	2,4	8	3,4
Vila Real	6	4,7	0	0,0	6	10,0	36	4,1	6	6,5	121	5,3	18	7,6
Viseu	7	5,4	0	0,0	6	10,0	47	5,4	5	5,4	128	5,7	10	4,2
Válidos	129	100,0	15	100,0	60	100,0	868	100,0	92	100,0	2262	100,0	237	100,0
Missings	10		0		7		112		4		0		0	0
Lisboa	22,5%		20,0%		5,0%		16,7%		19,6%		25,6%		28,3%	
Porto	11,6%		6,7%		10,0%		11,4%		10,9%		9,3%		8,4%	
Resto do País	62,0%		66,7%		80,0%		67,6%		64,1%		62,1%		58,2%	
Colónias	3,1%		6,7%		3,3%		3,0%		3,3%		2,9%		4,6%	
Outros Países	0,8%		0,0%		1,7%		1,3%		2,2%		0,1%		0,4%	

Figura 63: Caracterização por Distrito de Naturalidade.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

As naturalidades do distrito de Lisboa face a outras foram sempre superiores entre militares formados pelas Escolas Militares. Os militares não profissionais caracterizaram-se por uma muito reduzida proveniência deste distrito. O facto da Escola Militar se situar em Lisboa, contribui para uma justificação natural desse facto.

À excepção da maior probabilidade dos provenientes de Colónias ascenderem à elite dos militares profissionais políticos, não se identifica uma considerável relação entre distrito de naturalidade e probabilidade acrescida de ascensão às elites. Há apenas uma ligeira tendência de maior proveniência lisboeta das elites.

No que respeita à filiação, analisámos a profissão do pai, a sua carreira militar e a sua carreira política.

Os militares profissionais políticos do Exército caracterizaram-se por serem na esmagadora maioria dos casos auto-recrutados militares, isto é, filhos de outros oficiais do Exército. Só metade dos militares políticos não profissionais foram auto-recrutados, sendo aí relevante ao invés, a profissão do pai de professor do Ensino Superior (15,0%), médico (10,0%), advogado (10,0%) e comerciante (10,0%).

O recrutamento dos militares profissionais políticos para a sua elite assim como dos militares profissionais para a sua elite foi sempre favorecido pelo auto-recrutamento militar.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Oficial do Exército	28	40,0	5	45,5	4	20,0	58	20,6	13	26,0	542	41,4	79	54,1
Farmacêutico Militar no Exército	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Sargento do Exército	1	1,4	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	61	4,7	12	8,2
Oficial da Armada	3	4,3	0	0,0	0	0,0	6	2,1	3	6,0	17	1,3	1	0,7
Sargento da Armada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,4	0	0,0
Abaixo de Sargento da Armada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	5	0,4	1	0,7
Proprietário	4	5,7	2	18,2	1	5,0	34	12,1	8	16,0	169	12,9	11	7,5
Agricultor, viticultor (associado a proprietário)	1	1,4	0	0,0	0	0,0	5	1,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Administrador de empresas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Diplomata/ embaixador/ cônsul	2	2,9	0	0,0	0	0,0	6	2,1	1	2,0	2	0,2	0	0,0
Alto funcionário público	2	2,9	1	9,1	0	0,0	6	2,1	1	2,0	2	0,2	0	0,0
Médio funcionário público	2	2,9	1	9,1	0	0,0	8	2,8	2	4,0	52	4,0	3	2,1
Baixo funcionário público	1	1,4	1	9,1	1	5,0	4	1,4	1	2,0	53	4,0	2	1,4
Médico	4	5,7	0	0,0	2	10,0	16	5,7	1	2,0	33	2,5	6	4,1
Advogado	6	8,6	1	9,1	2	10,0	36	12,8	7	14,0	18	1,4	2	1,4
Delegado ou sub-delegado do procurador régio, da República, etc.	0	0,0	0	0,0	1	5,0	9	3,2	3	6,0	11	0,8	3	2,1
Engenheiro (todas as engenharias)	3	4,3	0	0,0	0	0,0	7	2,5	2	4,0	6	0,5	3	2,1
Farmacêutico	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	1,2	1	0,7
Arquitecto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Juiz de Direito e outros na Alta Magistratura	3	4,3	0	0,0	1	5,0	17	6,0	1	2,0	5	0,4	1	0,7
Jornalista	0	0,0	0	0,0	1	5,0	5	1,8	1	2,0	0	0,0	0	0,0
Escritor/ poeta/ pedagogo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,1	1	2,0	0	0,0	0	0,0
Músico	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	3	0,2	0	0,0
Professor do Ensino Superior	4	5,7	0	0,0	3	15,0	11	3,9	1	2,0	5	0,4	1	0,7
Professor do Ensino Médio, Técnico e Industrial	1	1,4	0	0,0	0	0,0	2	0,7	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Director/ reitor do Ensino Médio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Professor Liceal	1	1,4	0	0,0	0	0,0	3	1,1	0	0,0	15	1,1	0	0,0
Professor primário	1	1,4	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	22	1,7	1	0,7
Comerciante (proprietário de estabelecimento)	2	2,9	0	0,0	2	10,0	16	5,7	1	2,0	82	6,3	6	4,1
Industrial (proprietário)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	1,4	0	0,0	3	0,2	1	0,7
Empresário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,7	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Contabilista/ Guarda-	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,3	0	0,0

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

livros														
Solicitador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Banqueiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Empregado de comércio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	19	1,5	2	1,4
Empregado de escritório	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,4	0	0,0
Técnico médio (nos seguros, banca, etc.)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Tipógrafo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,2	0	0,0
Barbeiro/ Cabeleireiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	0,7	0	0,0
Lavrador	0	0,0	0	0,0	1	5,0	6	2,1	1	2,0	42	3,2	2	1,4
Operário	1	1,4	0	0,0	1	5,0	5	1,8	1	2,0	4	0,3	1	0,7
Alfaiate	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	1	2,0	6	0,5	1	0,7
Escriturário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Pedreiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,3	2	1,4
Polícia Civil	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	0,7	0	0,0
Guarda Fiscal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12	0,9	1	0,7
Padeiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,2	0	0,0
Artífice/ Ourives	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Carpinteiro/ Marceneiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	0,6	1	0,7
Sapateiro/ Tamanqueiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	0,8	0	0,0
Chapeleiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Pintor de imagens/ desenhador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,2	1	0,7
Correio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Serralheiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,3	0	0,0
Caixeiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Relojoeiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,2	0	0,0
Capitalista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Topógrafo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Sangrador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Jornaleiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Torneiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Estofador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Pintor	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Cocheiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Fundidor	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Estucador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Cauteleiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Castrador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Criado de Servir	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,7
Carteiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Válidos	70	100,0	11	100,0	20	100,0	282	100,0	50	100,0	1309	100,0	146	100,0
Missings	69		4		47		754		50		955		91	

Figura 64: Caracterização por Profissão do Pai.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

A análise da classe social do pai mostra que os militares profissionais recrutados para o exercício de cargos políticos provinham mais da classe alta que os militares não profissionais políticos (+15,7%), que os políticos e a sua elite (+7,7% e +3,5% respectivamente), e que os militares profissionais e sua elite (+21,9% e +11,0% respectivamente).

Conclui-se também pela genérica maior probabilidade dos indivíduos filhos de pais de classe alta ascenderem às respectivas elites, o que é especialmente notório na ascensão de militares profissionais à elite dos militares profissionais (diferencial de 10,9%).

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Alta	60	85,7	9	81,8	14	70,0	220	78,0	41	82,0	835	63,8	109	74,7
Média	9	12,9	2	18,2	4	20,0	49	17,4	7	14,0	367	28,0	29	19,9
Baixa	1	1,4	0	0,0	2	10,0	13	4,6	2	4,0	107	8,2	8	5,5
Válidos	70	100,0	11	100,0	20	100,0	282	100,0	50	100,0	1309	100,0	146	100,0
Missings	69		4		47		754		50		955		91	

Figura 65: Caracterização por Classe Social do Pai.

Os militares profissionais políticos foram auto-recrutados políticos, isto é, filhos de pais políticos no Governo e Câmaras, em 12,9% dos casos. O facto de apenas 2,8% dos militares se encontrarem nessa situação, mostra como é relevante, no incremento da probabilidade de assumir cargos políticos, um militar profissional ser filho de um pai político. A comparação do auto-recrutamento político dos militares políticos profissionais com os políticos, demonstra ainda como o auto-recrutamento político dos militares políticos é relevante na caracterização deste grupo face ao dos restantes políticos.

Na ascensão à elite militar o auto-recrutamento político não é relevante, mas na ascensão às elites políticas é-o, ainda que pouco, quer analisemos a elite política, quer a elite dos militares profissionais políticos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Comparando o auto-recrutamento político dos políticos com o auto-recrutamento militar dos militares profissionais concluímos pela muito maior tendência de auto-reprodução da classe militar face à política. Concluímos no entanto também que o auto-recrutamento militar não prediz a participação política, mas o auto-recrutamento político sim.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	18	12,9	2	13,3	4	6,0	91	9,3	13	13,5	64	2,8	4	1,7
Não	121	87,1	13	86,7	63	94,0	889	90,7	83	86,5	2198	97,2	233	98,3
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0	2262	100,0	237	100,0
Missings	0		0		0		0		0		0		0	

Figura 66: Caracterização por Dimensão do Auto-Recrutamento Político.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Deputado	16	11,4	1	6,7	3	4,5	77	7,9	11	11,5	48	2,1	4	1,7
Senador	1	0,7	0	0,0	1	1,5	8	0,8	2	2,1	12	0,5	1	0,4
Ministro	2	1,4	0	0,0	0	0,0	14	1,4	1	1,0	17	0,8	1	0,4
Par do Reino	4	2,9	0	0,0	1	1,5	16	1,6	0	0,0	11	0,5	0	0,0
Governador Civil	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	0,7	2	2,1	6	0,3	0	0,0
Governador de Colónias	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	1	1,0	4	0,2	0	0,0
Outros	1	0,7	1	6,7	0	0,0	5	0,5	1	1,0	15	0,7	1	0,4
Válidos	140		15		66		980		96		2262		237	
Missings	0		0		0		0		0		0		0	

Figura 67: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Político: Cargos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)	Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)	Militares Não Profissionais Políticos (Exército)	Políticos	Elite Políticos	Militares Profissionais	Elite Militares Profissionais
	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
Deputado	2,8	1,0	3,0	3,7	2,6	2,7	1,5
Válidos	16	1	3	77	11	48	4
Missings	0	0	0	0	0	0	0

Figura 68: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Político: Número Médio de Mandatos de Deputado do Pai Político.

Especificando o auto-recrutamento militar, verifica-se que o auto-recrutamento de pais profissionais militares (em comparação com o de pais não profissionais militares) não só não facilita a ascensão às elites, como trava. Verifica-se também que foi mais provável a entrada na carreira política de filhos de militares não profissionais, que de militares profissionais.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos (base filhos de militares apenas)		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Profissional (Academia)	11	39,3	0	0,0	1	25,0	12	37,5	1	14,3	323	59,6	41	51,9
Não Profissional	17	60,7	5	100,0	3	75,0	20	62,5	6	85,7	219	40,4	38	48,1
Válidos	28	100,0	5	100,0	4	100,0	32	100,0	7	100,0	542	100,0	79	100,0
Missings	0		0		0		0		0		0		0	

Figura 69: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Militar: Profissionalismo do Pai Militar.

No que respeita ao posto mais alto alcançado pelo pai militar profissional, conclui-se que a chegada pelo pai ao oficialato general não foi preditora relevante da

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

ascensão dos militares profissionais à sua elite (não obstante os filhos de generais tenham entrado na elite política acima da média), nem do recrutamento para o exercício de cargos políticos.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
General	1	9,1	0	0,0	0	0,0	1	8,3	0	0,0	51	15,8	8	19,5
Brigadeiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Coronel	5	45,5	0	0,0	0	0,0	5	41,7	0	0,0	135	41,8	14	34,1
Tenente-Coronel	2	18,2	0	0,0	1	100,0	3	25,0	1	100,0	23	7,1	4	9,8
Major	1	9,1	0	0,0	0	0,0	1	8,3	0	0,0	25	7,7	1	2,4
Capitão	2	18,2	0	0,0	0	0,0	2	16,7	0	0,0	65	20,1	11	26,8
Tenente	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	17	5,3	1	2,4
Alferes	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	2,2	2	4,9
Válidos	11	100,0	0	0,0	1	100,0	12	100,0	1	100,0	323	100,0	41	100,0
Missings	0		0		0		0		0				0	
Oficiais-Generais	54,5		0,0		0,0		50,0		0,0		57,6		53,7	

Figura 70: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Militar: Posto mais Alto Alcançado pelo Pai Militar Profissional.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Administração Militar	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	1,2	0	0,0
Artilharia	2	18,2	0	0,0	0	0,0	2	16,7	0	0,0	79	23,7	8	19,5
Cavalaria	2	18,2	0	0,0	0	0,0	2	16,7	0	0,0	42	12,6	4	9,8
Engenharia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	39	11,7	2	4,9
Infantaria	7	63,6	0	0,0	1	100,0	8	66,7	1	100,0	166	49,8	27	65,9
Estado-Maior	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,9	0	0,0
Válidos	11	100,0	0	0,0	1	100,0	12	100,0	1	100,0	333	100,0	41	100,0
Missings	0		0		0		0		0		0		0	
Armas Técnicas	18,2		0,0		0,0		16,7		0,0		35,4		24,4	
Armas Tradicionais	100,0		0,0		100,0		100,0		100,0		86,2		95,1	
Armas Administ.	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		2,1		0,0	

Figura 71: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Militar: Arma.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

O recrutamento político de militares auto-recrutados militares ocorreu na maioria dos casos a filhos de oficiais de Infantaria. Os filhos de pais militares profissionais provenientes de Armas técnicas, especialmente de Engenharia, tiveram mais dificuldade em ascender à elite da sua profissão e em serem recrutados para a política.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	9	6,5	2	13,3	2	3,0	61	6,2	12	12,5	274	12,1	24	10,1
Não	130	93,5	13	86,7	65	97,0	919	93,8	84	87,5	1988	87,9	213	89,9
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0	2262	100,0	237	100,0
Missings	0		0		0		0		0		0		0	

Figura 72: Caracterização por Ascendência Nobiliárquica.

A ascendência nobiliárquica não aumentou nem a probabilidade do recrutamento de militares profissionais para a política nem a ascensão dos militares profissionais à sua elite, provando ser esse factor pouco relevante na explicação desses processos. O sucesso na carreira política foi contudo já influenciado por essa distinção social, dado que a elite política contou com 12,5% de indivíduos com ascendência nobiliárquica, contra os 6,2% dos políticos, e a elite dos militares profissionais políticos contou com 13,3% desses indivíduos, contra 6,5% dos militares profissionais políticos.

Não obstante a ascendência nobiliárquica se mostrar pouco influente no encarecimento da profissão militar, não deixa contudo de se verificar estarem os indivíduos com ascendência nobiliárquica desequilibradamente representados na ocupação militar face à política.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Duque	0	0,0	0	/	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Marquês	0	0,0	0	/	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	5,6	1	20,0
Conde	2	40,0	0	/	0	0,0	6	10,3	1	9,1	4	7,4	0	0,0
Visconde	0	0,0	0	/	0	0,0	5	8,6	0	0,0	1	1,9	0	0,0
Barão	0	0,0	0	/	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,9	0	0,0
Filho ou irmão de Duque ou Marquês	0	0,0	0	/	0	0,0	3	5,2	0	0,0	2	3,7	0	0,0
Filho ou irmão de Conde ou Visconde	3	60,0	0	/	0	0,0	16	27,6	5	45,5	17	31,5	1	20,0
Sobrinho ou Primo de Titular	2	40,0	0	/	2	100,0	22	37,9	4	36,4	8	14,8	1	20,0
Neto de titular	0	0,0	0	/	0	0,0	6	10,3	1	9,1	18	33,3	2	40,0
Válidos	5	140,0	0	/	2	100,0	58	100,0	11	100,0	54	100,0	5	100,0
Missings	4		2		0		3		1		274		19	
Titulares	40,0		0,0		0,0		19,0		9,1		14,8		20,0	

Figura 73: Caracterização por Tipo de Ascendência Nobiliárquica.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Liceus Centrais de Lisboa	9	14,8	2	16,7	3	15,0	26	15,2	7	16,3	491	22,9	48	21,7
Liceus Centrais do Porto	4	6,6	0	0,0	1	5,0	15	8,8	4	9,3	291	13,6	24	10,9
Liceus Centrais de Coimbra	4	6,6	0	0,0	2	10,0	17	9,9	5	11,6	275	12,8	10	4,5
Colégio Militar	19	31,1	5	41,7	3	15,0	23	13,5	6	14,0	398	18,5	68	30,8
Seminário	0	0,0	0	0,0	3	15,0	14	8,2	3	7,0	0	0,0	0	0,0
Casa Pia	1	1,6	0	0,0	0	0,0	4	2,3	1	2,3	0	0,0	0	0,0
Liceus de sede de distrito	19	31,1	4	33,3	6	30,0	45	26,3	9	20,9	585	27,2	64	29,0
Outros liceus e escolas preparatórias	3	4,9	1	8,3	2	10,0	19	11,1	5	11,6	112	5,2	7	3,2
Colégio de Campolide	2	3,3	0	0,0	0	0,0	6	3,5	2	4,7	0	0,0	0	0,0
Colégio Inglês	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	1,2	1	2,3	0	0,0	0	0,0
Válidos	61	100,0	12	100,0	20	100,0	171	100,0	43	100,0	2147	100,2	221	100,0
Missings	78		3		47		809		53		115		16	

Figura 74: Caracterização por Escola Preparatória Secundária.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Escola do Exército e congéneres, Lisboa	139	100,0	15	100,0	4	8,9	138	24,8	26	31,7	2262	100,0	237	100,0
Escola Naval, Lisboa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	37	6,6	9	11,0	0	0,0	0	0,0
Escola Politécnica, Lisboa	21	15,1	2	13,3	4	8,9	45	8,1	10	12,2	451	19,9	39	16,5
Academia Politécnica, Porto	6	4,3	1	6,7	1	2,2	19	3,4	3	3,7	101	4,5	15	6,3
Universidade de Coimbra	16	11,5	2	13,3	28	62,2	280	50,3	40	48,8	617	27,3	58	24,5
Escola Médico-Cirúrgica, Lisboa	0	0,0	0	0,0	13	28,9	46	8,3	5	6,1	0	0,0	0	0,0
Escola Médico-Cirúrgica, Porto	0	0,0	0	0,0	7	15,6	33	5,9	2	2,4	0	0,0	0	0,0
Escola Superior Colonial, Lisboa	7	5,0	1	6,7	2	4,4	16	2,9	1	1,2	6	0,3	0	0,0
Instituto Superior Técnico, Lisboa	0	0,0	0	0,0	2	4,4	3	0,5	1	1,2	212	9,4	28	11,8
Instituto de Agronomia e Veterinária, Lisboa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	2,0	0	0,0	36	1,6	4	1,7
Universidade de Lisboa	2	1,4	0	0,0	0	0,0	22	3,9	2	2,4	290	12,8	43	18,1
Universidade do Porto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	241	10,7	14	5,9
Seminários	0	0,0	0	0,0	1	2,2	14	2,5	1	1,2	0	0,0	0	0,0
Instituto Industrial e Comercial de Lisboa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	0,7	0	0,0
Instituto Industrial e Comercial do Porto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	83	3,7	4	1,7
Escola de Construções, Comércio e Indústria, Lisboa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	33	1,5	0	0,0
Instituto Profissional Pupilos do Exército	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12	0,5	0	0,0
Outras	5	3,6	2	13,3	4	8,9	43	7,7	8	9,8	49	2,2	0	0,0
Válidos	139	154,0	15	166,7	45	208,9	557	181,1	82	182,9	2262	194,9	237	186,5
Missings	0		0		22		423		14		0		0	

Figura 75: Caracterização por Escola Preparatória Superior.

A frequência do Colégio Militar assume-se como relevante na comparação dos diversos grupos em estudo. De facto, essa frequência foi um muito considerável preditor da ascensão dos militares profissionais à sua elite, da ascensão dos militares profissionais políticos à sua elite, e mesmo da distinção dos políticos em geral.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Foi também verdade que a frequência dessa escola preparatória predisps os alunos para virem mais tarde a assumir uma actividade política.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Medicina	0	0,0	0	0,0	37	57,8	146	19,9	13	14,3	0	0,0	0	0,0
Direito	4	3,6	0	0,0	7	10,9	284	38,6	30	33,0	0	0,0	0	0,0
Filosofia	4	3,6	1	6,7	5	7,8	28	3,8	3	3,3	0	0,0	0	0,0
Matemática	8	7,3	1	6,7	7	10,9	19	2,6	5	5,5	0	0,0	0	0,0
Teologia	0	0,0	0	0,0	5	7,8	19	2,6	2	2,2	0	0,0	0	0,0
Agronomia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15	2,0	2	2,2	0	0,0	0	0,0
Engenharias não Militares	0	0,0	0	0,0	9	14,1	33	4,5	12	13,2	0	0,0	0	0,0
Engenharia Militar	28	25,5	2	13,3	0	0,0	28	3,8	0	0,0	168	7,4	31	13,1
Arquitectura	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Química	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Economia/ Finanças	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ciências Físico-Químicas	1	0,9	0	0,0	0	0,0	11	1,5	1	1,1	0	0,0	0	0,0
Geografia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
História	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Farmácia	0	0,0	0	0,0	1	1,6	11	1,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Comércio	1	0,9	1	6,7	1	1,6	8	1,1	1	1,1	0	0,0	0	0,0
Letras	0	0,0	0	0,0	0	0,0	14	1,9	2	2,2	0	0,0	0	0,0
Administração Militar	4	3,6	2	13,3	0	0,0	17	2,3	2	2,2	297	13,1	8	3,4
Artilharia	38	34,5	5	33,3	0	0,0	42	5,7	6	6,6	577	25,5	76	32,1
Estado-Maior	21	19,1	3	20,0	2	3,1	23	3,1	8	8,8	29	1,3	14	5,9
Magistérios	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Medicina Veterinária	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Cavalaria	14	12,7	2	13,3	0	0,0	15	2,0	3	3,3	201	8,9	30	12,7
Curso Colonial	2	1,8	1	6,7	0	0,0	3	0,4	1	1,1	0	0,0	0	0,0
Marinha	0	0,0	0	0,0	0	0,0	60	8,2	8	8,8	0	0,0	0	0,0
Ciências Naturais	1	0,9	0	0,0	0	0,0	3	0,4	1	1,1	0	0,0	0	0,0
Infantaria	41	37,3	4	26,7	0	0,0	43	5,9	9	9,9	1019	45,0	92	38,8
Válidos	110	151,8	15	146,7	64	115,6	735	115,6	91	119,8	2262	100,0	237	100,0
Missings	29		0		3		245		15		0	0,0	0	

Figura 76: Caracterização por Curso Superior.

Apesar de ser filho de um oficial profissional de armas técnicas, nomeadamente de Engenharia, ter estado associado a perfis de sucesso profissional mais modestos, e a um baixo recrutamento para a actividade política, ser um oficial de arma técnica na I

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

República, contribuiu para uma maior probabilidade de se ascender à elite militar, ainda que não para se ascender à elite dos militares profissionais políticos. Durante a I República, são sempre as armas administrativas (Administração Militar e Estado Maior) que mais predispõem para o acesso à elite dos militares profissionais políticos.

Verifica-se pois que, à medida que o Exército progride na valorização das armas condizentes com os perfis profissionais de militar técnico e militar gestor, também a carreira política o faz.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais ²⁵⁶		Elite Militares Profissionais ²⁵⁷	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Oficial do Exército	139	100,0	15	100,0	31	46,3	170	11,7	30	18,2	2262	100,0	237	100,0
Sargento do Exército	0	0,0	0	0,0	1	1,5	2	0,1	1	0,6	0	0,0	0	0,0
Oficial da Armada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	59	4,0	10	6,1	0	0,0	0	0,0
Sargento da Armada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Proprietário	2	1,4	0	0,0	3	4,5	92	6,3	4	2,4	0	0,0	0	0,0
Agricultor, viticultor (associado a proprietário)	2	1,4	0	0,0	2	3,0	32	2,2	1	0,6	0	0,0	0	0,0
Administrador de empresas/ público	1	0,7	0	0,0	1	1,5	14	1,0	2	1,2	0	0,0	0	0,0
Diplomata/ embaixador/ cônsul	0	0,0	0	0,0	1	1,5	16	1,1	3	1,8	0	0,0	0	0,0
Alto funcionário público	0	0,0	0	0,0	0	0,0	19	1,3	3	1,8	0	0,0	0	0,0
Médio funcionário público	2	1,4	0	0,0	1	1,5	49	3,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Baixo funcionário público	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Médico	0	0,0	0	0,0	37	55,2	133	9,1	11	6,7	0	0,0	0	0,0
Advogado	2	1,4	1	6,7	2	3,0	188	12,9	22	13,3	0	0,0	0	0,0
Delegado ou sub-delegado do procurador régio, da República, etc.	0	0,0	0	0,0	1	1,5	115	7,9	9	5,5	0	0,0	0	0,0
Engenheiro (todas as engenharias)	4	2,9	0	0,0	1	1,5	42	2,9	6	3,6	0	0,0	0	0,0
Matemático	0	0,0	0	0,0	1	1,5	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Economista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Farmacêutico	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Arquitecto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0

²⁵⁶ De notar que estes dados não podem ser directamente comparados com os referentes aos restantes grupos, dado não estar disponível, acerca dos militares da I República, informação sobre outras ocupações detidas, mas apenas, a partir dos registos da Academia Militar, indicação dos que assumiram funções docentes nessa escola. Reunir informação acerca de outras actividades e de actividades docentes noutras escolas superiores ter-se-ia tornado demasiado laborioso e desnecessário face aos objectivos do trabalho.

²⁵⁷ Vide nota de rodapé anterior.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Historiador	0	0,0	0	0,0	1	1,5	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Juiz de Direito e outros na Alta Magistratura	0	0,0	0	0,0	2	3,0	55	3,8	7	4,2	0	0,0	0	0,0
Clérigo (sacerdote)	0	0,0	0	0,0	1	1,5	13	0,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Jornalista	4	2,9	0	0,0	2	3,0	78	5,4	7	4,2	0	0,0	0	0,0
Escritor/ poeta/ pedagogo	0	0,0	0	0,0	1	1,5	18	1,2	3	1,8	0	0,0	0	0,0
Músico	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Professor do Ensino Superior	28	20,1	4	26,7	13	19,4	115	7,9	30	18,2	18	0,8	11	4,6
Director/ reitor do Ensino Superior	0	0,0	0	0,0	2	3,0	4	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Professor do Ensino Médio, Técnico e Industrial	5	3,6	1	6,7	4	6,0	38	2,6	4	2,4	0	0,0	0	0,0
Director/ reitor do Ensino Médio	0	0,0	0	0,0	1	1,5	3	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Professor Liceal	5	3,6	0	0,0	8	11,9	77	5,3	8	4,8	0	0,0	0	0,0
Professor primário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	0,7	1	0,6	0	0,0	0	0,0
Inspector Escolar	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Comerciante (proprietário de estabelecimento)	1	0,7	0	0,0	1	1,5	26	1,8	1	0,6	0	0,0	0	0,0
Industrial (proprietário)	1	0,7	0	0,0	0	0,0	21	1,4	1	0,6	0	0,0	0	0,0
Empresário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contabilista/ Guarda-livros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Solicitador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Banqueiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Empregado de comércio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,4	1	0,6	0	0,0	0	0,0
Empregado de escritório	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Técnico médio (nos seguros, banca, etc.)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Tipógrafo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Barbeiro/ Cabeleireiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Lavrador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Operário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Canteiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Válidos	139	141,0	15	140,0	67	176,1	1457	100,0	165	100,0	2262	100,0	237	100,0
Missings	0		0		0				0		0			
Oficial do Exército	100,0		100,0		46,3		11,7		18,2		100,8		104,6	
Oficial das Forças Armadas	100,0		100,0		46,3		15,7		24,2		100,0		100,0	
Militar	100,0		100,0		47,8		16,0		24,8		100,0		100,0	

Figura 77: Caracterização por Profissão.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Alta	139	100,0	14	93,3	48	71,6	1107	76,0	139	84,2	2262	100,0	237	100,0
Média	0	0,0	1	6,7	19	28,4	341	23,4	26	15,8	0	0,0	0	0,0
Baixa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Válidos	139		15		67		1457		165		2262		237	
Missings	0		0		0		0		0		0		0	

Figura 78: Caracterização por Classe Social.

Quanto aos indicadores socio-profissionais, constata-se em síntese que:

- 1) Os militares profissionais políticos caracterizaram-se maioritariamente:
 - Por serem naturais de cidades (61,2%), nomeadamente de Lisboa (22,5%) e do Porto (11,6%);
 - Por serem filhos de oficiais do Exército (40,0%);
 - Por serem filhos de pais de classe social alta (85,7%);
 - Por terem pais não políticos (87,1%);
 - Por, quando auto-recrutados políticos serem filhos de deputados (11,4%) com uma média de 2,8 mandatos;
 - Por, quando auto-recrutados militares, terem pais oficiais não profissionais (60,7%);
 - Por, quando auto-recrutados militares profissionais, terem pais cujo posto mais alto alcançado foi o de Coronel (45,5%);
 - Por, quando auto-recrutados militares profissionais, terem pais que cursaram Infantaria (63,6%);
 - Por não terem ascendência nobiliárquica (93,6%);
 - Por fazerem a formação preparatória secundária no Colégio Militar (31,1%) e em liceus de sede de distrito (31,1%);
 - Por fazerem a formação preparatória superior na Escola Politécnica (15,1%) e na Universidade de Coimbra (11,5%);
 - Por terem cursado Artilharia (34,5%) e/ou Engenharia Militar (25,5%);

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- Por, quando cumulando outra ocupação, acumularem a de Professor do Ensino Superior (20,1%).
- 2) A probabilidade de um militar profissional ser recrutado para assumir cargos políticos aumentou com:
- A sua proveniência cidadina;
 - A classificação social do pai na classe alta;
 - O auto-recrutamento político;
 - A proveniência do pai oficial profissional de armas tradicionais, nomeadamente da Infantaria;
 - A frequência do Colégio Militar;
 - O cursar de Armas Técnicas.
- 3) A probabilidade de um militar profissional político ascender à elite dos militares profissionais políticos aumentou com:
- A sua proveniência cidadina;
 - O auto-recrutamento militar;
 - O auto-recrutamento político;
 - A ascendência nobiliárquica;
 - A frequência do Colégio Militar;
 - A acumulação da actividade de docente universitário.
- 4) A probabilidade de um militar profissional ascender à elite da profissão aumentou com:
- A sua proveniência cidadina;
 - O auto-recrutamento militar;
 - A classificação social do pai na classe alta;
 - A proveniência do pai oficial profissional de armas tradicionais, nomeadamente da Infantaria;
 - A frequência do Colégio Militar;
 - O cursar de Armas Técnicas.
- 5) 5- A probabilidade de um político ascender à elite política aumentou com:
- O auto-recrutamento militar;
 - A profissão do pai de Oficial do Exército e/ou Proprietário;
 - A classificação social do pai na classe alta;

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- O auto-recrutamento político;
- A ascendência nobiliárquica;
- A frequência da Escola do Exército;
- A ocupação de docente universitário;
- A classificação social na classe alta.

Uma análise transversal aos resultados da análise do perfil socio-profissional dos grupos considerados aponta para um facto relevante: à excepção dos auto-recrutamentos, todos os indicadores que indiciam um alto sucesso na carreira militar, indiciam também a entrada na carreira política.

Os dados discutidos sugerem também que quanto melhor a posição face aos indicadores que aumentam a probabilidade de se entrar na elite militar, maior a probabilidade de se fazer uma carreira política, isto é, a carreira política parece andar naturalmente aliada a carreiras militares de sucesso e a sua probabilidade sustentar-se directamente no desempenho militar.

A maior probabilidade de se recrutar um militar profissional para a carreira política ocorre pois quando se está em presença de um militar de sucesso na sua carreira que acumula o auto-recrutamento político.

Caracterização da Carreira Militar dos Militares Profissionais.

A análise da idade dos militares à data da primeira matrícula na Escola Militar mostra que quanto mais baixa, maior a probabilidade de o militar acender à elite militar, maior a probabilidade de ser recrutado para a política e maior probabilidade de ascender à elite dos militares profissionais políticos.

Seguindo a idade, o posto à data da matrícula mostra genericamente que, quanto mais baixo, maior a probabilidade de recrutamento para a política, ainda que, no que toca ao sucesso profissional, sejam os 1^{os} sargentos cadetes à data da matrícula os que mais ascendem à elite militar.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
≤ 18 anos	34	24,8	5	33,3	281	12,4	56	23,6
19 a 21	65	47,4	8	53,3	1103	48,8	140	59,1
> 21 anos	38	27,7	2	13,3	877	38,8	41	17,3
Média	20		20		21,2		19,8	
Válidos	137	100,0	15	100,0	2261	100,0	237	100,0
Missings	2		0		1		0	

Figura 79: Caracterização por Idade à Data da Primeira Matrícula na Escola Militar.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Civil	1	0,7	0	0,0	512	22,7	62	26,2
Soldado	78	56,1	5	33,3	820	36,3	78	32,9
2º Cabo	2	1,4	0	0,0	2	0,1	0	0,0
2º Cabo Miliciano	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0
1º Cabo	6	4,3	1	6,7	175	7,7	8	3,4
1º Cabo Miliciano	0	0,0	0	0,0	8	0,4	0	0,0
1º Grumete	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0
2º Sargento	12	8,6	2	13,3	68	3,0	5	2,1
2º Sargento Cadete	0	0,0	0	0,0	11	0,5	3	1,3
2º Sargento Miliciano	0	0,0	0	0,0	98	4,3	13	5,5
1º Sargento	0	0,0	0	0,0	5	0,2	0	0,0
1º Sargento Cadete	12	8,6	2	13,3	385	17,0	65	27,4
1º Sargento Aspirante	12	8,6	3	20,0	2	0,1	0	0,0
1º Sargento Miliciano	0	0,0	0	0,0	9	0,4	0	0,0
Aspirante a Oficial Miliciano	1	0,7	0	0,0	67	3,0	2	0,8
Alferes Aluno	14	10,1	2	13,3	0	0,0	0	0,0
Alferes Miliciano	1	0,7	0	0,0	92	4,1	1	0,4
Tenente Miliciano	0	0,0	0	0,0	4	0,2	0	0,0
Praça	86	61,9	6	40,0	1007	44,6	86	36,3
Sargento	37	26,6	7	46,7	645	28,5	88	37,1
Oficial	15	10,8	2	13,3	96	4,2	1	0,4
Quadro	137	98,6	15	100,0	1981	87,7	221	93,2
Miliciano	2	1,4	0	0,0	279	12,3	16	6,8
Válidos	139	100,0	15	100,0	2260	100,0	237	100,0
Missings	0				2			

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Figura 80: Caracterização por Posto à Data da Primeira Matrícula na Escola Militar.

A média final de curso foi directamente proporcional à probabilidade de ascensão à elite militar e à probabilidade de se ser recrutado para a carreira política. Não se verificou contudo que uma mais elevada média de final de curso previsse a chegada à elite dos militares profissionais políticos.

Se olharmos para o mérito académico medido pela distinção dos alunos como primeiros das suas classes, concluímos contudo que, apesar de média mais baixa, uma percentagem maior de alunos militares de mérito caracterizou a elite dos militares profissionais políticos face ao grupo dos militares profissionais políticos, provando-se assim em toda a linha a relação directa existente entre o mérito académico e o sucesso profissional e político.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
≤ 10 valores	7	5,1	1	7,1	135	6,0	2	0,8
11 a 13 valores	73	53,3	9	64,3	1849	81,8	175	73,8
> 13 anos valores	55	40,1	4	28,6	276	12,2	60	25,3
Média	13,15		12,84		11,99		12,68	
Válidos	135	98,5	14	100,0	2260	100,0	237	100,0
Missings	4		1		0		0	

Figura 81: Caracterização por Média Final de Curso Militar.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	55	40,1	7	50,0	407	18,0	65	27,4
Não	80	58,4	7	50,0	1855	82,0	172	72,6
Válidos	135	98,5	14	100,0	2262	100,0	237	100,0
Missings	4		1		0		0	

Figura 82: Caracterização por Distinção de Mérito no Curso Militar.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Os militares das Armas Técnicas foram os mais sobre-representados na elite da Profissão e no recrutamento para a elite política, mas não na ascensão à elite dos militares profissionais políticos. Neste caso, foram os militares de Estado-Maior e de Administração Militar quem melhor se desempenhou.

A ascensão dos militares profissionais políticos à sua elite correlacionou-se de perto com o sucesso profissional: quanto maior o posto alcançado, melhor o desempenho na carreira política, o que reforça a conclusão pela ligação lógica profunda entre as duas carreiras.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Administração Militar	7	5,1	2	10,5	4	6,9	297	13,1	8	3,4
Artilharia	38	27,5	5	26,3	6	10,3	577	25,5	76	32,1
Cavalaria	14	10,1	2	10,5	1	1,7	201	8,9	30	12,7
Engenharia	28	20,3	3	15,8	4	6,9	168	7,4	31	13,1
Infantaria	41	29,7	4	21,1	3	5,2	1019	45,0	92	38,8
Estado-Maior	10	7,2	3	15,8	2	3,4	29	1,3	14	5,9
Medicina	0	0,0	0	0,0	37	63,8	0	0,0	0	0,0
Farmacêutico	0	0,0	0	0,0	1	1,7	0	0,0	0	0,0
Eclesiástico	0	0,0	0	0,0	1	1,7	0	0,0	0	0,0
Válidos	138	100,0	19	100,0	58	101,7	2262	101,3	237	105,9
Missings	1		0		9		0		0	
Armas Técnicas	47,8		42,1		17,2		32,9		45,1	
Armas Tradicionais	67,4		57,9		17,2		79,4		83,5	
Armas Administrat.	12,3		26,3		10,3		14,4		9,3	

Figura 83: Caracterização por Curso/ Arma.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
General	36	26,1	7	46,7	3	4,6	72	3,3	72	30,4
Brigadeiro	4	2,9	1	6,7	0	0,0	61	2,8	61	25,7
Coronel	44	31,9	3	20,0	6	9,2	422	19,1	104	43,9
Tenente-Coronel	15	10,9	1	6,7	9	13,8	206	9,3	0	0,0
Major	15	10,9	2	13,3	9	13,8	202	9,1	0	0,0
Capitão	13	9,4	1	6,7	18	27,7	561	25,4	0	0,0
Tenente	7	5,1	0	0,0	10	15,4	339	15,3	0	0,0
Alferes	4	2,9	0	0,0	10	15,4	347	15,7	0	0,0
Válidos	138	100,0	15	100,0	65	100,0	2210	100,0	237	100,0
Missings	1		0		2		52		0	
Oficiais-Generais	60,9		73,3		13,8		25,1		100,0	

Figura 84: Caracterização por Posto mais Alto Alcançado.

O exercício de funções docentes nas Escolas Militares esteve de perto ligado ao sucesso profissional, à entrada na carreira política e ao sucesso na carreira política.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos		Militares Profissionais		Elite Militares Profissionais	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	25	18,0	4	26,7	2	3,0	30	3,1	8	8,3	18	0,8	11	4,6
Não	114	82,0	11	73,3	65	97,0	950	96,9	88	91,7	2244	99,2	226	95,4
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0	2262	100,0	237	100,0
Missings	0		0		0		0		0		0		0	

Figura 85: Caracterização por Exercício de Funções Docentes na Escola Militar.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Quanto aos indicadores de carreira militar, constata-se em síntese que:

- 1) Os militares profissionais políticos caracterizaram-se maioritariamente:
 - Por se matricularem nas Escolas Militares com 19 a 21 anos (47,4%) (média de 20 anos);
 - Por se matricularem com o posto de Soldado (56,1%) ou de Alferes Aluno (10,1%), e por pertencerem à classe de praça (61,9%);
 - Por terem uma média de curso de 11 a 13 valores (53,3%) (média de 13,15 valores);
 - Por não serem alunos de mérito em 59,9% dos casos;
 - Por cursarem Infantaria (29,7%), Artilharia (27,5%) e/ou Engenharia (20,3%);
 - Por alcançarem o posto mais alto de Coronel (31,9%) ou General (26,1%);
 - Por não serem Professores nas Escolas Militares (82,0%).
- 2) A probabilidade de um militar profissional ser recrutado para assumir cargos políticos aumentou com:
 - A idade de matrícula na Escola Militar abaixo da média;
 - A matrícula na Escola Militar na classe de praça;
 - O alto mérito académico;
 - A pertença a Armas Técnicas, nomeadamente a Engenharia;
 - O assumir de funções docentes nas Escolas Militares.
- 3) A probabilidade de um militar profissional político ascender à elite dos militares profissionais políticos aumentou com:
 - A idade de matrícula na Escola Militar abaixo da média;
 - A matrícula na Escola Militar na classe de sargento;
 - O alto mérito académico;
 - A pertença a Armas Administrativas, nomeadamente o Estado-Maior e a Administração Militar;
 - O assumir de funções docentes nas Escolas Militares.
- 4) A probabilidade de um militar profissional ascender à elite da sua profissão aumentou com:
 - A idade de matrícula na Escola Militar abaixo da média;

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- A matrícula na Escola Militar na classe de sargento;
- O alto mérito académico;
- A pertença às Armas de Artilharia, Cavalaria ou Engenharia;
- O assumir de funções docentes nas Escolas Militares.

Caracterização da Carreira Política dos Militares Profissionais.

Quanto à carreira política verificou-se que quanto mais baixa a idade do primeiro mandato, maior a probabilidade de se ascender à elite política e à elite dos militares profissionais políticos. Assim como sucedia com a carreira militar, esse facto decorre essencialmente do simples facto de estar disponível para o indivíduo que inicia carreiras cedo, muito mais tempo para progressão.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
≤ 34 anos	31	22,3	5	33,3	23	34,3	277	30,7	34	35,4
35 a 45	55	39,6	3	20,0	24	35,8	341	37,8	35	36,5
> 45 anos	53	38,1	7	46,7	20	29,9	283	31,4	27	28,1
Média	43,00		42,00		40,00		41,00		39,80	
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	901	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		79		0	

Figura 86: Caracterização por Idade à Data do Primeiro Mandato Político.

À data do primeiro mandato, a maioria dos militares profissionais políticos tinham o posto de capitão, apenas 24,5% tinham já ascendido ao oficialato general. Os militares profissionais políticos que alcançaram a sua elite iniciaram a carreira política na maioria dos casos como tenente (o que é congruente com a média de idade mais baixa).

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
General	9	6,5	2	13,3	1	1,5
Brigadeiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Coronel	25	18,0	1	6,7	3	4,6
Tenente-Coronel	26	18,7	3	20,0	3	4,6
Major	18	12,9	2	13,3	9	13,8
Capitão	38	27,3	2	13,3	26	40,0
Tenente	18	12,9	5	33,3	12	18,5
Alferes	5	3,6	0	0,0	11	16,9
Válidos	139	100,0	15	100,0	65	100,0
Missings	0		0		2	
Oficiais-Generais	24,5		20,0		6,2	

Figura 87: Caracterização por Posto à Data do Primeiro Mandato Político.

Os militares não profissionais políticos tiveram uma carreira relativa média (diferença entre o ano do primeiro mandato e o ano de fim do último) de 7,73 anos, estando pois ligeiramente acima da média de duração da carreira dos políticos, mas abaixo da dos militares políticos não profissionais.

A elite dos militares profissionais políticos teve uma duração relativa de carreira inferior à da elite dos políticos, mostrando que, se na média, os militares têm carreiras homogeneamente mais longas que os políticos em geral, a sua chegada à elite não alcança um número de anos tão lato como o que caracteriza a elite política.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
≤ 3 anos	58	41,7	0	0,0	27	40,3	402	41,0	7	7,3
3 a 8	36	25,9	9	60,0	20	29,9	299	30,5	16	16,7
> 8 anos	45	32,4	6	40,0	20	29,9	279	28,5	73	76,0
Média	7,73		15,00		8,34		7,62		17,56	
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 88: Caracterização por Duração Relativa na Carreira Política.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

A análise das durações absolutas da carreira política, mostra contudo que, em toda a linha, os militares têm carreiras mais longas que os políticos, mesmo comparando as elites, e que os militares profissionais executam mandatos políticos durante mais tempo que os não profissionais.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
< 3 anos	75	54,0	2	13,3	37	55,2	519	53,0	15	15,6
3 a 8	38	27,3	4	26,7	20	29,9	316	32,2	22	22,9
> 8 anos	26	18,7	9	60,0	10	14,9	145	14,8	59	61,5
Média	4,62		11,30		4,5		4,36		11,28	
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 89: Caracterização por Duração Absoluta na Carreira Política.

Os diferenciais entre a análise da duração relativa e absoluta das carreiras mostra portanto que os militares profissionais têm carreiras políticas mais contínuas que os não profissionais, assim como em geral, os militares profissionais de elite face aos políticos de elite.

Se completarmos a análise somando às carreiras no Governo e Câmaras o exercício de mandatos de Governador Civil e Presidente de Câmara Municipal, chegamos genericamente às mesmas conclusões, demonstrando-se que a carreira dos militares políticos segue as mesmas tendências a nível nacional e local.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
≤ 10%	90	64,7	3	20,0	46	68,7	651	66,4	17	17,7
10-20%	26	18,7	4	26,7	9	13,4	158	16,1	25	26,0
> 20%	23	16,5	8	53,3	12	17,9	171	17,4	54	56,3
Média	11,38		22,00		12,35		11,53		19,07	
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 90: Caracterização por Percentagem da Carreira Militar (incluindo Mandatos de Governador Civil e Presidente de Câmara Municipal) na Vida Média dos Políticos (70 anos).

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
≤ 10%	90	64,7	3	20,0	46	68,7	676	69,0	18	18,8
10-20%	28	20,1	5	33,3	11	16,4	146	14,9	36	37,5
> 20%	21	15,1	7	46,7	10	14,9	158	16,1	42	43,8
Média	11,04		21,43		11,92		10,88		25,09	
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 91: Caracterização por Percentagem da Carreira Militar na Vida Média dos Políticos.

Os indicadores de duração de carreira política analisados permitem-nos concluir que, em média, 11% da vida total dos políticos e dos militares profissionais políticos foi passada no exercício (descontínuo) de cargos políticos. Reconfirma-se pois que os militares profissionais políticos não se envolvem quantitativamente menos na via política que os restantes políticos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

A elite dos militares profissionais políticos esteve envolvida em média no exercício de cargos políticos durante 21,43 anos. Ora, uma vez que a carreira militar dos militares profissionais da I República, medida pela diferença entre a data de incorporação e a entrada no posto mais alto alcançado é em média de 20,81 anos, pode concluir-se mesmo que as carreiras dos elitistas se acompanharam durante parte relevante vida activa do militar, ainda que as diferentes idades de entrada provoquem algum descompasso.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Acção Realista Portuguesa	2	1,9	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Acção Republicana	5	4,9	3	25,0	0	0,0	10	1,3	1	1,1
Aliança Republicana e Socialista	1	1,0	1	8,3	1	1,9	3	0,4	1	1,1
Causa Monárquica	11	10,7	0	0,0	3	5,6	76	10,2	11	12,6
Centro Católico Português	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	2,2	1	1,1
Cruzada Nun'Alvares	0	0,0	0	0,0	1	1,9	3	0,4	1	1,1
Dissidência Progressista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	1,2	3	3,4
Dissidências Democráticas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	2	2,3
Independentes	10	9,7	1	8,3	3	5,6	51	6,9	11	12,6
Independentes Agrupados	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	1	1,1
Integralismo Lusitano	0	0,0	0	0,0	1	1,9	3	0,4	0	0,0
Liga Nacional 28 de Maio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	1,1
Partido Centrista Republicano	3	2,9	2	16,7	1	1,9	10	1,3	4	4,6
Partido Democrático	24	23,3	1	8,3	15	27,8	199	26,8	15	17,2
Partido Liberal	11	10,7	3	25,0	5	9,3	102	13,7	20	23,0
Partido Nacional Republicano	17	16,5	2	16,7	3	5,6	80	10,8	6	6,9
Partido Nacionalista	8	7,8	3	25,0	5	9,3	38	5,1	15	17,2
Partido Popular	1	1,0	1	8,3	0	0,0	5	0,7	2	2,3
Partido Progressista	3	2,9	0	0,0	4	7,4	24	3,2	8	9,2
Partido Radical	0	0,0	0	0,0	2	3,7	6	0,8	0	0,0
Partido Reconstituente	12	11,7	3	25,0	6	11,1	33	4,4	10	11,5
Partido Reformista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Partido Regenerador	0	0,0	1	8,3	1	1,9	5	0,7	3	3,4
Partido Regenerador Liberal	4	3,9	0	0,0	0	0,0	20	2,7	6	6,9
Partido Republicano	1	1,0	0	0,0	0	0,0	8	1,1	1	1,1
Partido Republicano Português	23	22,3	3	25,0	15	27,8	178	24,0	42	48,3
Partido Socialista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	1,1	1	1,1
União dos Interesses Económicos	0	0,0	0	0,0	1	1,9	7	0,9	2	2,3
União Liberal Republicana	3	2,9	1	8,3	0	0,0	10	1,3	3	3,4
União Nacional	2	1,9	1	8,3	2	3,7	27	3,6	5	5,7
União Operária Nacional	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Partido Evolucionista	4	3,9	1	8,3	6	11,1	68	9,2	12	13,8

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Centro Republicano Académico de Coimbra	1	1,0	0	0,0	0	0,0	8	1,1	1	1,1
Centro Académico de Lisboa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Juventudes Monárquicas Conservadoras	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Bloco	2	1,9	2	16,7	1	1,9	9	1,2	6	6,9
Centro Republicano Federal de Lisboa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,4	1	1,1
Clube dos Makavenkos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	1,1
Partido Republicano Presidencialista	3	2,9	1	8,3	1	1,9	6	0,8	2	2,3
União Republicana	8	7,8	2	16,7	6	11,1	54	7,3	10	11,5
Liga Académica Republicana	2	1,9	1	8,3	2	3,7	5	0,7	2	2,3
Jovens Turcos	4	3,9	3	25,0	0	0,0	4	0,5	3	3,4
Grupo de Estudos Democráticos	1	1,0	0	0,0	0	0,0	5	0,7	0	0,0
Centro Democrático de Coimbra	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0
Club de Propaganda Democrática do Norte	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
PRP (Democrático)	5	4,9	2	16,7	2	3,7	20	2,7	0	0,0
Esquerda Democrática	1	1,0	0	0,0	2	3,7	12	1,6	6	6,9
Partido Republicano Nacionalista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0
Centro Republicano Pró-Pátria	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Partido Nacional Sindicalista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0
Centro Republicano Vieira da Silva	1	1,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Centro de Fraternidade Republicana	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Grupo Republicano de Estudos Sociais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,7	2	2,3
Grupo dos "Governamentais"	3	2,9	0	0,0	0	0,0	14	1,9	0	0,0
Centro Radical Português	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Partido Legitimista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Centro Republicano Alves da Veiga	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Renascença Portuguesa	0	0,0	0	0,0	1	1,9	3	0,4	0	0,0
Comité Académico-Operário do Porto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0
Centro Democrático do Norte	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Clube dos Fenianos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
MUD	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0
Centro Académico de Democracia Cristã	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0
Centro Republicano Couceiro da Costa	0	0,0	0	0,0	1	1,9	1	0,1	1	1,1
Partido Unionista	1	1,0	0	0,0	0	0,0	3	0,4	1	1,1
Centro Monárquico Académico	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Dissidência Republicana	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,5	1	1,1
Partido Republicano de Fomento Nacional	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	1	1,1
Centro Escolar Republicano Dr. Bernardino Machado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Partido Reformista de Angola	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Grupo de Livre Pensamento	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

de Coimbra										
Centro Republicano Evolucionista Evorense	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Partido Republicano Independente	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0
Movimento Nacional de Salvação Pública	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Grupo "Regionalismo"	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	0	0,0
Grupo "Homens Livres"	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Partido Republicano Unitário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Válidos	103	171,8	12	316,7	54	168,5	743	161,6	87	259,8
Missings	36		3		13		237		9	

Figura 92: Caracterização por Grupos/ Partidos Políticos de Pertença.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Causa Monárquica	6	10,2	0	0,0	2	5,6	52	11,4	5	12,8
Centro Católico Português	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12	2,6	1	2,6
Dissidência Progressista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,7	1	2,6
Independentes	2	3,4	0	0,0	2	5,6	27	5,9	4	10,3
Partido Centrista Republicano	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
Partido Democrático	20	33,9	1	25,0	15	41,7	183	40,1	9	23,1
Partido Liberal	2	3,4	0	0,0	2	5,6	62	13,6	2	5,1
Partido Nacional Republicano	14	23,7	0	0,0	4	11,1	67	14,7	1	2,6
Partido Nacionalista	1	1,7	0	0,0	2	5,6	13	2,9	1	2,6
Partido Progressista	2	3,4	0	0,0	2	5,6	15	3,3	4	10,3
Partido Radical	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,4	0	0,0
Partido Reconstituente	1	1,7	0	0,0	1	2,8	9	2,0	0	0,0
Partido Regenerador	2	3,4	0	0,0	0	0,0	3	0,7	2	5,1
Partido Regenerador Liberal	0	0,0	1	25,0	1	2,8	11	2,4	4	10,3
Partido Republicano	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,7	1	2,6
Partido Republicano Português	5	8,5	0	0,0	3	8,3	49	10,7	9	23,1
Partido Socialista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,9	1	2,6
União dos Interesses Económicos	0	0,0	0	0,0	1	2,8	4	0,9	1	2,6
Partido Evolucionista	2	3,4	1	25,0	4	11,1	41	9,0	1	2,6
Partido Republicano Presidencialista	0	0,0	1	25,0	1	2,8	1	0,2	1	2,6
União Republicana	2	3,4	0	0,0	0	0,0	17	3,7	2	5,1
PRP (Democrático)	2	3,4	0	0,0	0	0,0	5	1,1	1	2,6
Esquerda Democrática	1	1,7	0	0,0	1	2,8	4	0,9	0	0,0
Grupo dos "Governamentais"	1	1,7	0	0,0	0	0,0	6	1,3	1	2,6
Partido Legitimista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Dissidência Republicana	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
Partido Reformista de Angola	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
Grupo "Regionalismo"	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
Partido Republicano Unitário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	2,6
Válidos	59	106,8	4	100,0	36	113,9	456	131,4	39	135,9
Missings	80		11		31		524		57	
Direita	28,6		50,0		34,1		40,2		47,2	
Esquerda	71,4		50,0		65,9		59,8		52,8	

Figura 93: Caracterização por Partidos Políticos de Eleição.

Quanto aos partidos/ grupos políticos de pertença e eleição, verifica-se que os militares se encontraram distribuídos pelos diversos agrupamentos políticos, ainda que se superiorizem face à média dos políticos, na filiação no Partido Nacional Republicano e no Partido Reconstituente.

Os militares caracterizaram-se ainda por estarem mais alinhados à esquerda (portanto mais alinhados com o Republicanismo que com o Conservadorismo) que os políticos não militares, sendo também tal verdadeiro na comparação entre políticos profissionais e não profissionais. A ascensão à elite fez-se sempre, tanto no que respeita à elite dos políticos como à elite dos militares profissionais políticos de forma mais equilibrada em direita e esquerda que a verificada nos grupos de origem.

No que respeita ao exercício de outros cargos políticos, os militares profissionais políticos destacaram-se nos mandatos de Governador de Colónias, Governador Civil e Chefe de Gabinete de Ministro. Foram contudo os Presidentes de Câmara Municipal que maior probabilidade tiveram de ascender à elite dos militares profissionais políticos.

Os Políticos exerceram de forma muito rara o cargo de Governador de Colónias. Destacaram-se no exercício dos cargos de Governador Civil, Presidente de Câmara Municipal e Administrador de Concelho.

Os militares não profissionais aproximam-se, no que respeita a este indicador, mais ao perfil dos políticos que do dos militares profissionais.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Governador de Colónias	17	12,2	1	6,7	4	6,0	51	5,2	9	9,4
Governador Civil	21	15,1	2	13,3	10	14,9	155	15,8	15	15,6
Embaixador	4	2,9	2	13,3	3	4,5	33	3,4	14	14,6
Chefe de Gabinete de Ministro	15	10,8	1	6,7	3	4,5	77	7,9	12	12,5
Presidente da Câmara Municipal	4	2,9	3	20,0	5	7,5	107	10,9	13	13,5
Administrador de Concelho	4	2,9	0	0,0	6	9,0	100	10,2	5	5,2
Vereador de Câmara Municipal	1	0,7	0	0,0	6	9,0	61	6,2	7	7,3
Procurador à Junta Geral do Distrito	1	0,7	0	0,0	3	4,5	42	4,3	1	1,0
Válidos	139		15		67		980		96	
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 94: Caracterização por Outros Cargos Políticos Assumidos.

A análise da diferença entre a data do primeiro mandato político e a data do primeiro exercício destes cargos complementares, mostra como se encadeou a carreira de cada um dos grupos em análise.

Relativamente aos militares profissionais políticos demonstra-se que tenderam a iniciar a actividade política pela Administração de Concelho, passando depois por Chefe de Gabinete de Ministro e/ou Vereador de Câmara Municipal. O Cargo de Governador de Colónias seguiu-se, antecipando a entrada na política nacional (Governo e Câmaras). Já após essa entrada, a evolução tendeu a ser no sentido do exercício do cargo de Embaixador. Mais tarde, no fim da carreira, chegaria a vez da Presidência de Câmaras Municipais. O sentido de evolução foi pois local-nacional-local.

A chegada à elite dos militares profissionais políticos ocorreu com uma entrada mais directa na política nacional, sendo o sentido dominante o nacional-local.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)	Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)	Militares Não Profissionais Políticos (Exército)	Políticos	Elite Políticos
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
	Média	Média	Média	Média	Média
Governador de Colónias	-2,36	4	6	-2,21	-5,33
Governador Civil	2,11	1	-1	0,22	0,43
Embaixador	1	9,5	22	6,92	9,3
Chefe de Gabinete de Ministro	-3,07	-1	0	-0,89	-0,72
Presidente da Câmara Municipal	15	15	-4	-1,61	7,71
Administrador de Concelho	-17	/	-3	-7,4	-7,5
Vereador de Câmara Municipal	-3	/	-7,33	-3,92	-1,75
Procurador à Junta Geral do Distrito	/	/	/	11	24

Figura 95: Caracterização por Encadeamento Cronológico dos Outros Mandatos face ao Primeiro Mandato Político.

Os militares profissionais políticos caracterizaram-se ainda, no que toca à sua carreira política, por não se terem envolvido na organização local da República antes de 1911, actividade que aumentou ligeiramente a probabilidade de ascensão dos políticos à elite política.

Estiveram também abaixo da média na participação em actividade política estudantil. Esse envolvimento foi contudo forte preditor da ascensão dos militares profissionais políticos à sua elite.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	0	0,0	0	0,0	3	4,5	36	3,7	5	5,2
Não	139	100,0	15	100,0	64	95,5	944	96,3	91	94,8
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 96: Caracterização por Envolvimento na Organização Local da República.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	5	3,6	2	13,3	5	7,5	55	5,6	11	11,5
Não	134	96,4	13	86,7	62	92,5	925	94,4	85	88,5
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 97: Caracterização por Envolvimento em Actividade Política Estudantil.

Já no que toca à participação em momentos históricos, muitos armados, os militares, quer os profissionais quer os não profissionais, mostraram-se mais interventivos que os políticos.

Foram contudo os militares profissionais políticos os mais envolvidos, sendo esse facto o mais forte preditor do sucesso na sua carreira política.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	47	33,8	11	73,3	14	20,9	149	15,2	36	37,5
Não	92	66,2	4	26,7	53	79,1	831	84,8	60	62,5
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 98: Caracterização por Participação em Momentos Históricos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Activista contra o Ultimatum Britânico	1	0,7	0	0,0	1	1,5	5	0,5	0	0,0
Participação no 31 de Janeiro de 1891	3	2,2	1	6,7	3	4,5	22	2,2	1	1,0
Participação no 14 de Maio de 1915	9	6,5	3	20,0	10	14,9	25	2,6	3	3,1
Preparação das conspirações de 1908	5	3,6	3	20,0	7	10,4	17	1,7	3	3,1
Preparação das conspirações de 1910	1	0,7	1	6,7	1	1,5	2	0,2	1	1,0
Combate nas Incurções Monárquicas Monsanto 1919 pelos Monárquicos	4	2,9	0	0,0	4	6,0	6	0,6	0	0,0
Combate nas Incurções Monárquicas Monsanto 1919 pela República	10	7,2	2	13,3	11	16,4	16	1,6	2	2,1
Preso político	4	2,9	1	6,7	5	7,5	14	1,4	1	1,0
Exilado/ deportado político	1	0,7	0	0,0	2	3,0	13	1,3	0	0,0
Participação no 5 de Outubro de 1910	6	4,3	1	6,7	9	13,4	36	3,7	1	1,0
Combate nas Incurções Monárquicas de 1911-12	5	3,6	1	6,7	7	10,4	9	0,9	1	1,0
Participação na revolta de 1927	4	2,9	0	0,0	6	9,0	12	1,2	0	0,0
Participação na revolução de 5 de Dezembro de 1917	4	2,9	1	6,7	5	7,5	8	0,8	1	1,0
Participação no 28 de Maio de 1926	4	2,9	2	13,3	5	7,5	8	0,8	2	2,1
Combate contra a revolta de 5 de Dezembro de 1917	1	0,7	1	6,7	2	3,0	2	0,2	1	1,0
Parte do Governo do Norte/ da Monarquia do Norte	0	0,0	0	0,0	1	1,5	5	0,5	0	0,0
Participação nas revoluções de 19 de Julho de 1925	1	0,7	0	0,0	1	1,5	2	0,2	0	0,0
Participação nas revoluções de 18 de Abril de 1925	1	0,7	1	6,7	1	1,5	2	0,2	1	1,0
Combate à Monarquia do Norte	4	2,9	1	6,7	4	6,0	7	0,7	1	1,0
Combateu o 5 de Outubro de 1910 em defesa da Monarquia	2	1,4	1	6,7	2	3,0	2	0,2	1	1,0
Participante no 10 de Dezembro de 1923	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Participação na revolta de 1921	2	1,4	0	0,0	2	3,0	6	0,6	0	0,0
Participação na revolta republicana de Janeiro de 1919	1	0,7	1	6,7	2	3,0	3	0,3	1	1,0
Participação nas Incurções Monárquicas de 1911-12	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Participação no movimento revolucionário de Abril de 1931	3	2,2	0	0,0	3	4,5	3	0,3	0	0,0
Participação na Revolta Monárquica de 1913	0	0,0	0	0,0	1	1,5	2	0,2	0	0,0
Participação na revolta republicana de Outubro de	0	0,0	0	0,0	1	1,5	2	0,2	0	0,0

***Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.***

1918										
Participação no 20 de Julho de 1928	0	0,0	0	0,0	1	1,5	2	0,2	0	0,0
Parte das conspirações de 1896 e 1897	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Participação na revolta de 1916	1	0,7	0	0,0	1	1,5	1	0,1	0	0,0
Válidos	139	55,4	15	140,0	67	146,3	980	24,0	96	21,9
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 99: Caracterização por Tipo de Participação em Momentos Históricos.

Jogou especialmente a favor da evolução na carreira política dos militares profissionais políticos a participação no 14 de Maio de 1915, a preparação das conspirações de 1908 e de 1910, o Combate nas Incursões Monárquicas de Monsanto de 1919 em defesa da República e a participação no 28 de Maio de 1926.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Açores	8	7,2	1	7,1	3	5,3	56	6,4	6	7,2
Angola	1	0,9	0	0,0	1	1,8	11	1,3	0	0,0
Aveiro	5	4,5	1	7,1	4	7,0	52	5,9	6	7,2
Beja	6	5,4	0	0,0	2	3,5	41	4,7	5	6,0
Braga	3	2,7	0	0,0	3	5,3	43	4,9	4	4,8
Bragança	8	7,2	2	14,3	4	7,0	40	4,6	4	4,8
Cabo Verde	2	1,8	0	0,0	0	0,0	6	0,7	0	0,0
Castelo Branco	5	4,5	2	14,3	1	1,8	35	4,0	6	7,2
Coimbra	4	3,6	1	7,1	3	5,3	45	5,1	6	7,2
Évora	3	2,7	0	0,0	2	3,5	41	4,7	3	3,6
Faro	10	9,0	2	14,3	0	0,0	36	4,1	6	7,2
Guarda	0	0,0	0	0,0	5	8,8	34	3,9	6	7,2
Índia	0	0,0	0	0,0	1	1,8	7	0,8	0	0,0
Leiria	3	2,7	0	0,0	4	7,0	32	3,7	5	6,0
Lisboa	17	15,3	3	21,4	8	14,0	132	15,1	26	31,3
Macau	1	0,9	1	7,1	0	0,0	8	0,9	1	1,2
Madeira	4	3,6	1	7,1	3	5,3	26	3,0	3	3,6
Moçambique	3	2,7	3	21,4	0	0,0	16	1,8	6	7,2
Portalegre	6	5,4	0	0,0	3	5,3	38	4,3	5	6,0
Porto	8	7,2	0	0,0	7	12,3	101	11,6	12	14,5
Santarém	9	8,1	3	21,4	3	5,3	47	5,4	9	10,8
São Tomé	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,7	1	1,2
Viana do Castelo	9	8,1	1	7,1	1	1,8	39	4,5	5	6,0
Vila Real	5	4,5	1	7,1	5	8,8	38	4,3	4	4,8
Viseu	9	8,1	1	7,1	3	5,3	48	5,5	7	8,4
Trás-Os-Montes	1	0,9	0	0,0	0	0,0	5	0,6	0	0,0
Ilhas Adjacentes	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Estremadura	0	0,0	0	0,0	1	1,8	6	0,7	0	0,0
Alentejo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,6	0	0,0
Algarve	1	0,9	0	0,0	0	0,0	5	0,6	0	0,0
Representações	1	0,9	0	0,0	2	3,5	26	3,0	2	2,4
Minho	2	1,8	0	0,0	0	0,0	4	0,5	0	0,0
Beira Baixa	1	0,9	0	0,0	0	0,0	3	0,3	0	0,0
Beira Alta	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0
Válidos	111	116,2	14	164,3	57	115,8	874	111,9	83	163,9
Missings	28		1		10		106		13	
Lisboa	15,3		21,4		14,0		15,1		31,3	
Porto	7,2		0,0		12,3		11,6		14,5	
Resto do País	82,0		114,3		80,7		72,5		106,0	
Colónias	6,3		28,6		3,5		6,2		9,6	

Figura 100: Caracterização por Distrito de Eleição.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Quanto ao distrito de eleição, a ascensão dos políticos à elite política ocorreu com a maior probabilidade entre os eleitos por Lisboa, enquanto que, no que respeita aos militares, foi a eleição pelos círculos de Moçambique e Santarém, o que mais determinou o sucesso na carreira política.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	29	20,9	8	53,3	15	22,4	162	16,5	41	42,7
Não	110	79,1	7	46,7	52	77,6	818	83,5	55	57,3
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 101: Caracterização por Pertença à Maçonaria.

Os militares profissionais políticos pertenceram à Maçonaria acima da média face à totalidade dos políticos, mas apresentaram-se abaixo dos militares não profissionais.

O sucesso na carreira política foi extremamente incrementado pela pertença à Maçonaria, sendo este o segundo mais importante preditor (relativo à carreira política) de sucesso dos militares profissionais nesta actividade. A pertença à Maçonaria incrementou igualmente, de forma muito considerável, a probabilidade de ascensão dos políticos à elite política.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	Média		Média		Média		Média		Média	
Sim	-8,54		-9,6		-4,29		-8,06		-6,26	
Válidos	29		8		15		162		41	
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 102: Caracterização por Encadeamento Cronológico da Iniciação Maçónica face ao Primeiro Mandato Político.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

A iniciação maçónica precedeu a eleição para cargos políticos no Governo e nas Câmaras no caso de todos os grupos considerados; precedeu em 8 anos no caso dos políticos, em 9 no caso dos militares profissionais políticos e em 4 entre os militares não profissionais políticos.

Na ascensão às elites verificou-se que a entrada na elite dos militares profissionais políticos foi directamente proporcional à duração da carreira maçónica à altura do primeiro mandato: quanto maior a carreira, maior a probabilidade de ascensão. O inverso sucedeu contudo, no que respeita à probabilidade de ascensão dos políticos à elite política.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	1	0,7	0	0,0	2	3,0	19	1,9	4	4,2
Não	138	99,3	15	100,0	65	97,0	961	98,1	92	95,8
Válidos	139	100,0	15	100,0	67	100,0	980	100,0	96	100,0
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 103: Caracterização por Pertença à Carbonária.

A pertença à Carbonária foi irrelevante entre militares, tendo igualmente tido reduzido peso entre os políticos. Essa pertença aumentou contudo, ligeiramente a entrada na elite política.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Monarquia	10	7,2	1	6,7	8	11,9	91	9,3	26	27,1
Ditadura Militar	9	6,5	3	20,0	1	1,5	14	1,4	12	12,5
Estado Novo	8	5,8	2	13,3	4	6,0	58	5,9	11	11,5
Válidos	139		15		67		980		96	
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 104: Caracterização por Longevidade Política Inter-Regimes.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Os militares profissionais sobreviveram politicamente à Monarquia abaixo da média dos políticos e dos militares não profissionais (estes últimos aliás registaram a maior taxa de sobrevivência). Na Ditadura Militar tiveram entrada acima da média, estando relativamente equiparados face aos restantes grupos da recuperação pelo Estado Novo.

Da Monarquia sobreviveram essencialmente deputados. Os militares profissionais políticos da I República que foram recrutados para o Estado Novo foram, na maioria dos casos, assumir o cargo de Procurador à Câmara Corporativa. Nenhum teve entrada no Governo.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Deputado	9	6,5	1	6,7	8	11,9	88	9,0	24	25,0
Par do Reino	1	0,7	1	6,7	1	1,5	6	0,6	6	6,3
Governo	1	0,7	0	0,0	1	1,5	6	0,6	5	5,2
Senador	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pasta Guerra	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Válidos	139		15		67		980		96	
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 105: Caracterização por Cargos Políticos Assumidos na Monarquia.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Governo	4	2,9	3	20,0	1	1,5	14	1,4	12	12,5
Pasta Guerra	2	1,4	1	6,7	0	0,0	2	0,2	2	2,1
Válidos	139		15		67		980		96	
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 106: Caracterização por Cargos Políticos Assumidos na Ditadura Militar.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Deputado	4	2,9	1	6,7	2	3,0	34	3,5	4	4,2
Procurador	6	4,3	2	13,3	3	4,5	32	3,3	8	8,3
Governo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,3	2	2,1
Pasta Guerra	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Válidos	139		15		67		980		96	
Missings	0		0		0		0		0	

Figura 107: Caracterização por Cargos Políticos Assumidos no Estado Novo.

Para além da Pasta da Guerra, os militares profissionais políticos assumiram outras pastas. As mais relevantes foram a do Interior (21,5%) e a das Finanças (20,0%), geralmente acumuladas com a Presidência do Ministério, ou de forma interina. A pasta das Colónias foi, logo a seguir à Guerra, a segunda mais assumida fora desses casos de acumulação e exceção (16,9%), apelando-se aí, assim como no caso da Pasta da Guerra, à experiência profissional e *expertise* técnica do militar.

Os militares não profissionais políticos tiveram uma participação diversa no Governo, destacando-se a sua condução da Pasta da Instrução Pública (25,0%) e do Interior (20,8%).

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Presidência da República	1	1,5	1	7,7	1	4,2	6	2,5	6	7,4
Chefe de governo	11	16,9	7	53,8	3	12,5	33	13,5	31	38,3
Interior	14	21,5	5	38,5	5	20,8	38	15,6	27	33,3
Finanças	13	20,0	6	46,2	4	16,7	35	14,3	23	28,4
Justiça	1	1,5	1	7,7	2	8,3	34	13,9	16	19,8
Guerra	27	41,5	7	53,8	2	8,3	31	12,7	13	16,0
Marinha	0	0,0	0	0,0	2	8,3	28	11,5	11	13,6
Estrangeiros	6	9,2	2	15,4	2	8,3	29	11,9	17	21,0
Colónias	11	16,9	3	23,1	3	12,5	38	15,6	13	16,0
Fomento	3	4,6	1	7,7	2	8,3	13	5,3	5	6,2
Comércio	7	10,8	4	30,8	2	8,3	28	11,5	14	17,3
Agricultura	0	0,0	0	0,0	4	16,7	24	9,8	11	13,6
Instrução Pública	6	9,2	1	7,7	6	25,0	32	13,1	13	16,0
Trabalho	2	3,1	0	0,0	4	16,7	29	11,9	9	11,1
Abastecimentos	1	1,5	0	0,0	1	4,2	7	2,9	2	2,5
Válidos	65	158,2	13	292,4	24	179,1	244	166,0	81	260,5
Missings	915		967		956		736		899	

Figura 108: Caracterização por Cargos Governativos Assumidos na I República.

Todos os grupos se caracterizaram por iniciar em média a carreira como deputado, progredindo depois para Senador. Só depois entraram no Governo. De deputado a senador os militares profissionais políticos tenderam contudo a demorar em média apenas 5 anos, contra os 7 dos militares não profissionais políticos e dos políticos.

As elites caracterizaram por tempos mais longos de ascensão ao governo, dado terem-se caracterizado por carreiras especialmente longas, e dado ter sido recorrente na I República que a entrada no Governo precipitasse o fim da carreira política.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Militares Profissionais Políticos (Exército)		Elite Militares Profissionais Políticos (Exército)		Militares Não Profissionais Políticos (Exército)		Políticos		Elite Políticos	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	n	Média	n	%	n	%	n	%	n	%
Deputado	100	0,42	12	0,00	19	0,42	786	0,16	81	0,10
Senador	37	2,51	4	0,75	6	4,83	300	3,17	26	8,92
Governo	68	5,65	14	10,50	25	7,44	259	7,53	92	11,99

Figura 109: Caracterização por Diferencial entre Primeiro Mandato e Cargos Assumidos na I República.

Quanto aos indicadores de carreira política, constata-se em síntese que:

1- Os militares profissionais políticos caracterizaram-se maioritariamente:

- Por iniciarem a carreira política entre os 35 e os 45 anos (39,6%) (43 anos em média);
- Por iniciarem a carreira política com o posto de capitão (27,3%);
- Por terem carreiras de duração igual ou inferior a 3 anos (se bem que a variância seja elevada e a média relativa seja de 7,73 anos e a absoluta de 4,62 anos);
- Por serem filiados no Partido Democrático (23,3%), no Partido Republicano Português (22,3%) e no Partido Nacional Republicano (16,5%);
- Por serem eleitos pelo Partido Democrático (33,9%), pelo Partido Nacional Republicano (23,7%) e pela Causa Monárquica (10,2%);
- Por assumirem cumulativamente os cargos de Governador Civil (15,1%), Governador de Colónias (12,2%) e Chefe de Gabinete de Ministro (10,8%);
- Por serem alinhados politicamente à esquerda (71,4%), isto é, com o Republicanismo;
- Por iniciarem na maioria dos casos as carreiras políticas localmente, passando depois ao palco nacional, e retornando mais tarde à política local;
- Por não terem actividade política estudantil (96,4%) e por não terem estado envolvidos na organização local da República antes de 1911 (100,0%);

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- Por não participarem em momentos históricos, nomeadamente armados (66,2%);
- Por serem eleitos por Lisboa (15,3%);
- Por não pertencerem à Maçonaria (79,1%) nem à Carbonária (99,3%);
- Por, para além da Guerra, terem assumido de forma relevante as pastas das do Interior (21,5%) e das Finanças (20,0%);
- Por em média terem tido as progressões de deputado a membro do Governo mais curtas (5 anos).

2- A probabilidade de um militar profissional político ascender à elite dos militares profissionais políticos aumentou com:

- A idade mais jovem à data do 1º mandato;
- O posto de tenente ou general aquando do 1º mandato;
- O assumir do cargo de Presidente de Câmara Municipal;
- Alinhamento político à direita;
- A participação em actividade política estudantil;
- A participação em momentos históricos em geral e revolucionários armados em particular;
- A eleição por Moçambique e Santarém;
- A pertença à Maçonaria;
- O exercício do cargo de Presidente do Ministério e de Ministro das Finanças;
- O exercício de uma actividade política nas Câmaras longa, antes da ascensão ao Governo.

3- Quanto à carreira política os militares profissionais políticos diferiram dos políticos essencialmente por:

- Serem em média menos jovens;
- Terem carreiras políticas mais longas e contínuas;
- Serem mais Independentes, e mais filiados no Partido Nacional Republicano e no Partido Reconstituente;
- Serem mais eleitos pelo Partido Nacional Republicano;
- Serem mais alinhados à Esquerda;

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- Assumirem mais os cargos de Governador de Colónias e Chefe de Gabinete de Ministro;
 - Terem estado menos envolvidos em actividade política estudantil e na organização local da República antes de 1911;
 - Terem mais participação em momentos históricos de todo o tipo, mas particularmente os armados;
 - Serem mais eleitos pelas Colónias e fora das Grandes Cidades;
 - Pertencerem mais à Maçonaria e menos à Carbonária;
 - Sobreviverem politicamente menos à Implantação da República;
 - Sobreviverem politicamente mais ao fim da República;
 - Assumirem mais, para além da Pasta da Guerra, a do Interior e das Finanças;
 - Progredirem mais rapidamente de deputado para ministro.
- 4- Quanto à carreira política os militares profissionais políticos diferiram dos militares não profissionais políticos essencialmente por:
- Serem em média menos jovens;
 - Terem carreiras políticas mais longas em termos absolutos, e mais contínuas;
 - Serem mais Independentes, e mais filiados no Partido Nacional Republicano e na Causa Monárquica;
 - Serem mais eleitos pelo Partido Nacional Republicano e pela Causa Monárquica;
 - Serem mais alinhados à Esquerda;
 - Assumirem mais os cargos de Governador de Colónias e Chefe de Gabinete de Ministro;
 - Terem estado menos envolvidos em actividade política estudantil e na organização local da República antes de 1911;
 - Terem mais participação em momentos históricos de todo o tipo, mas particularmente os armados;
 - Serem mais eleitos pelas Colónias e fora das Grandes Cidades;
 - Pertencerem menos à Maçonaria e menos à Carbonária;
 - Sobreviverem politicamente menos à Implantação da República;
 - Sobreviverem politicamente mais ao fim da República.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- Assumirem mais a Pasta da Guerra e menos a da Instrução, Trabalho e Agricultura;
- Progredirem mais rapidamente de deputado para ministro.

5- A probabilidade de um político ascender à elite política aumentou com:

- A idade mais jovem à data do 1º mandato;
- A eleição como Independente ou pelos Partidos Progressista e Regenerador Liberal.
- O assumir do cargo de Embaixador;
- O alinhamento político à direita;
- A organização local da República antes de 1911;
- A participação em actividade política estudantil;
- A participação em momentos históricos em geral;
- A eleição por Lisboa;
- A pertença à Maçonaria e ligeiramente à Carbonária;
- O exercício dos Cargos de Chefe de Governo e Ministro do Interior;
- O exercício de uma actividade política nas Câmaras longa, antes da ascensão ao Governo.

Evolução dos Indicadores de Caracterização.

Ainda que a análise comparativa realizada anteriormente tenha grande interesse na exploração da nossa temática, o facto de estarmos a estudar um processo, torna mandatário que olhemos para a evolução dos principais indicadores de caracterização por legislatura da I República, nomeadamente no que para nós é mais importante: a comparação dos perfis dos militares profissionais políticos face aos não profissionais políticos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

		1911	1915	1918	1919	1921	1922	1925
		%	%	%	%	%	%	%
Naturalidade	Cidade PROF	61,3	65,9	67,7	66,7	70,8	70,7	57,7
	Vila PROF	19,4	9,4	16,1	20,0	16,7	14,6	7,7
	Lugar PROF	19,4	20,6	16,1	13,3	12,5	14,6	34,6
	Cidade NÃO PROF	21,4	26,7	23,1	7,1	27,8	17,6	46,7
	Vila NÃO PROF	42,9	26,7	38,5	42,9	38,9	35,3	13,3
	Lugar NÃO PROF	35,7	46,7	38,5	50,0	33,3	47,1	40,0
Auto-recrutamento militar	Auto-Rec Mil PROF	41,7	36,4	47,4	40,0	22,2	30,8	30,0
	Auto-Rec Mil NÃO PROF	0,0	25,0	25,0	33,3	14,3	0,0	25,0
Auto-recrutamento político	Auto-Rec Pol PROF	9,4	12,5	22,9	9,4	8,3	9,8	11,5
	Auto-Rec Pol NÃO PROF	0,0	6,3	23,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Classe Pai	Pai Classe Alta PROF	91,7	81,8	94,7	90,0	66,7	84,6	90,0
	Pai Classe Média PROF	8,3	9,1	5,3	10,0	33,3	15,4	0,0
	Pai Classe Baixa PROF	0,0	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0
	Pai Classe Alta NÃO PROF	0,0	50,0	100,0	0,0	42,9	33,3	50,0
	Pai Classe Média NÃO PROF	33,3	25,0	0,0	33,3	28,6	33,3	50,0
	Pai Classe Baixa NÃO PROF	66,6	25,0	0,0	66,6	28,6	33,3	0,0
Asc. Nobiliárquica	Asc. Nobiliárquica PROF	3,1	3,1	20,0	0,0	0,0	4,9	3,8
	Asc. Nobiliárquica NÃO PROF	0,0	0,0	7,7	0,0	5,3	0,0	12,5
Colégio Militar	Colégio Militar PROF	27,3	35,3	36,4	37,5	20,0	41,7	25,0
	Colégio Militar NÃO PROF	20,0	0,0	50,0	0,0	20,0	0,0	20,0

Figura 110: Quadro Síntese da Caracterização Socio-Profissional de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

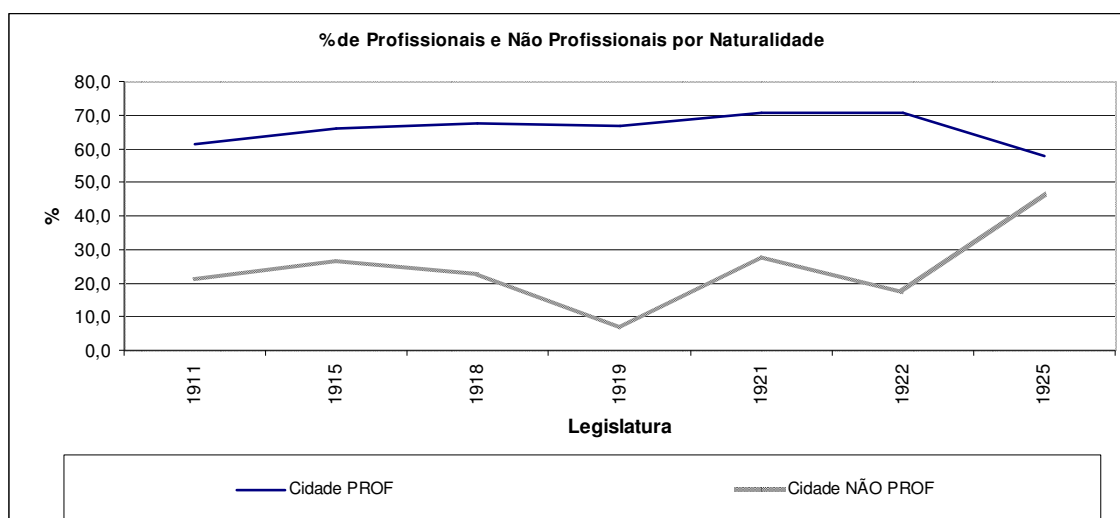


Figura 111: Evolução da Naturalidade dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Através da análise da evolução da naturalidade, analisada por via da taxa de proveniência de cidades, demonstra-se que toda I República se caracteriza pela maior proveniência cidadina de profissionais face a não profissionais, ainda que, desde 1919, a diferença se comece a esbater, sendo em 1925-26 a mais reduzida do período. A estabilidade das taxas de proveniência cidadina de militares devem contudo ser destacadas, face à variabilidade constante da dos não profissionais.

Quanto ao auto-recrutamento militar, a tendência é tanto no caso dos militares profissionais políticos como no dos não profissionais, para a queda sucessiva nesse auto-recrutamento, o que se constitui num reflexo da profissionalização militar, nomeadamente da democratização do acesso ao corpo de oficiais.

Ao longo de toda a República é contudo de destacar que o auto-recrutamento militar é sempre maioritário entre militares políticos profissionais.

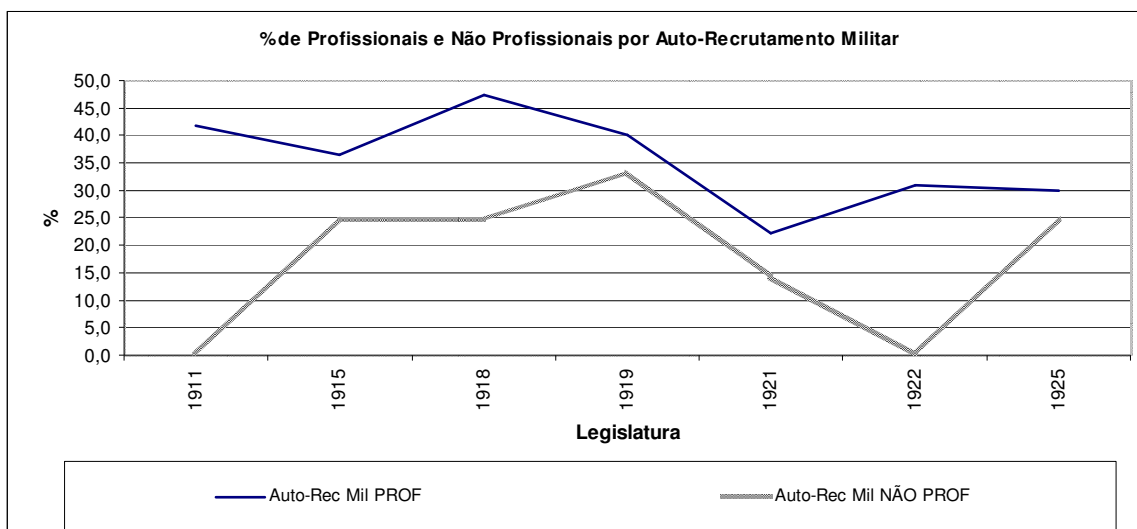


Figura 112: Evolução do Auto-Recrutamento Militar dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

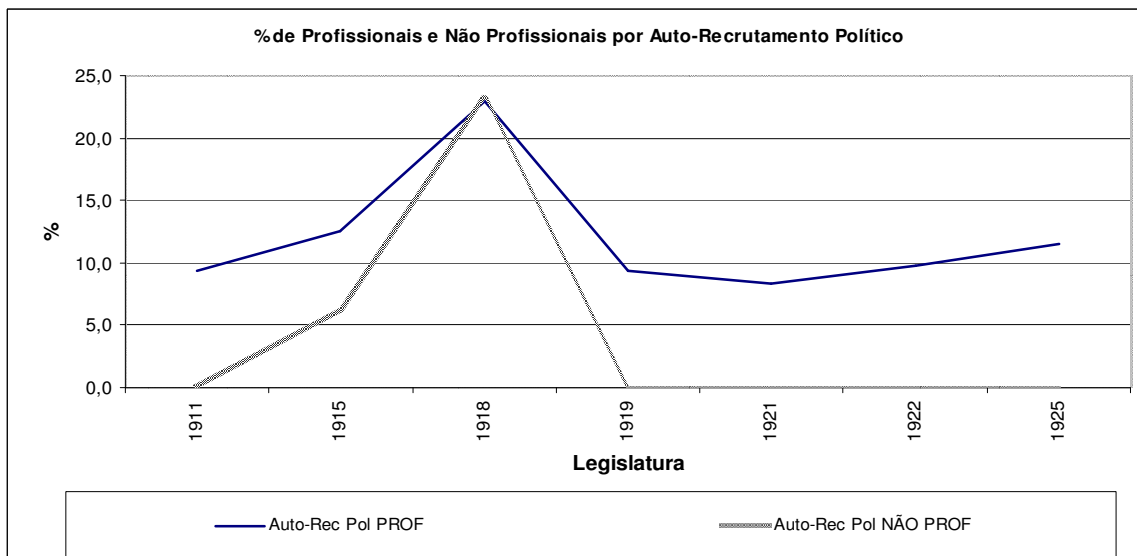


Figura 113: Evolução do Auto-Recrutamento Político dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

O auto-recrutamento político dos militares profissionais é também normalmente maior que o dos não profissionais, equiparando-se apenas na legislatura Sidonista, contemporânea ao afastamento de muitos militares políticos em razão da Guerra, legislatura que implicou aumentos consideráveis neste indicador para ambos os grupos e que, como veremos, implicou face ao resto da República, o recrutamento de um grupo de militares que diferiu consideravelmente da restante classe militar política do período.

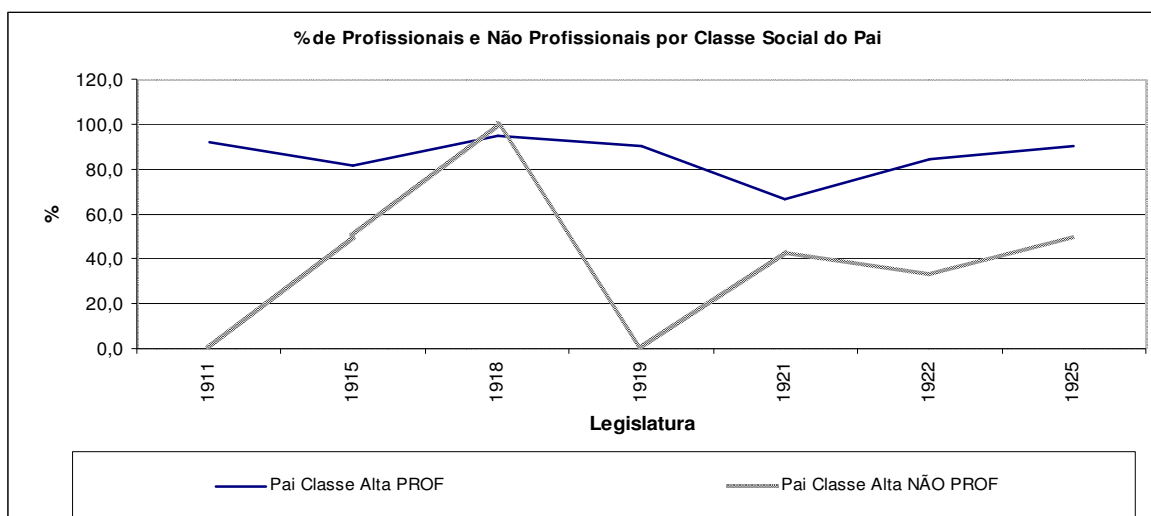


Figura 114: Evolução da Classe Social do Pai dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Também no que respeita à classe social do pai se verifica que o grupo dos profissionais tendeu a ser mais filho de pais de classe alta, em todas as legislaturas menos na do Sidonismo/Guerra (1918-19). Essa legislatura implicou ainda um aumento na ascendência nobiliárquica dos militares profissionais e não profissionais, e o incremento dos recrutamentos de não profissionais formados pelo Colégio Militar.

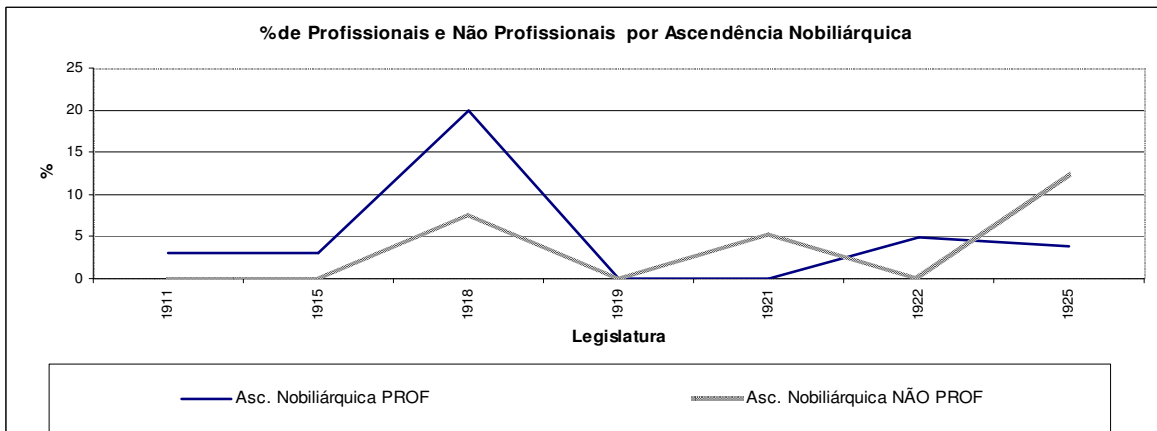


Figura 115: Evolução da Ascendência Nobiliárquica dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

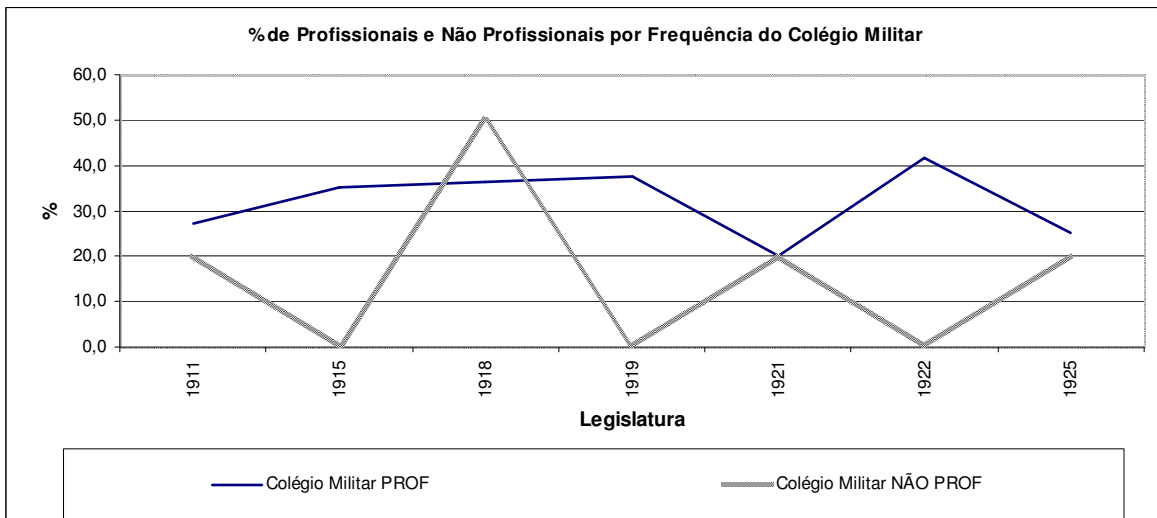


Figura 116: Evolução da Frequência do Colégio Militar dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Verifica-se pois em síntese que:

- Os militares profissionais políticos possuem caracterizações socio-profissionais muito regulares entre legislaturas da I República, ainda que se denote uma tendência de regressão no seu auto-recrutamento militar e na sua ascendência nobiliárquica. Os restantes indicadores, se excluirmos a variação consequente à guerra, tendem à manutenção;
- Já os militares não profissionais políticos tendem a perfis muito variáveis nas várias legislaturas da República. Excluindo também a atípica legislatura de 1918-19 verifica-se uma tendência para um recrutamento mais cidadão, mais proveniente da classe alta e de maior ligação nobiliárquica, ao mesmo tempo que se denota a regressão dos auto-recrutamentos;
- A legislatura de 1918-19 implicou a substituição de militares políticos quer profissionais quer não profissionais, dado parte considerável da classe militar política anterior ter deixado o exercício de cargos políticos para participar na I Guerra Mundial e dado a Ditadura Sidonista ter implicado uma viragem das Câmaras à Direita. Em termos socio-profissionais, os militares recrutados para essa legislatura foram recrutados políticos, aparentados com a nobreza e filhos de classe alta muito acima da média, sendo pois essencialmente militares provenientes das elites do anterior regime, mais que identificados com as renovadas elites republicanas.

Realizando a mesma análise a propósito dos indicadores de carreira militar, verificamos desde logo que também aqui, a legislatura de 1918-19 implicou alterações muito significativas nos padrões de recrutamento de militares políticos, globalmente característicos da República.

**Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.**

		1911	1915	1918	1919	1921	1922	1925
		%	%	%	%	%	%	%
Armas	Armas Técnicas PROF	51,6	38,8	61,3	41,9	41,7	47,4	56,0
	Armas Administrativas PROF	16,2	38,7	12,9	32,3	41,7	39,5	44,0
	Armas Tradicionais PROF	87,1	71,1	67,7	67,8	66,7	71,0	52,0
	Outras Disciplinas PROF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Armas Técnicas NÃO PROF	7,1	14,2	27,3	7,7	6,3	13,3	0,0
	Armas Administrativas NÃO PROF	7,1	7,1	0,0	15,4	6,3	13,3	6,7
	Armas Tradicionais NÃO PROF	14,2	14,2	18,2	15,4	18,8	26,7	6,7
	Outras Disciplinas NÃO PROF	78,6	71,4	63,6	69,2	75,1	60,0	86,7
Posto mais alto	General PROF	26,7	29,0	13,3	31,0	34,8	30,6	20,0
	Brigadeiro PROF	0,0	3,2	10,0	0,0	0,0	2,8	4,0
	Coronel PROF	36,7	41,9	20,0	37,9	30,4	36,1	32,5
	Tenente-Coronel PROF	3,3	6,5	16,7	10,3	8,7	13,9	11,1
	Major PROF	16,7	16,1	13,3	6,9	13	5,6	11,1
	Capitão PROF	13,3	3,2	20,0	6,9	8,7	8,3	9,5
	Tenente PROF	0,0	0,0	6,7	0,0	4,3	0,0	2,4
	Alferes PROF	3,3	0,0	0,0	6,9	0,0	2,8	1,6
	Oficiais Gerais PROF	63,4	74,1	43,3	68,9	65,2	69,5	56,5
	General NÃO PROF	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Brigadeiro NÃO PROF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Coronel NÃO PROF	15,4	23,1	12,5	25,0	31,3	30,8	33,3
	Tenente-Coronel NÃO PROF	7,7	15,4	25,0	16,7	6,3	0,0	22,2
	Major NÃO PROF	7,7	15,4	12,5	16,7	18,8	30,8	11,1
	Capitão NÃO PROF	15,4	30,8	0,0	25,0	18,8	23,1	22,2
	Tenente NÃO PROF	23,1	15,4	12,5	8,3	18,8	15,4	11,2
	Alferes NÃO PROF	23,1	0,0	37,5	8,3	6,3	0,0	0,0
Oficiais Gerais NÃO PROF	23,1	23,1	12,5	25,0	31,3	30,8	33,3	
Média de curso	Média de Curso PROF	12,16	13,07	13,17	12,91	13,18	12,88	13,34
Prof. Academia	Professor AM PROF	22,7	36,4	0,0	31,8	18,2	45,5	40,9
	Professor AM NÃO PROF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0

**Figura 117: Quadro Síntese da Caracterização Militar de Militares Políticos
Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.**

A evolução dos militares profissionais por arma foi no sentido do aumento ligeiro das armas técnicas, do aumento muito expressivo das armas administrativas, particularmente dos oficiais de Estado Maior. As armas tradicionais foram decrescendo progressivamente ao longo de toda a República. Entre militares não profissionais, as tendências foram exactamente as inversas.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

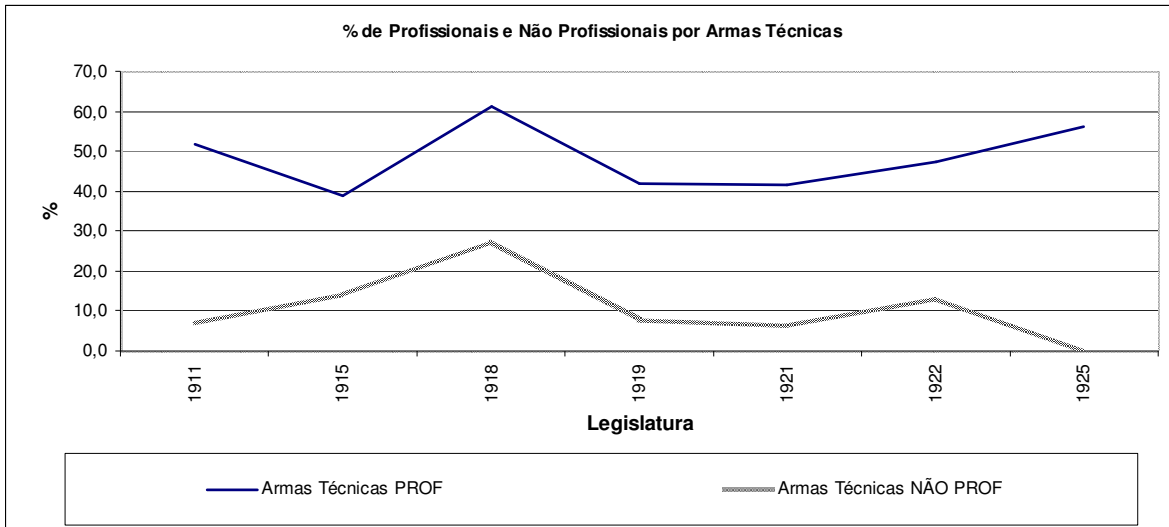


Figura 118: Evolução das Armas Técnicas entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

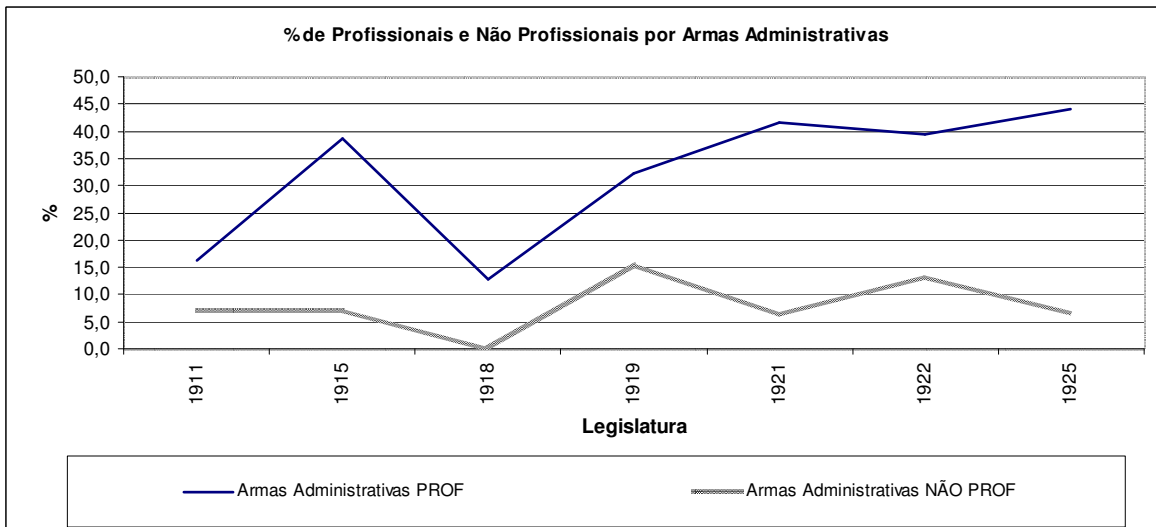


Figura 119: Evolução das Armas Administrativas entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

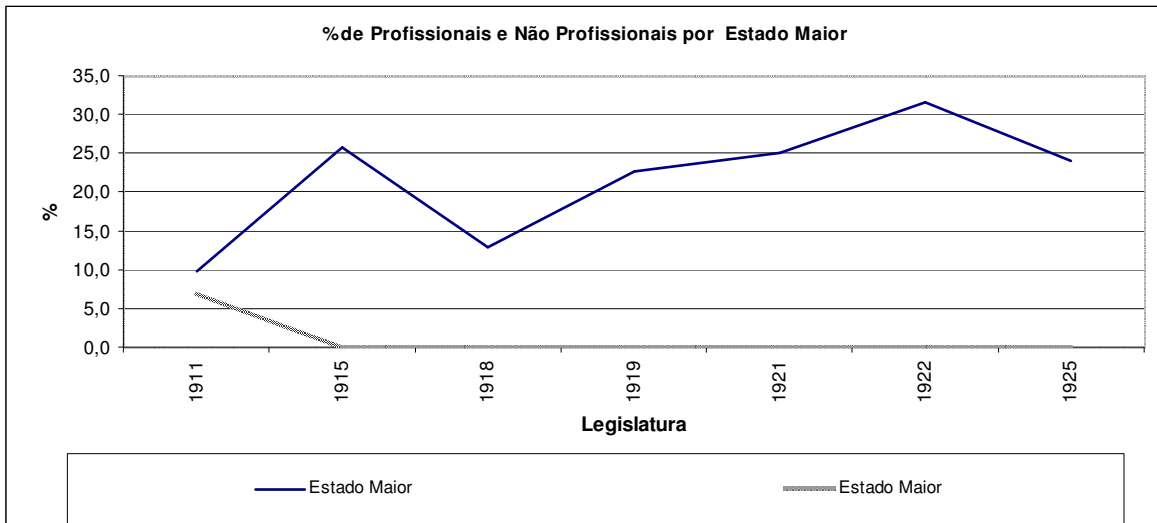


Figura 120: Evolução dos Militares de Estado Maior entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

A legislatura de 1918-19 altera a composição do grupo de militares políticos por Arma ao aumentar os recrutamentos de Armas Técnicas (Engenharia e Artilharia) tanto para militares políticos profissionais como não profissionais, e ao diminuir os recrutamentos de Armas Administrativas (Estado Maior e Administração Militar).

Os militares que chegariam mais longe nas suas carreiras militares são também os que mais estão ausentes da legislatura de 1918-19, o que pode suceder tanto pela participação na Guerra dos militares mais valorosos, como pelo efeito que a própria Guerra imprimiu às Carreiras, como pelo seu tendencial menor alinhamento com a República, como atestaremos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

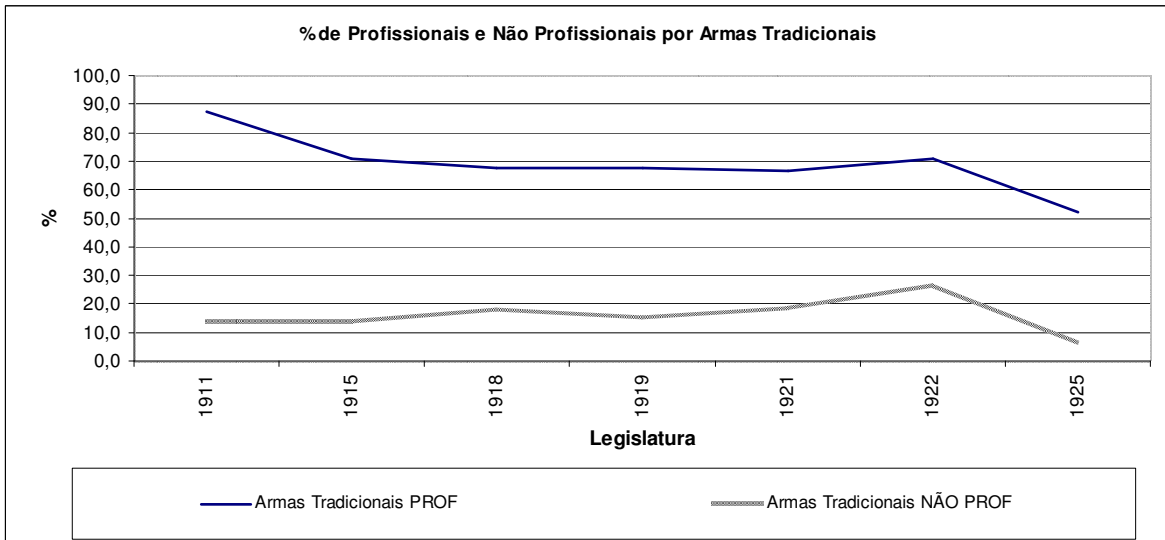


Figura 121: Evolução das Armas Tradicionais entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

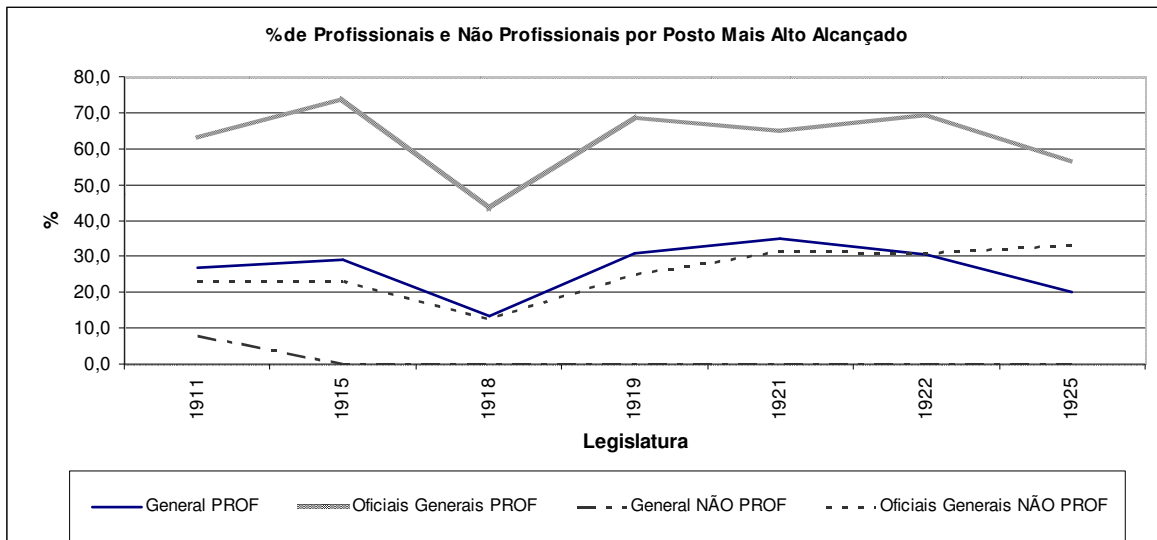


Figura 122: Evolução do Posto mais Alto Alcançado por Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

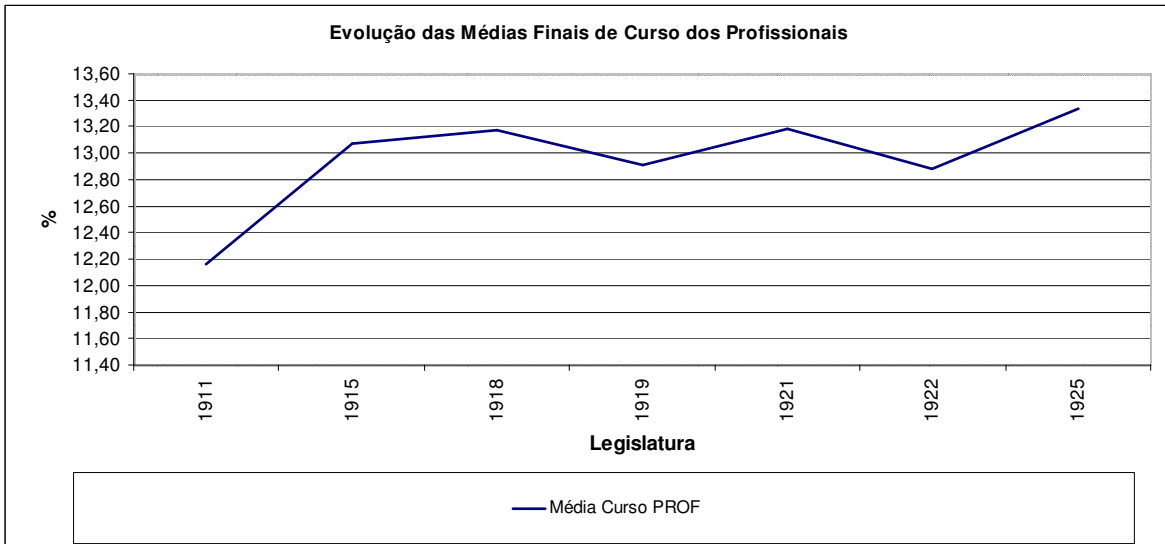


Figura 123: Evolução das Médias Finais de Curso dos Militares Políticos Profissionais.

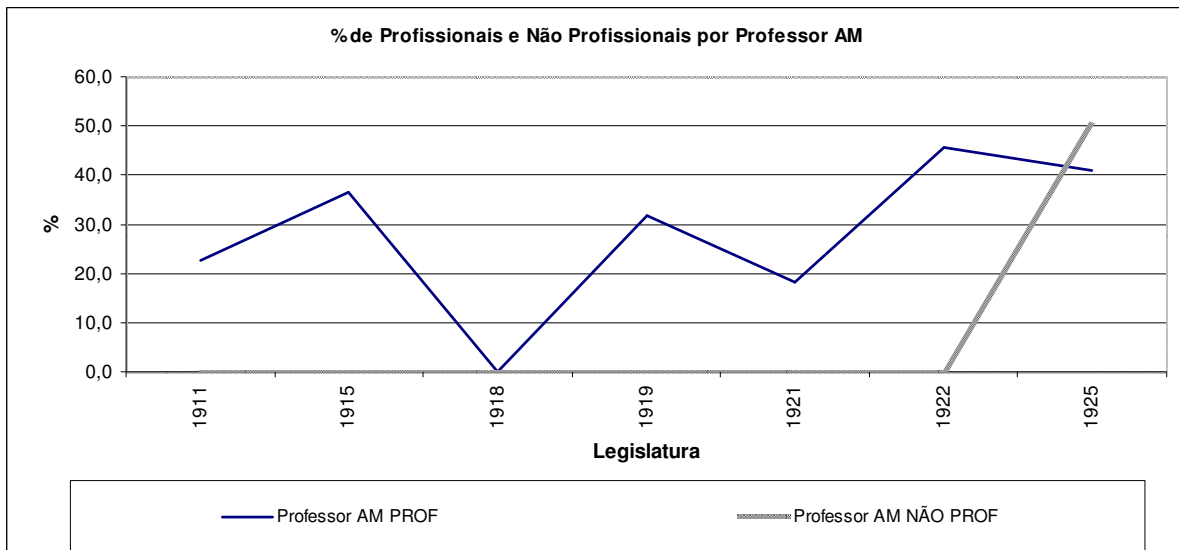


Figura 124: Evolução dos Professores das Escolas Militares entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

A legislatura de 1918-19 implicou ainda o afastamento de todos os Professores das Escolas Militares, que tiveram contudo, ao longo da I República, tendência de crescente recrutamento para a classe política.

No que respeita aos indicadores de carreira militar verifica-se pois em síntese que:

- Tanto os perfis de militar político profissional como não profissional tendem a evoluir consideravelmente durante a I República, no que aos indicadores de carreira respeita;
- Nota-se que a evolução que o Exército está a sofrer durante a I República no sentido da profissionalização, nomeadamente a importância crescente no encarecimento dada aos critérios meritocráticos sobre os aristocráticos, e o desenvolvimento das armas técnicas e administrativas face às tradicionais²⁵⁸, parece encontrar repercussão nos recrutamentos para a carreira política, o que é compatível com a ideia da carreira política como continuação da militar. Assim, verifica-se que há, como se tinha já referido, uma tendência de diminuição dos recrutamentos para a política de militares profissionais com ascendência nobiliárquica, ao mesmo tempo que se tendem a recrutar indivíduos com médias finais de curso crescentes. As armas técnicas e administrativas estão também em alta, vindo progressivamente a ganhar terreno sobre as armas tradicionais.
- A legislatura de 1918-19 implicou em termos sociais, como vimos, uma elevação do prestígio do recrutamento. Em termos militares, implicou essencialmente o recrutamento de mais militares de armas técnicas, de menos de armas administrativas, e de militares que não chegarão tão alto na carreira como os das outras legislaturas, ainda que tendo um mérito académico comparável.

Por fim, os indicadores políticos.

No que concerne à idade do militar à data do primeiro mandato, a evolução tendeu a ser no sentido da relativa estabilidade em torno da média. Verificou-se contudo que a legislatura de 1918-19 se destacou por recrutamentos de militares profissionais em idades ligeiramente acima da média, e por recrutamentos de militares não profissionais em idades abaixo.

²⁵⁸ A este respeito vide Fonseca, Maria de Lurdes Santos Antunes da; *op.cit.*

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

		1911	1915	1918	1919	1921	1922	1925
		%	%	%	%	%	%	%
Idade 1º mandato	Idade Data 1º Mandato PROF	43,28	44,31	44,87	43,22	43,10	43,95	43,25
	Idade Data 1º Mandato NÃO PROF	36,29	39,63	34,31	40,88	39,26	37,88	39,63
Duração relativa (anos)	Duração relativa PROF	11,38	10,13	6,91	9,84	11,71	10,80	10,35
	Duração relativa NÃO PROF	9,47	10,69	15,00	8,94	11,74	11,59	11,81
Duração absoluta (anos)	Duração absoluta PROF	7,48	7,85	3,29	7,88	8,35	7,65	7,17
	Duração absoluta NÃO PROF	6,19	7,13	5,95	6,71	7,69	8,00	6,46
Orientação política	Direita PROF	11,4	11,9	29,3	20,7	37,5	16,9	17,1
	Esquerda PROF	88,6	88,1	70,7	79,3	62,5	83,1	82,9
	Direita NÃO PROF	0,0	11,1	50,0	33,3	30,0	11,1	40,0
	Esquerda NÃO PROF	100,0	88,9	50,0	66,6	70,0	88,9	60,0
Actv. Política estudantil	Actv. Estudantil PROF	12,5	6,3	2,9	6,3	8,3	4,9	3,8
	Actv. Estudantil NÃO PROF	23,5	12,5	0,0	18,8	15,8	17,6	0,0
Participação mom. Hist.	Part. Mom. Hist. PROF	50,0	34,4	28,6	46,9	50,0	41,5	42,3
	Part. Mom. Hist. NÃO PROF	23,5	31,3	30,8	31,3	15,8	11,8	18,8
Maçonaria	Maçonaria PROF	43,8	46,9	5,7	37,5	41,7	31,7	38,5
	Maçonaria NÃO PROF	52,9	56,3	0,0	50,0	42,1	29,4	37,5
Regimes Políticos	Monarquia PROF	6,3	0,0	14,3	0,0	8,3	4,9	0,0
	Ditadura Militar PROF	0,0	0,0	2,9	3,1	0,0	0,0	0,0
	Estado Novo PROF	3,1	3,1	8,6	3,1	8,3	7,3	7,7
	Monarquia NÃO PROF	5,9	18,8	30,8	12,5	21,1	11,8	18,8
	Ditadura Militar NÃO PROF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	0
	Estado Novo NÃO PROF	0,0	0,0	15,4	0,0	5,3	5,9	12,5
Governo	Governo PROF	46,9	53,1	22,9	65,6	66,7	58,5	57,7
	Governo NÃO PROF	35,3	62,5	30,8	43,8	52,6	47,1	56,3
Pasta Guerra	Pasta Guerra PROF	25,0	28,1	2,9	31,3	29,2	24,4	26,9
	Pasta Guerra NÃO PROF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Figura 125: Quadro Síntese da Caracterização Política de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Os militares recrutados em 1918-19 tenderam a ter carreiras especialmente curtas em termos absolutos. Os militares profissionais baixam a sua média de longevidade relativa cerca de quatro anos (correspondentes ao interregno médio entre a participação na Guerra e o retorno à política ou no cumprimento do jejum sidonista pelos partidos que se recusaram a participar nessas eleições). Já os militares não profissionais que participam nesta legislatura tenderam a ter carreiras especialmente descontínuas, estendidas por mais de 14 anos mas apenas com cerca de três de efectivo exercício de cargos. Tal sucede pois esses militares, integrados no sentido global dos recrutamentos

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

para a legislatura, identificam-se especialmente com os valores conservadores e monárquicos, pelo que vêm em grande número da Monarquia e serão recuperados amiúde pelo Estado Novo.

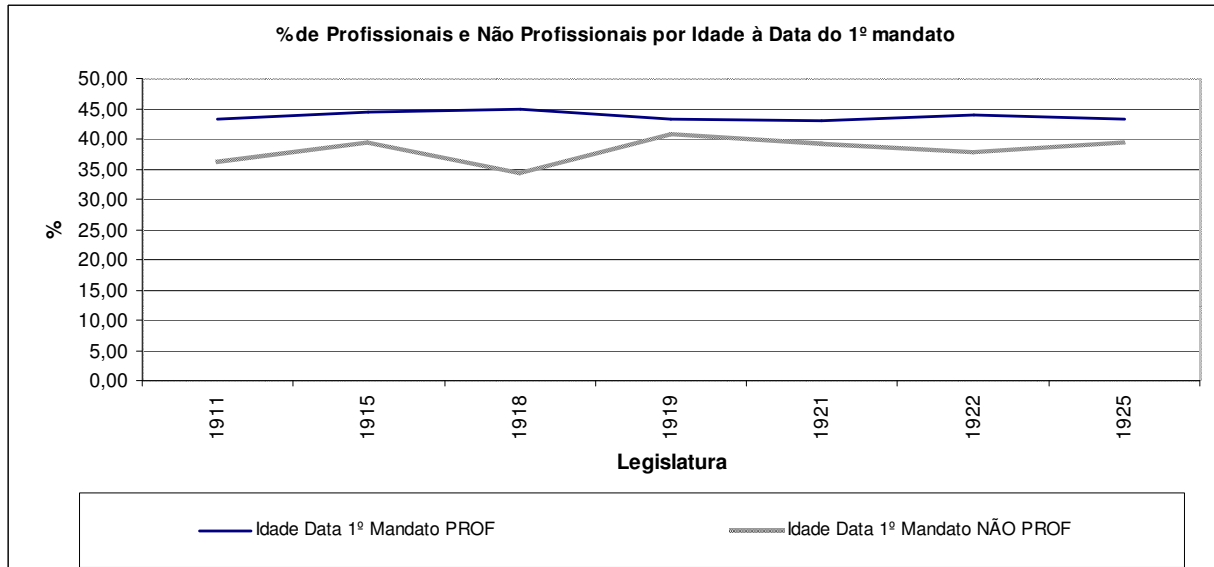


Figura 126: Evolução da Idade à Data do Primeiro Mandato dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

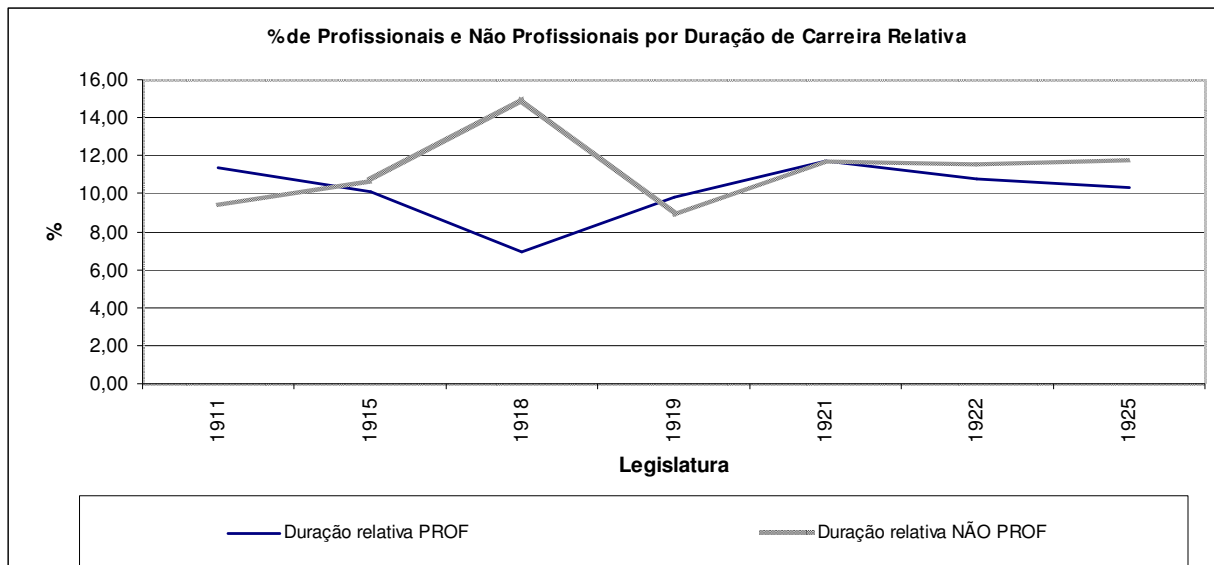


Figura 127: Evolução da Duração de Carreira Relativa dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

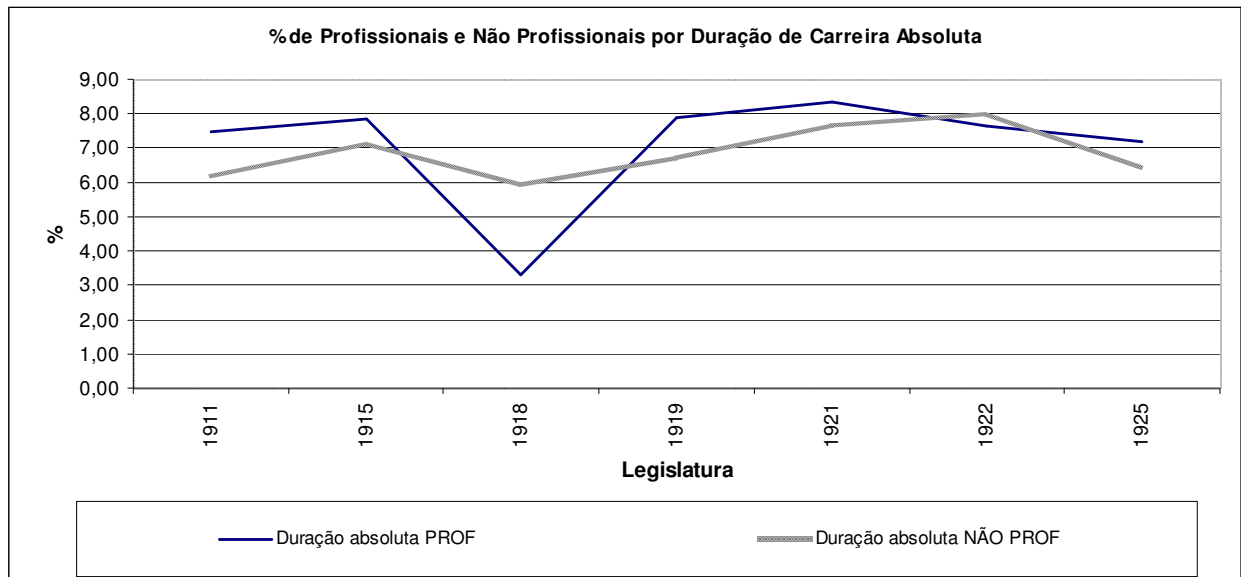


Figura 128: Evolução da Duração de Carreira Absoluta dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

No que respeita a alinhamento político, os números apresentados comprovam de facto que o grupo de militares políticos de 1918-19 é o mais alinhado à direita de todo o período histórico. Essa circunstância, que se poderia antever da análise do contexto político mas também da evolução social dos recrutamentos de militares não profissionais nessa legislatura, torna facilmente explicável a recuperação que irão ter no Estado Novo, e que mais abaixo demonstraremos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

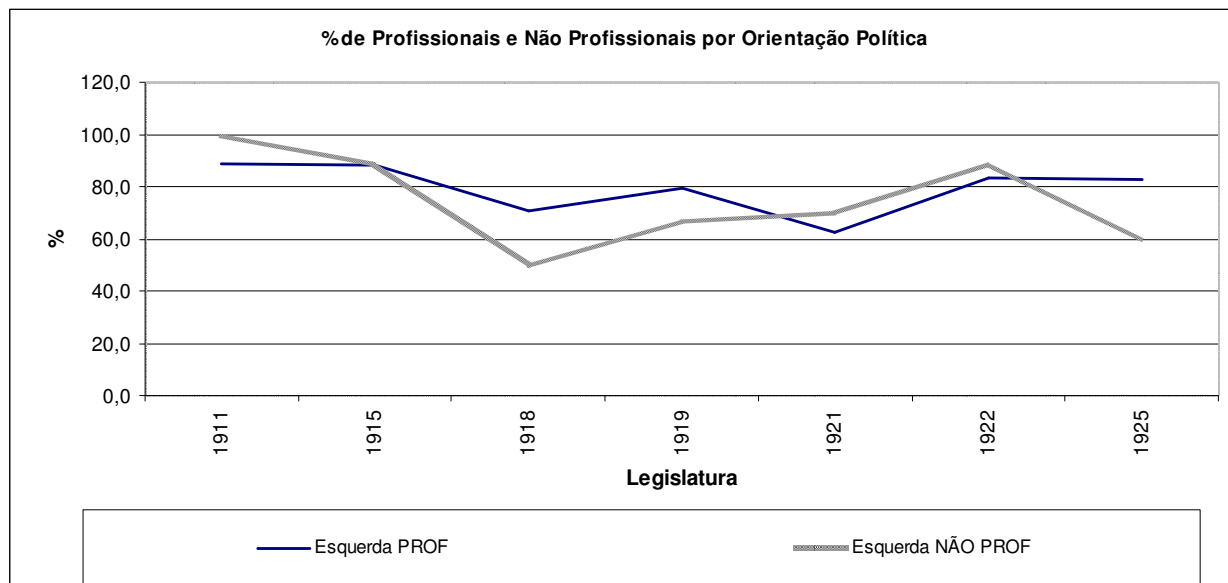


Figura 129: Evolução da Orientação Política dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

O maior alinhamento à esquerda dos militares profissionais políticos face aos militares não profissionais políticos, que evidenciámos na secção anterior, merece contudo concretização por legislatura, dado que na legislatura de 1915-18 as orientações são semelhantes, e em 1921-22 e 1922-25, os militares não profissionais políticos estão mais à esquerda que os militares profissionais. De facto, parece que, se exceptuarmos a legislatura atípica de 1918-19, as orientações não diferem muito, não obstante haver ainda ligeira tendência para um posicionamento mais à direita dos não profissionais (sustentado nomeadamente no comportamento das legislaturas de 1919-21 e 1925-26).

Os militares não profissionais políticos variaram consideravelmente ao longo da I República, no que respeita à actividade política estudantil. Registaram uma alta participação em todas as legislaturas menos a de 1918-19 e a de 1925 que, dado se caracterizarem pelo maior alinhamento destes militares à direita, ajudam a justificar pelo menos um menor envolvimento em actividades pró-República antes do 5 de Outubro de 1910.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Os militares profissionais políticos que participaram na legislatura de 1911-15 foram os que mais estiveram envolvidos com a actividade política estudantil, especialmente em apoio à República.

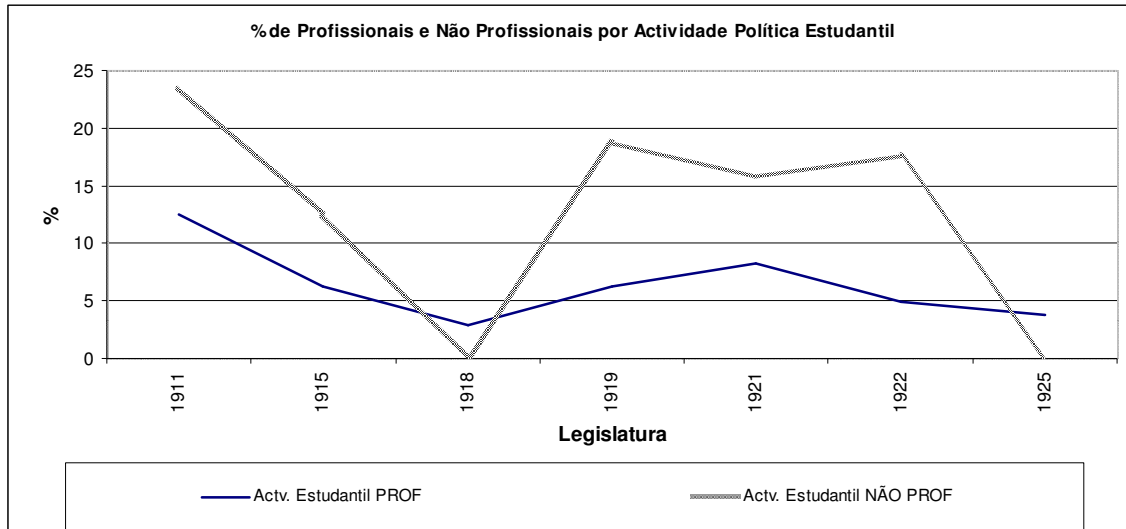


Figura 130: Evolução da Actividade Política Estudantil dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Os militares profissionais políticos tenderam sempre a ser mais interventivos em momentos históricos que os não profissionais. Tal apenas não sucedeu nas legislaturas de 1918-19. Tal deriva da mudança de perfil dos recrutamentos nessa legislatura que tem vindo a ser discutida e que faz com que estejamos a falar de intervenções contrárias à maioria das que caracterizaram os militares profissionais: intervenções alinhadas com a República. De facto, nesse ano verificamos que 75% das intervenções dos militares não profissionais políticos são contra a República, nomeadamente participação nas Incursões Monárquicas de 1911-12 e 1919 pela Monarquia e envolvimento na Monarquia do Norte, e que as restantes são pró-Sidonistas, contra apenas 13,4% de intervenções Pró-Monarquia e 11,3% Pró-Sidonistas dos militares profissionais políticos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

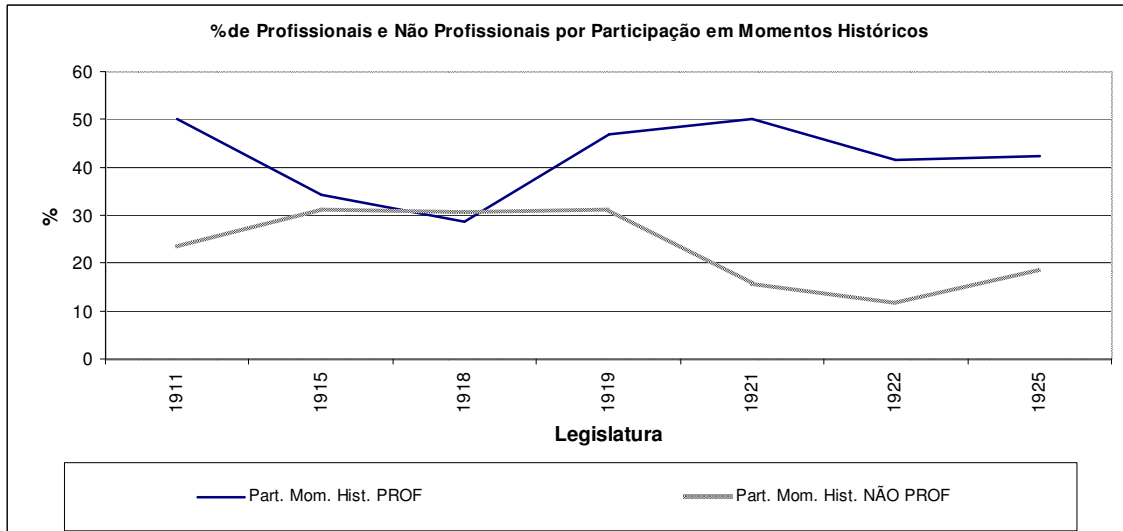


Figura 131: Evolução da Participação em Momentos Históricos de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

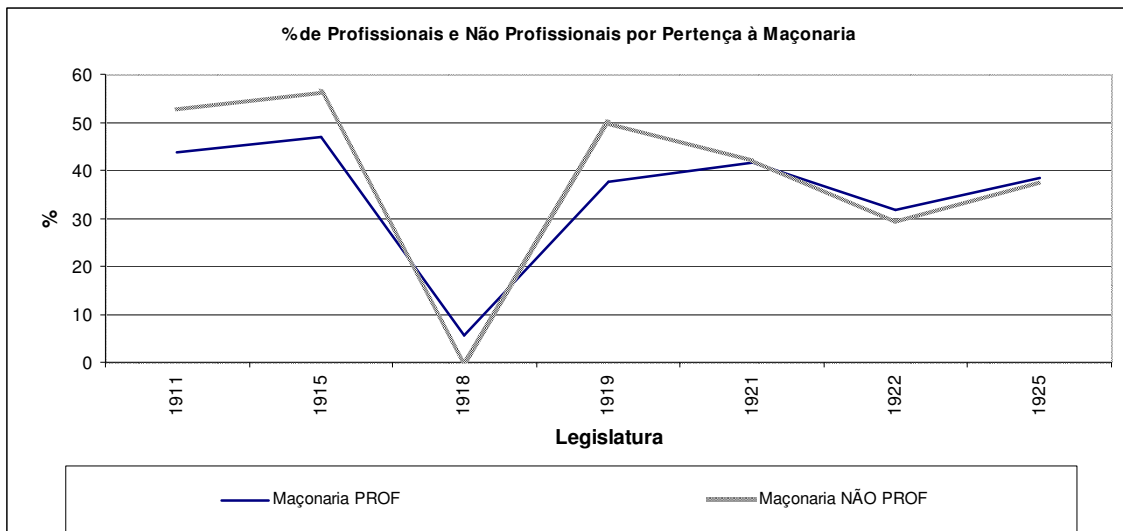


Figura 132: Evolução da Pertença à Maçonaria de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

A pertença à Maçonaria encontra-se em decrescimento ao longo da I República tanto para militares profissionais políticos como para militares não profissionais políticos. A legislatura de 1918-19 volta a ser *sui generis* ao representar uma queda extremamente acentuada dos maçons na política, eliminando mesmo os militares não profissionais. Eles

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

retornam contudo em força após o Sidonismo e o fim da Guerra, entrando contudo, desde 1919-21 em regressão.

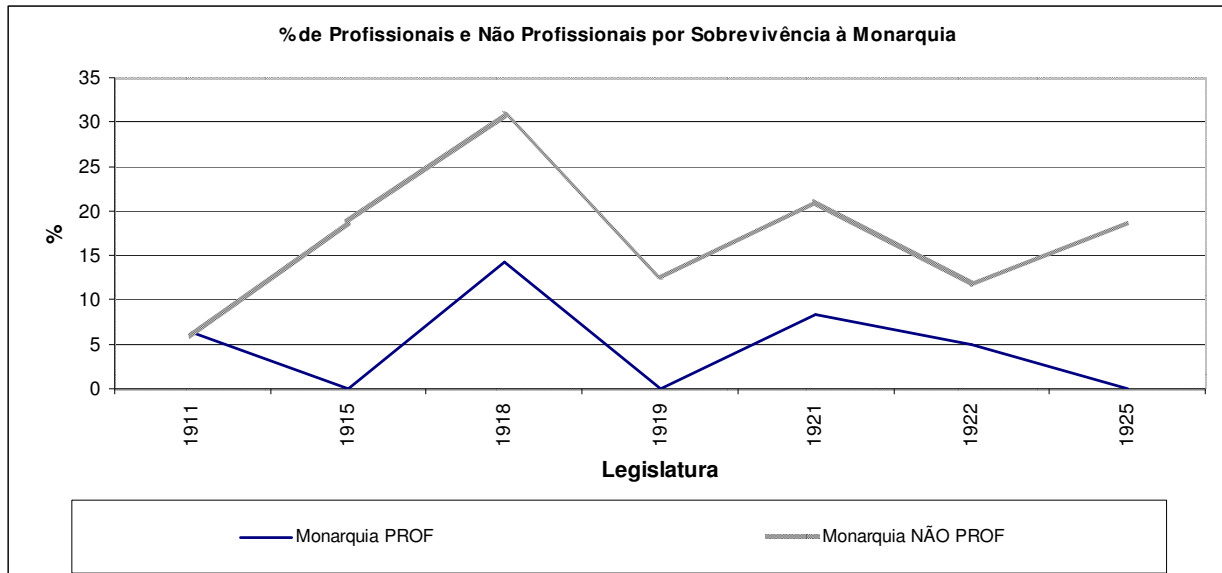


Figura 133: Evolução da Sobrevivência à Monarquia de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Na sequência do que se deixou dito sobre os contornos especiais da legislatura de 1918-19, nomeadamente sobre a participação nela de militares não profissionais políticos, verifica-se que esses militares não apenas foram recuperados à Monarquia muito acima da média, como são reintroduzidos com muito maior probabilidade no Estado Novo.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

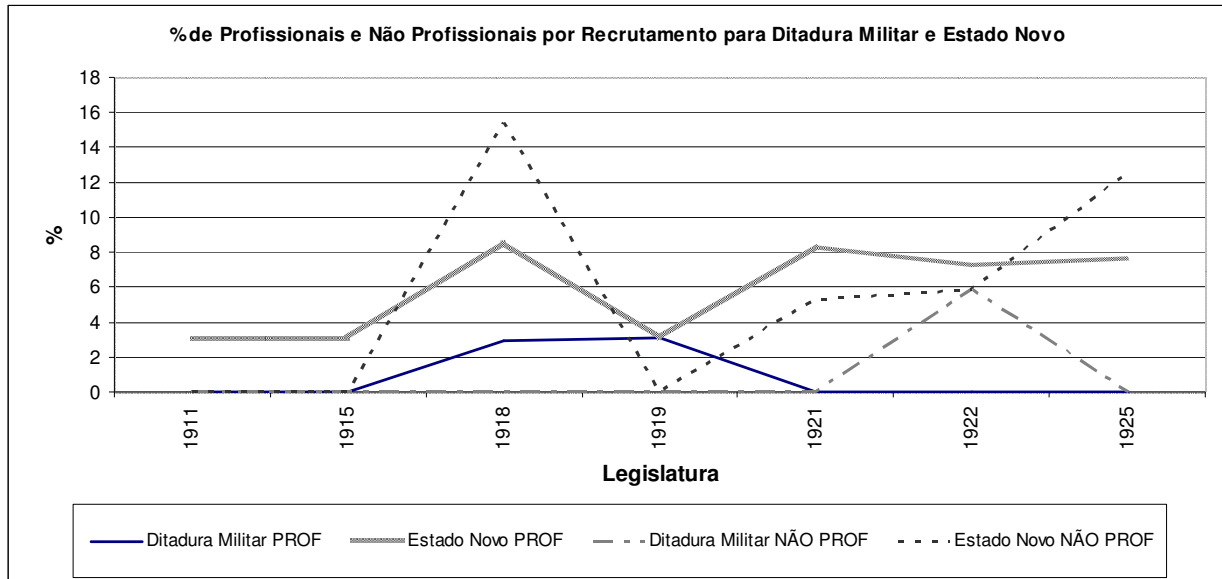


Figura 134: Evolução do Recrutamento para a Ditadura Militar e Estado Novo de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

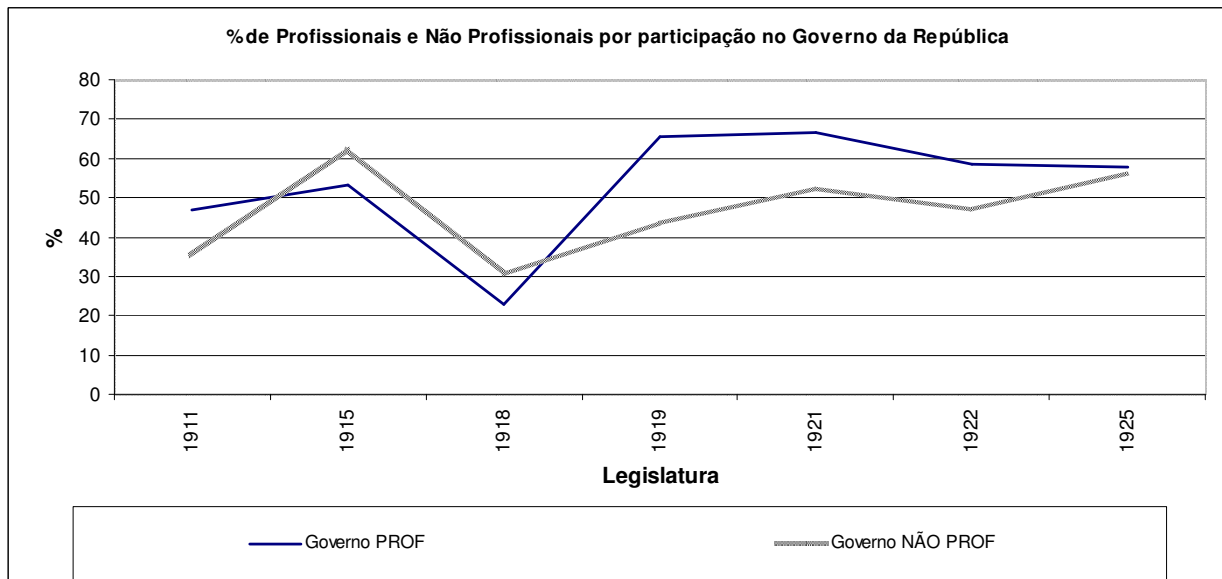


Figura 135: Evolução da Participação no Governo da República de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

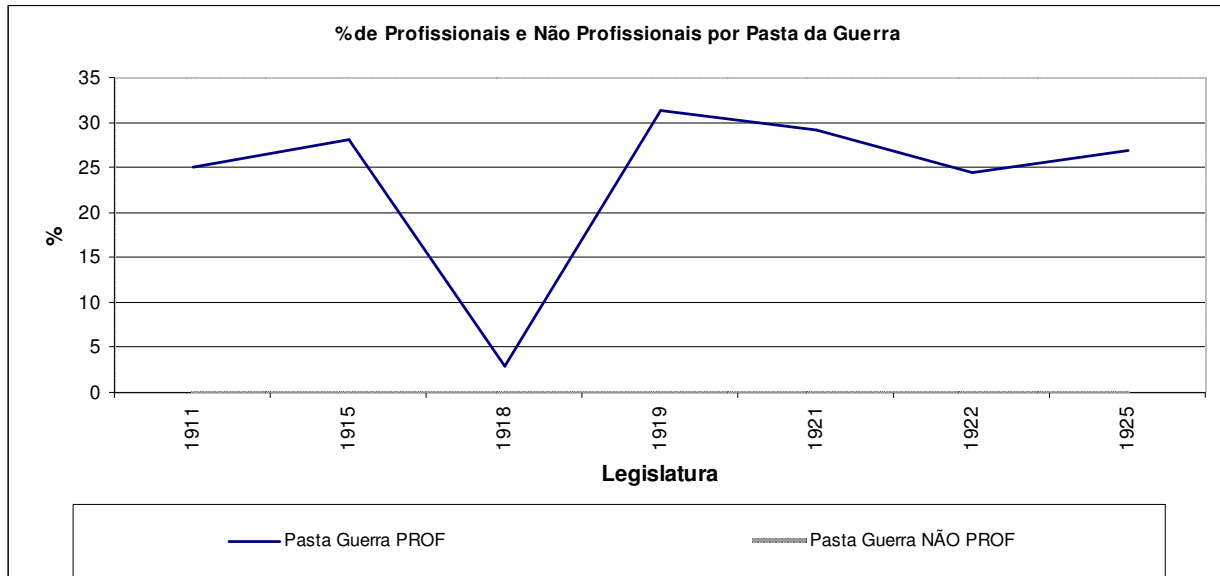


Figura 136: Evolução da Direcção da Pasta da Guerra de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.

Em média sem a confiança política da República, os militares políticos de 1918-19 serão não apenas muito menos chamados ao Governo, como se encontrarão praticamente excluídos do exercício da Pasta da Guerra.

A análise da evolução dos indicadores de carreira política na forma como se apresentam durante a I República para militares profissionais políticos e militares não profissionais políticos, mostra pois que:

- Exceptuando a atípica legislatura Sidonista, os militares profissionais políticos tendem a evoluir ao longo da I República evidenciando uma grande estabilidade em torno das médias globais. A excepção é feita para a crescente probabilidade de serem recrutados para o Governo e para a Pasta da Guerra e de se envolverem em momentos históricos;
- Os militares não profissionais políticos tendem também muito para a estabilidade evidenciando contudo estarem a tornar-se ao longo da I República cada vez mais recrutáveis para o Governo (se bem que nunca para a Pasta da Guerra), e estarem a demitir-se cada vez mais da intervenção em benefício da participação, nas acepções que lhes demos;

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- A legislatura de comportamento excepcional, influenciada no caso dos militares tanto pelo Sidonismo como pela Guerra, caracteriza-se pois por uma ascendência social especialmente prestigiosa e por carreiras militares e políticas de sucesso relativo, dado o alinhamento político contrário, na grande maioria dos casos, ao Republicanismo. Na carreira militar não tiveram geralmente tempo de beneficiar da viragem à direita trazida pelo Estado Novo. Já em termos políticos, foram recrutados desproporcionalmente por esse regime, mas já, geralmente, em fases da vida incompatíveis com carreiras longas. Tenderam pois a ter a maior taxa de sobrevivência política dos militares do Exército, não obstante tenham protagonizado carreiras em termos absolutos bem mais curtas: menos mandatos e menos anos em exercício. Os longos interregnos da Monarquia a 1918-19 e dessa data ao Estado Novo, foram pois o que mais somou ao número de anos totais passados entre o início do primeiro e o fim do último mandato político.

2.5. Verificação.

Passando ao teste de hipóteses, olharemos apenas agora para os militares profissionais políticos, tentando caracterizá-los enquanto tendo desempenhos mais ou menos congruentes com o profissionalismo militar, continuando o esforço de qualificação dos militares que concretiza a segunda parte do nosso modelo de abordagem. Dessa verificação conclui-se que o perfil de militar profissional especialista é o que mais encontra confirmação entre os militares profissionais políticos da I República (54,7%).

O segundo perfil mais encontrado é o de militar profissional intervencionista (37,4%), seguindo-se por esta ordem os perfis de representante (25,8%), aparentado (20,1%), encarreirado (18,0%) e herói (15,1%).

Hipótese 1: Militares Profissionais Políticos ESPECIALISTAS		
	n	%
Hipótese confirmada	76	54,7
Hipótese não confirmada	63	45,3
	139	100,0

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Hipótese 2: Militares Profissionais Políticos ENCARREIRADOS		
	n	%
Hipótese confirmada	25	18,0
Hipótese não confirmada	114	82,0
	139	100,0

Hipótese 3: Militares Profissionais Políticos HERÓIS		
	n	%
Hipótese confirmada	21	15,1
Hipótese não confirmada	118	84,9
	139	100,0

Hipótese 4: Militares Profissionais Políticos REPRESENTANTES		
	n	%
Hipótese confirmada	34	25,8
Hipótese não confirmada	98	74,2
	132	100,0

Hipótese 6: Militares Profissionais Políticos INTERVENIONISTAS		
	n	%
Hipótese confirmada	52	37,4
Hipótese não confirmada	87	62,6
	139	100,0

Hipótese 9: Militares Profissionais Políticos APARENTADOS		
	n	%
Hipótese confirmada	28	20,1
Hipótese não confirmada	111	79,9
	139	100,0

Figura 137: Resultados do Teste de Hipóteses – Perfis Individuais.

Quanto às hipóteses testadas agregadamente, a hipótese 5, hipótese do recrutamento estratégico vigilante é confirmada com o desvio-padrão de militares correspondentes ao perfil delineado por legislatura, de 6.

**Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.**

A hipótese 7, hipótese do recrutamento representativo, como seria de se esperar não se verifica, dado a classe política inverter a pirâmide social ao recrutar-se maioritariamente na classe alta e minoritariamente na baixa.

	Hipótese 7		
	Confirmação Perfeita	Real	Diferencial
Classe Alta	10,0	69,3	59,3
Classe Média	30,0	30,5	0,5
Classe Baixa	60,0	0,2	-59,8
	100	100	59,6

		Hipótese 8		
		Confirmação Perfeita	Real	% de Representação
Comércio (considera-se 20% do nº de estabelecimentos comerciais de média rentabilidade e superior)	873	1,9	2,6	+36,8
Indústria (considera-se 20% do nº de estabelecimentos industriais)	727,6	1,6	2,3	+43,8
Ensino (professores universitários apenas)	3478	7,6	11,4	+50,0
Engenharias e Construção Civil (todas as áreas de Engenharia e Arquitectura)	4678	10,3	4,2	-59,2
Justiça (Advogados e Juizes)	8760	19,2	24,5	+27,6
Saúde (Médicos e Farmacêuticos)	4320	9,5	15,9	+67,4
Propriedade (Apenas Grandes Proprietários)	4854	10,6	10	-5,7
Economia e Finanças (Licenciados)	2347	5,1	0,2	-96,1
Forças Armadas (Oficiais)	6512	14,3	22,2	+55,2
Gestão (Administradores, altos cargos)	573	1,3	3,1	+138,5
Diplomacia e Funcionalismo Público (só Alto Funcionalismo)	689	1,5	1,6	+6,7
Religião (Bispos e superior)	1233	2,7	0,1	-96,3
Cultura/ Letras	6576	14,4	1,9	-86,8
	45620,72	100	100	

Figura 138: Resultado do Teste de Hipóteses: Padrões de Recrutamento.

A hipótese 8, hipótese do recrutamento elitista, não se verifica dado não se ter encontrado uma correspondência satisfatória entre a distribuição real das elites funcionais e a distribuição do peso dessas elites na classe política. Os desvios mais marcantes ocorrem com a excessiva presença da elite da Gestão, da Saúde, das Forças Armadas e do

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Ensino, e com o deficit de recrutamentos provenientes da Religião, da Economia/ Finanças e da Cultura/ Letras²⁵⁹.

	1911		1915		1918		1919		1921		1922		1925		Governo República	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
H1_Especialistas	18	56,3	21	65,6	16	45,7	25	78,1	16	66,7	26	63,4	17	65,4	39	60,0
H2_Encarregados	3	9,4	6	18,8	0	0,0	6	18,8	6	25,0	7	17,1	3	11,5	25	38,5
H3_Heróis	0	0,0	0	0,0	6	17,1	5	15,6	4	16,7	7	17,1	8	30,8	11	16,9
H4_Representantes	7	21,9	9	28,1	12	34,3	10	31,3	5	20,8	10	24,4	3	11,5	10	15,4
H6_Intervencionista	18	56,3	12	37,5	13	37,1	16	50,0	13	54,2	17	41,5	12	46,2	35	53,8
H9_Parentes	6	18,8	5	15,6	11	31,4	4	12,5	3	12,5	5	12,2	4	15,4	12	18,5
Válidos	32		32		35		32		24		41		26		65	
Missings	0		0		0		0		0		0		0		0	
Profissionais	87,5		112,5		80,0		128,1		112,5		104,9		88,5		113,8	
Não Profissionais	56,3		37,5		54,3		65,6		70,8		58,5		76,9		70,8	
Neutros	18,8		15,6		31,4		12,5		12,5		12,2		15,4		18,5	

Figura 139: Evolução da Verificação das Hipóteses de Perfis Individuais por Legislatura Política da I República.

Se descontarmos o efeito do Sidonismo e da Guerra na legislatura de 1918-19, podemos concluir que os indivíduos cujo perfil de militar profissional político se acomoda com o profissionalismo militar, vieram desde o início da República a ganhar peso entre a classe militar profissional política. Esse sentido inverteu-se contudo a partir de 1919, altura em que começa a regredir a compatibilização da acção política com o profissionalismo.

Ganham portanto peso, a partir do pós-guerra, os perfis incompatíveis com o profissionalismo, isto é, o de herói (condicionado pela guerra e portanto naturalmente em alta) e o de intervencionista.

²⁵⁹ Na compilação dos dados que servem de referência ao teste da hipótese 8, usaram-se os dados tornados disponíveis pelas obras de investigação histórica coordenadas por A.H. Oliveira Marques, nomeadamente Marques, A. H. De Oliveira; Serrão, Joel; *Portugal da Monarquia para a República*; Editorial Presença; Lisboa; 1991.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

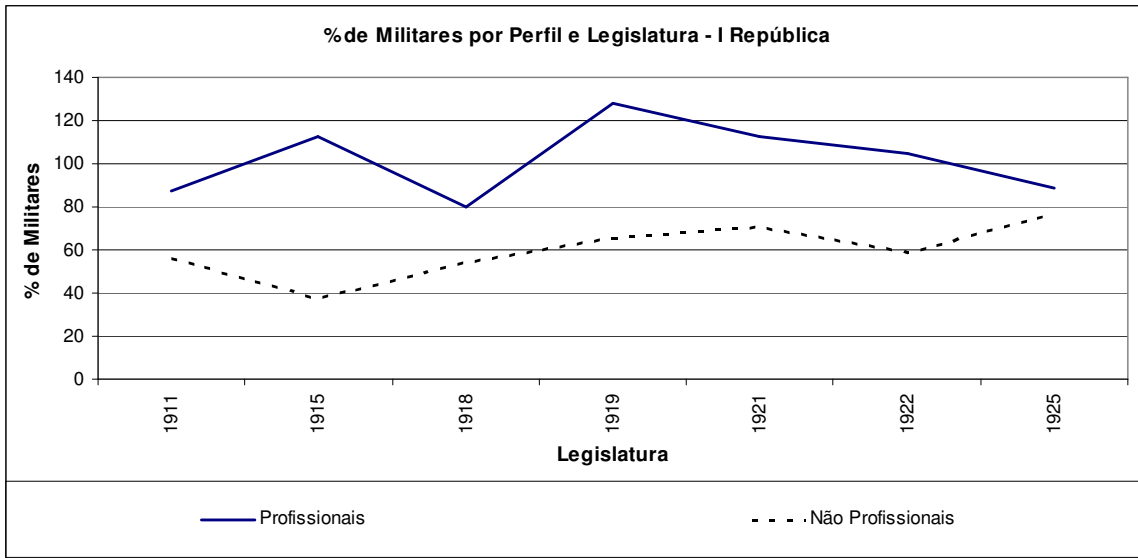


Figura 140: Evolução da Percentagem de Militares de Perfil Profissional e Não Profissional, por Legislatura.

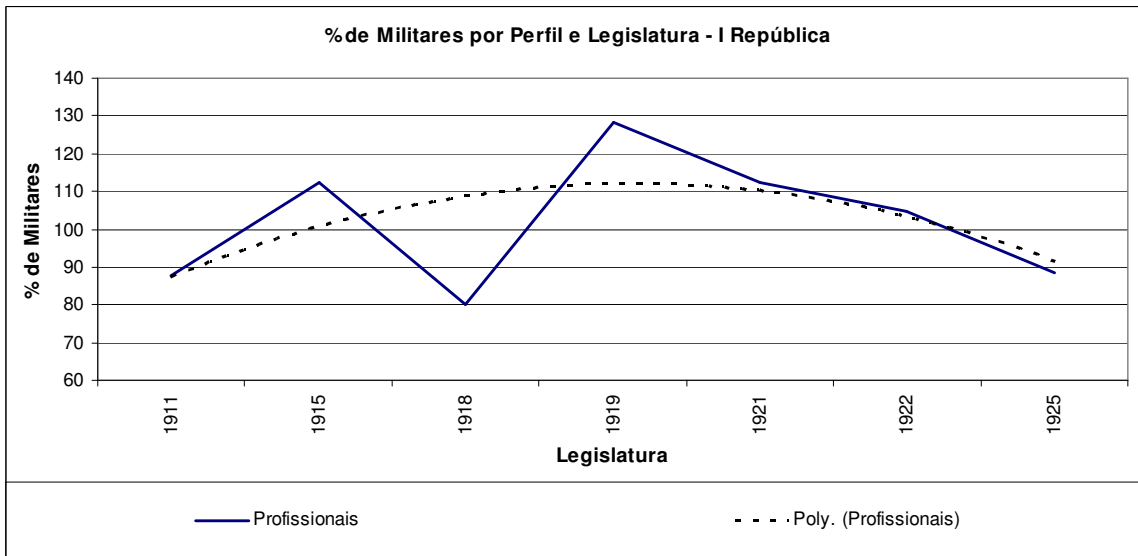


Figura 141: Evolução e Tendência da Percentagem de Militares de Perfil Profissional, por Legislatura.

Especificando esta orientação de mudança através da análise da evolução de cada perfil, verifica-se que a queda dos recrutamentos compatíveis com o profissionalismo

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

ocorre essencialmente pela regressão do perfil de representante. O perfil de especialista é o que mais resiste ao evoluir da República.

Os Heróis constituem-se no perfil que ganhou mais regularidade até ao fim da República. Os Intervencionistas expandem-se de 1918-21, mas entram depois em regressão, sendo substituídos por Heróis e Especialistas.

Os Parentes são quem mais compensa a perda de Especialistas e Encarregados durante a Guerra, evoluindo depois em sentido retrativo.

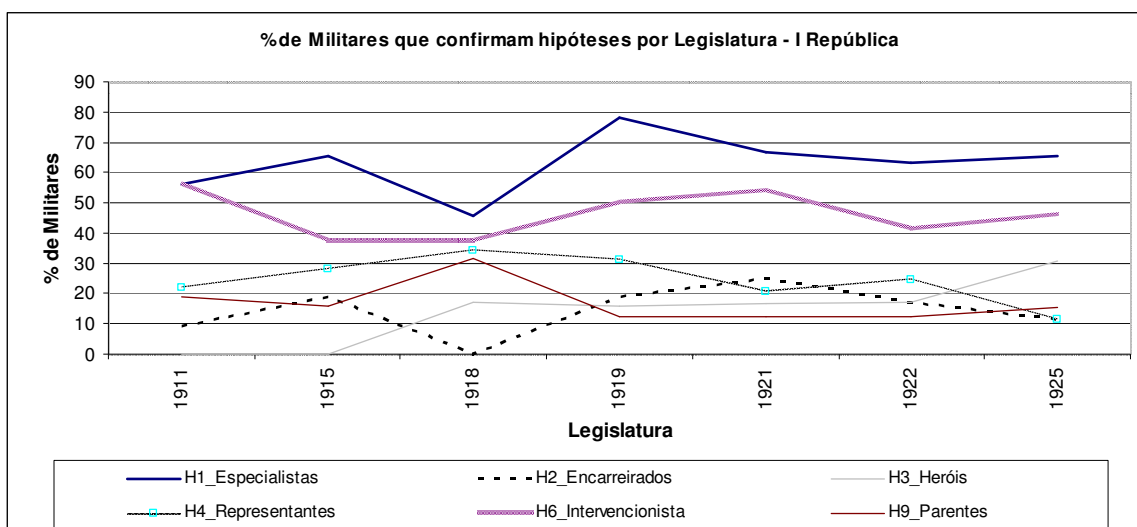


Figura 142: Evolução da Percentagem de Militares por Verificação das Hipóteses, por Legislatura.

Uma cuidadosa investigação sobre os grupos gerados a partir da verificação das hipóteses exige ainda que os caracterizemos em termos socio-profissionais, de carreira militares e de carreira política, à semelhança do que temos feito noutros contextos. É o que faremos de seguida.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Naturalidade (%)			Auto-Recrutamento Militar (%)		Auto-Recrutamento Político (%)	
	Cidade	Vila	Lugar	Sim	Não	Sim	Não
H1_Especialistas	64,8	16,9	18,3	28,9	71,1	11,8	88,2
H2_Encarregados	60,9	26,1	13,0	36,0	64,0	12,0	88,0
H3_Heróis	60,0	5,0	35,0	19,0	81,0	4,8	95,2
H4_Representantes	61,3	22,6	16,1	26,5	73,5	14,7	85,3
H6_Intervencionista	62,0	20,0	18,0	26,9	73,1	13,5	86,5
H9_Parentes	60,0	12,0	18,0	25,0	75,0	67,9	32,1
Profissional	62,3	21,9	15,8	30,5	69,5	12,8	87,2
Não Profissional	61,0	12,5	26,5	23,0	77,1	9,2	90,9
Neutro	60,0	12,0	18,0	25,0	75,0	67,9	32,1

Figura 143: Caracterização Social dos Perfis de Militar Profissional Político (1).

Os Militares Profissionais Especialistas destacam-se por serem Auto-Recrutados Militares acima da média (28,9%), por serem desproporcionalmente filhos da Classe Alta (88,4%), por terem cursado o Colégio Militar numa percentagem comparativamente elevada (44,7%), terem iniciado o seu Curso Superior Militar numa idade abaixo da média e terem tido um desempenho académico menos bom que outros, como os Encarregados e os Heróis. Destacam-se também por pertencerem a Armas Tradicionais (Artilharia e Infantaria), registando a mais baixa presença de Engenheiros, e por terem um sucesso relativo na carreira.

Caracterizam-se ainda por iniciarem a carreira política numa idade acima da média, por terem carreiras comparativamente longas e por estarem acima da média no desempenho do cargo de Ministro da Guerra.

	Classe social do Pai (%)			Ascendência nobiliárquica (%)		Colégio Militar (%)	
	Alta	Média	Baixa	Sim	Não	Sim	Não
H1_Especialistas	88,4	9,3	2,3	6,6	93,4	44,7	55,3
H2_Encarregados	82,4	17,6	0	4,0	96,0	17,6	82,4
H3_Heróis	80,0	20,0	0	4,8	95,2	12,5	87,5
H4_Representantes	84,2	15,8	0	8,8	91,2	47,1	52,9
H6_Intervencionista	80,6	19,4	0	5,8	94,2	29,2	70,8
H9_Parentes	87,9	12,1	0	17,9	82,1	30,0	70,0
Profissional	85,0	14,2	0,8	6,5	93,5	36,5	63,5
Não Profissional	80,3	19,7	0,0	5,3	94,7	20,9	79,2
Neutro	87,9	12,1	0,0	17,9	82,1	30,0	70,0

Figura 144: Caracterização Social dos Perfis de Militar Profissional Político (2).

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Os Militares Profissionais Encarregados destacam-se pelo peso no seu seio da Classe Média (26,1%), pelo mais elevado Auto-Recrutamento Militar (36,0%), pela mais baixa ascendência nobiliárquica (4,0%), e pela comparativamente mais baixa situação de classe. Apenas 17,6% passaram pelo Colégio Militar não obstante o alto Auto-Recrutamento. Apesar de não provirem da situação de partida mais privilegiada, constituem-se no grupo que inicia o seu Curso Militar mais cedo, que o completa com o maior mérito académico, e que chega mais longe na Carreira Militar (84,0% chegam a generais), personificando pois a subordinação crescente do sucesso na carreira a critérios meritocráticos.

No que respeita à Carreira Política, os Militares Profissionais Encarregados tendem a começá-la tarde, normalmente já com o posto de Coronel, e a prolongá-la por um período de tempo inferior à média. A seguir aos Parentes, os Encarregados são quem mais iniciou a Carreira ainda na Monarquia e, após os Heróis, são quem mais assume Cargos Políticos Governativos na Ditadura Militar. Os Encarregados destacam-se por ser os mais alinhados com a esquerda e com poder vigente.

	Idade média à Data da Matrícula (%)	Classe à Data da Matrícula (%)				Quadro (%)		Média Final	Aluno de Mérito (%)	
		Civil	Praça	Sargento	Oficial	Quadro	Miliciano		Sim	Não
H1_Especialistas	19,99	1,3	53,9	35,6	9,2	98,7	1,3	13,09	34,2	65,8
H2_Encarregados	19,92	0	52,0	20,0	28,0	100,0	0,0	13,69	56,0	44,0
H3_Heróis	20,16	0	71,5	19,0	9,5	95,2	4,8	13,58	52,4	47,6
H4_Representantes	20,18	2,9	47,1	41,2	8,8	97,1	2,9	13,01	26,5	73,5
H6_Intervencionista	20,12	0	61,5	30,8	7,7	100,0	0,0	12,74	38,5	61,5
H9_Parentes	20,30	0	67,9	21,4	10,7	100,0	0,0	13,25	35,7	64,3
Profissional	20,03	1,4	51,0	32,3	15,3	98,6	1,4	13,3	38,9	61,1
Não Profissional	20,14	0,0	66,5	24,9	8,6	97,6	2,4	13,2	45,5	54,6
Neutro	20,30	0,0	67,9	21,4	10,7	100,0	0,0	13,3	35,7	64,3

Figura 145: Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político (1).

Os Militares Profissionais Heróis caracterizam-se por provir de meios mais pequenos (35,0% são naturais de lugares), terem a mais baixa taxa de Auto-Recrutamento Militar e a mais baixa taxa de Auto-Recrutamento Político.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Os Heróis são o grupo mais desfavorecido em termos de ascendência social, ao ter a menor percentagem de pais de Classe Alta e uma das mais baixas percentagens de ascendência nobiliárquica. É também aqui que se encontra o maior início de Curso Militar na classe de praça (71,5%) e a mais reduzida taxa de frequência do Colégio Militar (12,5%), o que seria de esperar dado estar geralmente esta última frequência associada quer ao auto-recrutamento militar, quer a ascendências sociais de prestígio.

Os Heróis são quem inicia a Carreira Política mais cedo mas também quem tem carreiras políticas mais curtas. Têm reduzido peso na orientação do Ministério da Guerra e são os mais alinhados à direita política. Este grupo destaca-se ainda pelo peso da Engenharia (30,0%) e pelo número mais elevado de Professores das Escolas Militares (23,8%), não obstante o sucesso na carreira militar medido pelo posto mais alto alcançado ser modesto.

	Arma (%)					
	Administração Militar	Artilharia	Cavalaria	Engenharia	Infantaria	Estado Maior
H1_Especialistas	5,4	35,1	10,8	10,8	31,1	25,7
H2_Encarregados	4,0	36,0	8,0	16,0	28,0	28,0
H3_Heróis	5,0	30,0	5,0	30,0	30,0	25,0
H4_Representantes	2,9	41,2	5,9	11,8	29,4	23,5
H6_Intervencionista	4,1	32,7	12,2	14,3	34,7	26,5
H9_Parentes	0,0	33,3	11,1	25,9	22,2	11,1
Profissional	4,1	37,4	8,2	12,9	29,5	25,7
Não Profissional	4,5	31,3	8,6	22,1	32,3	25,8
Neutro	0,0	33,3	11,1	25,9	22,2	11,1

Figura 146: Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político (2).

Os Militares Profissionais Representantes constituem-se no grupo que mais cursou o Colégio Militar (47,1%), que mais iniciou o seu Curso Superior numa classe superior à de praça, mas que, contudo, menor sucesso obteve na distribuição das distinções de mérito. O peso de Docentes das Escolas Militares no total de Políticos com este perfil é o mais baixo dos grupo, podendo mesmo dizer-se residual – 2,9%.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Posto mais alto alcançado (%)							
	General	Brigadeiro	Coronel	Tenente-Coronel	Major	Capitão	Tenente	Alferes
H1_Especialistas	38,0	2,8	29,6	9,9	9,9	4,2	4,2	1,4
H2_Encarregados	84,0	0,0	16,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
H3_Heróis	30,0	10,0	25,0	20,0	5,0	5,0	5,0	0,0
H4_Representantes	40,0	0,0	26,7	13,3	10,0	3,3	6,7	0,0
H6_Intervencionista	31,4	0,0	31,4	7,8	11,8	13,7	2,0	2,0
H9_Parentes	26,9	0,0	26,9	15,4	19,2	3,8	7,7	0,0
Profissional	54,0	0,9	24,1	7,7	6,6	2,5	3,6	0,5
Não Profissional	30,7	5,0	28,2	13,9	8,4	9,4	3,5	1,0
Neutro	26,9	0,0	26,9	15,4	19,2	3,8	7,7	0,0

Figura 147: Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político (3).

A Artilharia é a Arma mais característica deste grupo de Militares Profissionais Políticos. No grupo mais expressivo de casos os indivíduos iniciaram a sua Carreira Política precocemente e no posto de Coronel, vindo mais tarde a ascender ao oficialato. Os Militares Profissionais Representantes são essencialmente um grupo de Deputados e Senadores. A sua presença no Governo é mínima.

Quando olhamos para os Militares Profissionais Intervencionistas, concluímos que a sua mais distintiva característica é terem uma baixa média final de curso e uma carreira militar com baixo sucesso. O seu intervencionismo político, geralmente precoce, iniciado antes do fim (tardio) da formação académica, justifica porque são os políticos militares recrutados com mais baixo posto (ainda que não os mais novos). Os efeitos da rotatividade de regimes sobre militares politicamente alinhados e empenhados explicam que não tenham tido uma carreira militar muito longa e próspera. De facto, não poucas vezes estes militares se viram afastados dos seus postos por resultado de mudanças políticas, vindo geralmente a ser reintegrados mais tarde, mas, na grande maioria dos casos, com promoções que ficaram aquém das alcançadas por militares que prosseguiram ininterruptamente as suas carreiras.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Posto à data do 1º mandato (%)								Professor EM (%)	
	General	Brigadeiro	Coronel	Tenente-Coronel	Major	Capitão	Tenente	Alferes	Sim	Não
H1_Especialistas	10,5	0,0	17,1	23,7	15,8	18,4	13,2	1,3	15,8	84,2
H2_Encarregados	28,0	0,0	44,0	8,0	12,0	8,0	0,0	0,0	20,0	80,0
H3_Heróis	9,5	0,0	14,3	23,8	19,0	23,8	4,8	4,8	23,8	76,2
H4_Representantes	5,9	0,0	23,5	17,6	11,8	29,4	11,8	0,0	2,9	97,1
H6_Intervencionista	9,6	0,0	15,4	15,4	13,5	30,8	11,5	3,8	13,5	86,5
H9_Parentes	10,7	0,0	10,7	17,9	7,1	32,1	21,4	0,0	7,1	92,9
Profissional	14,8	0,0	28,2	16,4	13,2	18,6	8,3	0,4	12,9	87,1
Não Profissional	9,6	0,0	14,8	19,6	16,3	27,3	8,2	4,3	18,7	81,4
Neutro	10,7	0,0	10,7	17,9	7,1	32,1	21,4	0,0	7,1	92,9

Figura 148: Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político (4).

As carreiras políticas dos Intervencionistas caracterizaram-se por não serem especialmente longas e por se apresentarem como as mais contínuas (compostas de mandatos sucessivos). A sua presença no Governo face às Câmaras é assinalável.

Os Parentes foram ao invés os militares com as carreiras mais longas quer em termos relativos (diferença entre a data do primeiro mandato e do fim do último) quer absolutos (soma dos tempos totais passados no exercício de cargos políticos executivos) e com as carreiras mais descontínuas. A par com os Especialistas caracterizaram-se também por uma ascendência social privilegiada, quer em termos de classe social do pai, quer de ascendência nobiliárquica (17,9% - mais do dobro do vice-líder neste indicador). Sob o ponto de vista militar caracterizaram-se por uma matrícula tardia na Escola Militar, por um mérito social relativo e por cursarem acima da média armas técnicas: Artilharia e Engenharia. Tenderam também a entrar cedo na carreira política, ainda com um posto militar baixo e a fazerem uma carreira militar modesta.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Idade média à Data do 1º Mandato	Duração na Carreira relativa (anos)	Duração na Carreira absoluta (anos)	Diferencial relativa-absoluta
H1_Especialistas	43,12	8,61	5,41	3,2
H2_Encarregados	52,52	7,36	4,65	2,71
H3_Heróis	39,48	6,81	4,04	2,77
H4_Representantes	42,53	8,32	5,2	3,12
H6_Intervencionista	42,63	8,29	5,78	2,51
H9_Parentes	41,71	12,25	6,31	5,94
Profissional	46,1	8,1	5,1	3,0
Não Profissional	41,1	7,6	4,9	2,6
Neutro	41,7	12,3	6,3	5,9

Figura 149: Caracterização Política dos Perfis de Militar Profissional Político (1).

Os Parentes tendem também a estar alinhados com a Monarquia e com o Conservadorismo, tendo a mais alta taxa de carreiras iniciadas nesse período. 17,9% irão continuar as suas carreiras, após estarem totalmente afastados do Governo durante a Ditadura Militar, no Estado Novo. Caracterizam-se pois pela mais alta taxa de persistência política inter-regimes.

	Monarquia	Ditadura Militar	Estado Novo	Governo	Pasta da Guerra	Esquerda	Direita
H1_Especialistas	7,9	3,9	5,3	51,3	35,5	69,7	30,3
H2_Encarregados	12,0	8,0	0,0	100,0	60,0	80,0	20,0
H3_Heróis	0,0	9,5	9,5	52,4	19,0	60,0	40,0
H4_Representantes	11,8	2,9	5,9	29,4	11,8	76,2	23,8
H6_Intervencionista	7,7	3,8	1,9	67,3	34,6	61,5	38,5
H9_Parentes	17,9	0,0	17,9	42,9	25,0	64,3	37,5
Profissional	31,7	14,8	11,2	180,7	107,3	75,3	24,7
Não Profissional	7,7	13,3	11,4	119,7	53,6	60,9	39,1
Neutro	17,9	0,0	17,9	42,9	25,0	64,3	37,5

Figura 150: Caracterização Política dos Perfis de Militar Profissional Político (2).

Os perfis de profissionais militares mais congruentes com o profissionalismo destacaram-se face aos perfis de profissionais de tipo não profissional por uma origem mais urbana, uma situação de classe mais privilegiada, um maior auto-recrutamento político, um maior auto-recrutamento militar, a maior frequência do Colégio Militar, a

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

entrada mais precoce na Escola Militar e postos mais altos à data da matrícula. Não obstante terem médias semelhantes (apesar de distinções de mérito abaixo dos não profissionais), conseguiram uma carreira de maior sucesso (+23,3% de entradas no generalato). Os cargos de Professor da Academia Militar seguem de perto o mérito, sendo consequentemente os não profissionais quem mais os assume.

No que respeita à carreira política, os profissionais foram recrutados mais tarde, com detenção de postos mais elevados, e conseguindo uma carreira mais longa que a dos não profissionais.

Os profissionais provieram mais da Monarquia (31,7%), mas mantêm-se na Ditadura Militar e no Estado Novo, em taxas semelhantes às dos não profissionais. Os postos governativos e a condução do Ministério da Guerra são essencialmente executados por profissionais.

É clara a diferente orientação política dos militares profissionais políticos, consoante tenham um comportamento mais ou menos alinhado ao profissionalismo. Os militares profissionais políticos de perfil profissional estão mais alinhados com o Republicanismo e consequentemente com a esquerda, enquanto que os de perfil não profissional se alinham pela direita.

	<i>Background Social</i>			
	Naturalidade Rural	Auto-Recrutamento Militar	Auto-Recrutamento Político	Ascendência Social Privilegiada
H1_Especialistas		+		+
H2_Encarregados		+		
H3_Heróis	+			
H4_Representantes			+	+
H6_Intervencionista			+	
H9_Parentes			+	+
Profissional		+	+	+
Não Profissional	+			

Figura 151: Quadro Resumo da Caracterização Social dos Perfis de Militar Profissional Político.

Um olhar transversal à caracterização dos perfis de militar profissional político permite concluir que o auto-recrutamento militar parece instigar um perfil de participação militar mais técnico, enquanto que o auto-recrutamento político instiga a uma actividade

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

mais reivindicativa, seja através da defesa dos interesses ocupacionais dos militares, seja através do envolvimento político activo revolucionário.

	Carreira Militar			
	Académico de Mérito	Armas Tradicionais	Armas Técnicas	Carreira Militar de Sucesso
H1_Especialistas		+		+
H2_Encarregados	+			+
H3_Heróis	+		+	
H4_Representantes		+		+
H6_Intervencionista				
H9_Parentes				
Profissional		+		+
Não Profissional	+		+	

Figura 152: Quadro Resumo da Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político.

	Carreira Política					
	Governo	Outros Regimes	Carreira Política Longa	Carreira Política Contínua	Esquerda	Direita
H1_Especialistas			+		+	
H2_Encarregados	+	+		+	+	
H3_Heróis				+		+
H4_Representantes		+	+		+	
H6_Intervencionista	+		+	+		+
H9_Parentes		+	+			+
Profissional	+	+	+	+	+	
Não Profissional						+

Figura 153: Quadro Resumo da Caracterização Política dos Perfis de Militar Profissional Político.

A ascendência social privilegiada e o cursar de armas tradicionais conduz à tendência para perfis de participação militar mais orientados para a ocupação e condizentes com o profissionalismo, enquanto que o cursar de armas técnicas tende a originar um perfil inverso.

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Para o Governo recrutam-se essencialmente militares de altas patentes com perfil técnico (não intervencionista), ou intervencionistas alinhados.

Os Heróis e os Encarregados têm carreiras mais curtas e contínuas, os primeiros devido à longevidade tendencialmente curta do efeito da heroicidade (nomeadamente após o termo dos conflitos armados), os segundos por serem definidos por iniciarem carreira já no oficialato general.

2.6. Classificação.

Uma análise dos perfis de militar profissional político derivada apenas da verificação das hipóteses é insuficiente, na medida em que há sobreposições muito relevantes: um militar especialista pode ser por exemplo, simultaneamente intervencionista, o que faz reavaliar a sua acomodação ao pólo profissional ou ao não profissional.

Procurando sanar esse problema, realizámos uma análise de *clusters* sobre os grupos identificados através das hipóteses, isto é, os grupos que as confirmam. A análise teve grande sucesso ao permitir a individualização de grupos muito distintos e ao classificar todos os militares profissionais políticos em estudo de forma satisfatória.

Nessa sequência identificámos cinco clusters de militares: o Militar Especialista Encarregado (43,2% do total de militares profissionais políticos), o Militar Especialista Corporativista (21,6% do total de militares profissionais políticos), o Militar Especialista Encarregado Intervencionista (5,0% do total de militares profissionais políticos), o Militar Intervencionista (21,6% do total de militares profissionais políticos) e Militar Parente ou Aparentado (8,6% do total de militares profissionais políticos).

Os Especialistas Encarregados caracterizam-se por ser genericamente aqueles que combinam intervenções técnicas militares com o exercício de cargos governativos após entrada no oficialato general isto é, ministros de altas patentes de intervenção especializada.

Os Especialistas Corporativistas destacam-se pelas mesmas intervenções técnicas mas simultaneamente por uma sistemática defesa de tipo corporativista da ocupação. São essencialmente parlamentares especialistas e corporativos.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Os Especialistas Encarregados Intervencionistas somam ao primeiro cluster terem histórico de intervenção em momentos históricos, nomeadamente armados, o que é especialmente relevante dado ocorrer a combinação de perfis classificados como profissionais e não profissionais.

Os Intervencionistas caracterizam-se apenas por ascenderem à carreira política por associação a um passado intervencionista.

Os Parentes ou Aparentados correspondem genericamente aos já tratados e discutidos a propósito do tratamento da nossa Hipótese 9: eram suficientemente distintos já no teste de hipóteses.

A comparação entre os grupos gerados pela análise de clusters e os decorrentes do teste de hipóteses, mostra desde logo que os heróis não têm presença formal nesta classificação. Tal ocorre por se pulverizarem por diversos perfis sem significação especial na sua identidade. Ainda assim, é de sublinhar que o seu maior número se verifica no cluster dos intervencionistas, também de dominante não profissional, o que valida adicionalmente esta distribuição.

Deste arranjo, e de acordo com a tabela abaixo, concluímos que o perfil profissional é maioritário durante a I República (64,8%), destacando-se em particular o de Especialista Encarregado (43,2%). 21,6% dos indivíduos têm uma acção não profissional, 5,0% têm um perfil misto e 8,6% um perfil neutro.

	%	n	Profissional	Quasi-Profissional	Não Profissional	Neutro
Especialista Encarregado	43,2	60				
Especialista Corporativista	21,6	30	64,8			
Especialista Encarregado Intervencionista	5	7		5,0		
Intervencionista	21,6	30			21,6	
Parente	8,6	12				8,6

Figura 154: Caracterização e Peso Relativo dos Clusters de Perfis de Militar Profissional Político.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

A evolução destes clusters ao longo da I República mostra a tendência ligeiramente regressiva dos militares profissionais políticos com perfil condizente com o profissionalismo, tendência especialmente notória na evolução do perfil de Especialista Corporativista.

Os militares profissionais políticos com perfil não condizente com o profissionalismo isto é, os Intervencionistas, vão ganhando peso durante a I República, o que indicia a Ditadura Militar.

Ora, este facto demonstra que efectivamente os militares profissionais políticos que tendem para o profissionalismo se encaminham mais para o afastamento progressivo do exercício da actividade política, que os que têm perfis contrários, o que é compatível com as nossas suposições de partida.

	1911		1915		1918		1919		1921	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Especialista Encarreado	11	34,4	14	43,8	12	34,3	9	28,1	8	33,3
Especialista Corporativista	6	18,8	6	18,8	12	34,3	6	18,8	3	12,5
Especialista Encarreado Intervencionista	2	6,3	4	12,5	0	0,0	5	15,6	3	12,5
Intervencionista	11	34,4	5	15,6	6	17,1	10	31,3	9	37,5
Parente	2	6,3	3	9,4	5	14,3	2	6,3	1	4,2
Válidos	32	100,0	32	100,0	35	100,0	32	100,0	24	100,0
Missings	0		0		0		0		0	
Profissionais	53,2		62,6		68,6		46,9		45,8	
Não Profissionais	34,4		15,6		17,1		31,3		37,5	

	1922		1925		Governo República	
	n	%	n	%	n	%
Especialista Encarreado	16	39,0	9	34,6	26	44,8
Especialista Corporativista	8	19,5	3	11,5	6	10,3
Especialista Encarreado Intervencionista	4	9,8	2	7,7	7	12,1
Intervencionista	11	26,8	10	38,5	22	37,9
Parente	2	4,9	2	7,7	4	6,9
Válidos	41	100,0	26	100,0	58	112,1
Missings	0		0		0	
Profissionais	58,5		46,1		55,2	
Não Profissionais	26,8		38,5		37,9	

Figura 155: Evolução dos Clusters por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

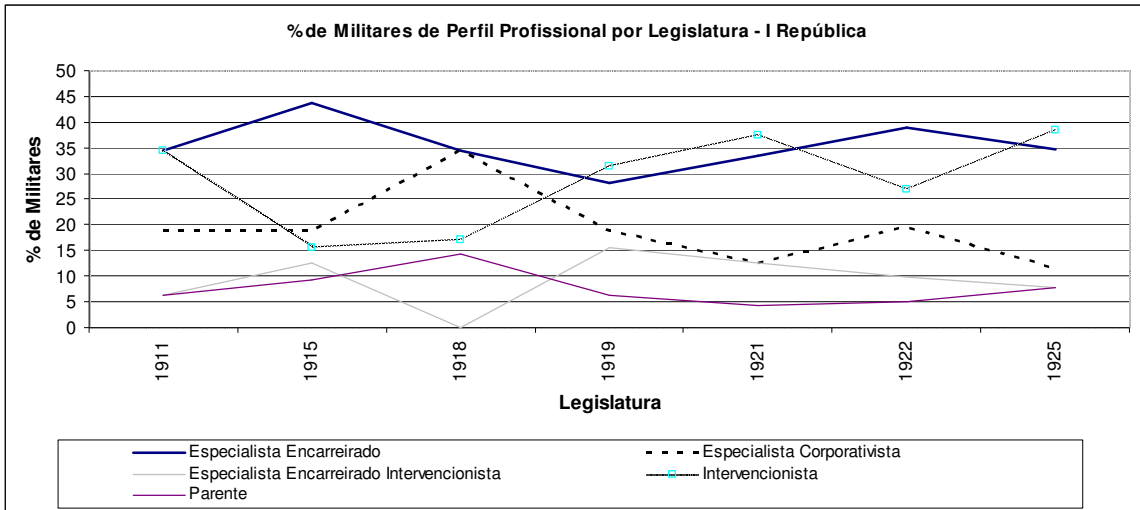


Figura 156: Evolução dos Clusters de Militares Profissionais por Legislatura.

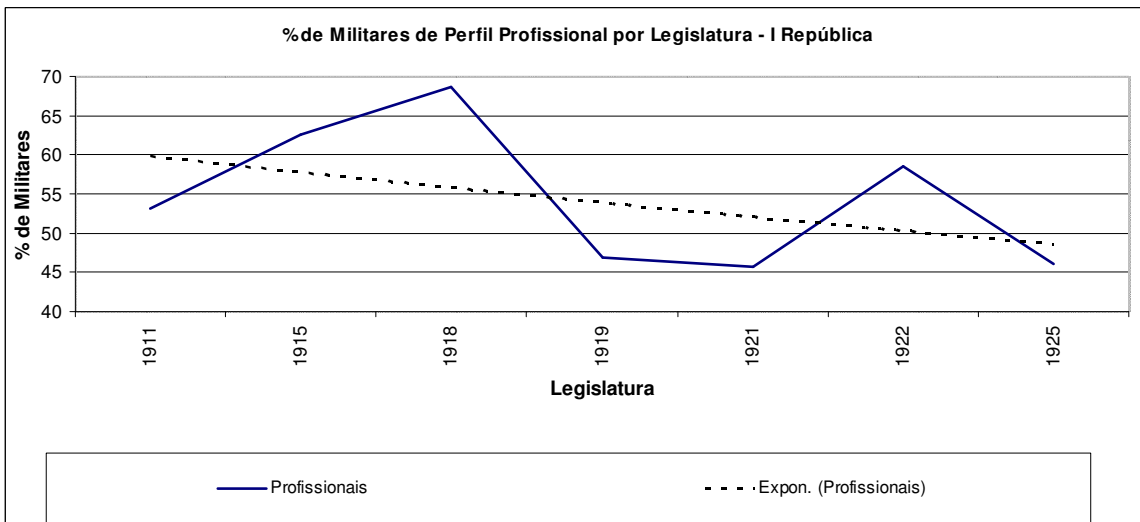


Figura 157: Evolução e Tendência do Perfil Profissional, por Legislatura.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

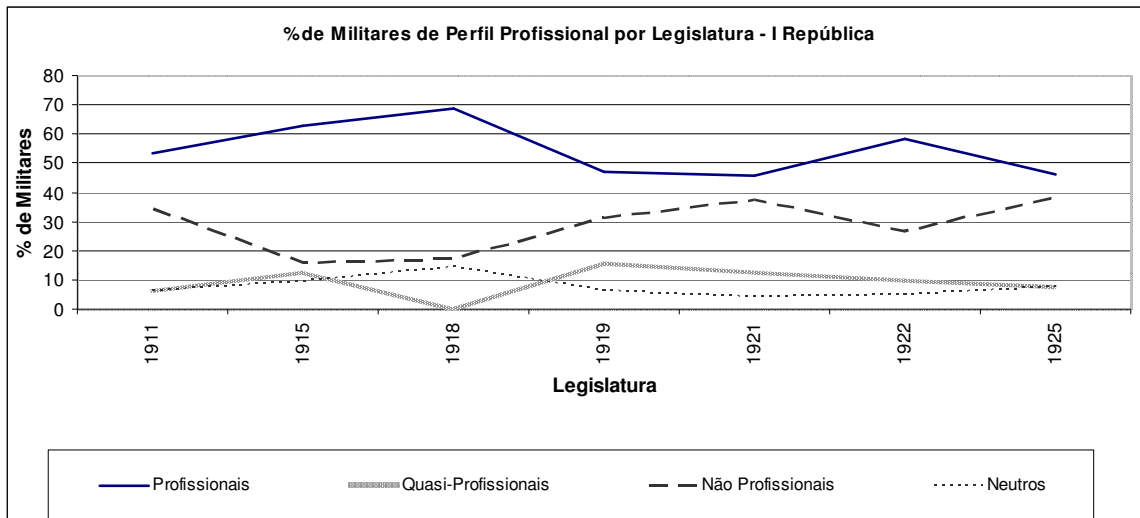


Figura 158: Evolução dos Clusters de Perfil Profissional e Não Profissional, por Legislatura.

À semelhança do que fizemos a propósito da análise da verificação de hipóteses, e para com maior propriedade retirarmos conclusões, passamos à caracterização dos *clusters*.

Os Especialistas Encarregados destacam-se por ser cidadãos acima da média (64,2%), por serem os mais auto-recrutados militares (65,0%) mas, a par com os Intervencionistas, os menos auto-recrutados políticos (3,3%). São também os filhos de pais de classe mais alta.

Do ponto de vista militar, os Especialistas Encarregados concretizam-se no *cluster* de maior mérito académico, por uma frequência acima da média dos cursos de Cavalaria e Engenharia, e como o segundo grupo com carreira mais prestigiosa. Tendem a iniciar a carreira política numa idade mais tardia que a média, realizando carreiras mais curtas. Concretizam-se ainda no grupo de militares políticos de tendência profissional mais orientado para a direita.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Naturalidade			Auto-Recrutamento Militar		Auto-Recrutamento Político	
	Cidade	Vila	Lugar	Sim	Não	Sim	Não
Especialista Encarregado	64,2	13,2	22,6	65,0	35,0	3,3	96,7
Especialista Corporativista	59,3	22,2	18,5	50,0	50,0	16,7	83,3
Especialista Encarregado Intervencionista	87,5	14,3	0,0	50,0	50,0	0,0	100,0
Intervencionista	53,3	23,3	23,3	28,6	71,4	3,3	96,7
Parente	58,3	8,3	33,3	5,9	94,1	91,7	8,3
Profissionais	61,8	17,7	20,6	57,5	42,5	10,0	90,0
Quasi-Profissionais	87,5	14,3	0,0	50,0	50,0	0,0	100,0
Não Profissionais	53,3	23,3	23,3	28,6	71,4	3,3	96,7
Neutros	58,3	8,3	33,3	5,9	94,1	91,7	8,3

Figura 159: Caracterização Social dos Clusters de Militar Profissional Político (1).

Os Especialistas Corporativistas destacam-se por serem os que mais frequentaram o Colégio Militar (53,8%), os que menos assumem funções docentes nas Escolas Militares (3,3%), os que menos exercem funções políticas no Governo (20,0%) e menos assumem a Pasta da Guerra (6,7%), e por serem o *cluster* de perfil profissional mais alinhado à esquerda (73,7%). São depois o segundo *cluster* com maior auto-recrutamento político (16,7%), os segundos na Arma de Artilharia (40,0%), os segundos que mais chegam ao generalato (34,6%), os que possuem as segundas carreiras mais longas e os que registam a segunda maior sobrevivência ao fim da Monarquia (13,3%)

	Classe social do Pai			Ascendência nobiliárquica		Colégio Militar	
	Alta	Média	Baixa	Sim	Não	Sim	Não
Especialista Encarregado	95,0	0,0	5,0	6,7	93,3	34,8	65,2
Especialista Corporativista	94,1	5,9	0,0	10,0	90,0	53,8	46,2
Especialista Encarregado Intervencionista	80,0	20,0	0,0	0,0	100,0	20,0	80,0
Intervencionista	77,8	22,2	0,0	0,0	100,0	22,2	77,8
Parente	89,5	10,5	0,0	16,7	83,3	0,0	100,0
Profissionais	94,6	3,0	2,5	8,4	91,7	44,3	55,7
Quasi-Profissionais	80,0	20,0	0,0	0,0	100,0	20,0	80,0
Não Profissionais	77,8	22,2	0,0	0,0	100,0	22,2	77,8
Neutros	89,5	10,5	0,0	16,7	83,3	0,0	100,0

Figura 160: Caracterização Social dos Clusters de Militar Profissional Político (2).

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Idade média à Data da Matrícula	Classe à Data da Matrícula				Quadro	
		Civil	Praça	Sargento	Oficial	Quadro	Miliciano
Especialista Encarregado	45,00	0,0	63,3	21,7	15	100,0	0,0
Especialista Corporativista	41,00	3,3	50,0	40,0	6,7	96,7	3,3
Especialista Encarregado Intervencionista	51,00	0,0	42,8	28,6	28,6	100,0	0,0
Intervencionista	40,00	0,0	66,7	30	3,3	100,0	0,0
Parente	41,00	0,0	83,3	0	16,7	100,0	0,0
Profissionais	43,00	1,65	56,7	30,9	10,9	98,4	1,7
Quasi-Profissionais	51,00	0,0	42,8	28,6	28,6	100,0	0,0
Não Profissionais	40,00	0,0	66,7	30	3,3	100,0	0,0
Neutros	41,00	0,0	83,3	0	16,7	100,0	0,0

Figura 161: Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político (1).

Os Especialistas Encarregados Intervencionistas são os mais cidadãos (87,5%), os únicos sem auto-recrutamento político (0,0%) e juntamente com os Intervencionistas destacam-se por não terem ascendência nobiliárquica (0,0%). A sua matrícula nas Escolas Militares tendeu a ser tardia e já com posto de sargento ou oficial. Tiveram também os piores resultados académicos, mas foram os que mais alto chegaram na carreira. No que toca à Arma, superiorizaram-se na Artilharia, no Estado Maior e na Administração Militar.

Os Especialistas Encarregados caracterizaram-se também por ser os que entraram mais tardiamente na carreira política, o que não impossibilitou que tivessem uma duração de carreira média. O facto de terem as carreiras mais contínuas, justifica-o em parte. Totalmente alinhados com a República, não tiveram participação em qualquer outro regime e foram o *cluster* que mais chegou ao Governo (100,0%) e à condução da Pasta da Guerra (71,4%), sendo, se assim se pode dizer, o braço direito militar da República.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Média Final	Aluno de Mérito		Arma					
		Sim	Não	Administração Militar	Artilharia	Cavalaria	Engenharia	Infantaria	Estado Maior
Especialista Encarregado	13,49	46,7	53,3	5,5	21,8	14,5	25,4	32,7	18,2
Especialista Corporativista	12,99	30,0	70,0	3,3	40,0	6,7	13,3	30,0	23,3
Especialista Encarregado Intervencionista	12,57	28,6	71,4	14,3	57,1	0,0	0,0	14,3	28,6
Intervencionista	12,83	40,0	60,0	3,7	25,9	11,1	22,2	40,7	25,9
Parente	13,01	33,3	66,7	0,0	27,3	9,1	36,4	18,2	9,1
Profissionais	13,24	38,4	61,7	4,4	30,9	10,6	19,4	31,4	20,8
Quasi-Profissionais	12,57	28,6	71,4	14,3	57,1	0,0	0,0	14,3	28,6
Não Profissionais	12,83	40,0	60,0	3,7	25,9	11,1	22,2	40,7	25,9
Neutros	13,01	33,3	66,7	0,0	27,3	9,1	36,4	18,2	9,1

Figura 162: Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político (2).

	Posto mais alto alcançado							
	General	Brigadeiro	Coronel	Tenente-Coronel	Major	Capitão	Tenente	Alferes
Especialista Encarregado	33,3	7,4	27,8	11,1	9,3	9,3	0	1,9
Especialista Corporativista	34,6	0	26,9	15,4	11,5	3,8	7,7	0
Especialista Encarregado Intervencionista	71,4	0	28,6	0	0	0	0	0
Intervencionista	10,3	0	41,4	10,3	17,2	17,2	0	3,4
Parente	10,0	0	50,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0
Profissionais	34,0	3,7	27,4	13,3	10,4	6,6	3,9	1,0
Quasi-Profissionais	71,4	0,0	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não Profissionais	10,3	0,0	41,4	10,3	17,2	17,2	0,0	3,4
Neutros	10,0	0,0	50,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0

Figura 163: Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político (3).

Os Intervencionistas foram os segundos mais rurais e caracterizaram-se por um reduzido auto-recrutamento militar e político. Foram também os mais desfavorecidos socialmente; não tiveram qualquer ascendência nobiliárquica e estiveram abaixo da média na frequência do Colégio Militar.

Foram estes os militares que se matricularam em média mais cedo nas Escolas Militares, conseguindo uma média relativamente baixa (12,83 valores), mas alcançando a segunda posição em destaque de mérito (40,0%) o que é explicado por se superiorizarem na Infantaria, curso que registou as médias de curso mais baixas durante a I República.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

O sucesso profissional dos Intervencionistas é o mais baixo. A maioria destes militares (41,4%) não ultrapassou o posto de Coronel e só 10,3% chegaram a General. Não obstante esse insucesso, os Intervencionistas registaram as mais altas taxas de docência nas Escolas Militares (26,7%).

	Posto à data do 1º mandato								Professor da EM	
	General	Brigadeiro	Coronel	Tenente-Coronel	Major	Capitão	Tenente	Alferes	Sim	Não
Especialista Encarregado	10,0	0,0	20,0	20,0	13,3	21,7	10,0	5,0	18,3	81,7
Especialista Corporativista	3,3	0,0	23,3	16,7	10,0	33,3	13,3	0,0	3,3	96,7
Especialista Encarregado Intervencionista	28,6	0,0	42,9	14,3	14,3	0,0	0,0	0,0	14,3	85,7
Intervencionista	0,0	0,0	10,0	16,7	16,7	33,3	16,7	6,7	26,7	73,3
Parente	0,0	0,0	0,0	25,0	8,3	41,7	25,0	0,0	8,3	91,7
Profissionais	6,7	0,0	21,7	18,3	11,7	27,5	11,7	2,5	10,8	89,2
Quasi-Profissionais	28,6	0,0	42,9	14,3	14,3	0,0	0,0	0,0	14,3	85,7
Não Profissionais	0,0	0,0	10,0	16,7	16,7	33,3	16,7	6,7	26,7	73,3
Neutros	0,0	0,0	0,0	25,0	8,3	41,7	25,0	0,0	8,3	91,7

Figura 164: Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político (4).

Na carreira política o sucesso dos Intervencionistas é também relativo: apesar de serem quem entra mais cedo na carreira, são os que conseguem percursos mais curtos. Nenhum destes militares sobrevive politicamente à República. Superiorizam-se contudo, a par dos Especialistas Encarregados Intervencionistas, na entrada no Governo, na condução da Pasta da Guerra, e no alinhamento com a esquerda, isto é, com a República. Se os Especialistas Encarregados Intervencionistas são o braço direito da Monarquia, ao aliarem disponibilidade para a intervenção armada a seu favor, elevado desempenho na Carreira Militar, e, conseqüentemente maior domínio técnico, e proveniências sociais suficientemente distintas para suportar o seu destaque político, os Intervencionistas são o braço esquerdo, menos importante e menos prestigioso, mas que é igualmente útil no suporte do regime.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Idade média à Data do 1º Mandato	Duração na Carreira relativa	Duração na Carreira absoluta	DIF relativa/absoluta
Especialista Encarregado	45,00	6,52	3,84	2,68
Especialista Corporativista	41,43	8,37	4,77	3,60
Especialista Encarregado Intervencionista	50,71	7,86	7,46	0,40
Intervencionista	40,20	6,47	4,53	1,94
Parente	40,92	15,25	6,76	8,49
Profissionais	43,22	7,45	4,31	3,14
Quasi-Profissionais	50,71	7,86	7,46	0,40
Não Profissionais	40,20	6,47	4,53	1,94
Neutros	40,92	15,25	6,76	8,49

Figura 165: Caracterização Política dos Clusters de Militar Profissional Político (1).

Os Parentes ou Aparentados destacam-se significativamente dos restantes clusters. Caracterizam-se pela maior naturalidade rural (33,3%), o mais baixo auto-recrutamento militar (5,9%) e o mais elevado auto-recrutamento político (91,7%). Destacam-se também pela elevada ascendência nobiliárquica (16,7%) e por não frequentarem o Colégio Militar (0,0%).

Quanto à carreira militar, os Parentes caracterizam-se por serem os segundos em média final de curso (13,01 valores) mas apenas os terceiros em mérito académico (33,3%). Cursam Engenharia acima da média (36,4%) e têm um sucesso reduzido na carreira não ultrapassando em 90% dos casos o posto de Coronel.

A entrada na carreira política é a mais precoce de todos os *clusters* e a carreira a mais longa, não obstante ser também a mais descontínua. Alinhados muito acima da média à direita (42,9%), têm uma elevada taxa de persistência política: são tanto os que mais sobrevivem ao fim da Monarquia, como os que são mais recuperados pelo Estado Novo. Apenas da Ditadura Militar se encontram totalmente arredados.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Monarquia	Ditadura Militar	Estado Novo	Governo	Pasta da Guerra	Esquerda	Direita
Especialista Encarregado	3,3	5,0	5,0	43,3	18,3	69,2	30,8
Especialista Corporativista	13,3	3,3	6,7	20,0	6,7	73,7	26,3
Especialista Encarregado Intervencionista	0,0	0,0	0,0	100,0	71,4	100,0	0,0
Intervencionista	3,3	0,0	0,0	73,3	26,7	75,0	25,0
Parente	25,0	0,0	25,0	33,3	8,3	57,1	42,9
Profissionais	16,6	8,3	11,7	63,3	25,0	71,6	28,4
Quasi-Profissionais	0,0	0,0	0,0	100,0	71,4	100,0	0,0
Não Profissionais	3,3	0,0	0,0	73,3	26,7	75,0	25,0
Neutros	25,0	0,0	25,0	33,3	8,3	57,1	42,9

Figura 166: Caracterização Política dos Clusters de Militar Profissional Político (2).

Uma análise global aos dados apresentados permite concluir desde logo que o perfil de Parente que, de acordo com o nosso modelo de abordagem foi caracterizado como neutro, parece ser realmente independente de uma racionalidade militar. De facto, é ao tipo de ascendência e à tradição política familiar que parece dever ir-se buscar a justificação para a entrada numa carreira política. Aliás, a tendência para carreiras militares mais curtas, uma recorrente derivação para outras actividades civis (nomeadamente para a Engenharia Civil por parte dos licenciados em Engenharia Militar ou em Engenharia Civil e de Minas por exemplo), a irrisória actividade política técnica e corporativa aponta para uma identificação primária deste grupo com a carreira política e não com a militar.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	<i>Background Social</i>			
	Naturalidade Rural	Auto-Recrutamento Militar	Auto-Recrutamento Político	Ascendência Social Privilegiada
Especialista Encarregado		+		
Especialista Corporativista				
Especialista Encarregado Intervencionista				
Intervencionista	+			
Parente	+		+	+
Profissionais		+		
Quasi-Profissionais				
Não Profissionais				
Neutros	+		+	+

Figura 167: Quadro Resumo da Caracterização Social dos Clusters de Militar Profissional Político.

	<i>Carreira Militar</i>			
	Académico de Mérito	Armas Tradicionais	Armas Técnicas	Carreira Militar de Sucesso
Especialista Encarregado	+			
Especialista Corporativista		+		
Especialista Encarregado Intervencionista		+		+
Intervencionista				
Parente			+	
Profissionais	+			
Quasi-Profissionais		+		+
Não Profissionais				
Neutros			+	

Figura 168: Quadro Resumo da Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

	Carreira Política					
	Governo	Outros Regimes	Carreira Política Longa	Carreira Política Contínua	Esquerda	Direita
Especialista Encarregado						
Especialista Corporativista		+				
Especialista Encarregado Intervencionista	+			+	+	
Intervencionista	+					
Parente		+	+			+
Profissionais		+				
Quasi-Profissionais	+			+	+	
Não Profissionais	+					
Neutros		+	+			+

Figura 169: Quadro Resumo da Caracterização Política dos Perfis de Militar Profissional Político.

Quanto aos restantes clusters, verifica-se que o intervencionismo político, quando alinhado com uma intervenção técnica realizada por militares de altas patentes, incrementa muito consideravelmente o sucesso tanto na ocupação política como na militar.

O recrutamento para o Governo está directamente associado ao envolvimento em momentos históricos, nomeadamente ao lado da República, sendo a condução da Pasta da Guerra muito facilitada pela associação ao intervencionismo de qualidade técnica elevada reconhecida pela hierarquia militar mas não só. Todo o intervencionismo se encontra mais ligado à actividade política no Governo, o que estará associado à maior confiança política decorrente do envolvimento próximo na implantação e defesa da República.

A maior sobrevivência política inter-regimes ocorreu no caso dos militares mais inócuos: os parentes e os especialistas corporativistas. Os intervencionistas foram excluídos na quase totalidade, procurando cada regime firmar novas alianças com as Forças Armadas.

Temos pois, em síntese, e se excluirmos os Aparentados por parecerem ser recrutados por razões que transcendem a ocupação militar, quatro grupos:

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- 1) O Especialista credenciado pela Instituição Militar, recrutado pelas suas qualificações (académicas e profissionais) e orientado para um cumprimento tecnicista das suas funções políticas;
- 2) O Corporativista defensor da Instituição Militar, que representa e protege “os seus” enquanto aplica a sua *expertise* em contexto político;
- 3) O Republicano Credenciado, pela Instituição Militar em termos académicos, técnicos e profissionais, Politicamente pela intervenção armada a favor da República, Socialmente pela ascendência mais prestigiosa;
- 4) O Republicano Supletivo, menos credenciado em termos Militares e Académicos, é recompensado abaixo da média pelo seu Intervencionismo Político.

CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS.

I.

A investigação em torno da pergunta de partida foi orientada para dar resposta a um problema quantitativo (evolução do número de militares profissionais políticos) e a um problema qualitativo (identificação das razões que justificam o recrutamento de militares profissionais políticos).

No que respeita à questão quantitativa concluiu-se que:

- Os militares profissionais recrutados para assumirem cargos políticos representam em média cerca de 15% dos políticos da I República, constituindo-se pois numa parcela relevante da classe política;
- Há uma tendência retraccionista, ainda que pouco pronunciada, do número de militares profissionais políticos no pós-I Guerra Mundial. Antes do conflito, a tendência tinha sido oposta;
- Os militares profissionais políticos desempenham cargos políticos de perfil essencialmente tecnicista, ao terem uma presença especialmente marcada no Governo, em particular na Pasta da Guerra;
- Os militares e os militares profissionais políticos têm maior facilidade de ascender à elite política que a média dos restantes políticos;
- Durante a I República o número de militares e de militares profissionais políticos aumenta regularmente na elite política;
- A partir do pós-Guerra, não obstante aumentar regularmente o número de militares na política, regride progressivamente o contributo dos militares profissionais políticos para esse total;
- Os militares profissionais políticos são recrutados consideravelmente acima da média, na elite da sua profissão, demonstrando a relevância da influência militar e da componente técnica, no encarreiramento político;
- Todas as principais flutuações no número de militares profissionais na I República parecem ser efeito da Guerra, inclusive o aumento de regimes militares após o conflito, e o muito elevado número de militares do Exército e

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

militares profissionais no Exército, na legislatura de 1922-25, que é contrária à tendência geral do pós-Guerra;

- Integrando os números da I República num universo temporal mais lato, conclui-se ser este período histórico o que registou um maior número absoluto e relativo de militares e militares profissionais políticos, e como o que assegurou uma maior taxa de recrutamento anual de militares;
- De facto, e apesar dos indícios de regressão a partir de 1919, a Ditadura Militar registará um aumento da participação política dos militares e dos militares profissionais, apesar de, após os primeiros anos, a presença dos militares e dos militares profissionais na política, entrar em regressão;
- O Estado Novo continua a regressão que a Ditadura Militar tinha iniciado. Esse sentido apenas é contrariado de forma relevante pela passagem dos anos da II Guerra Mundial, não obstante Portugal não ter participado nesse conflito armado;
- Com o 25 de Abril volta a registar-se um incremento da participação política dos militares e dos militares profissionais, nomeadamente no Governo. A tendência regressiva retoma-se logo a partir do III Governo Provisório, chegando-se ao nível médio de participação do Estado Novo e retomando daí a diminuição sucessiva, sensivelmente no V Governo Constitucional;
- Os militares e os militares profissionais desaparecem do Governo no XIII Governo Constitucional, sendo a sua representação insignificante nas Câmaras, desde o I Governo Constitucional.

Os dados apresentados mostram haver de facto uma tendência regressiva geral do número de militares profissionais políticos no período, que encontra contudo momentos de contradição. Esses momentos são de dois tipos essenciais: Guerras Mundiais (independentemente da participação, mas com efeitos significativos) e mudanças não pacíficas de regime (entrada na Ditadura Militar e na Democracia, mas não no Estado Novo).

De facto, após a I República o número de militares profissionais políticos tende a aumentar nas primeiras legislaturas entrando depois em regressão. Essa regressão é contudo atrasada pelo efeito da Guerra, que se faz sentir mais imediatamente no incremento do número de Governos Militares e mais mediatamente na legislatura de 1922-25. A regressão que então é tendencial inverte-se com a revolução que instituiu a

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Ditadura, embora o sentido regressivo do número de militares profissionais políticos volte a ocorrer, mal o regime alcança alguma estabilidade.

Não havendo uma mudança agressiva de regime, mas apenas uma transição natural, não há razão para que o número de militares profissionais na política se acentue, continuando a regressão até se sentir os efeitos da II Guerra Mundial, que, quando terminados, dão lugar de novo à regressão.

Enquanto mudança de regime não pacífica, o 25 de Abril volta a trazer um acréscimo de militares à política, agora essencialmente à governativa, que, após se alcançar alguma estabilidade política, volta a ceder ao sentido regressivo.

O nosso modelo de abordagem pressupunha que o profissionalismo induziria à retirada progressiva dos militares profissionais da política, mas que efeitos conjunturais anómicos (conflitualidade externa e instabilidade política interna) poderiam fazer transitoriamente invalidar essa tendência, o que é genericamente verificado.

O modelo parece, pois, nos seus aspectos mais quantitativos, ter alguma validade na análise da evolução do número de militares profissionais na política desde a I República.

Passando à análise dos aspectos qualitativos do problema, verifica-se que a maioria dos militares que foram recrutados para a carreira política tiveram desempenhos compatíveis com a conclusão pelo profissionalismo militar (64,8%), sendo o intervencionismo o perfil dominante contrário (26,6%). Dois pequenos grupos adicionais completaram o quadro: 5% de quasi-profissionais e 8,6% de perfis neutros face à ocupação militar.

Verifica-se pois que ocorreu:

- Em 43,2% dos casos um Recrutamento Normal de Especialista, isto é, o Militar Profissional foi recrutado para assumir cargos políticos especializados como detentor de uma *expertise* particular, que se dedicou exclusivamente a empregar, concretizando-se esse recrutamento na continuação natural da sua carreira militar, a partir da ascensão ao oficialato general. (Uns adicionais 5% correspondem a este perfil mas somam o intervencionismo armado político, o que os aparta do pólo profissional e os situa numa posição de quasi-profissionalismo).
- Em 21,6% dos casos um Recrutamento de Especialista Corporativo, isto é, o Militar Profissional foi recrutado para assumir cargos políticos especializados

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

como detentor de uma *expertise* particular, fazendo-o tendo em conta os interesses específicos da ocupação e dos seus membros;

- Em 21,6% dos casos um Recrutamento Estratégico Instrumental ou um Recrutamento de Intervencionista, isto é militares envolvidos no passado de forma armada no processo político são recrutados como modo de assegurar ascendência sobre as Forças Armadas e recompensar envolvimento armados que beneficiaram a causa do poder vigente.

Em resposta à pergunta de partida verifica-se pois que os militares foram recrutados para cargos políticos durante a I República para assumirem três papéis: para a aplicação da sua competência técnica, para a realização da defesa corporativa da ocupação, e para serem recompensados ou instrumentalizados, em função da intervenção política armada.

Verifica-se também que:

- No recrutamento de militares profissionais para a carreira política está presente a profissionalização do Exército, dado que:
 - as armas associadas aos perfis técnicos e gestores vêm sistematicamente aumentando o seu recrutamento para a carreira política e para a sua elite, à medida que sofrem uma valorização relevante no estabelecimento militar, fruto do desenvolvimento do profissionalismo da ocupação;
 - o mérito académico e profissional, que substitui as considerações classistas na justificação da progressão na carreira militar, é crescentemente também, critério que incrementa a probabilidade de se entrar na carreira política e nela ter bons desempenhos;
 - Do exercício dos cargos políticos especializados, como a condução da Pasta da Guerra, são sucessivamente arredados os não profissionais e os de menor mérito técnico, valorizando-se pois crescentemente, parece, a competência técnica na selecção para cargos políticos técnicos, ao reconhecer a complexidade da área de conhecimento em que os militares profissionais se especializam;
 - A escolha de militares profissionais para cargos políticos reflecte também ao longo da I República uma menor importância dada à origem social e ao fechamento dos postos mais altos da hierarquia

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

militar a uma casta, dado recrutar-se cada vez menos cooptados militares e indivíduos com ascendência aristocrática,, o que mais uma vez se traduz na ressonância do profissionalismo militar no recrutamento de militares profissionais para a carreira política.

- Há uma diferença estrutural muito relevante na participação de militares profissionais e não profissionais na política: os primeiros tendem a ser pró-poder vigente, mostrando-se pois mais subordinados ao seu Cliente: o Estado, corporizado pelo governo em funções. Os não profissionais tendem contudo mais para a direita e para a contradição face ao Cliente. Parece pois progredir-se por influência do profissionalismo no sentido da subordinação do poder militar ao civil, embora tanto a Ditadura Militar como o Estado Novo, o contrariem;
- A carreira política, no que à participação de militares profissionais diz respeito, parece estar intimamente ligada à militar nas suas formas de recrutamento, desempenho de funções, determinação de sucesso e tendência evolutiva. A carreira política parece pois extensão natural do exercício da actividade profissional militar, e mesmo, muitas vezes, a recompensa de um bom desempenho profissional;
- A longevidade política é inversamente proporcional ao intervencionismo político e à tendência política contrária ao regime. Os militares profissionais mantêm-se pois no poder na proporcionalidade directa ao seu tecnicismo, o que faz com que tenham crescentemente uma participação política orientada para a continuação do seu alto funcionalismo público em vez de para o exercício cru do seu potencial político;
- O perfil heróico de militar profissional político apresenta-se claramente em regressão face aos de técnico e gestor. A participação na guerra e posterior aclamação social não define nenhum *cluster* de militar profissional político, sendo ocasional e pouco prevalente. A ascensão do perfil gestor demonstra-se facilmente pelo aumento do recrutamento político dos militares com o curso de Estado Maior, e pelo facto desta arma, em conjunto com a de Administração Militar, serem as que melhor predizem o sucesso de militares profissionais políticos na carreira política;

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Os perfis de militar profissional condizentes com o profissionalismo (militares especialistas, encarreirados e representantes) tendem a regredir mais rapidamente ao longo da I República que o perfil de intervencionista (perfil não profissional). Sugere-se assim que, quanto mais condizente um perfil de político profissional com os ditames do profissionalismo, maior rapidez do seu desaparecimento, após a consolidação dos traços técnicos e sociais da condição profissional.

De acordo com o nosso modelo de abordagem, assim verificado, todos estes dados apoiam a profissionalização política militar durante a I República, não obstante a mais elevada participação militar, face aos outros períodos históricos analisados.

II.

Na discussão da problemática enunciámos três questões fundamentais a abordar quando se empreende o estudo das relações entre profissionalização militar e participação política dos militares: 1) será possível dissociar a actividade militar da sua qualidade política?; 2) existirá uma relação necessária e natural de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo e o afastamento dos militares da política? e; 3) haverá formas de envolvimento político militar congruentes com o profissionalismo?

Quanto à primeira questão, o nosso modelo de abordagem assumia que não era possível dissociar a qualidade política dos militares da sua componente técnica e social, e que por isso, mais que esperar o seu recuo quantitativo, deveríamos esperar a substituição progressiva de tipos de mandatos de intervenções “não profissionais” para “profissionais”.

Face aos dados recolhidos, verificamos contudo que no caso português faria sentido esperar pelo recuo quantitativo do número de militares profissionais da política, como o modelo clássico aconselha, pois tal de facto ocorre, ainda que contrariado conjunturalmente por factores facilmente identificáveis, o que demonstra a necessidade do modelo clássico modificado. Não se verificou também, como esperávamos que ocorresse, a substituição progressiva do exercício de cargos políticos de forma “não profissional” para “profissional”, o que directamente contrariaria o modelo clássico,

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

sucedendo exactamente o inverso: os perfis profissionais perdem peso à medida que os não profissionais progridem.

Uma análise transversal aos dados recolhidos evidencia ainda que a actividade política não pode ser dissociada da militar durante a I República, pois o sucesso em ambas anda a par; os preditores desse sucesso são muito semelhantes; as duas carreiras acompanham-se em média durante a vida activa do indivíduo e é recorrente a ascendência a cargos governativos como sequência do alcance de altos postos militares. A independência lógica e funcional das duas actividades é pois, durante este período, empiricamente negada.

Quanto à relação de causa-efeito, o nosso pressuposto era que “não existe uma relação de causa-efeito entre a consolidação dos traços técnicos e sociais e os traços políticos do profissionalismo militar. Há um propiciar do afastamento dos militares da política efeito do profissionalismo, que pode ser contrariado por acontecimentos sociais marcantes, protagonizados por militares, que afectem consideravelmente o seu prestígio social, a dimensão do recrutamento para o oficialato e a estabilidade política interna. O reconhecimento social da necessidade de se combater inimigos externos, ou seja, a participação em conflitos armados contra um inimigo estrangeiro aparece como o mais potente influenciador do aumento do prestígio social dos militares e do rácio de participação, embora não seja o único, o que faz depender o contrariar da tendência de afastamento dos militares da política por efeito do profissionalismo, da pacificação política interna e externa”.

Não obstante parecer válido na generalidade, afigura-se-nos mais adequado aceitar a existência de uma relação de causa-efeito, ainda que conjunturalmente contrariável, devido à regularidade do sentido decrescente do envolvimento político militar profissional, e da facilidade de identificação dos factores, socialmente muito visíveis, que conduzem a momentâneos recuos.

Por fim, tratar a questão de se saber se há perfis de militar profissional político compatíveis com a profissionalização militar levou-nos a concluir afirmativamente. Desde logo, tal posição deriva do facto de termos efectivamente verificado a realidade empírica de dois perfis de profissional que conduziram uma acção política de forma “profissionalizada”, isto é, concretizada essencialmente no desempenho noutra palco, dos papéis que caracterizam o profissionalismo militar. Esse facto aliado à plausibilidade

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

teórica dessa ocorrência, presente no nosso modelo de abordagem, leva-nos a concluir por essa compatibilidade.

Ao definirmos profissionalismo militar na sua acepção política dissemos que profissionalismo militar equivaleria à presença meramente residual dos militares profissionais políticos na política, isto é, privilegiamos uma abordagem quantitativista ao problema.

Segui-la implicaria, como diria Finer, dar corpo a um argumento “essencialista”, que se saldaria pela variação constante (ao sabor da instabilidade conjuntural) da conclusão pelo profissionalismo ou não profissionalismo da Instituição Militar.

Uma análise empírica aturada da participação política dos militares profissionais políticos como aquela que empreendemos para o caso português, implica contudo que tenhamos em conta os atributos de profissionalismo da maioria desses militares, não obstante estes se envolverem no desempenho de cargos políticos.

Fazê-lo implica contrapor uma análise qualitativa do profissionalismo militar à quantitativa. Ora, a substituição de uma tónica quantitativista na análise do problema teria duas consequências imediatas no caso português: resolveria o problema “essencialista”, ao permitir concluir-se precocemente, ainda na I República, por Forças Armadas completamente profissionalizadas e reabilitaria o modelo clássico do profissionalismo, fazendo acompanhar o profissionalismo técnico e social pelo profissionalismo político que teria contudo de ser redefinido.

Operando essa conciliação propomos pois, aconselhados pela análise empírica e pela discussão teórica que tem vindo a ser feita do problema, que, para o caso português, se entenda profissionalismo político como a situação em que, após a consolidação dos traços técnicos e sociais do profissionalismo, o número de militares profissionais políticos e a dimensão da participação política de militares profissionais com um perfil dominante compatível com o profissionalismo entrou em regressão estável, contrariada apenas conjunturalmente pelos efeitos da mudança armada de regime e da participação em conflitos armados contra um inimigo externo.

Aplicando essa definição, estabelecemos que se soma a profissionalização política à técnica e à social a partir do Pós-Guerra, nomeadamente a partir de 1919. A partir desse ponto estão em marcha as tendências que tanto em termos quantitativos como qualitativos, subordinarão progressivamente o perfil de militar político ao de técnico e gestor.

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

Assumindo que o profissionalismo concorre com outros fenómenos sociais na tentativa de moldar o comportamento políticos dos militares, e vendo o militar como incapaz de ser neutralizado no seu potencial político, não temos pois necessidade de deixar eternamente em aberto a conclusão sobre o profissionalismo político militar, penderes da possibilidade de nova intervenção. O profissionalismo político da ocupação militar deixaria pois apenas de ocorrer quando se verificasse o incremento estável do número de militares profissionais políticos e da participação política de militares profissionais com um perfil dominante incompatível com o profissionalismo, tomando como factores neutros o envolvimento militar que ocorresse nos contextos indicados.

Passa-se assim, de forma mais equilibrada a não descartar o profissionalismo político dos militares só porque há militares profissionais envolvidos na política, assim como não descartamos o profissionalismo técnico e social por haver lugar na instituição militar a comportamentos e perfis que o contrariam.

A definição que propomos passa pois a incidir sobre o processo e sobre a dominante, em vez de se concentrar apenas na tipificação e na excepção.

BIBLIOGRAFIA.

- Abbott, Andrew; *The System of Professions – an Essay on the Division of Expert Labor*; University of Chicago Press; Chicago; 1988
- Abrahamson, Paul R.; Claggett, William; “Recruitment and Political Participation” in *Political Research Quarterly*; vol. 54; n°4; Dezembro de 2001; pp. 905-916
- Abrahamsson, Bengt; *Military Professionalization and Political Power*; Sage Publications; Londres; 1972
- Albright, David E.; “Comparative Conceptualization of Civil-Military Relations” in *World Politics*; vol. 32; n°4; Julho de 1980; pp. 553-576
- Almeida, Pedro Tavares de; *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*; Difel; Lisboa; 1991
- Alves, José Lopes; *Ética Militar: Aspectos de uma Teoria e da sua Realização*; Ed. do autor; Lisboa; 1997
- Anderson, Jeffrey W.; “O Espírito de Combate” in *Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros*; Rio de Janeiro; n° 748; Abr/Jun’1990; pp. 133-144
- Andreski, Stanislav; *Military Organization and Society*; 2nd ed.; Routledge & Kegan Paul Lda.; Londres; 1968 (1^a ed: 1954)
- Aristóteles; *Política*; Vega; Lisboa; 1998
- Aron, Raymond; *As Etapas do Pensamento Sociológico*; 3^a ed.; Publicações Dom Quixote; Lisboa; 1994 (1^a ed. 1965); pp. 88-96, 251, 252, 311-337, 522-540
- Aron, Raymond; *Paix et Guerre entre les Nations*; Calmann-Lévy; Paris; 1984
- Atkinson, Paul; “The Reproduction of the Professional Community” in Dingwall, Robert; Lewis, Philip (ed.); *The Sociology of the Professions: Lawyers, Doctors and others*; MacMillan Press Lda.; s.l; 1992 (1^a ed. 1983); pp. 224-241
- Babeuf, G.; *O Tribuno do Povo*; Iniciativas Editoriais; Lisboa; 1977
- Babeuf, Gracus; Saint-Simon, Henri; Blanqui, Auguste; Fourier, Charles; *O Socialismo antes de Marx*; Editorial Fronteira; Amadora; 1976
- Barata, Óscar Soares; *Ciências Sociais*; ISCSP/UTL; Lisboa; 1994; pp. 113,114, 188-220

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Barber, Bernard; “Some Problems in the Sociology of the Professions” in *Daedalus*; 1963; nº92; pp. 669-88 *reproduzido em* Colomy, Paul (ed.); *Functionalist Sociology*; Elgan Reference Collection; Aldershot; 1990; pp. 271-290
- Becker, Howard S.; Geer, Blanche; Riesman, David; Weiss, Robert; “An Appreciation” in Becker, Howard S.; Geer, Blanche; Riesman, David; Weiss, Robert (ed.) *Institutions and the Person: essays presented to Everett C. Hughes*; Aldine Publishing Company; Chicago; 1968; pp.vii-x
- Becker, Howard S.; *Sociological Work: method & substance*; Aldine Publishing Company; Chicago; 1970; pp. 87-103, 177-225
- Bell, Daniel; *O Fim da Ideologia*; Editora Universidade de Brasília; Brasília; 1980 (ed. orig. 1960); pp. 169-217, 319-330
- Bendix, R.; Lipset, S.M. (eds.); *Class, Status and Power*; Free Press; Nova Iorque; 1953
- Bennett Jr., William S.; Hokenstand Jr; Merl C.; “Full-Time People Workers and Conceptions of the “Professional”” in Halmos, Paul (ed.) *The Sociological Review Monograph 20: Professionalisation and Social Change*; University of Keele, Keele; 1973; pp.21-45
- Benz, Friedrich; “Exércitos de Massas Versus Exércitos Profissionais” in *Boletim do Estado Maior do Exército*; nº17; Mai’ 1987; pp. 161-168
- Bertilsson, Margareta; “The Welfare State, the Professions and Citizens” in Torstendahl, Rolf; Burrage, Michael (ed.); *The Formation of the Professions: Knowledge, State and Strategy*; Sage Publications; Londres; 1990; pp. 114-133
- Bessa, António Marques (coord.); *Elites e Poder – Estudos*; ISCSP/UTL; Lisboa; 1997
- Bessa, António Marques; *Quem Governa? (Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite)*; ISCSP; Lisboa; 1993
- Bilhim, João Abreu de Faria; *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*; ISCSP/UTL; Lisboa; 1996
- Black, Jeremy; “Military Organisations and Military Change in Historical Perspective” in *The Journal of Military History*; vol. 62, nº4; Outubro de 1998; pp. 871-892
- Boatner, Mark M.; *Military Customs and Traditions*; David McKay Company; Nova Iorque; 1956

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Botelho, José Justino Teixeira; *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*; vol. I; Lisboa; 1944
- Bottomore, Tom; Nowak, Stefan; Sokolowska, Magdalena; *Sociology: the state of the art*; Sage; Londres; 1982
- Boudon, Raymond; Besnard, Philippe; Cherkaoui, Mohamed; Lécuyer, Bernard-Pierre; *Dicionário de Sociologia*; Publicações Dom Quixote; Lisboa; 1989
- Boudon, Raymond (dir.); *Tratado de Sociologia*; Edições Asa; Porto; 1995 (ed. orig.: 1992)
- Bouthoul, Gaston; *La Guerre*; PUF; Vendôme; 1953
- Bouthoul, Gaston; *Traité de Polémologie: Sociologie des Guerres*; Payot; Paris; 1970; pp. 5-178
- Bouthoul, Gaston; *O fenómeno guerra*; Estúdios Cor; Lisboa; s.d.
- Braudel, Fernand; *História e Ciências Sociais*; 6ª ed.; Editorial Presença; Lisboa; 1990
- Braverman, Harry; *Labor and Monopoly Capital*; Monthly Review Press; Nova Iorque; 1974
- Bredow, Wilfried von; “Military Sociology” in Kuper, Adam; Kuper, Jessica; *The Social Science Encyclopedia*; 2nd ed.; Routledge; Londres; 1999 (1ªed: 1996); pp. 541, 542
- Broadbent, Jane; Dietrich, Michael; Roberts, Jennifer; “The End of the Professions?” in Broadbent, Jane; Dietrich, Michael; Roberts, Jennifer; *The End of the Professions? – The restructuring of professional work*; Routledge; Londres; 1997; pp. 1-13
- Brown, James; Collins, Michael J. (ed.); *Military Ethics and Professionalism – A Collection of Essays*; University Press of the Pacific; Honolulu; 2000
- Buckley, Walter; “Social Stratification and the Functional Theory of Social Differentiation” in *American Sociological Review*; vol. 23; 1958; pp. 369-75 *reproduzido em* Lipset, Seymour Martin; Smelser, Neil (eds.); *Sociology: the progress of a decade*; 3 vols.; Prentice-Hall; Englewood Cliffs; 1964; pp. 478-484
- Burbano, Pablo Casado; “La carrera militar” in *Documentación Administrativa*; nº 210-211; Instituto Nacional de Administracion Publica; Madrid; 1987; pp. 343-362
- Burk, James; “Introduction: A Pragmatic Sociology” in Janowitz, Morris; *On Social Organization and Social Control*; The University of Chicago Press; Chicago; 1984; pp. 1-56

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Burk, James; “Morris Janowitz and the Origins of Sociological Research on Armed Forces and Society” in *Armed Forces & Society*; vol.19, nº2; 1993; pp. 167-185
- Burk, James; “Thinking Through the End of the Cold War” in Burk, James (ed.); *The Military in New Times – Adapting Armed Forces to a Turbulent World*; Westview Press; Boulder; 1994; pp.1-24
- Burke, Peter; *Sociologia e História*; Edições Afrontamento; Porto; 1990 (1ª ed.: 1980)
- Câmara, João Bettencourt da; *Análise Estrutural Contemporânea – a Emergência de um Modelo: Louis Althusser*; ISCSP/UTL; Lisboa; 1993; pp. 375-385
- Câmara, João Bettencourt da; “A III Revolução Industrial e o Caso Português” in Câmara, João Bettencourt da (org.); *Portugal face à III Revolução Industrial – seminário dos 80*; ISCSP/UTL; Lisboa; 1986; pp. 63-111, 78-81
- Cardim, José Casqueiro; Miranda, Rosária; *O Universo das Profissões: da qualificação às competências e à evolução profissional*; ISCSP/UTL; Lisboa; 2007
- Carr-Saunders, A. M.; Wilson, P.M.; *The Professions*; Oxford University Press; Oxford; 1933
- Carrilho, Maria; *Democracia e Defesa – Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*; Publicações D. Quixote; Lisboa; 1994
- Carrilho, Maria; *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX – para uma explicação sociológica do papel dos militares*; IN/CM; Lisboa; 1985
- Carrilho, Maria; “O Processo de Profissionalização Militar no Exército Português (I)” in *Nação e Defesa*; nº21; 1982; pp. 129-146
- Carrilho, Maria; “Principais tendências na Sociologia Militar: literatura e selecção bibliográfica” in *Nação e Defesa*; nº7; Lisboa; 1978; pp. 155-169
- Chandessais, Charles; *La Psychologie dans l’armée*; PUF; Paris; 1959
- Chapoulie, Jean-Michel; *Les professeurs de l’enseignement secondaire: un métier de classe moyenne*; Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme; Paris; 1987; pp. v-ix
- Chapoulie, J.M; “Sur l’ analyse sociologique des groupes professionnels” in *Revue Française de Sociologie*; 1973; pp. 86-114
- Chiavenato, Idalberto; *Introdução à Teoria Geral da Administração*; 4ª ed.; Makron Books/McGraw-Hill; Rio de Janeiro; 1996; pp. 104, 170, 171
- Clausewitz, Carl von; *Da Guerra*; Editora Universidade de Brasília; São Paulo; 1979

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Cohen, A.S.; “Carrer Patterns in the Irish Political Elite” in *British Journal of Political Science*; vol. 3; n°2; Abril de 1973; pp. 213-228
- Collins, Randall; “Changing Conceptions in the Sociology of the Professions” in Torstendahl, Rolf; Burrage, Michael (ed.); *The Formation of the Professions: Knowledge, State and Strategy*; Sage Publications; Londres; 1990; pp. 11-23
- Comte, Augusto; *Reorganizar a Sociedade*; Guimarães Editores; Lisboa; 1990
- Coser, Lewis A. (ed.); *Sociology Through Literature: an introductory reader*; Prentice-Hall; Londres; 1963; pp. 150-174, 200-223
- Costa, Manuel Vasques Braz da; “Forças Armadas e Sociologia” in *Nação e Defesa*; n° 31; Lisboa; 1984; pp. 119-137
- Coster, Michel de; Pichault, François (éds.); *Traité de Sociologie du Travail*; 2^e éd.; DeBoeck Université; Paris; 1998
- Cortright, David; Watts, Max; *Left Face: Soldier Unions and Resistance Movements in Modern Armies*; Greenwood Press; Nova Iorque; 1991
- Creveld, Martin Van; *The Training of Officers – From Military Professionalism to Irrelevance*; Free Press; Nova Iorque; 1990
- Cruz, M. Braga da; *Teorias Sociológicas: os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos)*; I vol.; 2^a ed.; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1995
- Cuin, Charles-Henry; Gresle, François; *História da Sociologia*; Publicações Dom Quixote; Lisboa; 1995
- Dandeker, Christopher; “A Farewell to Arms? The Military and the Nation-State in a Changing World” in Burk, James (ed.); *The Military in New Times – Adapting Armed Forces to a Turbulent World*; Westview Press; Boulder; 1994; pp. 117-139
- Dandeker, Christopher; Strachan, Alan; “Soldier Recruitment to the British Army: A Spatial and Social Methodology for Analysis and Monitoring” in *Armed Forces & Society*; vol.19, n°2; 1993; pp. 279-290
- Davis, Fred; “Professional Socialization as Subjective Experience: The Process of Doctrinal Conversion among Student Nurses” in Becker, Howard S.; Geer, Blanche; Riesman, David; Weiss, Robert (ed.) *Institutions and the Person: essays presented to Everett C. Hughes*; Aldine Publishing Company; Chicago; 1968; pp. 235-251
- Delbrück, Hans; *History of the Art of War Within the Framework of Political History – The Middle Ages*; vol. III; Greenwood Press; Westport; 1982

***Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.***

- Desmarez, Pierre; *La Sociologie Industrielle aux États-Unis*; Armand Colin; Paris; 1986; pp. 161-172
- Dingwall, Robert; Lewis, Philip (ed.); *The Sociology of the Professions: Lawyers, Doctors and others*; MacMillan Press Lda.; 1992 (1ª ed. 1983); pp. 1-58, 177-194, 224-241
- Dubar, Claude; *La Socialisation: Construction des Identités Sociales et Professionnelles*; Armand Colin; Paris; 1992; pp. 131-177
- Dunivin, Karen O.; “Military Culture: Change and Continuity” in *Armed Forces & Society*; vol.20, nº4; 1994; pp. 531-547
- Durkheim, Émile; *A Divisão do Trabalho Social*; 2 vols.; Editorial Presença; Lisboa; 1977 (ed. orig. 1893); pp. 7-59 (vol. 1), 193-207 (vol.2)
- Durkheim, Émile; *O Suicídio – estudo sociológico*; Editorial Presença; Lisboa; 1977 (ed. orig. 1897); pp. 431-470
- Earle, Edward Mead (ed.); *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*; Princeton University Press; Princeton; 1973
- Ellis, John; *Os Exércitos da Revolução (I)*; Iniciativas Editoriais; Lisboa; 1976; pp. 155-198
- Engels, Friedrich; *Temas Militares*; Editorial Estampa; Lisboa; 1976; pp. 21-58
- Engels, Frederico; *Anti-Dühring*; Edições Afródite; 1974
- Faris, John H.; “The Social Psychology of Military Service and the Influence of Bureaucratic Rationalism” in Moskos, Charles C.; Wood, Frank R. (ed.); *The Military – more than just a job?*; Pergamon-Brassey’s; Washington; 1988; pp. 57-75
- Feaver, Peter D.; “The Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control” in *Armed Forces & Society*; vol.23, nº2; 1996; pp. 149-178
- Fernandes, António Teixeira; *Os Fenómenos Políticos: Sociologia do Poder*; 2ª ed.; Edições Afrontamento; Porto; 1998 (1ª ed.: 1988)
- Ferreira, J. M. Carvalho; Peixoto, João; Carvalho, Anabela Soriano; Raposo, Rita; Graça, João Carlos; Marques, Rafael; *Sociologia*; McGraw-Hill; Lisboa; 1995
- Figueiredo, Pedro de Oliveira; “As Forças Armadas como Instituição Social” in *Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros*; Rio de Janeiro; nº 736; Mar/Abr’1988; pp. 7-23

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Finer, S.E.; *The Man on Horseback – The Role of the Military in Politics*; Pall Mall Press; Londres; 1971; 4ª ed. (1ª ed.: 1962)
- Fogarty, Brian E.; *War, Peace, and the Social Order*; Westview Press; Oxford; 2000
- Fonseca, Maria de Lurdes Santos Antunes da; “O Alto Oficialato do Exército Português oriundo da Academia Militar – Origem Social e Mérito Académico como preditores dos percursos de carreira (1910-1974); Dissertação de Mestrado em Sociologia; ISCSP/UTL; Lisboa; 2002 (texto policopiado)
- Fotion, Nicholas G.; *Military Ethics: looking toward the future*; Hoover Institution Press; Stanford; 1990; pp. 1-14, 93-110
- Freedman, Lawrence; “Military Power and Political Influence” in *International Affairs*; vol. 74; n°4; Outubro de 1998; pp. 763-780
- Friedmann, Georges; Naville, Pierre; *Traité de Sociologie du Travail*; Armand Colin; Paris; 1964
- Friedmann, Georges; *O Futuro do Trabalho Humano*; Moraes Editores; Lisboa; 1968 (ed. orig. 1963); pp. 205-270
- Freidson, Eliot; *Professional Powers: a Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*; The University of Chicago Press; Chicago; 1986
- Friedson, Eliot; *Professionalism Reborn: theory, prophecy and policy*; Polity Press; Cambridge; 1994
- Freidson, Eliot; “Professionalization and the Organization of Middle-Class Labour” in Halmos, Paul (ed.) *The Sociological Review Monograph 20: Professionalisation and Social Change*; University of Keele, Keele; 1973; pp.47-59
- Freidson, Eliot; “The Impurity of Professional Authority” in Becker, Howard S.; Geer, Blanche; Riesman, David; Weiss, Robert (ed.) *Institutions and the Person: essays presented to Everett C. Hughes*; Aldine Publishing Company; Chicago; 1968; pp. 25-34
- Freidson, Eliot; “The Theory of the Professions: State of the Art” in Dingwall, Robert; Lewis, Philip (ed.); *The Sociology of the Professions: Lawyers, Doctors and others*; MacMillan Press Lda.; 1992 (1ª ed. 1983); pp. 19-37
- Freire, João; *Sociologia do Trabalho: uma introdução*; 2ª ed.; Edições Afrontamento; Porto; 1993
- Fuller, J.F.C.; *The Conduct of War 1789-1961*; Greenwood Press, Publishers; Westport; 1961

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Geer, Blanche; “Occupational Commitment and the Teaching Profession” Becker, Howard S.; Geer, Blanche; Riesman, David; Weiss, Robert (ed.) *Institutions and the Person: essays presented to Everett C. Hughes*; Aldine Publishing Company; Chicago; 1968; pp. 221-234
- Gerth, H. H.; Mills, C. Wright; *From Max Weber: essays in Sociology*; Routledge; Londres; 1991 (1ª ed. 1948); pp. 75-156
- Girod, Roger; “Attitudes relatives a la valeur du travail” in Friedmann, Georges; Naville, Pierre; *Traité de Sociologie du Travail*; Armand Colin; Paris; 1964 ; pp. 95-109 (vol.II)
- Gobbicchi, Alessandro; “Professional Identity in the Military Profession: from difference to responsibility” in Olgiati, Vittorio; Orzach, Louis; Saks, Mike; *Professions, Identity, and Order in a comparative perspective*; Oñati; s.l.; 1998; pp. 275-295
- Godinho, Vitorino Magalhães; *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*; 2ª ed.; Arcádia; Lisboa; 1975
- Gouldner, Alvin W.; *For Sociology: Renewal and Critique in Sociology Today*; Allen Lane; Londres; 1973
- Gresle, François; Perrin, Michel; Panoff, Michel; Tripier, Pierre; *Dictionnaire des Sciences Humaines – Sociologie, Psychologie sociale, Anthropologie*; Nathan, Luçon; 1990; p. 268
- Gruber, Wilfried ; “Career Patterns of Mexico’s Political Elite” in *The Western Political Quarterly*; vol. 24; nº3; Setembro de 1971; pp. 467-482
- Gunlicks, Arthur B.; “Max Weber’s Typology of Politicians: a Reexamination” in *The Journal of Politics*; vol. 40; nº2; Maio de 1978; pp. 498-509
- Gurvitch, Georges; *A Vocaçao Actual da Sociologia*; vol. I.; Edições Cosmos; 1968 (ed. original: 1963); pp. 409-457
- Guttsman, W. L.; “Social Stratification and Political Elite” in *The British Journal of Sociology*; vol. 11; nº2; Junho de 1960; pp. 137-150
- Hacker, Barton C.; “Engineering a New Order: Military Institutions, Technical Education, and the Rise of the Industrial State” in *Technology & Culture*; vol. 34; Jan’ 1993; pp. 1-27
- Haenel, Hubert; Pichon, René; *L’Armée de Terre*; Presses Universitaires de France; 1982

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Hall, John; Jones, D. Caradog; “The Social Grading of Occupations” in *British Journal of Sociology*; vol. 1; 1950; pp. 31-55
- Halmos, Paul; “Introduction” in Halmos, Paul (ed.) *The Sociological Review Monograph 20: Professionalisation and Social Change*; University of Keele, Keele; 1973; pp.5-20
- Hammil, John P.; Segal, David R.; Segal, Mady Wechsler; “Self-Selection and Parental Socioeconomic Status as Determinants of the Values of West Point Cadets” in *Armed Forces & Society*; vol. 22; n°1; 1995; pp. 103-115
- Harries-Jenkins, Gwyn; “The Sociology of Military Institutions Today” in Bottomore, Tom; Nowak, Stefan; Sokolowska, Magdalena; *Sociology: the state of the art*; Sage; Londres; 1982; pp. 129-145
- Harrigan, Anthony; “Guerra e Moralidade” in *Boletim do Estado Maior do Exército*; n°1; Dez’ 1965; pp. 15-20 reproduzido de *Military Review*; Jun’ 1964
- Hart, B.H. Liddell; *As Grandes Guerras da História*; 5ªed.; Ibrasa; 1999 (1ªed: 1954)
- Hatt, Paul K.; “Occupation and Social Stratification” in *American Journal of Sociology*; vol. 55; 1950; pp. 533-543 reproduzido em Scott, John (ed.); *Class, Critical Concepts*; Routledge; Londres; 1996; pp. 314-329 (Vol. I)
- Haug, Marie R.; “Deprofessionalization: An Alternate Hypothesis for the Future” in Halmos, Paul (ed.) *The Sociological Review Monograph 20: Professionalisation and Social Change*; University of Keele, Keele; 1973; pp. 195-211
- Haythornthwaite, Philip J.; *Napoleon’s Military Machine*; 2nd ed.; Spellmount; Staplehurst; 1998 (1st ed: 1988)
- Hobbes, Thomas; *Leviathan*; Oxford University Press; Oxford; 1996
- Hobsbawm, Eric; *A Questão do Nacionalismo – nações e nacionalismo desde 1780*; Terramar; Lisboa; 1998; pp. 77-125
- Howard, Michael; *A Guerra na História da Europa*; Publicações Europa-América; Mem-Martins; 1997
- Hughes, Everett Cherrington; *Men and their work*; Greenwood Press Publishers; Westport; 1981 (ed. orig. 1958)
- Hughes, Everett C.; *The Sociological Eye: Selected papers on work, self & the study of society*; Aldine-Atherton; Chicago; 1971; pp. 283-310, 316-359, 364-396, 417-427
- Huntington, Samuel P.; “Civilian Control and the Constitution” in *The American Political Science Review*; vol. 50; n°3; Setembro de 1956; pp. 676-699

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Huntington, Samuel P.; *The Soldier and the State : The Theory and Politics of Civil-Military Relations*; The Belknap Press of Harvard University Press; Cambridge; 1998 (1ª ed. 1957)
- Illich, Ivan; Zola, Irving Kenneth; McKnight, John; Caplan, Jonathan; Shaiken, Harley; *Disabling Professions*; Marion Boyars; Nova Iorque; 1987 (1ª ed. 1977)
- Inkeles, Alex; Rossi, Peter H.; “National Comparisons of Occupational Prestige” in *American Journal of Sociology*; vol. 61; 1956; pp. 329-339 *reproduzido em* Lipset, Seymour Martin; Smelser, Neil (eds.); *Sociology: the progress of a decade*; 3 vols.; Prentice-Hall; Englewood Cliffs; 1964; pp. 506-516 (vol. III)
- Janowitz, Morris; “Hierarquia e Autoridade no Estabelecimento Militar” in Etzioni, Amitai; *Organizações Complexas: um estudo das organizações em face dos problemas sociais*; Editôra Atlas S.A.; São Paulo; 1967; pp.198-211
- Janowitz, Morris; “Military Elites and the Study of War” in *Conflict Resolution*; vol. 1; nº1; Março de 1957; pp. 9-18
- Janowitz, Morris; *Military Institutions and Coercion in the Developing Nations*; Midway Reprint; Chicago; 1988 (1ª ed. 1964)
- Janowitz, Morris; *On Social Organization and Social Control*; The University of Chicago Press; Chicago; 1984
- Janowitz, Morris; *The Professional Soldier: a social and political portrait*; Free Press; Nova Iorque; 1964 (ed. original: 1960)
- Jaurés ; Potemkine e outros; *As causas da primeira guerra mundial*; 2ª ed.; Editorial Estampa; Lisboa; 1977
- Johnson, Terence J.; *Professions and Power*; 7ª ed.; Macmillan; Londres; 1993 (ed. orig. 1972)
- Keegan, John; *O Rosto da Batalha*; Fragmentos; Lisboa; 1987 (1ª ed. 1976); pp. 11-58, 219-258
- Knox, McGregor; Murray, Williamson (eds.); *The Dynamics of Military Revolution 1300-2050*; Cambridge University Press; Cambridge; 2001
- Koch, H.W.; *The Rise of Modern Warfare 1618-1815*; Hamlyn; Londres; 1981
- Kourvetaris, George Andrew; “Professional Self-Images and Political Perspectives in the Greek Military” in *American Sociological Review*; vol. 36; nº6; Dezembro de 1971; pp. 1043-1057

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Krause, Elliott A.; *The Sociology of Occupations*; Little, Brown and Company, Boston; 1971
- Lang, Kurt; *Military Institutions and the Sociology of War – a review of the literature with annotated bibliography*; Sage Publications; Beverly Hills; 1972
- Larson, Magali Sarfatti; “In the matter of experts and professionals, or how impossible it is to leave nothing unsaid” in Torstendahl, Rolf; Burrage, Michael (ed.); *The Formation of the Professions: Knowledge, State and Strategy*; Sage Publications; Londres; 1990; pp. 24-50
- Larson, Magali Sarfatti; *The Rise of Professionalism: a sociological analysis*; University of California Press; Berkely; 1977
- Lasswell, Harold D.; “The Garrison State” in *American Journal of Sociology*; nº46; 1941; pp. 455-468
- Lenski, Gerhard E.; “Status Crystallization: A Non-Vertical Dimension of Social Status” in *American Sociological Review*; vol. 19; 1954; pp. 405-13 *reproduzido em* Lipset, Seymour Martin; Smelser, Neil (eds.); *Sociology: the progress of a decade*; 3 vols.; Prentice-Hall; Englewood Cliffs; 1964; pp. 485-494
- Lévy-Leboyer, Claude; *L' Ambition Professionnelle et la Mobilité Sociale*; P.U.F.; Paris; 1971
- Lewis, Paul H. ; “Salazar’s Ministerial Elite, 1932-1968” in *The Journal of Politics*; vol. 40; nº3; Agosto de 1978; pp. 622-647
- Lewis, Paul H. ; “The Spanish Ministerial Elite, 1938-1969” in *Comparative Politics*; vol. 5; nº1; Outubro de 1972; pp. 83-106
- Lipset, Seymour Martin; Smelser, Neil (eds.); *Sociology: the progress of a decade*; 3 vols.; Prentice-Hall; Englewood Cliffs; 1964; pp. 469-521
- Lissak, Moshe; “Modernization and Role Expansion of the Military in Developing Countries: A Comparative Analysis” in *Comparative Studies in Society and History*; vol. 9; nº3; Abril de 1967; pp. 233-255
- Lot, Ferdinand; *O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*; Edições 70; São Paulo; 1968
- Luxembourg, Rosa; *A acumulação do capital – estudo sobre a Interpretação Económica do Imperialismo*; Zahar Editores; Rio de Janeiro; 1970; pp. 399-412
- Luxemburg, Rosa; *A Crise da Social-Democracia*; Editorial Presença; Lisboa; s.d.

***Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.***

- Luxemburg, Rosa; *Oeuvres I (Réforme Sociale ou révolution? Grève de masses, parti & syndicats)*; François Maspero; Paris; 1971; pp. 39-45
- Luxemburg, Rosa; *Oeuvres II (Écrits politiques 1917-1918)*; François Maspero; Paris; 1971; pp. 91-100
- Luxemburg, Rosa; *Reforma ou Revolução?*; (3ª ed.); Editorial Estampa; Lisboa; 1974; pp. 43-52
- Luxemburg, Rosa; *Textos Escolhidos*; Editorial Estampa; São Paulo; 1977
- McKinley, R. D.; Cohan, A. S.; “Performance and Instability in Military and Non-Military Regime Systems” in *The American Political Science Review*; vol. 70; nº3; Setembro de 1976; pp. 850-864
- MacDonald, Keith M.; *The Sociology of the Professions*; Sage Publications; Londres; 1995; pp.1-65, 100-123, 156-186
- Magarelli, Clyde; *Crisis of Convergence – Military Professionalism and Working Class Struggle, Portuguese Case Study, March 16, 1974-November 25, 1975*; University Press of America; Washington; 1981
- Mallet, Serge; *La Nouvelle Classe Ouvrière*; Éditions du Seuil; Paris; 1969; pp. 9-103
- Manigart, Phillipe; *Future Roles, Missions and Structures of Armed Forces in the New World Order: the public view*; Nova Science Publishers, Inc.; 1996; pp. 7-26
- Maquiavel; *A Arte da Guerra, A Vida de Castruccio Castracani, Belfagor, o Arquidiabo, O Príncipe*; Editora Universidade de Brasília; São Paulo; 1982
- Maquiavel; *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio – “Discorsi”*; 2ª ed.; Editora Universidade de Brasília; São Paulo; 1982 (1ªed.: 1979)
- Marshall, Gordon (org.); “Sociological Studies of Military and Militarism” in *Oxford Dictionary of Sociology*; 2nd edition; Oxford University Press; Oxford; 1998 (1ª ed. 1994); pp. 417-418
- Marques, Fernando Pereira; *Exército e Sociedade em Portugal: no declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo*; Publicações Alfa; Lisboa; 1989
- Marques, Fernando Pereira; *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*; Edições Cosmos/IDN; Lisboa; 1999
- Martins, Raul François R. Carneiro; “Honra e Dignidade, factores de eficiência militar” in *Nação e Defesa*; nº17; Lisboa; 1981; pp. 115-149
- Marx/ Engels; *Escritos Militares*; Editora Vento de Leste; Lisboa; 1976; pp. 7-13, 91-93, 167-177

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Marx/ Engels, Lenine/ Estaline; *A Luta de Guerrilhas*; Editora Sementes; Lisboa; 1975
- Marshall, Gordon (org.); “Sociological Studies of Military and Militarism” in *Oxford Dictionary of Sociology*; 2nd edition; Oxford University Press; Oxford; 1998 (1^a ed. 1994); pp. 417-418
- Masurel, Antoine; “La Position du Soldat Catholique est-elle Confortable?” in *Défense Nationale – Études politiques – Stratégiques – Militaires – Économiques – Scientifiques*; Paris; Avr’ 1989; pp. 49-59
- Maurice, M.; “Propos sur la sociologie des professions” in *Sociologie du Travail*; n° 72; 1992; pp. 213-225
- McNeill, William H.; *The Pursuit of Power – Technology, Armed Force, and Society since A.D. 1000*; The University of Chicago Press; Chicago; 1984
- Meyer, John W.; Rubinson, Richard; “Structural Determinants of Student Political Activity: A Comparative Interpretation” in *Sociology of Education*; vol. 45; n°1; Inverno de 1972; pp. 23-46
- Middlehurst, Robin; Kennie, Tom; “Leading Professionals – towards new concepts of professionalism” in Broadbent, Jane; Dietrich, Michael; Roberts, Jennifer; *The End of the Professions? – The restructuring of professional work*; Routledge; Londres; 1997; pp. 1-13
- Mills, C. Wright; *The Power Elite*; Oxford University Press; Oxford; 2000
- Montagna, Paul D.; *Occupations and Society – Toward a Sociology of the Labor Market*; Wiley; s.l.: 1977
- Montague Jr., Joel B.; Miller, Ronald F.; “The New Professionalism in Sociology” in Halmos, Paul (ed.) *The Sociological Review Monograph 20: Professionalisation and Social Change*; University of Keele, Keele; 1973; pp.139-157
- Monteiro, João Gouveia; *A guerra em Portugal nos finais da idade média*; Notícias Editorial; Lisboa; 1998
- Montesquieu; *O Espírito das Leis*; Editora Universidade de Brasília; Brasília; 1982
- Moore, Wilbert E.; *The Professions: roles and rules*; Russel Sage Foundation; Nova Iorque; 1970
- Moreira, Carlos Diogo; *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*; ISCSP/UTL; Lisboa; 1994

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Mosca, Gaetano; *The Ruling Class (Elementi di Scienza Politica)*; Greenwood Press, Publishers; Westport; 1980; pp. 50-69, 222-243
- Moskos, Charles C.; “From Citizens’ Army to Social Laboratory” in *The Wilson Quarterly*; vol.17; 1993; pp. 83-94
- Moskos, Charles C.; “Institutional and Occupational Trends in Armed Forces” in Moskos, Charles C.; Wood, Frank R. (ed.); *The Military – more than just a job?*; Pergamon-Brassey’s; Washington; 1988; pp. 15-26
- Moskos, Charles C.; “Morris Janowitz (1919-1988)” in *Armed Forces & Society*; Winter 1989; pp. 162-63
- Moskos, Charles C.; Burk, James; “The Postmodern Military” in Burk, James (ed.); *The Military in New Times – Adapting Armed Forces to a Turbulent World*; Westview Press; Boulder; 1994; pp. 141-162
- Mueller, Ulrich; Mazur, Allan; “Facial Dominance of West Point Cadets as Predictor of Later Military Rank” in *Social Forces*; Mar’ 1996; 74(3); pp. 823-850
- Naisbitt, John; *Macrotendências: dez novas orientações que transformam as nossas vidas*; 3ª ed.; Editorial Presença; Lisboa (ed. orig. 1982)
- Narciso, Raimundo; “O Serviço Militar e a Cidadania” in *Nação e Defesa*; nº91; 1999; pp. 67-94
- Nass, Clifford I.; “Bureaucracy, Technical Expertise, and Professionals: a Weberian Approach” in *Sociological Theory*; vol. 4; nº1; Primavera de 1986; pp. 61-70
- Naville, Pierre; “L’ emploi, le métier, la profession” in Friedmann, Georges; Naville, Pierre; *Traité de Sociologie du Travail*; Armand Colin; Paris; 1964; pp. 231-240 (vol.I)
- Naville, Pierre; “Travail et Guerre” in Friedmann, Georges; Naville, Pierre; *Traité de Sociologie du Travail*; Armand Colin; Paris; 1964; pp. 305-327 (vol.II)
- Nef, John U.; *Cultural Foundations of Industrial Civilization*; Harper&Brothers; Nova Iorque; 1960
- Nisbet, Robert; *Os Filósofos Sociais*; Editora Universidade de Brasília; Brasília; 1973
- O’Connell, Robert L.; *História da Guerra – armas e homens: uma história da guerra, do armamento e da agressão*; Editorial Teorema; Lisboa; 1995
- Oppenheimer, Martin; “The Proletarianization of the Professional” in Halmos, Paul (ed.) *The Sociological Review Monograph 20: Professionalisation and Social Change*; University of Keele, Keele; 1973; pp. 213-227

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Paret, Peter; *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*; Princeton University Press; Princeton; 1986
- Park, Robert E.; Burgess, Ernest W.; *Introduction to the Science of Sociology – including the original index to basic sociological concepts*; The University of Chicago Press; 3rd edition; Chicago; 1969(ed. original:1921); pp. 202-209
- Parsons, Talcott; “Professions” in Sills, David L. (ed.); *International Encyclopedia of Social Sciences*; Free Press; Nova Iorque; vol. 11; pp. 536-547
- Pavalko, Ronald M.; *Sociology of Occupations and Professions*; 2nd ed.; Peacock Publishers, Inc.; Florida; 1988 (ed. orig. 1971); pp. 1-9, 17-106
- Pecora, Vincent P.(ed.); *Nations and Identities*; Blackwell Publishers; Oxford; 2001
- Pennac, Daniel; *O Serviço Militar ao serviço de quem?*; Moraes Editores; Lisboa; 1976 (ed. original: 1973)
- Perlmutter, Amos; *The Military and Politics in Modern Times – On Professionals, Praetorians and Revolutionary Soldiers*; Yale University Press; New Haven; 1977
- Perlmutter, Amos; Bennett, Valerie Plave (ed.); *The Political Influence of the Military: A Comparative Reader*; Yale University Press; New Haven; 1980
- Perrucci, Robert; “In the Service of Man: Radical Movements in the Professions” in Halmos, Paul (ed.) *The Sociological Review Monograph 20: Professionalisation and Social Change*; University of Keele, Keele; 1973; pp. 179-194
- Platão; *A República*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1972
- Porte, Jean; “Les catégories socio-professionnelles” in Friedmann, Georges; Naville, Pierre; *Traité de Sociologie du Travail*; Armand Colin; Paris; 1964 ; pp. 240-387 (vol.I)
- Priest, Robert F.; Beach, Johnston; “Value Changes in Four Cohorts at the U.S. Military Academy” in *Armed Forces & Society*; vol. 25; n°1; 1998; pp. 81-102
- Radine, Lawrence B.; *The Taming of the Troops: Social Control in the United States Army*; Greenwood Press; Westport; 1977; pp.55-87
- Rapoport, Anatole; “Prefácio” in Clausewitz, Carl von; *Da Guerra*; Editora Universidade de Brasília; São Paulo; 1979; pp. 7-70
- Regan, Patrick M.; *Organizing Societies for War – The Process and Consequences of Societal Militarization*; Praeger; Westport; 1994
- Revel, Jean-François; *História da Filosofia Ocidental – I*; Moraes Editores; Lisboa; 1971; pp. 85-182

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Reynaud, J.-D.; “Qualification et marché du travail” in *Sociologie du Travail*; nº1; 1987; pp. 86-109
- Reynaud, Jean-Daniel; *As Novas Profissões*; Biblioteca Salvat de grandes temas; Rio de Janeiro; 1979; pp. 7-76
- Ribeiro dos Santos, António Pedro; “A Pedagogia Castrense no Sistema de Poder” in Vários; *Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira*; vol. II; ISCSP/UTL; Lisboa; 1995; pp. 547-587
- Ribeiro dos Santos, António Pedro; *Movimentos Laborais e Constituição Económica*; ISCSP/UTL; Lisboa; 2000
- Ribeiro dos Santos, António Pedro; *O Estado e a Ordem Pública – As Instituições Militares Portuguesas*; ISCSP; Lisboa; 1999
- Ritzer, George; “Professionalization, Bureaucratization and Rationalization: The Views of Max Weber” in *Social Forces*; vol. 53; nº4; Junho de 1975; pp. 627-634
- Rodrigues, Maria de Lurdes; *Sociologia das Profissões*; Celta Editora; Oeiras; 1997
- Rosen, Harvey S.; *Public Finance*; 4th edition; Irwin; Chicago; 1995 (1^aed. 1985); pp. 75-86
- Rosenau, James N.; “Armed Force and Armed Forces in a Turbulent World” in Burk, James (ed.); *The Military in New Times – Adapting Armed Forces to a Turbulent World*; Westview Press; Boulder; 1994; pp. 25-61
- Rousseau, J. J.; *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*; Editorial Presença; Lisboa; 1971
- Rousseau, J. J.; *O Contrato Social*; Editorial Presença; Lisboa; 1966
- Rubinstein, W. D.; “Education and the Social Origins of British Elites 1880-1970” in *Past and Present*; nº 112; Agosto de 1986; pp. 163-207
- Rueschemeyer, Dietrich; “Professional Autonomy and the Social Control of Expertise” in Dingwall, Robert; Lewis, Philip (ed.); *The Sociology of the Professions: Lawyers, Doctors and others*; MacMillan Press Lda.; 1992 (1^a ed. 1983); pp. 38-58
- Sainsaulieu, Renaud; *Sociologia da Empresa: Organização, Cultura e Desenvolvimento*; Instituto Piaget; Lisboa; 2001; pp. 37-44
- Saint-Simon, C.-H. de; *La Physiologie Sociale: Oeuvres Choisies*; Presses Universitaires de France; Paris; 1965

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Santos, Manuel Pinto dos; *Monarquia Constitucional – Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados 1834-1910*; Assembleia da República; Lisboa; 1986
- Sarkesian, Sam C.; *Beyond the Battlefield – The New Military Professionalism*; Pergamon Press; Nova Iorque; 1981
- Sarkesian, Sam C.; “Political Soldiers: Perspectives on Professionalism in the U.S. Military” in *Midwest Journal of Political Science*; vol. 16; n°2; Maio de 1972; pp. 239-258
- Schumpeter, Joseph A.; “The Sociology of Imperialisms” in *Imperialism and Social Classes*; Basil Blackwell; Oxford; 1951; pp. 1-130
- Schwartz, David C.; “Toward a Theory of Political Recruitment” in *The Western Political Quarterly*; vol. 22; n°3; Setembro de 1969; pp. 552-571
- Scott, John (ed.); *Class, Critical Concepts*; Routledge; Londres; 1996
- Selvagem, Carlos; *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal: desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*; 2ª ed.; Imprensa Nacional – Casa da Moeda; Lisboa; 1994
- Shaw, Martin; *Post-Military Society*; Polity Press; Oxford; 1991
- Simon, Pierre-Jean; *História da Sociologia*; Rés Editora; Porto; s.d.
- Smith, Adam; *Inquérito sobre a Natureza e as causas da Riqueza das Nações*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1983
- Soeters, Joseph L.; “Value Orientations in Military Academies: A Thirteen Country Study” in *Armed Forces & Society*; vol. 24; n°1; 1997; pp. 7-32
- Solomon, David N.; “Sociological Perspectives on Occupations” in Becker, Howard S.; Geer, Blanche; Riesman, David; Weiss, Robert (ed.) *Institutions and the Person: essays presented to Everett C. Hughes*; Aldine Publishing Company; Chicago; 1968; pp. 3-13
- Sorel, Georges; *Reflexões sobre a Violência*; Vozes ; Petrópolis ; 1993
- Sorensen, Henning; “New Perspectives on the Military Profession: The I/O Model and Esprit de Corps Reevaluated” in *Armed Forces & Society*; vol.20, n°4; 1994; pp. 599-617
- Sorokin, Pitirim; *Contemporary Sociological Theories: through the first quarter of the twentieth century*; Harper & Row, Publishers; Nova Iorque; 1928

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Stevenson, Robert J.; “The Officer-Enlisted Distinction and Patterns of Organizational Reaction to Social Deviance in the U.S. Military” in *Social Forces*; 68(4); Jun’ 1990; pp. 1191-1209
- Stouffer, Samuel A.; Suchman, Edward A.; DeVinney, Leland C.; Star, Shirley A.; Williams, Jr., Robin; *The American Soldier: Adjustment During Army Life*; vol. I; Science Editions; Nova Iorque; 1965 (1ª ed. 1949); pp.1-81
- Sun Tzu; *A Arte da Guerra*; Publicações Europa-América; 2ª ed.; Mem-Martins; s.d.
- McLean, A.; *The Federalist*; Nova Iorque, 1788
- Tocqueville, Alexis de; *De la Démocratie en Amérique*; Tomo I; Gallimard; s.l.; 1961; pp. 270-292
- Toffler, Alvin; *A Terceira Vaga*; Livros do Brasil; Lisboa; 1984 (ed. orig. 1980)
- Toffler, Alvin e Heidi; *Guerra e Anti-Guerra*; Livros do Brasil; Lisboa; 1994
- Tolstoi, Leão; *Guerra e Paz*; vol. II; Publicações Europa-América; Mem-Martins; 1973; pp. 1272-1321
- Torstendahl, Rolf; “Introduction: promotion and strategies of knowledge-based groups” in Torstendahl, Rolf; Burrage, Michael (ed.); *The Formation of the Professions: Knowledge, State and Strategy*; Sage Publications; Londres; 1990; pp.1-10
- Torstendahl, Rolf; Burrage, Michael (ed.); *The Formation of the Professions: Knowledge, State and Strategy*; Sage Publications; Londres; 1990; pp.1-50, 70-96, 114-133
- Touraine, Alain; *A Sociedade Post-Industrial*; Moraes Editores; Lisboa; 1970 (ed. orig. 1969)
- Touraine, Alain; “L’ organisation professionnelle de l’ entreprise” in Friedmann, Georges; Naville, Pierre; *Traité de Sociologie du Travail*; Armand Colin; Paris; 1964 ; pp. 387-427 (vol.I)
- Touraine, Alain; *Pela Sociologia*; Publicações Dom Quixote; Lisboa; 1982 (ed. orig. 1974); pp. 123-156
- Townshend, Charles; “Militarism and Modern Society” in *The Wilson Quarterly*; vol.17; 1993; pp. 71-82
- Vagts, Alfred; *A History of Militarism – Civilian and Military*; Free Press; Nova Iorque; 1973 (1ª ed.: 1959)

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

- Van Doorn, Jacques; “The officer corps: A fusion of profession and organization” in *European Journal of Sociology*; nº6; 1965; pp. 262-282
- Veblen, Thorstein; *The Theory of the Leisure Class*; 1899
- Verstrynge, Jorge; *Una sociedad para la guerra – los efectos de la guerra en la sociedad industrial*; 2ª ed.; Madrid; 1988 (1ª ed.: 1979)
- Vicente, António Pedro; *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*; Comissão Portuguesa de História Militar; Lisboa; 2000
- Vieira, Belchior; “A Instituição Militar e as suas relações com a sociedade e o poder político” in *Nação e Defesa*; nº 74; Lisboa; 1995; pp. 65-75
- Vrancken, Didier; “Professions, marché du travail et expertise” in Coster, Michel de; Pichault, François (éds.); *Traité de Sociologie du Travail*; 2º éd.; DeBoeck Université; Paris; 1998; pp. 269-296
- Watson, Tony J.; *Sociology, Work and Industry*; Routledge & Kegan Paul; Londres; 1980; pp.33-68, 145-182
- Weber, Max; *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*; Editorial Presença; Lisboa; 1983
- Weber, Max; *Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*; 10ª ed.; Fondo de Cultura Economica; Madrid; 1993 (ed. orig. 1922); pp. 111-113, 242-248, 882-889
- Weber, Max; “Politics as a Vocation” in Gerth, H. H.; Mills, C. Wright; *From Max Weber: essays in Sociology*; Routledge; Londres; 1991 (1ª ed. 1948); pp. 77-128
- Weber, Max; “The Meaning of Discipline” in Gerth, H. H.; Mills, C. Wright; *From Max Weber: essays in Sociology*; Routledge; Londres; 1991 (1ª ed. 1948); pp. 253-264
- Wheeler, Douglas; *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*; Publicações Europa-América; Mem-Martins; 1988
- Wilensky, Harold; “The Professionalisation of everyone?” in *American Journal of Sociology*; nº70; 1964
- Wright, Quincy; *A Study of War*; University of Chicago Press; Chicago; 1942
- Wright, Quincy; “War: The Study of War” in Sills, David L. (ed.); *International Encyclopedia of Social Sciences*; Free Press; Nova Iorque; vol. 15, 16, 17; pp. 453-468

***Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.***

- Young, Michael; Willmott, Peter; “Social Grading by Manual Workers” in *British Journal of Sociology*; vol. 7; 1956; pp. 337-345 reproduzido em Scott, John (ed.); *Class, Critical Concepts*; Routledge; Londres; 1996; 4 vols.; pp. 358-371 (vol. I)
- Zinsmeister, Karl; “Soldiers of Virtue” in *The American Enterprise*; vol.10; n°4; Jul/Ago’ 1999; pp. 4-8

Principais Fontes Utilizadas na Colecção de Dados Estatísticos:

- *Actas da Câmara dos Pares do Reino de Portugal*; Lisboa; 1836
- *Actas das Sessões da Câmara dos Senhores Deputados da Nação*; Lisboa; 1836-78
- *Actas das Sessões das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*; Lisboa; 1838
- *Actas das Sessões Públicas da Câmara dos Senhores*; Lisboa; 1839-41
- *Almanach do Exército ou Lista Geral de Antiquidades dos Officiaes Combatentes e Não Combatentes do Exército e Empregados Civis publicado por ordem do Ministério da Guerra*; Volumes relativos aos anos de 1895 e 1900 a 1923 ; Imprensa Nacional; Lisboa
- “Carta Geográfica do Reino de Portugal Dividido por Províncias, Distritos e Concelhos”; 4ª Edição “Correcta” e aumentada; 1884; s.l.
- “Carta de Portugal Coordenada e Desenhada por Joaquim Pedro Xavier da Silva e Francisco Pinto Phernando”; 3ª Ed.; Nov’ 1905; Lisboa
- Carvalho, Rita Almeida de; *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-49)*; Edições Afrontamento; Lisboa; 2002
- Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa (dir.); *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-74*; Assembleia da República; Lisboa; 2004 (2 vols.)
- *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*; Lisboa; 1870-1910
- *Diário da Câmara dos Senhores*; Lisboa; 1840-42, 1911-26
- *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*; Lisboa; 1834-1860, 1869-1910, 1911-1926
- *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*; Lisboa; 1934-73

Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares durante a I República Portuguesa.

- *Épocas Legislativas, 1834-1906, para uso da Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Dignos Pares do Reino*; Lisboa; 1906
- *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*; Lisboa; 1987
- *Lista Geral de Antiguidades dos Oficiais do Exército*; s/refª; 1850-1970
- *Lista Geral de Antiguidades dos sargentos ajudantes, primeiros sargentos e primeiros sargentos graduados, cadetes, de todas as armas e serviços auxiliares do Exército e dos sargentos ajudantes e primeiros sargentos das guardas municipais e fiscal referido a 31 de Dezembro de 1909 e organizada por Gregorio Augusto de Sousa Mendonça (Capitão do Corpo de Secretariado Militar)*; Imprensa Nacional; Lisboa; 1910
- *Listagem de Antigos Alunos da Academia de Fortificação, Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar (1790-1940)*; s/refª
- *Livro de Registo do Pessoal Político da Assembleia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados*; Lisboa; 1911-15
- *Livros Políticos da Câmara dos Deputados*; Lisboa; 1913-26
- Marques, A.H. Oliveira ; Guinote, Paulo ; Mesquita, Pedro Teixeira ; Dias, João José Alves Dias ; *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)* ; Edições Afrontamento ; Lisboa ; 2000
- Mónica, Maria Filomena (coord); *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*; Assembleia da República, Lisboa; 2004 (3 vols.)
- Processos Individuais de Alunos da Escola do Exército, Escola de Guerra e Escola Militar de 1906 a 1926
- Processos Individuais de Matrícula da Escola Colonial de 1906 a 1932
- Processos Individuais de Aluno da Universidade de Coimbra 1862 a 1929
- *Verbetes Iconográficos e Biográficos dos Deputados e Senadores da I República*; Lisboa; 1911-26

ÍNDICE DE FIGURAS.

Figura 1: Comparação dos Tipos-Ideais Profissionais propostos pelo Funcionalismo e por Eliot Friedson.....	50
Figura 2: Sistematização das três aceções de profissionalização acolhidas.	54
Figura 3: Quadro-síntese do processo de Profissionalização Técnica do Exército Português.	86
Figura 4: Quadro-síntese do processo de Profissionalização Social do Exército Português.	88
Figura 5: Quadro-síntese do sentido de evolução do Profissionalismo Político do Exército Português.	89
Figura 6: Factores Propiciadores e Inibidores da Intervenção Política Militar segundo Finer.	95
Figura 7: Tipos e Orientações de Militar Profissional segundo Perlmutter.	98
Figura 8: Modelo Clássico de Profissionalização Militar.	103
Figura 9: Modelo de Profissionalização Militar Modificado.	105
Figura 10: Modelo de Profissionalização Militar Proposto.....	112
Figura 11: Modelo de Profissionalização Militar Proposto com Hipóteses.	114
Figura 12: Perfis de Militar Político por Graus de Profissionalização.....	131
Figura 13: Estrutura da Apresentação dos Resultados.	132
Figura 14: Estrutura de Apresentação dos Resultados por Modelo de Abordagem.	133
Figura 15: Quadro resumo da presença de militares na classe política da I República. .	137
Figura 16: Peso dos Militares e Militares do Exército na Classe Política por Legislatura.	138
Figura 17: Evolução do Número de Militares que desempenharam cargos de Chefes de Governo e Presidentes da República por ano – I República a Ditadura Militar.....	139
Figura 18: Peso dos Militares Profissionais na Classe Política por Legislatura.....	140
Figura 19: Peso dos Militares do Exército nos Militares Políticos por Legislatura.....	141
Figura 20: Peso dos Militares Profissionais Militares Políticos por Legislatura.....	142
Figura 21: Peso dos Militares, Militares do Exército e Profissionais nos Políticos por Tipo de Mandato.	143
Figura 22: Peso dos Militares do Exército nos Militares Políticos por Tipo de Mandato.	143
Figura 23: Peso dos Militares Profissionais nos Militares Políticos por Tipo de Mandato.	144
Figura 24: Quadro resumo da presença de militares na elite política da I República.....	146
Figura 25: Peso dos Militares e dos Militares do Exército na Elite Política.	147
Figura 26: Peso dos Militares Profissionais na Elite Política.	147
Figura 27: Peso dos Militares do Exército nos Militares parte da Elite Política.	148
Figura 28: Peso dos Militares Profissionais do Exército nos Militares parte da Elite Política.....	149
Figura 29: Evolução do Peso de Militares Profissionais do Exército recrutados por Legislatura Política na Elite Militar.	150
Figura 30: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1834-52).....	151
Figura 31: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1852-70).....	152
Figura 32: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1870-89).....	152
Figura 33: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1889-1904).....	152
Figura 34: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1905-10).....	153

***Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.***

Figura 35: Evolução do Número de Militares por Legislatura – Monarquia.	153
Figura 36: Evolução da Percentagem de Militares por Legislatura – Monarquia.	154
Figura 37: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1911-26).	155
Figura 38: Evolução do Número de Militares por Legislatura – I República.	155
Figura 39: Evolução da Percentagem de Militares por Legislatura – I República.	156
Figura 40: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1935-69).	156
Figura 41: Evolução do Recrutamento de Militares para as Câmaras (1969-74).	157
Figura 42: Evolução do Número de Militares por Legislatura – Estado Novo.	157
Figura 43: Evolução da Percentagem de Militares por Legislatura – Estado Novo.	158
Figura 44: Evolução do Número de Militares por Legislatura – Monarquia Estado Novo.	159
Figura 45: Evolução da Percentagem de Militares por Legislatura – Monarquia Estado Novo.	159
Figura 46: Quadro Resumo da Evolução do Número de Militares no Governo – Monarquia a Estado Novo.	160
Figura 47: Evolução do Número de Militares no Governo – Monarquia a Estado Novo.	161
Figura 48: Evolução da Percentagem de Militares no Governo – Monarquia a Estado Novo.	161
Figura 49: Evolução do Número Médio de Militares Recrutados para o Governo – Monarquia a Estado Novo.	162
Figura 50: Quadro Resumo da Evolução do Número de Militares no Governo e Câmaras – Monarquia a Estado Novo.	163
Figura 51: Evolução do Número de Militares no Governo e nas Câmaras – Monarquia a Estado Novo.	163
Figura 52: Evolução da Percentagem de Militares no Governo e nas Câmaras – Monarquia a Estado Novo.	164
Figura 53: Evolução do Número Médio de Militares Recrutados para o Governo e Câmaras – Monarquia a Estado Novo.	164
Figura 54: Evolução do Número de Militares Recrutados para o Governo na Ditadura Militar por Legislatura.	165
Figura 55: Evolução da Percentagem de Militares Recrutados para o Governo na Ditadura Militar por Legislatura.	166
Figura 56: Evolução da Percentagem e da Tendência de Militares Profissionais Recrutados para o Governo na Ditadura Militar por Legislatura.	166
Figura 57: Evolução da Percentagem de Militares nas Legislaturas da Democracia comparadas com a Média do Estado Novo.	168
Figura 58: Evolução do Número de Militares no Governo por Regime – Monarquia a Democracia.	168
Figura 59: Evolução da Percentagem de Militares no Governo por Regime – Monarquia a Democracia.	169
Figura 60: Evolução do Número de Militares no Governo e Câmaras por Regime – Monarquia a Democracia.	170
Figura 61: Evolução da Percentagem de Militares no Governo e Câmaras por Regime – Monarquia a Democracia.	170
Figura 62: Caracterização por Nível Administrativo de Naturalidade.	172
Figura 63: Caracterização por Distrito de Naturalidade.	173
Figura 64: Caracterização por Profissão do Pai.	176
Figura 65: Caracterização por Classe Social do Pai.	177

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Figura 66: Caracterização por Dimensão do Auto-Recrutamento Político.	178
Figura 67: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Político: Cargos.....	178
Figura 68: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Político: Número Médio de Mandatos de Deputado do Pai Político.	179
Figura 69: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Militar: Profissionalismo do Pai Militar.	179
Figura 70: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Militar: Posto mais Alto Alcançado pelo Pai Militar Profissional.....	180
Figura 71: Caracterização por Tipo de Auto-Recrutamento Militar: Arma.	180
Figura 72: Caracterização por Ascendência Nobiliárquica.	181
Figura 73: Caracterização por Tipo de Ascendência Nobiliárquica.	182
Figura 74: Caracterização por Escola Preparatória Secundária.....	182
Figura 75: Caracterização por Escola Preparatória Superior.....	183
Figura 76: Caracterização por Curso Superior.	184
Figura 77: Caracterização por Profissão.	186
Figura 78: Caracterização por Classe Social.	187
Figura 79: Caracterização por Idade à Data da Primeira Matrícula na Escola Militar. ..	190
Figura 80: Caracterização por Posto à Data da Primeira Matrícula na Escola Militar. ..	191
Figura 81: Caracterização por Média Final de Curso Militar.....	191
Figura 82: Caracterização por Distinção de Mérito no Curso Militar.	191
Figura 83: Caracterização por Curso/ Arma.....	192
Figura 84: Caracterização por Posto mais Alto Alcançado.....	193
Figura 85: Caracterização por Exercício de Funções Docentes na Escola Militar.	193
Figura 86: Caracterização por Idade à Data do Primeiro Mandato Político.....	195
Figura 87: Caracterização por Posto à Data do Primeiro Mandato Político.....	196
Figura 88: Caracterização por Duração Relativa na Carreira Política.	196
Figura 89: Caracterização por Duração Absoluta na Carreira Política.	197
Figura 90: Caracterização por Percentagem da Carreira Militar (incluindo Mandatos de Governador Civil e Presidente de Câmara Municipal) na Vida Média dos Políticos (70 anos).	198
Figura 91: Caracterização por Percentagem da Carreira Militar na Vida Média dos Políticos.	198
Figura 92: Caracterização por Grupos/ Partidos Políticos de Pertença.....	201
Figura 93: Caracterização por Partidos Políticos de Eleição.....	202
Figura 94: Caracterização por Outros Cargos Políticos Assumidos.	203
Figura 95: Caracterização por Encadeamento Cronológico dos Outros Mandatos face ao Primeiro Mandato Político.....	204
Figura 96: Caracterização por Envolvimento na Organização Local da República.	204
Figura 97: Caracterização por Envolvimento em Actividade Política Estudantil.	205
Figura 98: Caracterização por Participação em Momentos Históricos.	205
Figura 99: Caracterização por Tipo de Participação em Momentos Históricos.	207
Figura 100: Caracterização por Distrito de Eleição.	208
Figura 101: Caracterização por Pertença à Maçonaria.....	209
Figura 102: Caracterização por Encadeamento Cronológico da Iniciação Maçónica face ao Primeiro Mandato Político.	209
Figura 103: Caracterização por Pertença à Carbonária.....	210
Figura 104: Caracterização por Longevidade Política Inter-Regimes.	210
Figura 105: Caracterização por Cargos Políticos Assumidos na Monarquia.	211
Figura 106: Caracterização por Cargos Políticos Assumidos na Ditadura Militar.....	211

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Figura 107: Caracterização por Cargos Políticos Assumidos no Estado Novo.....	212
Figura 108: Caracterização por Cargos Governativos Assumidos na I República.....	213
Figura 109: Caracterização por Diferencial entre Primeiro Mandato e Cargos Assumidos na I República.	214
Figura 110: Quadro Síntese da Caracterização Socio-Profissional de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	218
Figura 111: Evolução da Naturalidade dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	218
Figura 112: Evolução do Auto-Recrutamento Militar dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	219
Figura 113: Evolução do Auto-Recrutamento Político dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	220
Figura 114: Evolução da Classe Social do Pai dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	220
Figura 115: Evolução da Ascendência Nobiliárquica dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	221
Figura 116: Evolução da Frequência do Colégio Militar dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	221
Figura 117: Quadro Síntese da Caracterização Militar de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	223
Figura 118: Evolução das Armas Técnicas entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	224
Figura 119: Evolução das Armas Administrativas entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	224
Figura 120: Evolução dos Militares de Estado Maior entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	225
Figura 121: Evolução das Armas Tradicionais entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	226
Figura 122: Evolução do Posto mais Alto Alcançado por Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	226
Figura 123: Evolução das Médias Finais de Curso dos Militares Políticos Profissionais.	227
Figura 124: Evolução dos Professores das Escolas Militares entre Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	227
Figura 125: Quadro Síntese da Caracterização Política de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	229
Figura 126: Evolução da Idade à Data do Primeiro Mandato dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	230
Figura 127: Evolução da Duração de Carreira Relativa dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	230
Figura 128: Evolução da Duração de Carreira Absoluta dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	231
Figura 129: Evolução da Orientação Política dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	232
Figura 130: Evolução da Actividade Política Estudantil dos Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	233
Figura 131: Evolução da Participação em Momentos Históricos de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	234

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Figura 132: Evolução da Pertença à Maçonaria de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	234
Figura 133: Evolução da Sobrevivência à Monarquia de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	235
Figura 134: Evolução do Recrutamento para a Ditadura Militar e Estado Novo de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	236
Figura 135: Evolução da Participação no Governo da República de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	236
Figura 136: Evolução da Direcção da Pasta da Guerra de Militares Políticos Profissionais e Não Profissionais por Legislatura.	237
Figura 137: Resultados do Teste de Hipóteses – Perfis Individuais.	239
Figura 138: Resultado do Teste de Hipóteses: Padrões de Recrutamento.	240
Figura 139: Evolução da Verificação das Hipóteses de Perfis Individuais por Legislatura Política da I República.	241
Figura 140: Evolução da Percentagem de Militares de Perfil Profissional e Não Profissional, por Legislatura.	242
Figura 141: Evolução e Tendência da Percentagem de Militares de Perfil Profissional, por Legislatura.	242
Figura 142: Evolução da Percentagem de Militares por Verificação das Hipóteses, por Legislatura.	243
Figura 143: Caracterização Social dos Perfis de Militar Profissional Político (1).	244
Figura 144: Caracterização Social dos Perfis de Militar Profissional Político (2).	244
Figura 145: Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político (1).	245
Figura 146: Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político (2).	246
Figura 147: Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político (3).	247
Figura 148: Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político (4).	248
Figura 149: Caracterização Política dos Perfis de Militar Profissional Político (1).	249
Figura 150: Caracterização Política dos Perfis de Militar Profissional Político (2).	249
Figura 151: Quadro Resumo da Caracterização Social dos Perfis de Militar Profissional Político.	250
Figura 152: Quadro Resumo da Caracterização Militar dos Perfis de Militar Profissional Político.	251
Figura 153: Quadro Resumo da Caracterização Política dos Perfis de Militar Profissional Político.	251
Figura 154: Caracterização e Peso Relativo dos Clusters de Perfis de Militar Profissional Político.	253
Figura 155: Evolução dos Clusters por Legislatura.	254
Figura 156: Evolução dos Clusters de Militares Profissionais por Legislatura.	255
Figura 157: Evolução e Tendência do Perfil Profissional, por Legislatura.	255
Figura 158: Evolução dos Clusters de Perfil Profissional e Não Profissional, por Legislatura.	256
Figura 159: Caracterização Social dos Clusters de Militar Profissional Político (1).	257
Figura 160: Caracterização Social dos Clusters de Militar Profissional Político (2).	257
Figura 161: Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político (1).	258
Figura 162: Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político (2).	259
Figura 163: Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político (3).	259
Figura 164: Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político (4).	260
Figura 165: Caracterização Política dos Clusters de Militar Profissional Político (1). ..	261
Figura 166: Caracterização Política dos Clusters de Militar Profissional Político (2). ..	262

*Profissionalização do Exército e Participação Política dos Militares
durante a I República Portuguesa.*

Figura 167: Quadro Resumo da Caracterização Social dos Clusters de Militar Profissional Político.....	263
Figura 168: Quadro Resumo da Caracterização Militar dos Clusters de Militar Profissional Político.	263
Figura 169: Quadro Resumo da Caracterização Política dos Perfis de Militar Profissional Político.....	264